

Testamento Vital

O testamento vital surge da mão de Luís Kutner em 1969, que escreveu um artigo pioneiro – *“O devido processo da eutanásia: O testamento Vital, uma proposta”*, publicado no *Indiana Law Journal* – onde desenvolveu a conceção do “living will”. A sua preocupação prendia-se com o facto de o paciente não poder, de livre vontade, dar o seu consentimento prévio, de modo a aceitar, ou não, ser submetido a tratamentos médicos. Assim, estas questões poderiam ser asseguradas por um documento que designa de “living will”, documento esse onde, estando a pessoa em pleno uso de todas as suas faculdades e capaz de exprimir a sua vontade, poderia determinar a forma como gostaria de ser tratada na eventualidade de entrar num estado vegetativo ou, no caso de um crente de determinada religião, que deseja ser resguardado contra intervenções cirúrgicas ou tratamentos contrários à sua profissão de fé. Todavia importa realçar que Luís Kutner, restringe a elaboração de “living will” a pessoas maiores e capazes de deliberar sobre o seu futuro.¹

De todas as definições de testamento vital, destacamos a do Professor Daniel Serrão que defende que o testamento vital é um documento que deve ser redigido de forma livre e consciente, devido à importância do seu teor, exigindo-se que a pessoa que o efetue, se encontre em plena posse das suas capacidades de decisão. A sua finalidade é dar um consentimento prévio da sua vontade, instruindo ao médico os tratamentos que aceita que lhe venham a ser aplicados caso, por alguma fatalidade, se depare numa situação em que não tenha condições de exercer a sua autonomia e o direito de consentir ou não algum tipo de tratamento em particular.²

Neste documento, a pessoa específica com exatidão tanto os tratamentos, como os procedimentos que se pressupõe que o médico irá realizar em futuras situações de doença, justificados pelo juramento a que o médico está sujeito pela sua deontologia e ética profissional. Destarte, a pessoa que, no caso de eventual infortúnio, fique em alguma situação que comporte tratamentos fúteis ou inúteis que apenas tendem a prolongar o sofrimento, através de cuidados paliativos, possa expressar a sua decisão de os

1

<http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=Mjg3OQ==&filtro=&Data=>

² http://amcp.com.sapo.pt/textos/testamento_vital_Daniel_Serrao.pdf

interromper, com o intuito de viver todo o processo da morte, com maior dignidade e menor sofrimento.

Margarida Silva Pereira também aborda esta temática, definindo-a como sendo a formalização de vontade por meio da qual alguém, em estado atual ou na antevisão de um estado iminente, de perigo de vida causador de sofrimento que rejeita, decide solicitar que lhe seja dada a morte, clarificando as condições em que a mesma ocorrerá. (Margarida Silva Pereira, 2012, pág. 241). Sem tal documento, a decisão cabe ao médico que, perante o estado do paciente, e segundo o seu entendimento e avaliação, baseados nos seus conhecimentos e experiência, decide se continua ou suspende os tratamentos.³

Em Portugal a proposta de lei que defendia as diretivas antecipadas de vontade em matéria de cuidados de saúde – sob a forma de testamento vital –, bem como a nomeação de procurador de cuidados de saúde e a criação do Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV), foi apresentada à Assembleia da República em 2005. Não obstante, e apesar da possibilidade de existir desde 2012⁴, só neste presente ano (2014) vai passar a existir uma plataforma informática onde os médicos podem aceder e conhecer a vontade dos pacientes em fim de vida e respeitarem a sua vontade.⁵

Importa reter que, na prática esta lei já existia desde 2012, contudo, quem quisesse expressar a sua vontade através de um testamento vital, teria de redigir um documento e apresentá-lo ao notário para ter validade jurídica, o que teria aproximadamente um custo de 100 euros. Esta plataforma da RENTEV veio possibilitar o acesso a todos os pacientes a este serviço, pois não apresenta custos, e facilitou o acesso por parte do médico à vontade expressa do paciente.

Esta lei é um passo decisivo para a evolução ética e social do nosso País, pois permite a possibilidade, a quem assim o entenda, de determinar os cuidados de saúde que pretende receber e poder tomar uma decisão clara, objetiva e esclarecida, antecipadamente, dando

³ SILVA PEREIRA, Margarida, *Os homicídios...*

⁴ Lei n.º 25/2012 de 16 de Julho

⁵ Esta lei vai ainda ao encontro do artigo 9º da Convenção sobre os Direitos do Homem e da Biomedicina: (Vontade anteriormente manifestada) “A vontade anteriormente manifestada no tocante a uma intervenção médica por um paciente que, no momento da intervenção, não se encontre em condições de expressar a sua vontade, será tomada em conta”

liberdade de escolha e mais autonomia ao indivíduo quanto a um aspeto da sua vida que, antes, se encontrava no arbítrio de terceiro.

Esta lei constitui uma mais-valia e valoriza a autodeterminação e autonomia da vontade, bem como a liberdade ética. Quanto aos médicos basta, respeitarem a vontade do paciente, abstendo-se de ter de tomar decisões tão sensíveis como a aplicação ou não de tratamentos inúteis que apenas retardam o processo da morte.

Este documento tem um prazo de validade de 5 anos a contar desde a sua assinatura. O legislador determinou este prazo, para precaver que a vontade não se encontra desatualizada. Esta é uma questão puramente ética, mas que causa alguma discordância na nossa doutrina, onde alguns juristas⁶ defendem que este prazo é demasiado extenso, argumentando que “é árdua a tarefa de estabelecer critérios objetivos quanto às situações em que não deverá ser tido em conta o Testamento Vital, que deverão ser suficientemente flexíveis para se determinar a real vontade do outorgante mas não demasiado para não serem utilizados para deturpar a mesma, consoante as crenças e ideologias de quem vai aplicar o Testamento Vital.” (Joana Santos e Madalena Ferreira, 2012).

Por outro lado, outros consideram este prazo razoável e adequado. Não se põe em causa, nem se deixa de conceber que a vontade humana está em constante mutação, bem como não se deixa de reconhecer a sensibilidade desta problemática, compreendendo que deva recair sobre ela um cuidado redobrado. Não obstante, não se pode deixar de valorizar a doutrina, que considera que esse cuidado foi salvaguardado pelo legislador, ao determinar um prazo de 5 anos para a renovação do testamento.

A aprovação da lei do testamento vital, provocou opiniões bastante controversas, o que se compreende pela sensibilidade deste tema, em todas as suas vertentes. Antes de mais, porque o que está em causa, é a escolha pela ausência de tratamentos que podem levar à morte. Desta maneira, pode considerar-se que, é uma porta aberta à eutanásia, estando categoricamente subjacente a vida. A vida humana é um bem indisponível, e é neste sentido que se baseia toda a proteção jurídica de que é alvo. Todavia, nos dias de hoje, cada vez mais se discute o valor da liberdade e da autonomia.

Tendo em consideração que o Homem é dotado de vontade – poder de querer – e de consciência moral, ou seja capacidade de avaliação dos próprios atos e do mundo exterior, é importante ter a noção, igualmente, que o Homem é livre na determinação dos seus atos e orientação que dá à sua vida. (Rui Januário, 2009, pág. 242).

⁶ Idem

Aparentemente, através desta lei, pode deduzir-se que a autonomia prevalece em relação ao direito à vida. Este pensamento deverá ser afastado desde logo, pois se prevalecesse, não seria punível o homicídio a pedido da vítima ou o incitamento/auxílio ao suicídio. Seria um contra senso invocar a autonomia para pôr termo à vida, findar a fonte da autonomia, não olvidando que o direito à vida é o pressuposto de todos os outros direitos, incluindo a autonomia.

É indiscutível que vida é indisponível, mas “a disponibilidade de vida não conduz, porém, à legitimidade de intervenções ou tratamentos médicos forçados, contrários à vontade de um doente capaz de exprimir de forma atual seu consentimento.”⁷ Este entendimento, justifica-se pelo respeito pela integridade física, como da dignidade da vida.

O problema surge quando, no momento em que há que decidir a respeito de uma intervenção ou tratamento médico, não é possível obter o consentimento atual do doente, por este se encontrar incapacitado para tal, devido ao evoluir da própria doença ou por motivo de acidente.⁸

Outra forma que nos parece que não pode ser descuidada é a componente da informação. Esta lei, devido ao seu curto período de vigência no nosso ordenamento jurídico, e à sua falta de abordagem, leva ao desconhecimento por parte de muitos pacientes e população em geral. Torna-se um imperativo que se faça uma maior sensibilização através de campanhas intensas de informação e sensibilização para que quem quiser recorrer a este instrumento o faça livremente e de forma informada. Ou seja, faz-se um apelo ao consentimento informado. Esta informação deveria ser incutida a todo os profissionais do sector médico pois é este que, por estar mais familiarizado com estas questões, poderá dar um esclarecimento mais informado aos seus pacientes, aconselhando-os da melhor maneira. Porém cremos que esse aconselhamento jamais deverá ser vinculativo, pois o ser humano goza de liberdade para poder escolher se aceita tais tratamentos ou se os rejeita por completo.

⁷ PATTO, Pedro Vaz, *Testamento Vital, Porta Aberta para a Eutanásia?* in http://federacao-vida.com.pt/index.php/index.php?option=com_content&view=article&id=352:pedro-vaz-patto-testamento-vital-porta-aberta-para-a-eutanasia&catid=6:noticias&Itemid=8

No nosso entender, este aconselhamento médico é apropriado, sendo que ajuda a colmatar a iliteracia que ainda hoje perdura na nossa população e que, segundo o princípio da igualdade, jamais poderá ser deixada de ressaltar, ainda mais em matérias sensíveis como esta.

Em suma, estamos certos que esta lei constitui um grande passo no campo do direito penal médico em Portugal, assim como abre caminho para a discussão da implementação da eutanásia, tema esse tão controverso na nossa doutrina. Infelizmente constatamos que esta lei, em vigor é, ainda, desconhecida para grande parte da população portuguesa, todavia ressaltamos a sua importância, pelo facto de nos permitir poder escolher os tratamentos de que queremos ou não ser alvo, através de uma vontade antecipada, caso nos venhamos a encontrar numa situação em que nos vejamos impossibilitados de exprimir a nossa vontade, deste modo concordamos que deveria haver maior esforço de promoção e divulgação dos fundamentos de recurso e utilização do Testamento Vital em Portugal.

1.ª Subscritora: Sara Catarina Marques Costa, Tomar

Pelo Financiamento e Divulgação do Banco Público de Células Estaminais

Considerando que:

As células estaminais são células indiferenciadas (que ainda não possuem uma especialização funcional) e que, por isso, podem gerar diversos tipos celulares que constituem um organismo. Contudo, estas células vão perdendo esta capacidade à medida que vão sofrendo alterações biológicas que as “especializam” na formação do organismo. Por isso, só enquanto forem células indiferenciadas é que permitem a reparação de tecidos danificados, a substituição das células que vão morrendo, e o tratamento de diversas doenças.

As células do cordão umbilical podem ter aplicações terapêuticas prevalentemente alogénicas como no tratamento de Doenças Onco-hematológicas (como Leucemias e Linfomas), Síndromes de Insuficiência Medular Congénitas, Anomalias Hereditárias dos Glóbulos Vermelhos, disfunções do sistema imunitário hereditárias e outras disfunções da proliferação de células sanguíneas. Podem também ter possíveis aplicações terapêuticas autólogas como no caso de Artrite Juvenil, Diabete Tipo I, doenças da medula espinal, paralisia cerebral ou mesmo Doença de Alzheimer, só para enumerar algumas. Para algumas destas doenças, o transplante com células estaminais do sangue no cordão umbilical é já um tratamento comum, mas para outras, embora já haja casos de sucesso, ainda se estão a realizar testes laboratoriais para estimar a sua eficácia. Por isso, prevê-se que no futuro a lista de casos de sucesso em que se pode utilizar células do cordão umbilical para tratamento venha a crescer.

As células estaminais isoladas podem ser do próprio (transplante autólogo) ou de um dador compatível (transplante alogénico) e que não são apenas os membros da nossa família que podem ser considerados para um transplante alogénico.

Os Bancos Privados guardam as células do bebé para utilização familiar e só serão disponibilizadas com autorização escrita dos pais ou da própria criança quando for maior de idade. Quando se recorre ao Banco Público, o dador renuncia os direitos sobre as células do bebé e as células ficarão registadas num registo mundial para serem utilizadas por quem necessite (quando cumprem os requisitos para serem criopreservadas) ou serão utilizadas para investigação (quando os requisitos não forem cumpridos).

A existência de um Banco Público é essencial uma vez que:

1 - a probabilidade de um dador beneficiar de uma amostra recolhida aquando o seu nascimento (transplante autólogo) depende de muitos factores mas calcula-se que seja inferior a 0,1%. Isto acontece por dois motivos:

- Porque o sangue pelo cordão umbilical não contém células estaminais suficientes para o tratamento na maior parte dos casos. Foi ainda tentada a multiplicação “in vitro” das células (“ex vivo expansion”), que é bem sucedida em ambiente laboratorial, mas não após o transplante no paciente.

- Porque as doenças para as quais as células estaminais podem ajudar no tratamento podem-se revelar-se praticamente em qualquer altura da nossa vida mas, actualmente, as células estaminais só podem ser preservadas entre 15 a 20 anos, o que faz com que o transplante autólogo só seja viável por esse período de tempo.

2 - ainda está a ser estudado o facto de que algumas das condições médicas para as quais as células estaminais podem ajudar no tratamento já estivessem presentes nas células estaminais retiradas do cordão umbilical doado enquanto criança, tornando o transplante autólogo inútil. Nesse caso, apenas as células de outro dador compatível poderiam ajudar no tratamento dessa condição médica.

Se houver muitas dádivas e colheitas, a probabilidade de todos os doentes beneficiarem do Banco e conseguirem um transplante compatível aumenta e o benefício é maior para todos.

Actualmente o Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) tem a tutela do único Banco Público em Portugal: o Lusocord. O Lusocord funciona no Centro de Histocompatibilidade do Norte (CHN), que integra também o Centro Nacional de Dadores de Células de Medula Óssea, Estaminais ou de Sangue do Cordão (CEDACE). O IPST tem parcerias com o Hospital de S. João, a Maternidade Júlio Dinis e Hospital Pedro Hispano, todos no Porto.

Entre 2009 e 2012 foram recolhidas 28.416 unidades de sangue do cordão umbilical, das quais apenas 8.441 foram criopreservadas por motivos de controlo de qualidade. No entanto, em 2012, o Lusocord suspendeu brevemente a recolha de células estaminais devido a terem sido encontradas “irregularidades” no seu funcionamento. Desde então que o funcionamento do Lusocord é quase um mistério. Não é possível encontrar quase nenhuma informação sobre o Lusocord após 2012, e é ainda posto em causa o efectivo registo das células que foram recolhidas antes do IPST ter ficado com a tutela do Banco. Desde então, entre 2013 e 2014 o Banco Público apenas criopreservou 82 unidades, bastante abaixo do seu objectivo, que é de um mínimo de 600 unidades/ano, objectivo esse obrigatório para conseguir acreditação internacional em 2016 e uma diversidade genética adequada à população nacional.

Para além de um aumento dos controlos de qualidade, a falta de investimento público é considerado o principal problema. É estimado que terão sido investidos no Banco Público seis milhões de euros entre 2009 e 2012, mas que, desde então, o orçamento que o Estado disponibiliza tem vindo a diminuir e o dinheiro que é efectivamente recebido é ainda menos. Esta falta de financiamento torna-se ainda num problema cíclico porque se houvesse um financiamento público forte inicial para regular a actividade da estrutura haveria posteriormente um aumento de receitas porque haveria uma compensação económica que o banco receberia pela utilização de células a nível internacional. Ou seja, a falta de financiamento público inicial está a por em causa uma possível fonte de receitas que a sua actividade podia trazer.

Para além de todas as vantagens já referidas que um Banco Público tem a nível de saúde, é importante denotar que este tem também uma missão a nível social e democrática. A doação de células estaminais para um Banco Público é gratuito para o dador, é uma contribuição para o bem comum, é o promover não só da minha saúde como da saúde do mundo (uma vez que os registos são internacionais). São, pois, os princípios da igualdade, solidariedade e fraternidade que justificam a existência de um Banco Público de células estaminais.

Temos a honra de propor que:

A Juventude Socialista, por se identificar com esses valores, tenha como uma das suas prioridades na orientação estratégica nacional a luta pelo aumento do financiamento do Banco Público de células estaminais e a divulgação da sua importância.

1.ª Subscritora: Ana Sofia Ferro dos Santos, Loures

Pelo Futuro da JS

A Juventude Socialista como força de referência, tem marcado ao longo de décadas a juventude em Portugal. Desde a luta por uma Economia de bem-estar social, com mais igualdade, mais liberdade e fraternidade. A vitória nas liberdades e da solidariedade tem demonstrado a força, a coragem e a irreverência da JS, na luta por um Portugal mais progressista e uma República mais Socialista.

O combate da Juventude Socialista é agora ainda mais difícil, com o profundo descrédito dos Partidos Políticos e da Política em geral na sociedade actual, no entanto, a motivação é cada vez maior, contra a precariedade, contra este governo PSD/CDS que tanto prejudica a juventude, e espante-se, recomenda e incentiva a que os jovens emigrem, algo que nem Salazar fez, uma vergonha.

Cabe à JS continuar a sua profunda afirmação como voz dos jovens mais desprotegidos, como garante da defesa de políticas de emprego, de salários mais justos, da dignidade do trabalho, de melhores condições de vida, da promoção dos valores do Socialismo Democrático na Juventude, com o camarada João Torres a JS continua num caminho muito positivo.

É necessário um aprofundamento do debate Ideológico, do nosso património histórico, de uma relação de ajuda para com o PS, tendo em conta que só o Socialismo Democrático poderá salvar a República.

Socialistas, Republicanos e Laicos.

Viva a JS! Viva o PS! Viva Mário Soares! Viva a República!

1.º Subscritor: Filipe Barroso, Sintra

Procriação Medicamente Assistida para Todos

A Procriação Medica Assistida é um processo utilizado para a reprodução humana assistida

artificialmente, utilizando várias técnicas de reprodução: inseminação artificial, fertilização *in vitro*, transferência intratubárica de gâmetas, transferência intratubárica de zigotos e as famosas *barrigas de aluguer* ou *maternidade de substituição*.

Para a JS Lisboa Ocidental a procriação medicamente assistida é um marco da evolução humana e um processo que permite o aumento da natalidade de Portugal, tendo em conta esse facto, a JS Lisboa Ocidental propõe as seguintes alterações da Lei: a primeira alteração diz respeito à legalização da maternidade de substituição, a qual propomos que seja possível desde que por razões clínicas, como a ausência ou lesão/doença no útero, ou grave incapacitação de gravidez, e desde que represente um gesto, uma atitude, uma decisão altruísta e solidária. Recusamos, portanto, que a maternidade de substituição dê origem a qualquer tipo de negócio legal ou ilegal. Nós queremos legalizar um tratamento, uma alternativa, para situações raras ou situações-limite que impedem uma mulher de engravidar.

As duas outras propostas da JS Lisboa Ocidental são: permitir que qualquer mulher, seja qual for a sua situação pessoal, condição clínica (seja estéril ou não), estado civil (casada ou em união de facto com um homem ou uma mulher, divorciada, viúva, sozinha) possa recorrer a técnicas de procriação medicamente assistida (PMA). Isto traduz-se em duas propostas muito concretas: em primeiro lugar, propomos que seja retirado da lei a exigência de que a mulher seja casada ou se encontre em união de facto para poder aceder a técnicas de PMA ou à maternidade de substituição; em segundo lugar, concretizando este aspecto de alargar a todas as mulheres o acesso às técnicas de PMA, propomos que também se retire da lei a condição de infertilidade, ou seja, consideramos que qualquer mulher, seja ou não infértil, deve poder ter acesso.

Por isso, a JS Lisboa Ocidental propõe as seguintes propostas de debate à JS:

1. Formalizar duas conferências sobre procriação medicamente assistida: uma numa estrutura de concelhia local e outra numa faculdade;
2. Promover um debate alargado a nível nacional junto aos órgãos nacionais da JS: Comissão Nacional, Comissão Política Nacional e Secretariado Nacional.

1.ª Subscritora: Ana Rita Nunes de Carvalho, Lisboa

Voto nos Invisuais

Existem doenças e deficiências que condicionam a prática do voto e que tenta-se encontrar as melhores soluções para garantir a confidencialidade e a autonomia dos cidadãos no seu direito ao voto.

Entre essas doenças, os invisuais são, sem dúvida, os que são mais incapacitados no ato de exercer autonomamente o seu direito de voto.

O objectivo da JS neste âmbito, deve ser acabar com as situações limitadoras da confidencialidade do voto a que os invisuais estão sujeitos, como eram os casos de terem de votar acompanhados ou então o terem de levar uma grelha recortada com os vários quadrados correspondentes aos vários partidos.

Por isso, a JS Lisboa Ocidental vem por este meio propor as seguintes medidas:

1. Colocação de uma urna em todas as assembleias eleitorais com votos em braille e sistema áudio-táctil – esta urna seria sorteada atempadamente como urna inclusiva para todos os invisuais presentes na respectiva Freguesia.
2. Criação de um projecto de resolução a apresentar na Assembleia da República sobre a urna inclusiva.

1.ª Subscritora: Susana Monteiro, Lisboa

Medidas Políticas para o Associativismo Juvenil

Considerando que o Associativismo Juvenil é a forma mais prática para os jovens assumirem responsabilidades sobre uma comunidade;

Considerando que cada vez mais se extingue esta forma de coordenar, desenvolver e implementar actividades lúdicas e recreativas multigeracionais para qualquer para uma Freguesia;

Considerando que actualmente a grande percentagem de Movimento Associativo provém dos CNE;

Considerando que os jovens constituem o futuro do nosso país;

Surge uma questão fundamental, para a qual os próprios jovens devem preparar com sabedoria e entusiasmo uma resposta madura: se o potencial do futuro está em nós, qual o caminho para lá chegar com apurado sentido de responsabilidade e destreza para garantir que, quando couber às próximas gerações responder à mesma pergunta, já se encontrem à sua volta as condições elementares necessárias para um futuro sempre melhor? A resposta, por sua vez, está no caminho. O caminho está no caminhar seguro. O caminhar seguro faz-se de estratégia. A estratégia começa no poder local. E o poder local é, no fundo, de todos os cidadãos, começando pelos mais jovens.

E é desta forma que a Juventude Socialista da Concelhia de Vila Franca de Xira assume a responsabilidade de apresentar neste congresso nacional algumas propostas para que a dinamização associativa juvenil cresça em todos os Concelhos.

Acreditamos que muitas vezes o movimento associativo confronta-se inicialmente com uma grande barreira económica e financeira na sua própria gestão, sendo necessário um apoio neste ramo.

As Autarquias devem implementar ou reformular o Processo de Apoio ao Movimento Associativo através do Subsídio às Actividades Regulares e Pontuais no que diz respeito aos prazos da avaliação dos processos apresentados pelas associações, divisão do valor estipulado no Orçamento para este sector de forma justa pelas associações candidatas, ou seja, de acordo com o tipo de dinamização que as mesmas implementam nas suas Freguesias e por fim, encurtar o mais possível o tempo de pagamento do próprio subsídio após ser aprovado em Reunião de Câmara.

Contudo, nem sempre a ajuda financeira é suficiente para a solução para a coesão de uma associação juvenil. É preciso existirem associados e corpos dirigentes com formação e responsabilidade para assumirem cargos e levarem a cabo uma boa gestão associativa.

Para promover esta ausência de experiência é importante as Autarquias apresentarem Workshops e Seminários sobre Gestão Associativa, Liderança, Planeamento e

Desenvolvimento de Projectos, entre outros assuntos relevantes para o bom funcionamento de qualquer Associação Juvenil.

Também é importante o Movimento Associativo Juvenil ter um acompanhamento de perto por parte das Autarquias ou pela presença dos Órgãos competentes nas suas actividades ou mesmo a presença em algumas reuniões internas de forma que os jovens possam sentir-se apoiados e acompanhados nos seus primeiros passos como dirigentes associativos.

A Juventude Socialista não esquece que todo este esforço dos jovens, tempo investido para a comunidade e a forma gratuita como se responsabilizam com novos projectos, propõe que todas as Autarquias implementem no seu Plano Anual de Actividades um dia dedicado a todas as Associações Juvenis de forma a que as mesmas se juntem e organizem um dia dedicado à Juventude de forma a que as próprias Associações se conheçam, partilhem experiências, projectos e desenvolvam um em parceria com a Câmara Municipal para todos os jovens do Concelho.

É desta forma que lutamos por jovens mais activos na vida Associativa.

É desta forma que lutamos por jovens mais responsáveis.

É desta forma que lutamos por um Concelho mais participativo.

É desta forma que lutamos por um Futuro Jovem.

1.º Subscritor: Hugo Costa, Vila Franca de Xira

Bullying – não podemos ficar indiferentes

É muito comum o ser humano agrupar-se junto daqueles que têm os mesmos gostos, que frequentam os mesmos sítios, que pensam de uma maneira idêntica.

Essa agregação tem como natural consequência fazer com que o que é diferente seja colocado em evidência, o que leva a que alguns grupos comecem a criar um sentimento de

exclusão em relação ao que é considerado distinto. Quando esses grupos de crianças e jovens não têm a capacidade de aceitar o que é diferente, optando pela via indesejável de excluir de forma sistemática e provocar dor física e/ou moral naqueles que consideram ter menos dignidade, pode dizer-se que estamos perante o fenómeno chamado – *bullying*.

O bullying atua de forma direta no desenvolvimento da personalidade e do carácter das crianças e dos jovens, independentemente de esta ser a vítima ou não. Agressor, vítima e quem está indirectamente ligado a cada um deles sofrem as consequências desta crueldade, com efeitos drásticos no evolução do carácter em termos emocionais.

O filósofo francês Jean-Paul Sartre, que de resto era um acérrimo defensor das políticas de esquerda, dizia que “a violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota”. Essa derrota deve ser evitada, sem qualquer tipo de receios.

Em Portugal, todos os dias e nos mais diversos contextos, centenas de crianças e jovens continuam a sofrer na pele o terror do bullying. Nas escolas básicas e secundárias mas também nas faculdades.

Um fenómeno que jamais poderá ser ignorado por jovens como nós e em especial pelas nossas estruturas autónomas que estão mais diretamente ligadas às Escolas e Universidades.

Considerando que é um grave problema que as escolas portuguesas atravessam na atualidade;

Considerando que é um tema que tem sido cada vez mais explanado e debatido pelos meios de comunicação social;

Considerando que cada vez mais alunos, de Norte a Sul, são vítimas deste horrível fenómeno;

Considerando que a Juventude Socialista não pode deixar passar ao lado este tema;

Os subscritores da presente moção propõem que a Juventude Socialista tome as seguintes medidas:

1. Convoque, através da ONESES e da ONESEBS, uma reunião alargada com grupos formais ou informais de jovens, em escolas Básicas, Secundárias e Universidades, no sentido de abordar e discutir de forma cuidada este assunto, ouvindo as vivências de cada realidade escolar e adaptando as soluções aos problemas;

2. Crie uma Campanha de Sensibilização contra o Bullying nas escolas Básicas, Secundárias e Universidades, em colaboração com as Federações, Concelhias, Núcleos e estruturas autónomas ligadas às escolas.

1.º Subscritor: José Miguel Morgado, Vila Franca de Xira

Adoção para casais do mesmo sexo

Venho apresentar esta moção com o intuito de trazer de volta à ribalta um tema fraturante na nossa sociedade que parece ter sido abafado, se bem que continua a ser um assunto incontornável devido à sua importância.

Sendo esta questão essencial e sensível, como um elefante numa loja de cristal, é necessário não escamotear este direito fundamental que infelizmente ainda não é efetivo como seria obrigatório pelo artigo nº13 da nossa Constituição.

Como todos sabemos (ou deveríamos) nestes tempos de crise, quer sejam elas económico-financeiras ou de ordem social no que diz respeito à nossa identidade (crenças, valores, princípios, etc.) este tipo de temas tende a ser esquecido devido à deslocação do foco dos cidadãos em questões que lhes tocam mais no bolso, pondo de parte outros problemas de tão grande preocupação num país que se diz civilizado, democrático e defensor das liberdades e direitos universais, como a nobre vontade de construir uma família feliz independentemente da sua estrutura familiar.

Depois de grandes conquistas sociais nos últimos governos socialistas, como o direito ao casamento homossexual e à descriminalização e despenalização do aborto, vejo esta demora como um atraso civilizacional que em pleno século XXI já não deveria ser uma realidade num país avançado e desenvolvido como o nosso. Já é tempo de voltar a acordar este gigante adormecido que este governo conservador e antiquado tenta silenciar à força com base numa ideologia radical, mas sem ideias próprias.

Como Juventude Socialista é nosso dever fazer pressão por todos os meios ao nosso alcance e influenciar os centros de poder/decisão, não só na retoma do debate e discussão

na sociedade civil como na apresentação de um novo projeto-lei por parte do Partido Socialista, de modo a voltar àquelas lutas que nos caracterizam como na conquista de direitos que apenas e só legalmente não são considerados nem aceites.

Proponho aqui a todos os camaradas fazer desta bandeira, uma das caras das nossas iniciativas na defesa de um país sem cidadãos de segunda, mas sim de um país inclusivo para todos.

1.º Subscritor: Sandro Filipe Santos, Vila Franca de Xira

As rugas do empobrecimento

O envelhecimento populacional, que se traduz por um grande número de pessoas idosas relativamente aos que nascem, consequente de uma grande EMV, está cada vez mais presente no dia a dia da nossa sociedade.

Tal facto prende-se com as pessoas terem uma maior instrução sobre métodos contraceptivos, com o passar dos anos, as pessoas entram mais tarde para o mercado de trabalho, dão mais valor às suas carreiras profissionais ou então não terem sequer condições para conseguir ter filhos, consequências através, por exemplo, do desemprego, ou doenças graves que não lhes permite ter filhos.

De acordo com vários artigos publicados em jornais, e dados que nos comprovam isso, Portugal tem a Taxa de Natalidade mais baixa da Europa o que se traduz numa difícil renovação de gerações e por sua vez numa maior despesa para os contribuintes. É o espelho de políticas neoliberais, como as deste Governo, que faz com que as pessoas não tenham condições para ter filhos e/ou os possam sustentar.

Também a população idosa, que durante anos trabalhou e descontou para a Segurança Social, não deixa de ser tão importante e de requerer atenção como o resto da população, situações que por vezes acontecem e são injustas para quem tanto deu ao país.

É assim uma realidade que não pode ser ignorada de todo, pois com isto vai-se dar o encerramento de mais escolas e hospitais (principalmente no interior do país o que faz com que a assimetria com o litoral seja cada vez mais diferenciada) que vão causar mais desemprego, prevendo-se que daqui a uns anos seja uma diferença de 40 contribuintes para cada 100 idosos, o que resultará, como é claro, num grande encargo para cada um dos contribuinte e o empobrecimento da Segurança Social do nosso país.

Posto isto, é urgente que se comece a inverter os factos para que as pessoas possam ter mais e melhores filhos, melhores condições de vida e para que a crise e a entrada da troika no nosso país não seja uma constante.

Sendo assim, penso que a Juventude Socialista, não vai, nem pode deixar passar o assunto em branco.

Proponho que:

1. A JS discuta e apresente ao Partido Socialista visões estratégicas de políticas sociais para que nos próximos anos exista uma inversão na história portuguesa;
2. Fazer campanhas de sensibilização, principalmente do interior do país, mostrando as riquezas naturais e zonas de futura potência económica, para alertar os investidores da importância de uma “redução da distância” entre o litoral e o interior.

1.º Subscritor: Tiago André Gonçalves, Vila Franca de Xira

Moção Setorial: Eutanásia – Direito de Morrer ou Dever de Viver?

“A Humanidade é ela própria uma dignidade. O homem não pode ser tratado como um simples meio mas deve ser tratado sempre como um fim.” - dizia Kant em 1785. A eutanásia não é um tema recente, desde tempos antigos, recuando à Grécia antiga, encontramos grandes figuras como Platão, Sócrates e Epicuro que se debateram a favor desta prática enquanto outras figuras, também elas incontornáveis da nossa história, como Aristóteles, Pitágoras e Hipócrates combatiam-na.

O debate em torno da eutanásia deve de ser colocado de forma clara no plano da liberdade individual e no exercício de uma opção esclarecida por um caminho de dignidade no fim da vida.

“Enquanto o Estado tem como princípio a proteção da vida dos seus cidadãos, existem aqueles, que devido ao seu estado de saúde (e por vezes social) precário, desejam colocar um termo antecipado à sua vida, evitando o sofrimento.”, este é o pensamento de Rui Januário, pessoa que nos levanta questões, como por exemplo no campo da bioética, pois é colocada a hipótese de cometer um suicídio assistido(Eutanásia) devido a uma situação social precária.

A eutanásia é a morte de acordo com as aspirações do sujeito e nela temos de reconhecer um lugar privilegiado da aplicação do princípio mor da bioética de cunho norte-americano: a autonomia do sujeito humano. Independente da forma de eutanásia, esta prática é sem dúvida um tema controverso pelas razões que se percebem e como tal encontramos sempre inúmeros argumentos de prós e contras.

Sendo que são vários os constrangimentos que têm tornado esta questão obscura e devemos focar-nos em três pontos fundamentais: 1º, nos direitos e deveres de todos os intervenientes; 2º, a promoção de investimento na rede de cuidados paliativos, nomeadamente na criação de estruturas que substituam os hospitais neste tipo de cuidados; e por fim, o 3º e último ponto é a discussão das condições e circunstâncias clínicas e éticas que apoiam ou não a prática da eutanásia. Uma das questões que acompanha esta discussão é a colisão de dois direitos fundamentais, o direito à vida e a dignidade humana. Todavia, é importante ter em conta que nenhum direito fundamental é absoluto pois não há direitos com carácter absoluto, porém não podemos considerar o instituto do estado de necessidade justificante pelo simples facto da nossa lei rejeitar esta solução.

“O direito à vida implica o direito à morte. Sobretudo quando não morrer significa um sofrimento terrível. As pessoas têm o direito de se privarem desse sofrimento. Não quero viver mais! Porque não? É um direito como outro qualquer.”, esta é uma frase do nosso camarada Almeida Santos a quando da apresentação de uma moção do camarada Marcos Sá.

Sendo o direito à vida, como o próprio texto constitucional expressa, é inviolável, sendo visto como o direito dos direitos, o que se percebe pois todo o direito têm como base o homem, baseia-se e assenta nele, devendo o direito à vida ter primazia em relação aos demais direitos. Mas não podemos ignorar que o direito constitucional fundamenta-se na dignidade da pessoa humana, logo até que ponto deve-se dar primazia ao direito à vida

negando a dignidade há vida? Até que ponto, será justo manter vivo, um doente incurável em fase terminal, num sofrimento atroz, contra a sua vontade? A dignidade humana não deveria ser um direito norteador dos demais direitos, inclusive do direito à vida? De que vale uma vida quando essa vida perdeu a dignidade, de que vale uma vida que perdeu o viver?

“Se a vida é um pressuposto fundamental, premissa maior, a dignidade absolutiza em razão de uma vida que somente é significativa, se for digna.” – esta é a mensagem que Daury Fabríz pretende transmitir.

Acerca da dignidade humana, Heinrich Scholler diz que esta, apenas está assegurada “quando for possível uma existência que permita a plena fruição dos direitos fundamentais, de modo especial, quando seja possível o pleno desenvolvimento da personalidade”.

Eu sou a favor da eutanásia, porém têm de existir uma cautela, pois creio que a morte por eutanásia só poderá ser permitida em caso de estado terminal irreversível e se for expressamente autorizada pelo próprio doente: ou estando lúcido ou, não o estando, através do chamado testamento vital, no caso de a este ser atribuída capacidade jurídica. O testamento vital é nada mais, nada menos do que um documento na qual uma pessoa com plena capacidade (jurídica) expressa manifesta e antecipadamente a sua vontade séria, livre e esclarecida no que concerne aos cuidados de saúde que deseja (ou não) receber no futuro, no caso de, por qualquer razão, se encontrar incapacitado de a expressar pessoal e autonomamente ou em que designa alguém para a manifestar por si, caso de se encontrar incapaz de o fazer. Este documento pode ser uma das respostas jurídicas que faltavam para Pedro Nuno Santos quando este afirmava que o problema circundante da eutanásia era a falta de uma resposta jurídica portuguesa e que conseguir essa resposta seria um desafio.

É fundamental incentivar o debate sério e detalhado acerca desta questão, nomeadamente no que diz respeito aos direitos e deveres (diretos ou indiretos) dos intervenientes, de forma a encarar com dignidade o fim da vida do paciente.

Em suma, tendo em conta que a eutanásia é uma matéria exclusiva da liberdade individual (tal como no início do texto é referido), esta deveria de ser autorizada em Portugal, mas sendo que o que esta em causa é um, ainda, tema fraturante na nossa sociedade, proponho que se estimule o debate, interno e externo, que seja referendada a legalização da eutanásia na República Portuguesa e, no caso de sair da parte da Juventude Socialista um parecer favorável a legalização da eutanásia resultante de uma discussão interna fundamentada, a criação de um argumentário, ao estilo do que foi feito nesta estrutura

nos casos da Interrupção Voluntária da Gravidez e do Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo, que explique de forma clara e sucinta o que é pretendido pela Juventude Socialista.

Pela dignidade humana! Pela liberdade de escolha! E porque viver é um direito, não uma obrigação!

1.º Subscritor: João Seixas, Almeirim

Valorizar a Proteção Civil – Bombeiros Portugueses

Hoje, mais do que nunca, o papel da Proteção Civil na defesa das populações é fundamental, pelo que a valorização por parte dos agentes governativos é também ela importante e pertinente. Tendo em conta que existe um grande número de jovens a trabalhar na Proteção Civil, a presente moção sectorial pretende, por isso, alertar todos os presentes e aprofundar este debate, no seio da Juventude Socialista.

Pela comparação entre Orçamentos de Estado de 2010, 2013 e 2014 verifica-se que, entre 2010 e 2013, a Proteção Civil sofreu um corte de cerca de 10 milhões e meio de euros. A lamentável morte de 8 bombeiros no combate a incêndios florestais motivou um aumento do investimento, mas apenas de meio milhão de euros de 2013 para 2014. A valorização dada a este setor nunca foi significativa antes da crise financeira mas com as medidas de austeridade o desinvestimento é ainda mais notório.

São vários os agentes que integram a Proteção Civil, mas nesta moção gostaria de destacar os Bombeiros, uma vez que são a estes que as populações mais recorrem. Os Corpos de Bombeiros dividem-se em Bombeiros Voluntários e Bombeiros Profissionais, sendo que os Profissionais ainda são divididos em Sapadores e Municipais. Neste contexto torna-se ainda fundamental refletir sobre o benefício para o nosso país, do desenvolvimento da nossa atividade profissional de forma voluntária. Porquê é que é dada preferência aos Bombeiros Voluntários e não aos Bombeiros Profissionais?

Não descurando a importância de ambas as modalidades, existem algumas diferenças entre Bombeiros Voluntários e os Bombeiros Profissionais que importa enumerar:

- A idade para ingresso na carreira de Bombeiro Voluntário, como estagiário, está compreendida entre os 18 e os 45 anos. Inicialmente, têm de frequentar uma formação de 250 horas de teórico prática e 6 meses de estágio em contexto de trabalho cuja nota final deve ser igual ou superior a 10 valores.
- Já na carreira de Bombeiro Profissional (Municipal e Sapador), a idade para ingresso está entre os 18 e 25 anos, sendo também necessárias provas médicas, teóricas e físicas, todas elas de carácter obrigatório. Só após essas provas é decidido o ingresso nesta carreira e se inicia a recruta de um ano, 6 meses de formação teórico prática com um total de 910 horas e, de seguida, mais 6 meses de estágio em contexto profissional. Após esse ano todos os formandos têm de concluir o curso com nota igual ou superior a 14 valores.

Como é visível existe uma enorme disparidade entre o número de Corpos de Bombeiros Voluntários e Bombeiros Profissionais no nosso país. Em Portugal existem 416 quartéis de Bombeiros Voluntários e 23 quartéis de Bombeiros Profissionais. Sendo que a diferença entre os Bombeiros Voluntários e Profissionais é significativa, o nosso país deveria investir mais na profissionalização deste setor.

Existem alguns problemas nos corpos de bombeiros voluntários que têm de ser resolvidos, a falta de formação e preparação é um dos exemplos. O Relatório Preliminar do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais realizado no seguimento dos incêndios florestais que originaram a morte de 8 bombeiros no verão de 2013 referia a falta de formação como um dos principais problemas na causa destas mortes. Facto é que, a falta de formação existente, não acontece só com os homens do “terreno” mas também com alguns elementos de comando.

A falta de equipamento de proteção individual é também um ponto em falha nos corpos de bombeiros. Começando com fardas impróprias para o combate aos incêndios florestais, passando pelas usadas que estão fora das normas. Verifica-se também que, muitos bombeiros nas frentes dos incêndios, não utilizam o devido equipamento.

Os escassos recursos existentes nos corpos de bombeiros são bem visíveis. São insuficientes nos meios de combate e a grande maior parte dessas viaturas já se encontram degradadas e sem condições para fazer o trabalho que lhes é exigido.

Por tudo isto e com vista ao aprofundamento do debate sobre estas matérias no seio da nossa estrutura, proponho:

- A organização de um seminário sobre Proteção Civil com vista à caracterização dos corpos dos Bombeiros Voluntários e Bombeiros Profissionais e à identificação dos principais problemas em todos os bombeiros de uma forma geral;
- A organização de um roteiro da Proteção Civil, em colaboração com as estruturas locais da JS, que vise reuniões com organizações da Proteção Civil a nível nacional, como por exemplo o RSB de Lisboa, o BSB do Porto, o CNOS- Comando Nacional de Operações de Socorro, mas também outras corporações de bombeiros de Norte a Sul do País, para uma melhor identificação dos problemas existentes nessas corporações;
- A realização de um documento com as apreciações finais destas duas iniciativas e a sua entrega ao PS para auxílio de resolução desses problemas quando estivermos no Governo.

1.º Subscritor: Joaquim Gomes, Almeirim

Precariedade da Educação Superior

A educação é um dos fatores que mais influenciam o crescimento do nosso país. Portanto quando falamos num plano/estratégia de crescimento económico/financeiro , científico entre outros. É preciso ter uma estratégia educativa para que consigamos ter os melhores especialistas, que possa potencializar o conhecimento adquirido pelas comunidades lectivas, e, por outro lado que consigamos ter uma educação ao nível dos restantes países da Europa. Segundo o artigo nr73/1 da Constituição da Republica portuguesa “Todos têm direito à educação e à cultura.” Porém , quando falamos em ensino superior nem todos têm acesso , não são todas as famílias que têm disponibilidade financeira para pagar cerca de 1.000 eur (quando não é mais) para que os filhos frequentem uma licenciatura.

Segundo o Económico entre 2012 e 2013 cerca de nove mil alunos abandonaram o ensino superior antes de completar o primeiro ano de curso. A pergunta é a , seguinte como é que queremos ter um crescimento económico, uma economia competitiva, uma visão estratégica em termos económicos quando o ensino superior Público não é para todos? Relembro que o Japão cresceu após a segunda Guerra Mundial devido ao investimento na educação e na especialização. Esta situação é quase uma violação do principio da

igualdade, ou seja só podem frequentar o ensino universitário aqueles cuja as famílias tenham rendimento suficiente para pagar as propinas. Existem de facto várias instituições, entidades, gabinetes dentro e fora das universidades que pretendem ajudar economicamente os estudantes do ensino superior que carecem de dificuldades financeiras, porém nenhum deles é eficaz. Todos nós, penso, temos conhecimento de jovens que tiveram que abandonar o ensino superior porque não têm forma como continuar a pagar e, bateram a todas as portas e nenhuma delas se abriu. Ter um grau universitário é luxo nos dias que correm; Para como muitos dizem “sair da faculdade e ir direito para as filas do desemprego”, segundo o jornal de negócios existem 137.100 jovens desempregados, 21.300 ou seja cerca de 14% dos jovens desempregados têm licenciatura.

Nos últimos anos temos visto vários jovens a abandonarem o ensino superior e a ver as condições daqueles que conseguem prosseguir os estudos dificultadas é por isso que é urgente alterar os critérios de atribuição de bolsas de acção social e precisamos de ver o orçamento do mesmo aumentado. As propinas foram criadas para melhor a qualidade do ensino superior, no entanto estão a ser utilizadas para o pagamento de despesas correntes da comunidade lectiva (água, luz).

A juventude socialista deve lutar para que a o ensino superior público se torne acessível a toda agente, estando na linha da frente na a luta contra o abandono precoce do ensino superior, bem como na linha da frente para o apoio daqueles que têm capacidades para prosseguir os seus estudos mas que por razões económicas não o conseguem fazer.

Quando ouvimos a chanceler alemã dizer que Portugal tem demasiados licenciados, abril, quando a mesma retirou o pagamento de propinas nas universidades alemãs, tornando gratuito o ensino superior alemão.

É importante que a juventude socialista esteja do lado de todos os alunos mas, sobretudo daqueles que têm menos poder económico e que têm o mesmo direito a prosseguir os seus estudos que daqueles que têm mais poder económico.

1.º Subscritor: Abel Filipe Matinhos, Loulé

Pela criação de um Estatuto do Jovem Autarca

Camaradas Congressistas.

No período histórico que atravessamos, regista-se uma dissociação entre a nossa geração e o rumo autárquico das nossas localidades. Há um afastamento entre os cidadãos e a política⁹.

Este fenómeno que poderíamos caracterizar como uma questão geracional, apenas terá tendência para se agravar, face ao resultado desastroso da austeridade que enfrentamos e ainda face ao desemprego jovem, que permanece, em máximo também ele histórico e sem previsão de descida, limitando severamente as oportunidades de formação e de trabalho de toda uma geração que hoje em dia meramente sobrevive ou se vê forçada a sair do nosso país, abandonado entre outras coisas, o seu direito de participar ativamente na definição política da sua localidade.

Sabe-se que o exercício de funções autárquicas constitui um trabalho exigente. O estudo da documentação, da legislação, a participação nas diversas assembleias e reuniões, o contacto direto com a população e a elaboração de propostas são parâmetros de trabalhos que exigem aos autarcas uma profunda dedicação que se traduz em grandes quantidades de tempo dedicadas à função.

Nos termos do supra exposto e procurando ultrapassar a barreira que hoje, separa a nossa geração, de ser uma voz ativa na sua terra e de participar ativamente nas decisões que a irão afetar localmente, a ANJAS nos termos e para efeitos do seu objeto social e missão, considera, que têm de ser reconhecidos determinados direitos aos Jovens Autarcas, para que os mesmos sejam capacitados, numa fase crucial da sua vida (em que ainda frequentam instituições de ensino ou começaram a sua vida profissional), a poderem assumir responsabilidades autárquicas.

Sendo a criação de um Estatuto do Jovem Autarca, como forma de permitir a conciliação das responsabilidades autárquicas assumidas, com o começo da emancipação e início de uma carreira profissional, algo de essencial à renovação democrática dos nossos órgãos autárquicos e ainda à criação de novos quadros autárquicos, que possam representar da melhor forma, os seus concidadãos.

⁹http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_07_GMattiazzi%20%28nao%20revisado%29.pdf

O Estatuto do Jovem Autarca teria semelhanças com aquilo que é hoje o estatuto do dirigente associativo, replicando dele alguns direitos e definições permitindo que o jovem autarca não sofra, por força da sua participação cívica autárquica, um decréscimo da sua capacidade de acção profissional e/ou académica.

Pelo que a criação do presente Estatuto, será a garantia do trabalho de toda uma nova geração de Jovens Autarcas. Sendo também um reforço da sua dignidade e um sinal de respeito do estado e da sociedade pelo seu esforço em prol da comunidade em que estão inseridos.

Conclusão

A ANJAS, nos termos e com os fundamentos apresentados, apela à aprovação da presente Moção Sectorial que, em suma, defende:

1. **Criação de grupo de trabalho**, articulado entre a Juventude Socialista e a Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas, para **definição dos pressupostos e objectivos da criação de um Estatuto do Jovem Autarca**
2. **Criação de documento protótipo** de um futuro regulamento do Estatuto do Jovem Autarca Socialista
3. **Apresentação e votação em comissão política nacional** desta proposta de regulamento
4. **Partilha com os deputados da JS** na Assembleia da Republica desta proposta legislativa tendo em vista a sua aplicabilidade.

Pela valorização dos nossos autarcas, pelo fomento da participação dos jovens na vida autárquica e para que o exercício da cidadania não seja um obstáculo no decurso da vida profissional e académica, apela-se ao voto favorável a esta moção.

1.º Subscritor: Marco André Costa Ferreira, Trofa

A Crise no Ensino Superior e a Fuga do Conhecimento

A formação superior dos atuais e futuros jovens é, atualmente, uma prioridade para um Portugal integrado na União e competitivo no Mundo. Apesar de vivenciarmos atualmente tempos árduos, onde as oportunidades de primeiro emprego qualificado são escassas, e muitas das existentes em condições precárias, acreditamos ser fundamental apostar-se no Ensino Superior, enquanto meio de excelência para uma mais vasta empregabilidade, apostando em jovens detentores de conhecimento especializado, capazes de pensar, inovar, empreender novos projetos, bem como jovens política e socialmente conscientes e ativos, capazes de assumir lideranças futuras.

Levantamos esta problemática, da formação superior, não apenas para mencionar a importância dos números, da qualidade e necessidade da mesma, mas também para identificar alguns dos principais obstáculos com os quais nos deparamos atualmente. Estes problemas não são novos, mas têm sido agravados pelas políticas desta Coligação: são muitos os jovens que não podem estudar, não por falta de vontade ou capacidade, mas por questões financeiras. Apesar de, graças aos esforços e lutas dos movimentos académicos e juvenis, algumas destas medidas tenham sido atenuadas, os apoios financeiros aos estudantes carenciados continua a níveis atrofiantes, situação que, a médio prazo, poderá demonstrar-se danosa para o mercado de trabalho nacional.

Abordamos igualmente problemática das propinas: estas continuam acima dos mil euros anuais, sem qualquer perspectiva de redução. Não queremos um ensino superior público regulado por taxas moderadoras impeditivas, mas sim um ensino aberto e inclusivo.

As questões apontadas refletem uma dura realidade para os jovens atuais e futuros estudantes do Ensino Superior Público. No entanto, a realidade na fase seguinte da vida destes não parece muito risonha. Os jovens recém-licenciados de hoje vêm em mãos com um grave problema: um mercado de trabalho com poucas ou nenhuma oportunidade de primeiro emprego. Muitos são forçados a abandonar os seus projetos e, muitas vezes, as suas famílias, seguindo a indicação, não por vontade mas por força maior, dada por um governante desta Coligação: emigram. Também para estes, são necessárias soluções urgentes.

Desta forma, é nosso dever apresentar um conjunto de soluções práticas e abrangentes para o Ensino Superior e para o mercado de trabalho nacional, numa lógica de troca de sinergias entre estes. Sugerimos então que a Juventude Socialista integre, na sua ação política, as seguintes propostas:

- Alargamento dos requisitos para qualificação para atribuição de Bolsa de Estudo de Ação Social, por forma a abranger mais jovens;
- Alargamento das Bolsa de Estudo de Ação Social aos Doutoramentos;
- Alargamento dos Programas PEPAC, PEPAL e similares;
- Reconfiguração do Programa Garantia Jovem, não enquanto um veículo de precarização dos jovens e dispensário de mão-de-obra qualificada barata e subsidiada para as empresas, mas sim uma ferramenta de integração plena e digna destes no mercado de trabalho.

Nesta área, acreditamos que apenas uma forte política de Esquerda poderá combater as medidas neoliberais destrutivas desta Coligação, aplicadas ao Ensino Superior e aos Jovens, com o objetivo de tornar as Academias em meros centros de monetização do saber em prol das empresas e do capital, em detrimento de espaços nobres do Conhecimento, Ciência e Investigação.

1.ª Subscritora: Ana Massano, Lisboa

O Orçamento Participativo, ferramenta por excelência da participação política cidadão

O Orçamento Participativo (OP) ativo em Lisboa desde 2008, têm já uma história de promoção da participação política e da cidadania ativa que é difícil de ignorar. Esta plataforma serviu já para aprovar vários projetos que partiram de ideias de cidadãos comuns ou de organizações da sociedade civil, representando uma abertura da gestão de qualquer cidade a uma maior participação da sua população, fora dos atos eleitorais.

Atendendo ao sucesso deste formato, achamos que é legítimo querer alargá-lo a todas as autarquias do nosso país, tanto Câmaras Municipais como Juntas de Freguesia, esteja o PS no poder ou na oposição. Este objetivo seria alcançado em parceria com a ANJAS FAUL.

É também importante fazer uma reflexão sobre o conceito em si de Orçamento Participativo e sobre as mudanças que ainda podem ser feitas nessa plataforma, nomeadamente nos locais em que ele já está operacional há mais tempo.

A JS pode e deve assumir um papel de criação de projetos e mobilização para o voto, usando também esta plataforma para fazer avançar as suas agendas.

Cumpridos estes objetivos a JS deve também lançar para o debate nacional, a implementação do OP em autarquias de todo o país.

Sendo assim, esta moção propõe:

- Fazer o levantamento dos projetos vencedores de orçamento participativo existentes nas Autarquias/Freguesias, realizando um balanço do seu funcionamento até agora;

- Elaborar um calendário progressivo de apresentação de proposta de orçamento participativo nas autarquias onde ele não existir. No final desse calendário apresentar os resultados;

- Apresentar, nas autarquias em que o OP já existe, uma proposta que vá de encontro às aspirações da JS e/ou apoiar propostas já existentes via mobilização de militantes.

1.º Subscritor: Vicente Costa Alves, Lisboa

Mais comunicação maior proximidade

As autarquias locais constituem um motor impar da vida social e económica das regiões, os fregueses identificam-se com o quotidiano que os seus vizinhos imprimem no dia-dia criando verdadeiros habitats bairristas.

Nos dias de hoje a interação local enfrenta desafios inéditos por diversos motivos:

Em primeiro lugar um grande número de pessoas beneficia de uma mobilidade laboral e social, que impede o estabelecimento de residência fixa por 40 ou 50 anos como sucedia

na geração anterior. Esta mobilidade espacial é partilhada também pela comunidade universitária que opta por residir no centro de Lisboa, Porto, Coimbra, etc, durante os seus estudos e depois procura uma morada mais coincidente com os seus interesses, ou insere-se no cenário anteriormente referido.

Em segundo lugar a dinâmica das relações sociais bairristas foi alterada sobremaneira nos últimos anos, com um afastamento mútuo entre gerações mais velhas e mais novas pelo simples facto de não frequentarem os mesmos locais nem terem interesses explícitos comuns. Este afastamento é exprimido na inversão da pirâmide demográfica em zonas da cidade que antes primavam pelo fulgor diário das suas actividades e agora são vistas como repositório de gerações aposentadas.

Por outro lado, no que diz respeito às políticas locais, a responsabilização pelas acções dos órgãos autárquicos deve ser feita no dia-dia e não de 4 em 4 anos, permitindo manter, por um lado, estreita relação com a população e, por outro, evitar erros de gestão massivos.

Para responder a estes desafios achamos ser fundamental fomentar mais e melhor comunicação entre os autarcas, a população e entre a própria população. O alargamento das competências e do tamanho das freguesias pode ser visto como uma ameaça à interacção local, no entanto, nós encaramos como uma oportunidade para criar novos mecanismos de consulta e interacção popular.

Este tipo de instrumento já existe em Portugal e dá-se pelo nome de “A minha rua. Através desta plataforma é possível reportar ocorrências, pesquisar aquelas que já foram apresentadas e deixar um ou mais comentários.

Esta ferramenta é extremamente útil na comunicação com as respectivas autarquias mas apresenta ainda algumas falhas como a inexistência da plataforma em imensas autarquias e limitações tecnológicas, nomeadamente, a limitação ao envio de sugestões, reclamações ou pedidos à autarquia em sentido epistolar, com foto ou texto em anexo, não incentivando a interacção entre o cidadão e a autarquia na resolução dos problemas levantados.

Na nossa opinião estes mecanismos de sugestões deviam funcionar não numa lógica de pergunta –resposta em circuito fechado entre a instituição e o cidadão, mas sim em rede entre todos os cidadãos e o órgão público em causa, numa verdadeira Ágora (dar o salto da web 2.0 para a 3.0 ou web semântica)

Neste sentido reformular-se-iam as actuais plataformas vigentes de modo a acomodar novas funcionalidades, seria possível a todos os fregueses terem uma conta, no portal de

cidadão ou outro, e fazerem pedidos, notificarem situações, divulgarem eventos do interesse dos habitantes daquela região, isto possibilitaria:

- Estabelecer um contacto muito maior entre as populações da região de duas formas, não apenas denunciando aquilo que acham estar mal na freguesia, mas também partilhando a visão que têm para o futuro da mesma. Os pedidos poderiam surgir em vários níveis de subsidiariedade, desde freguesias a distritais, permitindo agregar as reivindicações e sugestões das pessoas consoante o impacto daquilo que propõem.
- Colmatar falhas que resultam, diversas vezes, da falta de sensibilização e informação para problemas que seriam de fácil resolução com a colaboração de todos.
- Fomentar o contacto directo, rápido e franco com as instituições locais, a velocidade a que algumas ocorrências se processam hoje aumentou exponencialmente, o que requer uma capacidade de notificação maior e uma resposta igualmente assertiva.

Uma das principais reservas apresentadas é a possibilidade de estas formas de interacção isolarem fisicamente as populações pela circunscrição da sua interacção ao meio informático. Felizmente isto nunca sucederia pois aquilo que se pretende é incentivar a comunicação virtual para impulsionar a acção local. O que é proposto é criar mecanismos relacionais anteriormente inexistentes, não eliminar ou sobrepor os já existentes.

Concluindo, os jovens da autarquia pensam ser essencial acompanhar o evoluir dos tempos e providenciar formas de participação ajustadas às novas exigências da era da informação/comunicação.

Assim o Congresso Nacional da Juventude Socialista deve deliberar no sentido de :

1. Sensibilizar os jovens para a importância das tecnologias de informação no exercício da cidadania num futuro próximo.
2. Expor às autarquias, onde a JS esteja representada nas assembleias municipais, a relevância e funcionalidades que a plataforma “A minha rua” e, caso não esteja implementada, propor o seu uso quotidiano.

Pedimos a este Congresso Nacional que faça aprovar esta moção e vincule a Juventude Socialista a mais uma e grandiosa causa social.

1.ª Subscritora: Ivane Domingues, Lisboa

Moção pela equidade do acesso ao ato eleitoral por parte do indivíduo com mobilidade reduzida

Lista de Siglas

AEMR – Acesso Eleitoral Mobilidade Reduzida* CNE – Comissão Nacional de Eleições

CP – Código Penal

CRRE – Centro de Recolha de Resultados Eleitorais

CRP – Constituição da República Portuguesa DGAI – Direção Geral de Administração Interna EU – União Europeia

LEOAL – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais

*VMR – Voto Mobilidade Reduzida (alternativo)

O quê?

Permitir a concretização do direito de sufrágio dos cidadãos eleitores com mobilidade reduzida, na defesa da equidade, nos seguintes atos eleitorais:

- Eleições Europeias;
- Eleições da Assembleia da República;
- Eleições dos Órgãos das Autarquias Locais;
- Eleições do Presidente da República;

Para quem?

Qualidade onde se insere o eleitor que goze da capacidade eleitoral ativa*, mas não tem capacidade de se deslocar à Assembleia de Voto. Cenários previstos:

- Eleitor portador de deficiência motora, previamente diagnosticada – os quais se desloquem via canadianas, via cadeira de rodas ou estejam acamados – grau de invalidez física devidamente reconhecido pelo acompanhamento de uma junta médica;

- Eleitor cuja capacidade de se deslocar para fora da residência seja reconhecida enquanto nula, deverá fazer-se acompanhar de uma junta médica – Idosos essencialmente;

- Eleitor que temporariamente se encontre sem possibilidade de se dirigir à mesa de voto (único caso de carácter não permanente) – devidamente reconhecido pelo acompanhamento de uma junta médica que comprove que o indivíduo não se pode deslocar dentro do período previsto para as eleições;

* É Cidadão Português Eleitor aquele que: inscrito no recenseamento eleitoral quer no território nacional quer no estrangeiro, bem como cidadãos de nacionalidade brasileira, maiores de dezoito anos e recenseados em Portugal, que beneficiem do estatuto de igualdade de direitos políticos.

Porquê?

Atualmente enfrentam-se exigentes desafios face à redução da taxa de abstenção eleitoral, paralelamente à sustentabilidade e coesão social. Sendo que a proposta visa a inclusão social, defesa do Estado de Direito e dos valores da Democracia (participativa) vigente em Portugal.

Rege segundo os princípios de uma democracia participativa o direito de participação no ato eleitoral, por parte de qualquer cidadão português. A proposta em causa procura a garantia/ defesa dos direitos do indivíduo à luz da CRP e da LEOAL. O apelo ao voto direto é um mecanismo de uso absoluto a nível partidário, lista partidária que é eleita a partir de um voto legível.

Atualmente os cânones que regem a democracia estão a ser colocados em causa. A população ativa sofre um duro golpe na sua ação, agindo segundo princípios de descrença e de uma maioria significativa de abstenção. A conjugação destes fatores provoca, na atual conjuntura, um distanciamento entre a elite política e a população, uma vez que a elite é eleita por essa mesma população. Sendo que um dos objetivos passa pela redução desse distanciamento e conseqüente redução da taxa de abstenção em Portugal.

O acesso ao ato eleitoral deve ser realizado de forma unânime, como vem descrito na CRP. Esta falta de unanimidade tem como resultado uma disparidade entre o número de eleitores e a população. A dificuldade de acessos para a realização deste ato está inerente à própria falta de plataformas para pessoas com mobilidade reduzida.

Para além desta vicissitude existem ainda pessoas que não tem possibilidade de se mobilizar, seja pela região onde habitam ou pelas diversas condições humanas.

Concluindo a preservação da igualdade de oportunidades deve ser tida em conta em todos os atos, sejam de cariz política ou social, sendo neste caso de ambas, concretamente face ao ato eleitoral. A redação desta proposta procura alertar para o colapso desta mesma desigualdade e o resultante impacto na não participação eleitoral. Partindo do pressuposto de que cabe a um Estado a garantia do Bem-Estar, Justiça e Igualdade.

No que toca à desigualdade, após uma longa investigação, foi possível constatar que na EU, existem apenas 3 (três) Estados Membros que não preveem alternativas quanto ao ato eleitoral face ao deficiente motor. Esses Estados Membros são nomeadamente: Portugal, Grécia e Chipre.

Os restantes 25 (vinte e cinco) membros da EU conseguem garantir um voto acessível, isto é, acessibilidade e mecanismos capazes de suprimir a necessidade de deslocação à Assembleia de Voto. A proposta toma um novo rumo face a esta realidade, procurando desenvolvimento segundo os quadros de análise da EU.

A nível mais micro, não excluir ninguém será sempre a prioridade de ação desta proposta e é com ela, que se quer chegar junto das populações e mais concretamente da população com dificuldades motoras.

Onde?

Inicialmente visa-se a seleção de uma ou mais freguesias do Concelho de Lisboa, para servir de projeto piloto. Uma vez que as juntas de freguesia conseguem chegar mais perto da população. Segundo a Lei 56/2012 de 8 de Novembro, as freguesias deste mesmo distrito, passaram de 53 (cinquenta e três) a 24 (vinte e quatro). Nomeadamente:

O ato eleitoral nesta exceção passará a tomar lugar na residência do indivíduo com mobilidade reduzida. Sugerindo ainda a inclusão de lares e instituições de reabilitação/habitação onde estes casos se verifiquem.

Como?

A reunião do número de indivíduos deverá ser realizada, inicialmente, através de uma análise detalhada dos censos, pelo contacto direto com a população e pela devida articulação com a autarquia local. A proposta prevê a criação de uma base de dados online na qual os indivíduos nesta situação se possam inscrever, fazendo-se acompanhar de uma

junta médica. Devidamente divulgado em cada página de internet das juntas de freguesia, de modo a que seja possível, aos eleitores, tomar conhecimento dos seus direitos.

O indivíduo portador de deficiência motora passará a beneficiar de um estatuto equivalente ao de voto antecipado, no que toca a marcação da data previamente estipulada a cada ato eleitoral. É ainda necessário incorporar o possível cenário de voto acompanhado, por parte do eleitor.

Por último, no ato do voto, o indivíduo terá de reconhecer a unicidade do ato eleitoral, isto é, que apenas se pode votar uma vez em cada ato eleitoral previsto. Em anexo encontra-se uma minuta realizada para oficializar o reconhecimento deste ponto por parte do eleitor.

Quem?

Existem vários cenários possíveis/ discutíveis no que toca à definição da equipa que ficará encarregue de reunir os dados dos indivíduos a incluir nesta exceção e de se deslocar às habitações.

Esta equipa poderá ser composta por um representante de cada lista candidata, um membro da CNE, ou ainda de um membro da autarquia local, de modo a alcançar uma total transparência, evitando qualquer tentativa de corrupção/ invenção. Ou ainda, pelo presidente da câmara, como previsto no estatuto de ato eleitoral antecipado.

Sendo por último necessário assegurar uma forte articulação e reconhecimento desta cláusula entre todos os instrumentos utilizados, pelo poder político, no ato eleitoral. Instrumentos que proporcionam a realização e conclusão oficial do ato eleitoral, designadamente a DGAI e seus departamentos, como são a CNE, CREE e o Portal do Eleitor. O reconhecimento presente na LEOAL será um passo também essencial.

Quando?

O projeto piloto tomaria lugar no próximo ato eleitoral em Portugal, que diz respeito às Eleições da Assembleia da República em 2015. O reunir dos números e contacto com os indivíduos em causa, terá de ser agendado previamente, sugerindo este trabalho tomar lugar entre Janeiro e Março de 2015.

Função da Juventude Socialista?

Pede-se junto da JS o apoio e cooperação a fim de conseguir realizar os pontos descritos, na presente minuta. O apoio pedido, não será apenas na realização, mas também na ação e promoção, de forma a conseguir uma realização total da proposta.

Conclusão:

A proposta que é apresentada visa uma total inclusão da população com mobilidade reduzida. O seu espectro de ação será, num primeiro momento a nível piloto e a longo prazo, por uma total implementação. O apoio da classe política, será primordial a fim de conseguir que seja um projeto lei e assim que leva a sua implementação. Os pontos que são descritos na moção são de total inclusão e o seu espectro de ação também.

Com esta proposta esperamos conseguir um ato eleitoral, igual ao que é preconizado por toda a União Europeia e que leve a uma decrescente na abstenção eleitoral. Inspiram-nos os princípios vertidos na Constituição da República Portuguesa, fundados nos valores preconizados pelo socialismo democrático, com respeito pela igualdade entre os membros da nossa comunidade.

Assim, apelamos à vossa compreensão e cooperação, na criação de algo melhor e mais inclusivo, pedimos a este Congresso Nacional que faça aprovar esta moção e vincule a Juventude Socialista a mais uma e grandiosa causa social.

1.º Subscritor: Júlio Proença , Lisboa

Pela valorização do trabalho e rejeição da precariedade

Caros Camaradas,

Creio ser de vosso conhecimento que o artigo 53º da Lei Fundamental consagra a garantia à segurança no emprego, traduzindo-se a mesma num direito do trabalhador a não ser despedido sem justa causa, mas também, a ser protegido de todas as situações que se traduzam numa injustificada precariedade da relação de trabalho.

Com esta premissa na sua génese, o Código de Trabalho português veio estipular que os contratos a termo certo só podem ser celebrados para satisfação de necessidades temporárias da empresa, taxativamente definidas, e pelo período estritamente necessário à satisfação dessas necessidades, cuja vigência máxima será de 3 (três) anos, funcionando estes limites como uma decorrência natural do direito e princípio constitucional supra referido.

Não restam dúvidas que estes preceitos legais pretendem, na sua ratio, proteger os interesses dos trabalhadores contra a precariedade da relação laboral.

Posto isto Camaradas, cabe destacar que é de conhecimento geral que nos tempos que correm não só não é feita uma necessária e devida fiscalização às “razões justificativas” alegadas pelos empregadores para celebrarem este tipo de contrato, como se tem vindo, sucessivamente e deliberadamente, a alimentar uma política de precariedade no trabalho aumentando o período máximo pela qual os contratos de trabalho a termo podem vigorar.

Note-se que vamos já na segunda alteração legislativa (Lei 3/2012, de 10 de Janeiro e Lei 76/2013, de 7 de Novembro), ambas operadas pelo actual Governo, a estabelecer um novo regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo aumentando-se, naturalmente, o período pelo qual os trabalhadores podem ser mantidos nesta situação de instabilidade e insegurança pelos empregadores. Hoje, alguns dos contratos de trabalho a termo já celebrados poderão vigorar por um período de 5 (cinco) anos.

Digo naturalmente, pois sabemos que a política do actual Governo tem fielmente seguido a linha da desprotecção do trabalhador e da promoção da precariedade do vínculo laboral, tendo inclusivamente o actual Ministro do Emprego, aquando da discussão sobre a aprovação da segunda alteração legislativa, dado a entender que este tipo de contrato é um meio eficaz de combate ao desemprego, pois a solução para os empregadores seria a de não contratar se não pudessem contratar a termo.

No fundo, a meu ver, isto é o mesmo que dizer que os empregadores estariam até dispostos a fechar as portas das suas empresas, uma vez que, poucas serão aquelas que conseguiram funcionar sem trabalhadores, mas jamais estariam dispostos a celebrar contratos de trabalho por tempo indeterminado.

Camaradas, o contrato de trabalho a termo é por natureza precário, o que contraria o aludido princípio constitucional de segurança no emprego – ou, se se quiser, constitui um desvio àquele princípio – e é por isso que se exigem apertados requisitos para que estes

contratos possam existir e vigorar, flexibilizar esses requisitos será contrariar os ditames da nossa Lei Fundamental.

Digo mais, em sistemas mais restritivos quanto à possibilidade de fazer cessar o vínculo laboral, como é o caso português, o recurso à contratação a termo é uma forma de contornar esse mesmo regime e, portanto, de desproteger o trabalhador e vergar os princípios laborais pelos quais nos regemos aos interesses dos empregadores e suas empresas.

Assim, se esta moção for por vós aprovada, creio que podemos fazer renascer esta temática de tão grande impacto na vida dos jovens trabalhadores e demandar a revogação destas alterações legislativas, exigindo que se mantenha apenas aquele que é o disposto no Código do Trabalho e defendendo-se assim os ditames da Constituição da República Portuguesa.

1.ª Subscritora: Andreia de Brito, Loures

Crescimento económico via investimento público

O momento que atravessamos não é positivo porém medidas concretas de apoio social e económico podem ser tomadas, de modo a reduzir a assimetria entre os ricos e os pobres, apoiar as empresas e o emprego, investir em I&D, a fim de apresentarmos um crescimento económico sustentável e permanente. O investimento público possibilitará a existência de mais dinheiro na economia, que por sua vez fazem aumentar o consumo e, consequentemente, a produção.

O crescimento económico é extremamente importante pois permite o aumento de receitas que podem ser usadas para proporcionar melhores níveis de vida à população (principalmente as classes mais baixas), através de políticas redistributivas do rendimento.

Em plena era da globalização, os mercados de trabalho e do produto apresentam um elevado grau de concorrência. Qualquer país que se queira manter competitivo tem de

apostar numa inovação constante das formas de produção e ter em conta os produtos nos quais tem vantagem comparativa.

Portugal apresenta um conjunto de fragilidades estruturais que condicionam o desenvolvimento da economia. Os baixos níveis de produtividade colocam em causa a competitividade internacional das empresas nacionais. Os factores causadores deste problema são a baixa qualificação dos factores de produção, especialmente do capital humano, que num contexto de constante progresso técnico é um condimento essencial; o baixo nível de investimento em I&D, que limita a inovação e o acesso a tecnologias mais produtivas, e por último a existência de produtos pouco competitivos no mercado internacional.

Para que Portugal consiga atingir maiores níveis de competitividade é necessário apostar na qualificação, uma vez que o desenvolvimento tecnológico exige uma maior complementaridade entre capital humano e físico. É também crucial atrair projectos de IDE com progresso técnico incorporado. Para tal é necessário melhorar o ambiente para a realização de negócios através da simplificação de processos administrativos e da melhoria da eficiência e da concorrência.

Portugal não tem que produzir em quantidade, mas essencialmente em qualidade. Sectores como o turismo, o mar e as energias renováveis tecem de um investimento avultado, mas são, sem dúvida nenhuma, áreas que proporcionarão um maior crescimento e, portanto, uma ‘reviravolta’ na balança de mercadorias, que apresenta constantemente um deficit acentuado.

Basta analisar a balança de serviços para vermos que o turismo é uma das principais fontes de receita da nossa economia. Portugal tem um clima invejável para a maioria dos países mundiais e apresenta uma costa como muito poucos têm.

O turismo deve, por isso, ser a principal fonte de receitas do nosso país já num futuro próximo, dado que Portugal possui um dos territórios mais belos e diversificados de todo o mundo, capaz de satisfazer todos os turistas, dos mais aos menos exigentes.

O turismo pode ser seguramente a área que mais retorno poderá dar a Portugal mas, para que isso aconteça, é imperioso que se faça um investimento seguro, cuidado e com qualidade, de modo a tornar este negócio mais apetecível e atractivo.

O mar é outra “marca” nacional reconhecida à escala internacional. Portugal é a justo título considerado como um país íntima e historicamente ligado ao mar. O mar deve ser encarado como um projecto nacional mobilizador dos cidadãos e partes interessadas, para

que possa haver o aproveitamento dos nossos recursos marítimos, não só implementada pelo estado mas posto em prática pelos agentes económicos.

O sector da energia é estratégico para o aumento da competitividade da economia nacional, seja através da redução da factura energética, seja através de medidas para a protecção do ambiente, tendo em conta as alterações climáticas, seja através do contributo para a modernização tecnológica dos agentes económicos e das empresas. Só com o desenvolvimento de uma consciência energética e ambiental que seja comum à indústria, à construção, ao comércio, aos serviços e também ao turismo, poderá Portugal diminuir as emissões atmosféricas poluentes.

Nesta área, Portugal deve ser capaz de investir de forma a aumentar a eficiência energética e a redução das emissões de CO₂, no aumento da qualidade do serviço e incentivar a concorrência. Uma aposta nas energias renováveis, área em que Portugal é líder, seria uma medida que iria reduzir a dependência externa, o que consequentemente tornaria a balança de mercadorias menos deficitária, visto que a maior parte das importações portuguesas pertence ao sector energético.

O investimento em I&D deve também ser um ponto importante no crescimento económico, pois só produzindo produtos com qualidade e mais competitivos internacionalmente poderemos melhorar a nossa economia. Portugal possui dos melhores cientistas e das melhores universidades na área da descoberta de novos produtos, porém falta investimento nesta área. É necessário apoiar os investigadores e criar parcerias com as empresas de investigação.

No entanto, nunca haverá crescimento económico sem trabalhadores qualificados e competitivos. Como já foi dito atrás, o crescimento económico deve acontecer via produtos com qualidade e, para que isso aconteça, tem que haver formação e qualificação do capital humano.

Para que o crescimento económico sustentável seja uma realidade em Portugal, propomos à JS - Nacional a criação de um fórum de discussão, que angarie um conjunto de propostas práticas, que serão posteriormente apresentadas ao PS Nacional a fim de entrarem em vigor, como políticas estruturantes para o país.

Este fórum terá como objectivo reunir as várias propostas de aumento do investimento público de forma a aumentar o crescimento económico nas seguintes áreas que consideramos estruturantes:

- No sector do turismo, a JS - Nacional deverá desenvolver políticas que defendam uma linha de apoio às empresas do sector, baseada em contrapartidas financeiras, bem como um aumento dos cursos de formação técnica nesta área específica.

- No sector marítimo, a JS - Nacional deverá adoptar políticas que façam do mar uma aposta constante e sustentada, aproveitando todos os recursos que nos são cedidos pelo mesmo, aumentando a investigação nesta área e investindo na mesma;

- Na área energética, sendo já o nosso país líder, a JS – Nacional abordar temas como o aumento do investimento neste sector, a internacionalização das empresas, quer através do incentivo ao investimento público, como no sector privado;

- Para a melhoria do I&D e atracção de IDE, a JS – Nacional deve procurar arranjar alternativas exequíveis que apoiem as empresas do sector e que incentivem o investimento nesta área (aumento da percentagem libertada para o investimento tecnológico no orçamento de Estado, simplificando os processos administrativos e de licenciamento, etc.);

- Na área da formação profissional, a JS – Nacional deverá defender e adoptar medidas que aumentem a qualificação profissional dos portugueses, de modo a que estes possam ser cada vez mais competitivos nacional e internacionalmente.

Esta moção baseia-se essencialmente na criação de um espaço de diálogo, de modo a acrescentar e, se necessário, substituir/reformular algumas das medidas apresentadas.

A JS, como estrutura política proactiva e que apoia a inovação, a tecnologia e o desenvolvimento económico sustentável, deve incentivar o aumento das exportações, através da criação de produtos e trabalhadores mais competitivos internacionalmente.

Como Keynes defendia: “É em alturas de depressão económica que os investimentos públicos são importantes. Ao aumentar os gastos públicos, iremos aumentar a procura, a produção e o rendimento e quanto maior for a produção, menor será o desemprego e, consequentemente, haverá mais dinheiro a circular na economia.”

Preparando o futuro, inovando e dinamizando a economia portuguesa, teremos um crescimento económico mais sustentável, fazendo de Portugal líder nas áreas estratégicas.

Viva JS! Viva PS! Viva Portugal!

1.º Subscritor: Sérgio Miguel Pais, Lisboa

Introdução do Ensino da União Europeia nos currículos do 2º e 3º Ciclo de Ensino.

Portugal faz parte da União Europeia desde 1986, mas ainda hoje muitos Jovens Portugueses não conhecem o papel que a UE tem no nosso dia-a-dia. Os vários Euro barómetros realizados a nível europeu indicam que os Portugueses estão no grupo de cidadãos que têm uma imagem mais negativa do que positiva da UE. A verdade, é que com a crise económico-financeira Internacional, essa percepção acentuou-se por algumas franjas da sociedade e alguns Partidos venderem a ideia de que estaríamos melhor fora do União Europeia e da Zona Euro.

Não conhecendo outra realidade, a não ser a da pertença à União Europeia como algo natural, a verdade é que, os jovens continuam a não assumir-se como cidadãos europeus, desconhecendo muitas vezes os direitos que a cidadania europeia lhes confere. Este afastamento dos jovens relativamente à União Europeia tem o seu expoente máximo nas eleições para o Parlamento Europeu, em que é o grupo etário que menos vota.

Estando o Futuro da Europa nas nossas mãos e das gerações que nos sucedem, é urgente criar nos jovens o interesse por saberem o que de facto é a UE, as vantagens que nos traz pertencer a este grupo de países que decidiram há mais de 60 anos unir-se para juntos conseguirmos uma Europa em paz, solidária e com menos assimetrias económica e sociais.

Acreditamos que uma das formas que aproximariam os Jovens da UE, e consequentemente diminuiriam o desconhecimento que têm sobre a importância desta no nosso dia-a-dia, seria através da introdução desta temática no programa curricular do 2º e 3º ciclo, para que os nossos jovens comecem desde cedo a mostrar interesse em conhecer melhor o que é a União Europeia. Actualmente, esta temática faz apenas parte de forma bastante resumida do programa de História do 9º ano, e de forma mais aprofundada no programa de História do 12º ano.

É urgente encontrar uma estratégia que leve os jovens a perceber o que é a UE e qual a sua importância, para que de uma forma mais esclarecida possam decidir o Futuro desta organização supranacional da qual muito nos orgulhamos de fazer parte.

Propomos que a Juventude Socialista, como organização política Progressista e Europeísta:

- 1. Debata internamente estratégias que levem os jovens a mostrarem interesse em saber a importância que a decisões tomadas nas instituições Europeias têm no nosso dia-a-dia;**
- 2. Promova um workshop/Conferência aberto à Sociedade Civil, vocacionado para os jovens, em se apresente de forma sintética e perceptível o Funcionamento dos órgãos da EU;**
- 3. Defenda a introdução de uma disciplina/ ou de um Capítulo no programa de História no 2º e 3º Ciclo de Ensino, em que se aborde esta temática.**

1.º Subscritor: Hugo Rodrigues, Lisboa

A solidão na terceira idade – Amanhã não serei eu

Caros camaradas,

Atualmente, o país vive assombrado por uma realidade marcada pela tragédia e pelo sofrimento: idosos vivem sós, em locais isolados ou acompanhados somente por outros idosos.

Segundo a notícia publicada a 3 de fevereiro de 2012 pelo “Diário de Notícias”, “Cerca de 400 mil idosos vivem sós e outros 804 mil vivem em companhia exclusiva de outros idosos - um fenómeno que aumentou 28% ao longo da última década. É nas regiões de Lisboa (22%), Alentejo (22%) e Algarve (21%) que se verificam as mais elevadas percentagens de idosos sozinhos.”

Este facto tem trazido consequências bastante graves e irremediáveis, como as retratadas pela “Renascença” a 1 de fevereiro de 2012: “A PSP registou, durante o ano passado, 2.872 casos de idosos encontrados mortos em casa.”

Outra notícia: “Desde o início do ano até ontem, foram encontrados mortos em casa dez idosos, só em Lisboa.” Isto foi apenas publicado no dia 26 de janeiro de 2012.

Tudo isto se revela verdadeiramente preocupante e o número de mortes tem vindo a aumentar nos últimos anos, segundo dados das entidades competentes.

Face ao exposto, consideramos essencial, no processo de combate ao horror vivido pelos nossos idosos, o papel da Juventude Socialista, pois, apesar do apoio de todas as entidades e associações envolvidas nesta luta, os números não cedem.

Nesta medida, propomos:

- Organização de equipas de apoio a idosos identificados em situações de perigo;
- Cada membro da juventude socialista, de cada região do país, poderia direccionar a sua acção à freguesia em que reside, objetivando-se a descomplicação de transportes e a receção dos jovens por parte dos idosos, no fundo, a maior organização do projeto;
- Falamos, portanto, em visitas cuja regularidade deverá ser definida por cada núcleo socialista, visitas nas quais poderíamos fazer companhia aos idosos por alguns minutos, menos ou mais, como queiram, porque o pouco que faremos vai servir, certamente, de muito;
- Todos deverão estar devidamente identificados, obviamente;

O objetivo deste programa será, portanto, fazer companhia aos idosos, tentando perceber, ao mesmo tempo, nas condições em que se encontram, pois, muitas vezes, os nossos vizinhos de rua encontram-se em situações extremas que toda a gente desconhece, até mesmo os familiares. Deste modo, poderíamos contribuir para a sinalização e resolução dos problemas percecionados, alertando as entidades competentes. Para além disso, tentar persuadir os idosos para a socialização, por exemplo, tentar convencê-los a frequentar determinado local todos os dias, pois, dando pela falta do idoso, conseguiremos evitar alguma situação de risco, ou, nos casos de difícil locomoção, sensibilizar os vizinhos a auxiliarem o próximo. No fundo, criar toda uma rede social que previna o aparecimento de casos como os retratados inicialmente.

Concluindo, apelamos a todos a vossa colaboração. Quanto mais não seja pela percepção da típica expressão: “Hoje são eles, amanhã somos nós”.

Além dos mais, tudo o que somos, a eles o devemos. Não falo do suporte das carreiras brilhantes que muitos dos que aqui estão presentes certamente têm, falo das capacidades mais elementares: comer, andar, falar, para não chegar ao patamar da nossa identidade cultural. Portanto, é nosso dever apoiá-los na fase mais difícil da vida deles, assim como iremos desejar que nos apoiem na nossa.

Por outro lado, se a Juventude Socialista é uma organização política de jovens que visam uma sociedade mais livre, justa e solidária, vamos valer essa designação.

1.ª Subscritora: Mariana Sampaio de Magalhães Pires, Fafe

Programa fiscal direccionado aos jovens empresários

Actualmente, o mercado de trabalho e os jovens parecem viver de costas volta um para o outro. Ao inverso, do que assistíamos no final da década de 90, onde o desemprego se situava nos 4% ou até mesmo no início do século XXI, em 2000, onde se registou a taxa mais baixa desde 1974, com uma percentagem de 3,9%, uma realidade que parece estar novamente tão longe. Decorrente da época, a população portuguesa activa desfrutava da opção de escolha, entre o variado leque de propostas de emprego, o nível de remuneração e o excesso de habilitações não era visto como problema, tanto que, até 2003 o número de licenciados desempregados de longa duração, era tão pouco expressiva que nem sequer tinha representatividade estatística no INE.

No entanto, a sociedade portuguesa sofreu mutações inesperadas no contexto económico e social, arrastando consigo a instabilidade do mercado de trabalho. Assim, confrontamos com uma realidade completamente distinta, que se verifica, muito devido às dificuldades financeiras das empresas, uma maior tendência para recrutamento para cargos com pouco experiência, bem como, a procura de profissionais técnicos, asfixiando deste modo os jovens que possuem formação superior, que representam 12,90% do desemprego qualificado. Afirmado por alguns que evocam que Portugal tem excesso de licenciados entre 15 e os 64 anos, com estudos superiores concluídos, representando uma percentagem de 17,6%, leva-nos a observar se carece de ser motivo para justificar a alta taxa de desemprego, como à falta de políticas de emprego e crescimento económico.

Por conseguinte, existe dados estatísticos que não devem ser ignorados, nomeadamente relativamente ao desemprego jovem que se encontra nos 36,4%, ainda que os diplomados assegurem o mais fácil acesso ao mercado de trabalho. Não obstante, julgamos ser necessário que os responsáveis políticos despertem, combatam com sentido de

determinação e interrompam o avanço do desemprego e as consequências inerentes, dado, neste momento não representa apenas a insegurança para muitas famílias, mas sim, colocando em causa o Estado Social.

Por imposição da actual situação, os jovens defrontam-se com duas opções de concretização a curto e médio prazo na vida profissional, sendo que uma alternativa passa por cada um dos jovens se juntarem aos milhares de jovens emigrados ou então investir na constituição do seu próprio emprego. Deste modo, a resolução para os elevados níveis de desemprego, e o qual tem vindo a ser defendido por alguns economistas, que antevêem que o futuro desta “epidemia”, passa pelo forte investimento em políticas de emprego. Assim, por consequência das restrições do financiamento das empresas, o Estado terá que ter um papel interventivo, impulsionador e dinamizador, visto que não terá outra opção, senão gastar dinheiro para que as pessoas criem a sua própria empregabilidade.

Esta proposta, tenciona ir de encontro aos aspectos atrás evidenciados, nomeadamente, pretende-se que seja mais do que uma orientação, mas sim, uma proposta-lei, para que sejam criadas mais empresas, mas objectivo primordial de se constituir novos postos de trabalho associados.

Proponho que seja criando um programa fiscal específico, comparado ao regime de transparência fiscal (art.º6 CIRC), que existe actualmente, e é aplicado as sociedade de profissionais constituídas para o exercício de uma actividade profissional, denominadas de profissões liberais constantes da lista do art.º 151 do Código do IRS, nas quais todos os sócios são pessoas singulares e profissionais dessa actividade. Em consonância a este regime criar uma alteração fiscal, que seja destinado a sociedades comerciais constituída por sócios ou empresários em nome individual com contabilidade organizada, com idades compreendidas entre 18 e os 35 anos, com sede ou direcção efectiva em Portugal, onde tal como no regime de transparência fiscal, a matéria colectável é imputada aos sócios no seu rendimento tributável para efeitos de IRS, aplicando neste programa, as taxas de tributação da categoria A.

A partir deste regime as sociedades comerciais e empresários em nome individual não ficam sujeitos, ao pagamento especial por conta, imposto que incidem sobre o volume de negócios, e do pagamento por conta, que incide sobre lucro tributável, assim como, a imputação dos resultados aos sócios ficam igualmente não sujeitos a retenção na fonte.

O regime cessará quando atingir duas das restrições, pela via da idade e/ou pela via do volume de negócios. Na primeira limitação, cessa quando metade dos sócios atingirem os 36 anos de idade, ou no caso de sociedade unipessoais e empresários em nome individual

atingir o limite previsto. Pela via da segunda imposição, cessa quando a sociedade atingir por dois anos consecutivos um volume de negócios superior a 150.000€.

Apresentamos, um complemento a esta proposta, no âmbito de apoio a contratação de postos de trabalho, para além das medidas existentes actualmente, como o estímulo emprego ou incentivo emprego, etc. Propomos a dispensa de contribuições para segurança social por parte da entidade empregadora, que se enquadrarem nesta proposta, e celebrem contratos sem termo, apenas com a única condição de ser jovens com idade compreendida entre 18 a os 35 anos, eliminado a obrigação ser 1º emprego e/ou de estar inscrito no IEFP ou não, condição para as actuais medidas.

Portanto, ambicionamos com esta proposta trazer alguns benefícios aos jovens que procuram com desejo e necessidade a retoma ou integração no mercado trabalho, onde actualmente residem num país onde a carga fiscal se encontra em níveis estratosféricos tornando-se um impedimento para abraçar um projecto em nome pessoal. Consideremos ser fundamental criar novos mecanismos, tendo em conta, que os impostos representam um custo significativo para tesouraria de qualquer empresa, colocando em causa o seu crescimento e expansão.

A realidade empresarial está modificada e não existindo um investimento público, só resta aqueles que pretendem permanecer no país de nacionalidade, criar todos esforços para manter uma actividade profissional, que lhe transmita estabilidade social no seu contexto envolvente. Por fim, defendemos que deverá existir uma reforma no sistema fiscal, mais completo, mais próximo da identidade da actividade empresarial.

1.ª Subscritora: Olga Filipa Fernandes Freitas, Fafe

Um Boletim por uma Europa mais próxima!

A Juventude Socialista é uma organização política que privilegia a defesa dos valores do socialismo democrático e da República, visando uma sociedade mais livre, justa e solidária, no respeito do pluralismo de expressão e da democracia interna e externa.

Para que estes valores democráticos se verifiquem também a nível externo, ou seja, a nível europeu, penso ser pertinente propor uma alteração na escolha do representante nacional na Comissão Europeia.

Como sabem, atualmente, o comissário europeu é nomeado pelo governo, sendo que é do nosso entender que esta nomeação não é representativa da vontade da maioria democrática.

Não devemos nunca afastar totalmente a política externa da realidade nacional. A verdade é que os cidadãos portugueses são, nos dias que correm, atingidos pelas políticas europeias de forma direta e irreversível. Sabemos que é necessário promover uma aproximação do eleitorado português ao projeto europeu. É preciso ultrapassar a ideia de que Bruxelas é uma terra longínqua que nada pode fazer para influenciar o nosso país.

Sentimos, por isso, que estes devem ter o direito de manifestar a sua preferência quanto à personalidade que os representará na Comissão Europeia. Assim sendo, na nossa opinião, a eleição direta do comissário europeu nacional, a par das eleições europeias, será uma forma dos cidadãos sentirem que têm uma palavra a dizer no que toca a matérias europeias.

A proposta consiste simplesmente em acrescentar um boletim de voto às eleições europeias, em que estão representados um candidato de cada partido a comissário europeu, de modo a que os eleitores possam eleger a pessoa que consideram mais capaz para o exercício do cargo, assegurando assim o respeito pelos valores democráticos que nos caracteriza.

A Juventude Socialista, tanto pela sua proximidade com as populações como pela participação política deve ser capaz de promover o debate em torno desta questão, promovendo o diálogo entre as diferentes forças partidárias e decisores políticos.

Por fim, esta moção não está fechada, pelo contrário, mostrámo-nos receptivos a alterações e novas propostas.

1.º Subscritor: Miguel Ângelo Marques Nascimento, Vila do Conde

Representantes de todos, eleitos por alguns – o combate à abstenção!

A abstenção é um tema atual, que nos preocupa e nos conduz à seguinte questão: como se combate o afastamento do cidadão, nomeadamente dos jovens em relação ao ato eleitoral. Há uma necessidade imperiosa de aproximar os cidadãos da política, de envolver a população nas tomadas de decisão.

A política é a mais nobre atividade social. O político é o cidadão que altruisticamente se propõe gerir bem a causa pública em proveito de todos e em especial daqueles que precisam.

Exercer atividade política é dedicar-se à melhoria do nível de vida dos cidadãos e da eficácia das instituições. É muito importante exercer a atividade política em benefício da comunidade.

Ora, esta nobre atividade tem de ser exercida de forma transparente por forma a que os cidadãos percebam que a vida em sociedade depende das opções que se tomam. E, fundamental para a atuação política e para o seu sucesso é que os destinatários percebam o nosso empenho e a nossa dedicação.

As decisões dos políticos têm de ser entendidas e aceites pelos destinatários. Governa-se para os cidadãos e não se pode dar a impressão que se governa contra eles porque nós somos iluminados e eles não passam de cidadãos que têm de ser governados do modo que nós entendemos melhor.

Esta conclusão é a excelência da democracia. Nunca nos podemos esquecer que a governação se destina a servir os interesses das pessoas e de que é necessário explicar sempre as medidas impopulares que por vezes é preciso tomar em prole do bem-estar público.

São atitudes por vezes autistas dos políticos que não descem ao nível do povo que afastam as pessoas em geral e os jovens em particular da vida política.

Cumpramos trazer à evidência os valores da participação na vida pública e de que a nossa vida social com país será o resultado das opções que tomarmos. E, estas, devem ser tomadas democraticamente, com a maior participação possível, pois só com a participação de todos o arquétipo do bem social se alcançará. Daí ser essencial ganhar os jovens para esta atividade pois os jovens são o futuro de qualquer nação.

Defendemos pois que é crucial o recurso à auscultação da opinião dos jovens e á sua motivação altruística para a prática política pois estes são o garante do futuro do nosso país. Por isso, a intervenção na administração local e a preocupação pelos assuntos de nível nacional, são por si só, a forma de se inteirarem dos problemas que urge resolver para defender o interesse público que tem de nortear a nossa atividade social. Daí ser tarefa fundamental informar a sociedade com clareza e verdade dos problemas que nos incomodam e por conseguinte, envolver e colocar toda a população a discutir quer os assuntos do dia-a-dia, quer os assuntos mais importantes de caráter estrutural que têm implicações para o todo que é a sociedade ou seja para todos nós. Assim propomos que se incentive a feitura de orçamentos o mais participativos possíveis, á transmissão das assembleias municipais e reuniões de câmara através da internet, assim como, o reforço ao recurso dos referendos populares para as definições das questões fraturantes. Para se atingirem estes objetivos é determinante que haja uma melhoria significativa do sistema educativo que deverá abranger a formação cívica, por forma a que nas escolas se incremente, desde os níveis etários mais baixos, o incentivo à importância da política e à participação cívica na resolução dos problemas que se colocam no dia a dia.

Torna-se essencial nesta ótica manter as formações Sub18 nas escolas secundárias, uma formação regular e adequada com uma clara vertente política, por forma a termos mais um meio de explicar aos jovens o que é a Política, o que é a democracia, a sua génese, o que são e quais são as ideologias dominantes, o que são e o que fazem os partidos, entre outras coisas, de forma a incentivar a participação cívica e política da juventude, contribuindo assim para uma explanação clara e concisa, sobre o que é no fundo “fazer política” tanto na nossa região, como a nível nacional e europeu.

A falta de participação nas eleições, a abstenção enfraquece a democracia.

Esta realidade que vem sendo uma constante a cada ato eleitoral que vai ocorrendo é o resultado do desencanto dos cidadãos para com a vida política. Os políticos são culpados por estes distanciamento da vida pública pelos cidadãos em geral e pelos jovens em particular pelo modo hermético como governam quando atingem o poder.

Não nos podemos esquecer que o poder radica na expressão popular expressa em eleições livres e que o povo que elege também apeia do poder quem não cumpre cabalmente o mandato que lhe confiou. A opção que se faz nas urnas deve ser o mais ampla possível por forma a que a governação que aí é legitimada saia reforçada e tenha o maior apoio social.

Temos pois que combater a abstenção convencendo os cidadãos de que a vida social depende da vontade maioritária da sociedade expressa nas eleições por todos e não por alguns. Não se pode impor o voto obrigatório como existe em alguns países

democráticos— estamos a pensar no Brasil— mas cativar as pessoas para a intervenção social.

É pois fundamental que se inculque na mente das pessoas para que a governação é exercitada no interesse de todos e com a participação e todos. A abstenção para além de se alicerçar em razões históricas e culturais também radica no desencanto que a sociedade vai tendo na ação dos políticos que tem estado á frente do nosso país.

Quarenta e oito anos de governação pessoal afastaram as pessoas da necessidade da sua intervenção na gestão da causa pública. Ora, é natural que haja afastamento das pessoas depois de tão grande período de opressão. O 25 de Abril veio alterar radicalmente esta realidade e as pessoas começaram a participar entusiasmadas. Entretanto esta crise económica e financeira que temos vindo a atravessar tem levado a que a sociedade impute aos políticos alguma responsabilidade na sua ocorrência. É pois importante que todos colaborem democraticamente, na solução dos problemas e na definição do nosso futuro. É nesta ótica que se insere a estratégia atual do nosso partido para a próxima década. Não pode governar-se apenas para o curto prazo, como tem vindo a ser feito por este governo atual neoliberal de direita. Há que resolver os problemas de curto prazo mas fundamental é definir as metas para o futuro. Por isso é importantíssimo que os militantes em especial e os cidadãos em geral colaborem, e imitam opiniões por forma a definir-se aquilo que nos propomos fazer pelo e para o nosso país. Trata-se de encontrar uma solução que tem de ter em conta as nossas necessidades de especialização da economia a nossa inserção na Europa, inserção de pleno direito, e as nossas ligações aos PALOP que tem que ser encaradas de forma descomplexada e em pé de igualdade.

A propósito da nossa inserção na Europa, lembramos que nas eleições para o Parlamento Europeu, a abstenção costuma ser muito maior do que nos atos eleitorais nacionais, o que só se explica pelo não convencimento das pessoas do interesse estratégico fundamental de Portugal em permanecer na União Europeia. Esta inserção, permite-nos fazer parte de um bloco forte na defesa dos valores democráticos, permite-nos ter uma moeda que nos defende das desvalorizações cíclicas e dá-nos um relevo que não teríamos se estivéssemos isolados. Daí ser muito importante para combatermos a abstenção eleitoral empenharmos as pessoas na nossa participação Europeia e nas vantagens que tal inserção nos proporciona.

Chegou a altura de concluir, e concluímos com uma evidência, o principal remédio para diminuir a abstenção, está no ensino e na educação. Qualquer país que se queira desenvolvido, tem que colocar a educação no primeiro plano – só com cidadãos cultos,

esclarecidos e informados, teremos uma completa participação democrática e uma elevada participação eleitoral.

Os governos que pensam apenas no curto prazo (e os resultados do investimento no ensino só se veem no futuro) tendem em descorar este investimento que não se vê objetivamente ao contrario do investimento nas obras que se percebe no imediato. Como segundo remédio compete aos partidos políticos estarem abertos à sociedade e trazerem à discussão pública as opções que defendem e aos governos colocar em discussão pública as soluções de revelo com que se vão confrontando.

Só com a participação de todos é que a democracia se tornará cada vez melhor e mais eficaz!

1.º Subscritor: António Júlio Mesquita Fernandes, Santa Marta de Penaguião

Um exemplo de Educação

A Educação engloba os processos de ensinar e aprender. É um fenómeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

Enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade.

Nesse sentido, educação coincide com os conceitos de socialização e enculturação, mas não se resume a estes. A prática educativa formal — que ocorre nos espaços escolarizados, que sejam da Educação Infantil à Pós Graduação — dá-se de forma intencional e com objetivos determinados, como no caso das escolas. No caso específico da educação formal exercida na escola, pode ser definida como Educação Escolar.

Em Odivelas, grande parte do Orçamento Municipal é dedicado à Educação, pois achamos que é fundamental para o desenvolvimento de todos os jovens do concelho e do País!

Esta moção, intitulada, “Um Exemplo de Educação”, tem como principal objetivo dar a conhecer, apelar e difundir por todo o país, as boas práticas realizadas na Educação em Odivelas.

A elevada percentagem de retenção e abandono escolar de jovens que deixam a escola sem a conclusão do ensino obrigatório e sem qualificação profissional, constitui uma das principais preocupações do Concelho de Odivelas, pelo que se considerou que seria pertinente delinear estratégias de prevenção do insucesso escolar e do abandono precoce da escola.

Em setembro de 2010 foi implementado nas escolas de 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico e nas Escolas Secundárias com 3º Ciclo, o Projeto SEI! Odivelas, o qual agregou ainda o projeto de prevenção precoce já existente no concelho de Odivelas, os Gabinetes de Apoio Psicológico (jardim-de-infância e 1º Ciclo do Ensino Básico).

O Projeto SEI! Odivelas tem como principal objetivo promover o sucesso escolar e a integração social, prevenindo os fenómenos de abandono e absentismo escolar de crianças que frequentem os jardins-de-infância, 1º ciclo do ensino básico e jovens que frequentem o 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Odivelas.

Tendo em conta que o fenómeno do insucesso escolar é multicausal, a metodologia do projeto SEI! Odivelas, reúne e “chama” até si todos os aspetos fundamentais relacionados com o aluno, com a família, com a escola e com a comunidade. Desta forma em Odivelas o insucesso escolar é analisado num contexto mais alargado, por meio de uma perspetiva sistémica. Esta perspetiva sistémica, ou multirreferencial, permite uma atuação conjunta nos diversos eixos de intervenção do Projeto SEI! Odivelas, designadamente: aluno, família, agentes educativos, rede social e comunidade envolvente.

O Projeto SEI! Odivelas tem ao longo do tempo apresentado resultados satisfatórios, nomeadamente no que diz respeito à taxa de transição dos alunos acompanhados e acompanhados pelos técnicos. No ano letivo de 2010/ 2011, cerca de 1/2 dos alunos acompanhados obtiveram sucesso escolar e no ano letivo de 2011/ 2012 a percentagem aumentou para 2/3, tendo-se mantido no último ano.

O Projeto SEI! Odivelas é atualmente considerado por toda a Comunidade Educativa do concelho, um projeto emblemático, perspetivando-se por isso não só a sua continuidade

como também o seu crescimento e desenvolvimento, designadamente para contribuir para um conhecimento alusivo ao território educativo do concelho de Odivelas.

É imperativo sermos um exemplo e colocarmo-nos ao lado dos alunos para que estes tenham a melhor educação, que o seu país lhes possa oferecer. É fundamental que a Educação tenha uma nova estratégia, um rumo em que os Portugueses acreditem!

1.ª Subscritora: Ana Beatriz de Carvalho, Odivelas

A História e Cultura local para a dinamização de um território

Cada região, cada povo, cada cidadão, tem o seu próprio ADN. ADN esse que surge do seu passado, da sua cultura e da sua história, promovidos em prol do turismo local.

Vejamos os exemplos de Barrancos com “as suas” touradas, do Porto com “o seu” vinho ou de Barcelos com “o seu” galo. Vejamos também o exemplo de Odivelas, um concelho com uma história e uma identidade muito próprias.

Vejamos estes exemplos e transportemos para cada um dos nossos territórios e concelhias, hoje aqui, tão bem representadas! Peguemos nestes exemplos e unamos com orgulho todo o passado que nos precede com o futuro que tão bem patenteamos.

Em Odivelas, um dos municípios mais jovens do país, existem vários marcos históricos e culturais dos quais nos orgulhamos. Desde logo os aquedutos de Caneças associados aos vários cursos de água ainda existentes no concelho; a instalação do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, em abril de 1974, na freguesia da Pontinha; ou um roubo na Igreja de Odivelas a 11 de maio de 1671, que dá origem a um belo monumento, o «Senhor Roubado», que alguns descrevem como a primeira banda desenhada portuguesa, e que levanta muitas pistas sobre a forte presença da Inquisição na região.

Numa outra escala, o grande motor de arranque da dinamização e desenvolvimento de toda uma região, foi El Rei D. Dinis, que ao longo de 46 anos a governar os Reinos de Portugal e dos Algarves, foi um dos principais responsáveis pela criação da identidade

nacional. O “Lavrador” decidiu, em 1295, erguer o Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo, onde, em 1415, D. Filipa de Lencastre abençoa os três filhos em vésperas do embarque para Ceuta. É no Convento, declarado Monumento Nacional que se representa pela primeira vez, em 1534, o «Auto da Cananeia», de Gil Vicente, encomendado pela abadessa Violante, irmã de Pedro Álvares Cabral.

Já Padre António Vieira fez um dos seus sermões no Convento de Odivelas, em 1668 e Almeida Garrett ocupa o preâmbulo da «Lírica de João Mínimo» com uma descrição de um passeio ao Convento, entrecortada por várias dissertações sobre poesia.

A partir desta evolução histórica, dá-se a origem a um símbolo da região: A Marmelada Branca de Odivelas. Trata-se de um doce conventual, produzido durante séculos, no Mosteiro de S. Dinis pelas freiras Bernardas. Foi D. Carolina Augusta de Castro e Silva, a última freira do Convento, quem passou este testemunho, através de um caderno de receitas, à sociedade civil. Também o saber fazer foi transmitido; para que não se perdesse no tempo.

Reza a História que D. João V, que reinou entre 1706 e 1750, não dispensava a tão prazerosa marmelada, que abundava pelo Mosteiro. Guloso, galanteador, mulherengo e apaixonado, D. João V era frequentador assíduo do Convento de Odivelas; visitante habitual das suas eleitas, que o disputavam com muita doçura.

Entre muitos segredos entre quatro paredes guardados, as religiosas, exímias na confecção da Marmelada Branca, permitiram que o testemunho da autenticidade dos marmelos odivelenses chegasse, hoje em dia, às nossas mesas, a Marmelada Branca de Odivelas.

Exclusivo de Odivelas, este doce branco celestial era oferecido a convidados e a visitantes, tradicionalmente na forma de pequenos cubos, que se levavam à boca e se comiam como se de um bolo seco se tratasse. A marmelada destinada à venda era embalada numa caixa de cartão que incluía um poema.

No concelho de Odivelas, para além da luta titânica na defesa da manutenção do Instituto de Odivelas como uma Escola de excelência, a autarquia socialista tem procurado todas as ferramentas para promover e dinamizar os símbolos históricos e culturais do território - como é exemplo a Marmelada Branca - fomentando os bons marmelos existentes em Odivelas.

O Município Odivelense, em parceria com a Associação Empresarial de Comércio e Serviços de Loures e Odivelas, promoveu a constituição de uma Secção de Produtores da

tradicional marmelada do Mosteiro e está a apostar na Qualificação e Registo da marca - Marmelada Branca de Odivelas.

Em 2014, com o cunho da vereação do Partido Socialista na Câmara Municipal de Odivelas, teve lugar o “1º Festival da Marmelada Branca de Odivelas e Doçaria Conventual”.

Este Festival, inspirado nas feiras setecentistas, teve entrada livre e contou com a presença de vários produtores e restaurantes do concelho, para além de espetáculos musicais, teatrais e circenses e ainda várias visitas aos mosteiros de São Dinis e São Bernardo. Os visitantes puderam também participar numa reconstituição histórica, onde os protagonistas foram a Marmelada Branca, o Mosteiro, o Rei D. João V e as Freiras Bernardas da Ordem de Cister, revelando-se um evento de grande sucesso e dinamizador da história e cultura de Odivelas, mobilizando o orgulho por um importante símbolo local.

São estes os exemplos agregadores, que cada território deve procurar incutir na sua população, na busca do regozijo e empatia entre a história e a cultura de uma região e as suas gentes.

Neste sentido, a Juventude Socialista de Odivelas, no XIX Congresso Nacional da Juventude Socialista, propõe:

1. Que as autarquias utilizem os seus símbolos históricos e culturais como veículo de dinamização do território e turismo local;
2. Que a Juventude Socialista será parte integrante na procura de políticas que levem, à difusão dos marcos históricos locais junto da população jovem, contribuindo para uma fonte de orgulho de todos os cidadãos.

1.º Subscritor: Gonçalo Miguel Pereira, Odivelas

Desporto desde cedo!

O desporto possui uma dinâmica que o torna um fenómeno social abrangente. Ele é uma realidade social que cruza as mais diversificadas áreas das atividades humanas desde educativas, recreativas e profissionais até à saúde e bem-estar das populações.

A preocupação e responsabilidade pela prática desportiva de crianças e jovens deveriam ser assumidas pelas autarquias locais, atribuindo às escolas um protagonismo central e muitas das vezes singular via do acesso à prática desportiva. Nós jovens, o futuro e o presente da sociedade, temos consciência que a maioria das crianças apenas na escola têm oportunidade de aprendizagens das habilidades, dos conhecimentos, das atitudes e dos valores que as atividades físicas e desportivas emanam.

Certos da indiscutível importância da atividade física e do desporto, em todo o contexto educativo, vimos nesta moção, propor a difusão do Programa da Atividade Física e do Desporto nas Escolas nos diversos concelhos e freguesias do país.

Atendendo que a generalização da prática desportiva é um fator cultural indispensável na formação integral da pessoa humana e no desenvolvimento social, as autarquias pela sua proximidade com a realidade assumem um papel cada vez mais preponderante, enquanto entidade política e geo-administrativa autónoma, na prossecução dos princípios enunciados. Assim, as autarquias têm a competência de apoiar atividades desportivas e recreativas de interesse municipal, e apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação.

Em Odivelas, a autarquia socialista tem vindo a privilegiar uma intervenção de efetiva parceria com as diferentes instâncias com competências nesta área de atuação, de modo a apoiar, incentivar e promover junto de escolas, professores e alunos dos diferentes ciclos de escolaridade, a atividade física e desportiva. Neste sentido, a Câmara Municipal de Odivelas quis dar um novo ímpeto à prática desportiva nas escolas do concelho para que, cada vez mais crianças e jovens gostem e beneficiem com a prática desportiva, desejando que as suas memórias positivas os incentivem a prolongar estilos de vida saudáveis.

O Programa da Atividade Física e do Desporto nas Escolas do Concelho de Odivelas, articula com o programa do Desporto Escolar, com as Atividades Físicas e Desportivas das Atividades de Enriquecimento Curricular do primeiro ciclo do ensino básico, defendendo e promovendo o envolvimento de todas as escolas na prática de atividades físicas e desportivas regulares, quer num teor de recreação e lazer quer dentro de um espírito mais

competitivo, criando uma dinâmica no seio da comunidade educativa, rentabilizada numa lógica de verticalidade em que as escolas se envolvam e trabalhem conjuntamente.

Assim, a linha estratégica da intervenção municipal deverá incidir em:

1) Atividade Desportiva no 1º Ciclo do Ensino Básico:

Porque se sabe que é nestas idades que se adquirem os padrões motores fundamentais para a aprendizagem das várias modalidades desportivas a realizar mais tarde.

Para que este projeto se desenvolva deverá partir-se de uma estratégia operacional que envolva a Divisão de Desenvolvimento Desportivo, os clubes e agentes desportivos locais, Federações Desportivas, agrupamentos de escolas, professores titulares de turma e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

2) Atividades Desportivas:

As Atividades Desportivas constituem-se como uma parte da atividade física e, para além da realização do exercício físico, decorrem em ambiente competitivo, regendo-se por normas e regras específicas e universais com um maior grau de exigência.

Neste contexto desportivo, particularmente em Odivelas, apontamos para as seguintes modalidades: - Atletismo; - Voleibol; - Minigolfe; - Ténis; - Rugby; - Corfebol; - Atividades gímnicas e – Basquetebol.

Para além das modalidades mencionadas, o projeto poderá estimular novas modalidades a título pontual tais como: a esgrima, judo, patinagem, andebol e xadrez.

3) Apoio ao Plano de Atividades das Escolas

Cabe às escolas, através dos seus professores, em especial os professores do Grupo de Educação Física, programar a sua participação nas diferentes competições constantes do Programa do Desporto Escolar bem como aderir a projetos de âmbito local ou regional, como por exemplo o Mega Sprinter, Mega Salto, e Compal Air 3x3.

As autarquias locais deverão ser parceiras das escolas na dinâmica interna desportiva que estas desenvolvem e nas atividades externas inerentes ao quadro competitivo do Desporto Escolar, inserindo-se numa lógica de desenvolvimento desportivo.

Esta parceria terá como base uma dinâmica Interescolar, que pode ser expressa em encontros convívio de modalidade ou em torneios de modalidade, que refletem a cultura

desportiva das escolas – como são exemplos “O dia da Modalidade” ou “Torneios Interescolas”.

4) Atividades Desportivas para Alunos com Necessidades Educativas Especiais

Neste último ponto, a JS Odivelas reconhece ser do conhecimento geral, a importância da atividade física como fator de integração social e de reabilitação terapêutica. Torna-se, assim, essencial apoiar iniciativas desta natureza, com o intuito de promover o desenvolvimento do desporto para as pessoas portadoras de deficiência nas vertentes de recreação, rendimento/competição, pedagógica e terapêutica.

Assim, o Programa de Atividade Física e do Desporto nas Escolas, em parceria com a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, implementar nas diferentes unidades de ensino estruturado atividades desportivas visando aumentar os índices de prática desportiva bem como, promover e desenvolver a acessibilidade e a inclusão pelo desporto.

Deste modo, numa iniciativa que se quer abrangente e agregadora, existem alguns *stakeholders* a considerar como prioritários. Deixamos apenas alguns exemplos:

- Clubes e agentes desportivos locais;
- Pais e famílias;
- Comunidade educativa;
- Federações desportivas.

Extrapolando o exemplo do Município de Odivelas – desde sempre gerido por executivos socialistas – para tantos outros municípios, a JS Odivelas entende ser de total relevância o cumprimento da função de serviço público na promoção e criação de melhores condições de oferta de atividade física e desportiva para os alunos.

Assim sendo, consideramos que a Juventude Socialista, expoente máximo na defesa dos interesses de tod@s os jovens, deverá ter como grande bandeira para os próximos anos, na área do desporto:

- 1)** A implementação e aplicação em todos os concelhos do país, do Programa da Atividade Física e Desporto nas escolas;

II) A promoção da prática desportiva como instrumento estratégico para o desenvolvimento do desporto nos mais variados concelhos em Portugal, como afirmação de hábitos de prática desportiva ao longo da vida;

III) Fomentar a utilização, de forma plena, dos recursos físicos, materiais e humanos, que hoje se situam predominantemente nas escolas.

1.ª **Subscritora:** Sofia Rodrigues, Odivelas

+ Juventude + Emancipação + Futuro

Os jovens são uma mais-valia para toda a sociedade, sendo a vanguarda do progresso social, económico e político mundial.

O progresso da sociedade depende da capacidade desta em captar e incorporar essas contribuições juvenis para o desenvolvimento de projetos que serão vitalizadores do tecido social que futuramente visem a construção de uma sociedade melhor.

Durante a formação do jovem enquanto indivíduo é fundamental a participação deste em atividades que vão de encontro a diversas componentes culturais, lúdicas, pedagógicas, desportivas, formativas, empreendedoras e relacionadas com o Associativismo.

As Políticas Autárquicas de atuação na área da Juventude cada vez mais devem versar-se sobre uma índole diretamente vocacionadas para os jovens da nossa sociedade, vertendo-se essencialmente sobre matérias com vista a melhorar a competência e competitividade dos jovens portugueses, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional. Só é possível alcançar este objetivo se fornecermos aos nossos jovens ferramentas fundamentais quer em idade escolar e de aprendizagem, quer na entrada para o Mercado de trabalho e vida profissional, sendo que, se mostra também primordial, fundamentar a inclusão social, por forma a reduzir situações de discriminação racial, sexual, moral, ética e religiosa.

São reflexo do trabalho desenvolvido em Odivelas o **Gabinete Orienta-te**, a **Start In – Incubadora de Empresas** e o **concurso Jovens com Ideias**, a **15ENA! Juventude** e incluída

nesta, a **Feira de Marketing Pessoal**.

O **Gabinete Orienta-te** é um projeto destinado aos jovens, dos 12 aos 35 anos, residentes no concelho de Odivelas, no qual poderão usufruir gratuitamente de um acompanhamento específico, nas áreas da Sexualidade e Planeamento Familiar, Emprego e Formação, Apoio ao Estudo e Apoio Psicológico, através de cidadãos com formação académica, que algumas entidades locais disponibilizaram para o efeito e outros que a título voluntário, por intermédio do Banco Local de Voluntariado, manifestaram interesse em abraçar este projeto.

Este projeto tem como objetivos inerentes implementar e desenvolver as políticas municipais para a juventude, aproximar os serviços municipais aos jovens do concelho, contribuindo para:

- Integração/desenvolvimento escolar;
- Desenvolvimento das suas competências pessoais, sociais e profissionais;
- Prevenção de comportamentos de risco

A **Start In Odivelas** é uma incubadora de empresas criada pela Camara Municipal de Odivelas, situada nas antigas instalações do Centro de Saúde da Ramada, recuperadas para o efeito, que visa promover o tecido empresarial local, criando oportunidades a baixo custo para empreendedores que pretendam estabelecer a sua atividade em Odivelas. A Start In conta com 14 salas para incubação de empresas (1 das quais reservada para o concurso “Jovens com Ideias”), uma sala de reuniões e uma sala de formação.

O concurso “**Jovens com Ideias**” pretende fomentar nos jovens a capacidade analítica, estimular a reflexão, o espírito crítico, a capacidade de expressão e argumentação, a imaginação e a criatividade em contexto de deteção de oportunidades de negócio inovadoras para o concelho de Odivelas e desenvolver a economia local de forma sustentável. Visa ainda incentivar uma atitude empreendedora nos jovens no desenvolvimento de novas ideias de negócio.

A **15ENA! Juventude** decorreu ao longo de duas semanas, em parceria com várias entidades locais. Esta iniciativa visou proporcionar várias atividades vocacionadas para os jovens, com o objetivo de desenvolver competências sociais, capacidade de criar, expressar e repensar atitudes, bem como, para entidades que trabalham em estrita relação com estes, tendo contado com a presença de cerca de 1000 participantes.

O programa de elevada qualidade desta iniciativa, com uma panóplia diversificada de atividades, foi elaborado com o intuito de conseguir abarcar todas as freguesias do concelho. Contou na sua constituição com música, dança, cinema, Foot-papper (Jogo de Cidade), arte urbana, sessões informativas, artes marciais, Torneio de Futsal, Feira Vintage e **Feira de Marketing Pessoal**, tendo passado pelos espaços dos Paços do Concelho; Casa da Juventude; Jardim da Música; Parque Urbano do Silvado; estações de Metro de Odivelas, Sr. Roubado e Pontinha; Mercado do Levante da Pontinha; Strada Shopping & Fashion Outlet; Centro de Dia do Olival Basto; Centro Cultural Malaposta; Bombeiros Voluntários de Caneças; Grupo Desportivo dos Bons Dias e Polidesportivo Honório Francisco.

A **Feira de Marketing Pessoal** desenrolou-se nos últimos três dias da **15ENA! Juventude**, tendo proporcionado várias palestras com o objetivo de dotar os jovens de ferramentas para melhor se promoverem nos momentos cruciais para a aquisição de emprego, bem como o contacto direto com potenciais empregadores, dispostos em *stands*, que estiveram presentes ao longo dos três dias.

CONCLUSÃO

Acreditamos que as boas práticas levadas a cabo no Município de Odivelas devem ser partilhadas com os demais camaradas que desempenham funções autárquicas e não só, de modo a todos contribuirmos para um crescimento sustentado e mais abrangente, possibilitando assim a implementação deste tipo de projetos e iniciativas por todo o país, de modo a que, dentro da diversidade e abrangência de pensamento inerente à Juventude Socialista, seja possível aprendermos com a experiência já vivenciada noutros municípios. Devemos trabalhar de forma a melhorar as condições de vida dos jovens portugueses, permitindo através das ferramentas fornecidas a sua emancipação e crescimento pessoal.

Assim, a Juventude Socialista de Odivelas propõe que seja promovido ao nível de todo o território nacional a adoção de um conjunto iniciativas/projetos que possibilitem a preparação dos nossos jovens para + Juventude + Emancipação + Futuro.

1.º Subscritor: Bruno Miguel Pereira, Odivelas

Direito de voto de Associações Juvenis não inscritas no RNAJ, nos Conselhos Municipais de Juventude

Exposição de Motivos:

A Lei n.º 8/2009 de 18 de Fevereiro veio criar o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude (CMJ), definindo o artigo n.º1 o seu objetivo “estabelece a sua composição, competências e regras de funcionamento” sendo que, posteriormente, e face à fraca implementação dos CMJ nos Municípios, foi publicado o Projeto de Lei n.º 23/XII/1.ª, e por consequência a Lei n.º6/2012 de 10 de fevereiro que veio alterar a anterior.

O artigo n.º 4 da lei base (8/2009) estabelece a composição dos CMJ: O presidente da câmara municipal, que preside; Um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal; O representante do município no conselho regional de juventude; Um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ); Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município; Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município; Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de atuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no município representem mais de 50 % dos associados; Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República; Um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.

Segundo a alínea a) do n.º1 do artigo n.º3 da Lei 23/2006 de 23 de junho, a designação de associação juvenil é: “As Associações com mais de 75% de associados com idade igual ou inferior a 30 anos, em que o órgão executivo é constituído por 75% de jovens com idade igual ou inferior a 30 anos”.

A Juventude Socialista, após a publicação da Lei 8/2009, sempre defendeu que os CMJ fossem implementados em todos os Municípios, criando um mecanismo efetivo de participação juvenil na definição e execução das políticas municipais de juventude.

No entanto, após a implementação dos CMJ em muitos municípios, deparamo-nos com alguns obstáculos ao prático funcionamento dos mesmos, principalmente em concelhos de pequena dimensão, onde as associações juvenis existentes não se encontram inscritas

no RNAJ, limitando a participação das mesmas nos CMJ, onde apenas comparecem e são convocados os membros dos partidos com representação na assembleia municipal e os membros das juventudes partidárias existentes no concelho.

Sem a participação de associações juvenis, os CMJ tendencialmente, não são mais do que um local de debate político onde uma juventude critica as opções tomadas pelo executivo e outra elogia o seu trabalho, não se obtendo efetivamente um contributo para a juventude do concelho.

Contudo, os pressupostos e objetivos são cumpridos pois são apresentados e debatidos documentos de trabalho em prol da juventude, assim como a emissão de pareceres/recomendações à assembleia municipal, mas consideramos que falta algo mais.

Existem nos diversos concelhos, associações juvenis não inscritas no RNAJ com bastante “know-how”, experiência, vontade de participar e colaborar nas políticas de juventude municipais e que podem efetivamente fazer mais pelo concelho onde vivem.

Ao terem direito a voto, estas deixam de ser meros observadores e os CMJ ganham outra dinâmica, abrindo a porta à criação de iniciativas/atividades conjuntas, beneficiando sempre os jovens do concelho onde habitam.

Por outro lado, ao serem chamados a participar com direito a voto, os jovens são envolvidos em todo o processo de decisão, e possivelmente terão motivação extra para representar o seu grupo/associação com empenho e dedicação, e passo a passo, concluírem a inscrição no RNAJ.

Sabemos que alguns municípios têm vindo a adotar um modelo em que convocam todos os representantes de juventude existentes no concelho, e grupos informais de jovens, sendo estes oficialmente constituídos ou não, pois só assim conseguem impor uma dinâmica efetiva aos mesmos, promovendo assim um debate alargado a todos os jovens do concelho.

O obstáculo a esta medida prende-se com o fato de muitas vezes, como esses jovens participam de uma forma informal (sem direito a voto), sentem-se excluídos quando existe necessidade de tomar opinião/votar alguma opção, criando dentro dos CMJ dois grupos distintos, os que têm direito a voto e os que apenas figuram como observadores.

Assim, consideramos que deve a Juventude Socialista apresentar, junto dos órgãos competentes, um pedido de alteração do direito de voto dos agentes participantes nos CMJ, nomeadamente:

- Direito de voto de Associações Juvenis não inscritas no RNAJ, nos Conselhos Municipais de Juventude

Só assim conseguiremos CMJ participativos, onde a opinião de todos só irá fortalecer as iniciativas promovidas e as decisões que virão a ser tomadas em prol da juventude do concelho que representamos.

1.º Subscritor: David Marques Margarido, Lourinhã

Guia de Boas Práticas Políticas das Estruturas Concelhias da JS - ROTEIRO DE FREGUESIAS

Na presente Moção, a Juventude Socialista da Concelhia da Lourinhã (de ora em diante JSCL) apresenta um exemplo para o guia de boas práticas políticas das estruturas concelhias da JS. No mês de Setembro, do presente ano, a JSCL apresentou à comunidade o projeto *Roteiro de Freguesias do Concelho da Lourinhã*. Esta atividade consiste na visita às oito freguesias do concelho ao longo de oito meses com a presença dos respetivos executivos autarcas.

A JSCL entendeu que poderá intervir mais oportunamente na definição de políticas de juventude para todo o território concelhio, quando conhecer toda a sua área de intervenção. Paralelamente, esta estrutura também definiu que é possível atingir outros patamares com este projeto. A formação aprofundada do pessoal, com análise a esta escala, contém grandes vantagens no contexto das políticas além juventude.

Este conhecimento e formação passam por compreender todas as freguesias, no que toca às **infra-estruturas** para os jovens: pavilhões desportivos, escolas, bibliotecas, casa da juventude, casa de apoio social, juntas de freguesia, habitações para os jovens, entre outros. Também analisar qual a **atividade associativa jovem** que existe e caso não exista, se a mesma é importante ou não para a região. A **atividade desportiva**, no que concerne às modalidades que abrange e à qualidade de resposta ao crescimento individual do jovem na mesma. Ao **emprego**: os jovens empresários, estágios profissionais, projovem, estágios

curriculares, etc. À **educação**, perceber se as escolas situam-se perto do acesso dos jovens e se estão em pleno funcionamento, com os quadros docente necessário para uma boa aprendizagem. Por fim, perceber quais as **condições de mobilidade** ao centro do concelho.

Com todas estas informações pretendemos conhecer a realidade (hétero e homogeneidades) do concelho ao nível político e estrutural. Há que perceber o enquadramento geográfico (demografia, estrutura empreendedora, estrutura social), conhecer as boas práticas da autarquia na região, sejam estas, estratégias para a juventude, empreendedorismo, ambiente e educação e ainda perceber a relação entre as freguesias e a câmara municipal. O objetivo final será a construção de uma síntese compósita do trabalho das várias freguesias e anexando críticas construtivas aos resultados obtidos, estes serão apresentados na Assembleia Municipal e no Conselho Municipal da Juventude, como plano de intervenção de políticas necessárias para o bem-estar da juventude do concelho.

A metodologia encontra-se em três grandes espaços temporais: médio-prazo; curto-prazo e presencial. A médio prazo (oito meses) planeou-se as várias visitas pelos meses envolventes. A curto prazo (um mês), contacta-se e confirma-se com os executivos ou intervenientes respetivos, coordena-se as atividades (lugares a visitar e questões a fazer) de acordo com os objetivos e o tempo disponível, por fim, presencial discute-se e coleta-se a informação.

Com esta iniciativa entendemos que poderá ser uma boa prática política para outras concelhias da JS do país. Sabendo que para além desta, existirão outras concelhias com atividades de intervenção direta com a população, por isso, propomos a inclusão desta no guia de boas práticas de ação política das estruturas concelhias da JS do país. Este documento poderá servir de ferramenta política, podendo ser um suporte de trabalho para todas as concelhias, sendo elaborado a partir do envio das grandes atividades de ação política de cada concelhia para serem analisadas e selecionadas pelo Secretariado Nacional.

Tendo na ideia de que a união faz a força, é importante salientar que a partilha de ideias e de atividades políticas poderão ajudar o desempenho da JS e melhorar a intervenção política dos jovens em prol da sociedade que representam.

1.º Subscritor: Marcelo Fernandes, Lourinhã

Justiça para todos!

Caros Camaradas,

São diversas as assimetrias a que o interior do nosso país tem sido sujeito, transportando efeitos extremamente prejudiciais para o desenvolvimento de toda esta circunscrição do nosso território. O interior já se encontra longe de ser um lugar atrativo para as suas populações, onde famílias se possam fixar e viver uma vida com dignidade. Isto explica o ritmo preocupante com que as pessoas se vão deslocando para a estreita faixa do nosso litoral, onde o futuro parece mais promissor.

O encerramento de serviços, falta de oportunidades e condições de sustentabilidade impulsionam significativamente este êxodo rural a que temos vindo a assistir. Enquanto aldeias, vilas ou até as pequenas cidades do interior se vão tornando desertas, as cidades já consideradas grandes vão crescendo ainda mais, o que não é propriamente uma vantagem, tendo em conta os problemas sociais que daí advêm.

Assim entendemos que há uma ideia de diferenciação segundo a qual existem cidadãos de primeira e de segunda, ideia esta que é reforçada pelos recentes cortes que implicam o encerramento de serviços em várias regiões do interior, numa clara violação do direito de igualdade constitucionalmente protegido, o que não podemos tolerar.

O resultado desta situação é fortemente penalizador para aqueles que aceitaram o desafio de viver no interior, que sofrem diariamente os efeitos negativos da centralização e o sucessivo encerramento de escolas, serviços de saúde, tribunais e repartições de finanças sendo assim forçados a deslocar-se a outros centros urbanos, de maior dimensão.

Talvez exemplo mais dramático desta situação seja a saúde, que, por se tratar de algo essencial, transporta consequências diretas na qualidade de vida das pessoas. Nos últimos anos, só no distrito de Vila Real, foram encerrados os Serviços de Urgência do Hospital do Peso da Régua, os Serviços de Atendimento Permanente em de Alijó, Murça e Vila Pouca de Aguiar e os Serviços de Obstetrícia e Cirurgia de Chaves. Este é apenas um exemplo no meio de inúmeros outros a que frequentemente temos acesso através dos média, não deixando de ser, no entanto, um fiel e assustador retrato daquilo que é a realidade nos restantes distritos do interior.

Todos estes cortes e encerramentos foram sustentados pelo desenvolvimento de vias de comunicação que possibilitariam a deslocação gratuita dos utentes às capitais de distrito,

onde teriam acesso a bons serviços de saúde e pela existência de helicópteros de emergência médica do INEM que transportariam os doentes graves de uma forma rápida e eficaz.

Ora, atualmente, no que concerne às vias de comunicação, poderemos ter duas hipóteses: estradas com boas condições cuja utilização depende do pagamento de portagens ou alternativas mais económica de condições bastante inferiores que implicam viagens ainda mais longas. Em relação aos helicópteros de emergência do INEM estes, por vezes, podem não ser tão rápidos e eficazes quanto seria de esperar, como já se pôde constatar em alguns casos.

A todos estes fatores negativos juntamos o aumento das taxas moderadoras nas urgências, consultas, exames e outros meios complementares de diagnóstico que podem levar parte da população a hesitar na altura de aceder aos mais básicos serviços de Saúde, dados os custos inerentes.

No âmbito da educação passamos por tempos igualmente difíceis. O número de escolas que fecham as portas cresce a cada dia o que constitui um drama não só para as famílias mas também para as próprias crianças. A redução de escolas e a concentração do ensino em centros escolares pode levar à origem de problemas sociais e comportamentos como a discriminação ou o bullying. Para além disso implica que, para assistirem às aulas, os alunos tenham de se deslocar vários quilómetros, não se resolvendo estas questões com a garantia de meios de transporte gratuitos pois continua a ser necessário obrigar as crianças a levantarem-se cedo e a chegarem tarde a casa, o que prejudica o seu desempenho podendo até conduzir ao insucesso escolar.

No sector da Justiça o cenário é bastante semelhante com a recente reforma do mapa judiciário. Foram criadas novas comarcas nas capitais de distrito extinguindo-se as anteriores, mais próximas da população, foram encerrados 21 tribunais e outros 25 transformados em secções de proximidade. Nesta perspetiva os distritos de Vila Real, Viseu e Guarda foram os que mais perderam com esta reorganização, somando entre si o encerramento de 10 dos 21 tribunais que fecharam as portas e 9 dos 25 que foram transformados em meras secções de proximidade.

Esta reforma do mapa judiciário volta a tocar num ponto fulcral que deve nortear a prestação de serviços por parte do Estado, a proximidade para com a população. Ora, com o encerramento de tribunais sucede o mesmo que na saúde. As pessoas são obrigadas a percorrer grandes distâncias até chegar ao tribunal mais próximo, o que, tendo em conta a quantidade de pessoas que são mobilizadas para um julgamento, acaba por se tornar demasiado dispendioso e extenuante. No que toca à questão da redução do número de

comarcas isto implica que, sempre que uma ação incida sobre certas temáticas ou o seu valor seja superior a 50.000€, esta seja obrigatoriamente tratada na capital de distrito, o que pode, eventualmente, significar a necessidade de percorrer distâncias ainda maiores, ou seja, significando despesas ainda mais avultadas.

Toda esta questão comporta custos que podem ser considerados excessivos quando, às já referidas despesas de deslocação, acrescentamos as despesas relacionadas com advogados e as suas deslocações que são pagas por cada quilómetro e as custas inerentes à propositura da ação, o que por vezes pode fazer com que as pessoas evitem recorrer aos tribunais e comecem a fazer justiça pelas suas próprias mãos.

O encerramento destes serviços no interior do nosso país mais não é do que a continuação do desmantelamento dos serviços prestados pelo Estado, pondo termo ao carácter de proximidade que deveria nortear o serviço público, agravando o fosso que separa o litoral do interior, contribuindo decisivamente para a sua desertificação e comprometendo os princípios da coesão nacional e territorial.

Assim, propomos que:

- 1- O Interior seja visto como um lugar de novas oportunidades apoiando-se na defesa de causas como as descritas, numa perspetiva de discriminação positiva, justa, que torne o futuro dos jovens no interior mais promissor, contribuindo deste modo, para uma maior redistribuição demográfica e para o conseqüente desenvolvimento económico igualitário e justo do território nacional.
- 2- Se proceda à reabertura de todos os Tribunais encerrados e à reclassificação dos restantes transformados em Secções de Proximidade de modo a reaproveitar as infraestruturas físicas já existentes.
- 3- Se equacione a possibilidade de realização de julgamentos em todos os concelhos, independentemente da existência de um palácio de justiça, mediante a deslocação de juizes e outro pessoal especializado de forma a aproximar a justiça da população.

1.º Subscritor: Fernando Daniel Cancelinha Ribeiro, Chaves

Contra o período Laboral de 40 horas semanais e Eliminação de feriados

A lei das 40h de trabalho na Função Pública entrou em vigor em Portugal a 28 de Setembro de 2013, e tem efeitos desde 1 de Outubro 2013.

O diploma que impõe 40 horas de trabalho no Estado foi publicado em Diário da República a 29 de Agosto de 2013, estabelecendo um período normal de trabalho de 8 horas diárias.

Segundo esta lei, o novo horário de trabalho para os funcionários públicos é das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00.

O diploma estabelece ainda que o período de atendimento ao público dos serviços deve entre outras considerações ser alargado e ter a duração mínima de oito horas diárias.

Regime Público e Regime Privado

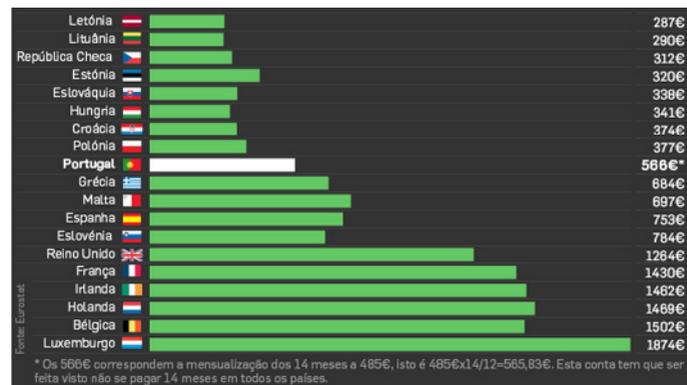
Esta lei das 40 horas de trabalho na Função Pública aumenta o período de trabalho dos funcionários públicos, cujo horário de trabalho semanal anterior correspondia a 35 horas. Desta forma o Governo faz convergir a carga horário semanal do sector público e privado, tendo em vista uma poupança estimada em 600 milhões de euros, em 2 anos.

Vários movimentos sindicais e associações de trabalhadores que já assinalaram o desagrado e algumas providências cautelares entraram nos tribunais demonstrando essa mesma contestação.

Citando o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Paulo Ralha, “não vai aumentar a produtividade do serviço, não vai tornar mais eficaz o atendimento aos cidadãos e contribuintes e vai apenas prejudicar a vida pessoal dos trabalhadores, além de que consubstancia uma subtração do rendimento desses mesmos trabalhadores”.

Passando este tema a números:

Na União Europeia, Portugal ocupa o 9º lugar do “Salário Mínimo” mais baixo como se pode ver no gráfico:



Fonte: dinheirovivo.pt e Eurostat

O gráfico está ainda com o valor antes do aumento para os 505€, e mesmo com essa alteração mantemos o mesmo 9º lugar.

Contudo o que queremos assinalar é que Portugal está/esteve sob alçada de ajuda Internacional tal como países como a Espanha, o exemplo menos falado, e a Grécia o caso mais mediático e que teve grande parte da dívida perdoada ou a Irlanda o caso de resolução mais rápida, principalmente para este temos actualmente uma diferença de perto de 900€/mensais!

Segundo os dados do EUROSTAT, Portugal encontrava-se ligeiramente acima da média de horas semanais de trabalho na Europa com 42,6h (2012) e 42,7h (2013), sendo esta 41,6h (2012) e 41,5h (2013). Logo o fundamento para aumento de horas de trabalho apresentado pelo actual governo não se pode aplicar visto que apesar dos trabalhadores trabalharem as 35h/semanais, na realidade a média efectiva de horas dispensadas pelos trabalhadores nas suas funções laborais está de acordo com a média Europeia.

Efectivando o comparativo, de acordo com a Lei 59/2008 de 11 de Setembro, entre Salário Mínimo de 505€ e o número de horas semanais de trabalho obtemos um valor de trabalho por hora de 2,91€/hora no caso das 40h semanais ao revés nas 35h/semana obtemos um valor de 3,33€/hora, portanto o Governo apenas esta com isto a reduzir o valor da remuneração laboral.

Portanto levando os dados para a realidade a produtividade do país em vez de subir como o argumento do Governo, desde visto que as pessoas têm limites de produtividade e de

cansaço como já foi referidos em vários estudos, como para o sector da construção civil temos o caso das tabelas de produtividade de José da Paz Branco, logo o trabalharem mais horas não quer dizer que vão trabalhar mais, mas que irão estar no local de trabalho mais tempo.

Com isto, também podemos falar dos efeitos físicos e psicológicos que estão patentes na eliminação dos feriados.

Estes serviam para os trabalhadores para além de comemorarem as datas marcantes presentes na sociedade, como por exemplo a Implantação da República no dia 5 de Outubro ou o feriado de devoção, da religião com maior expressão no nosso território, dia 1 de Novembro; também para descansarem e “recarregar energias” para conseguir um nível de produtividade superior.

Conclusão:

Com esta moção pretende-se que seja reposto o número de horas semanais nas 35 horas e os 4 feriados nacionais.

Com esta medida iremos garantir que a produtividade nacional consiga melhorar e que seja ajustada à remuneração horária.

Desta forma iremos repor alguma qualidade de vida à população, a ser permitido aos trabalhadores do território nacional um descanso adequado e ser possível conciliar todas as tarefas adicionais para além das laborais, como simplesmente o direito de vida e convívio em sociedade. Como também a reposição ou ajuste do valor da remuneração da mão-de-obra face ao número de horas laborais.

1.º Subscritor: Diogo Augusto, Gondomar

Economia do turismo no Douro – Criação de valor agregado para a emancipação da juventude e para a coesão territorial

Vive-se, em Portugal, um drama económico-social. Segundo os dados mais recentes do INE, o país registou uma taxa de desemprego oficial perto dos 14%, registando-se, entre os jovens, uma taxa de desemprego na ordem dos 36 %. No entanto, e como é do conhecimento geral, os números tendem a ser pouco reais, uma vez que deixam de lado milhares de portugueses que não se encontram inscritos no IEFP (por variadas razões) e outros milhares (muitos jovens) que optaram pela emigração.

As políticas recessivas e ultra-liberais do governo PPD/PSD – CDS/PP empurraram milhares de portugueses para a precariedade. Em paralelo, assistiu-se a constantes ataques aos serviços públicos e à desqualificação do interior. Hoje, podemos afirmar, com toda a certeza, que este é e foi o pior Governo da História da democracia portuguesa, sendo aquele que mais ataques perpetuou ao interior do país e à sua juventude, condenando o desenvolvimento e sobrevivência do próprio país no médio e longo prazo.

Ao contrário do que seria necessário, assistimos a uma política de desmembramento e encerramento de serviços públicos localizados no interior, sendo notória a desconsideração pelas populações locais. A perda de serviços públicos de relevo é uma política defendida pelo governo como a solução para combater o desperdício do Estado: daqui poderemos destacar o encerramento dos Serviços de Finanças, os Tribunais e os Hospitais. O esvaziar do interior resultará, naturalmente, na perda de população para os grandes centros urbanos ou mesmo para o estrangeiro, acentuando-se, deste modo, terrível efeito da desertificação e envelhecimento das regiões.

Urge dar resposta a este flagelo, procurando implementar e consolidar políticas de fixação dos jovens no país e, particularmente, nas regiões deprimidas do interior. A adoção de políticas de fixação está, ainda, muito aquém do que seria de esperar sendo que são ainda poucos os municípios que ousam levar a cabo políticas ativas nesta área.

O contínuo agravamento dos desequilíbrios territoriais, acompanhado pela grave crise económica e financeira que afeta Portugal e, em particular, a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro impõem que o território seja explicitamente assumido como objecto de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial, no quadro das políticas para as regiões de baixa densidade.

Torna-se, assim, necessário promover políticas públicas que atuem sobre as particularidades de cada território, valorizando e apostando nas potencialidades endógenas das regiões como estratégia de criação emprego, de dinamização das economias locais, contribuindo igualmente para a fixação das populações.

Defendemos, por isso, a adoção de um modelo de desenvolvimento económico e social, virado para a criação de valor nos territórios que passará, necessariamente, pela estímulo e aposta nas capacidades locais; nas características e potencialidades endógenas; na promoção dos produtos locais e na valorização dos valores e patrimónios regionais. Numa região como Trás-os-Montes e Alto Douro, a valorização da autenticidade e da(s) identidade(s) é um aspeto a destacar.

O turismo representa cerca de 10% do PIB nacional. Recentemente, o Vinho e a Gastronomia foram reconhecidos como produtos turísticos de excelência, ultrapassando o Sol e Mar. Ora, este facto constitui, a nosso ver, um impulso necessário para reformar o paradigma do desenvolvimento regional.

Neste seguimento, consideramos que o turismo pode e deve ser um contributo para o desenvolvimento deste modelo de desenvolvimento uma vez que, pelas suas características de transversalidade, o sector poderá responder de uma forma quase imediata aos desafios que se colocam à região. O Douro aparece, naturalmente, como a micro-região melhor preparada para uma primeira implantação deste modelo – para além do turismo Cultural e Paisagístico, e de Natureza a região destaca-se pela crescente aposta em unidades de Enoturismo e Turismo de Aventura cujo desenvolvimento tem sido travado quer pela dificuldade que se verifica na adoção de políticas sinérgicas a nível supramunicipal quer pelo sucessivos ataques perpetuados pelo governo PPD/PSD- CDS/PP à região. Num declarado ataque ao interior do país, e em particular ao distrito de Vila Real, o Governo de Passos Coelho ao extinguir a Entidade Regional de Turismo do Douro, cuja atuação vinha a proporcionar o desenvolvimento e crescimento do turismo da região, bem como o reconhecimento e consolidação da marca Douro. Efetivamente, o atual Governo, sem sequer se preocupar em avaliar o trabalho levado a cabo pela Entidade Regional de Turismo do Douro decidiu, de uma forma unilateral, extinguir esta estrutura, causando um grave prejuízo para a região. Ficou, assim, o turismo sem estrutura organizativa para o “Destino Douro” que vinha a desenvolver-se desde a aprovação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Douro (2004), que era contemplado como Pólo Turístico Prioritário pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo e que tinha como importante suporte para esta e para outras áreas a Estrutura de Missão do Douro.

Neste seguimento, e por forma a colmatar a ausência de uma Entidade Regional, entendemos que as entidades públicas e privadas necessitam de adotar uma atitude proactiva no que ao sector do turismo diz respeito, criando-se, para tal, estruturas de consulta supra-municipais que permitam criar sinergias e colocar fileira ao serviço do desenvolvimento económico da região.

Numa altura em que os jovens do distrito se vêem numa situação particularmente difícil, fruto quer da impossibilidade de prolongar a sua formação, por motivos estritamente financeiros, quer pela dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, consideramos que o potencial destes jovens, na grande maioria qualificados, poderá ser direcionado para esta fileira, apostando, desde logo, em sessões e cursos de formação /requalificação na área e na sua integração em estruturas de apoio ao acolhimento do turista.

Entendemos que as entidades públicas a nível central devem, em articulação com as entidades regionais e locais, apostar no desenvolvimento de políticas credíveis e exequíveis de apoio a novos negócios que seriam capazes de valorizar a criatividade e empreendedorismo dos jovens de forma a criar um verdadeiro “Cluster” regional de empresas ligadas ao sector turístico. Estas estratégias deverão, sempre que possível, ser desenvolvidas através do estabelecimento de parcerias entre entidades do sector público, do sector privado ou do sector público e privado.

Neste sentido, entendemos igualmente ser de vital importância reduzir o peso fiscal (através da reposição de benefícios fiscais atrativos) sobre pequenas e microempresas ligadas ao setor, de modo a atrair novos investimentos, potencializando e tornando mais competitivos os já existentes. Propomos a atribuição de um Prémio Regional Jovem que estimule a apresentação de propostas para constituição de novos negócios ou ideias inovadoras que poderão ajudar os territórios a tornarem-se mais “tourist friendly”. Deste modo, acreditamos ser possível valorizar os nossos jovens, as suas ideias, implementando, regionalmente, uma verdadeira política de apoio à emancipação e inovação.

Paralelamente, a aposta na melhoria das vias-de-comunicação é, sem dúvida nenhuma, um ponto maior na adoção de uma programa de promoção do interior, apoio ao turismo e competitividade do território. Temos presente que a região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem uma ligação natural a Espanha, designadamente, às regiões autonómicas da Galiza e de Castela e Leão. Outro tanto se pode dizer do restante Interior do país. Este facto aparece-nos com singular importância para a captação do mercado ibérico.

Para a concretização deste grande choque económico será necessário destacar as quatro vertentes que consideramos vitais em termos de mobilidade: eixo rodoviário, eixo ferroviário, o eixo fluvial e, por fim, o eixo aéreo.

- Eixo Rodoviário: nos últimos anos, e graças ao investimento do governo socialista, a região Douro sofreu diversas revoluções, estando a região ligada a várias redes rodoviárias nacionais e internacionais. Destas, merecem destaque a A24 e a A4. Apesar dos grandes avanços, a colocação de taxas de portagem entre eixos de mobilidade importantes (Vila Real – Peso da Régua – Lamego / Amarante – Vila Real) penaliza gravemente as empresas já existentes, sendo um claro entrave à criação de novos negócios. Relembramos que, segundo o Eurostat, os distritos do interior Norte apresentam uma das taxas mais baixas do PIB per capita da Europa Ocidental. Apesar desta realidade, a região foi contemplada com as taxas de portagem mais altas do país. Consideramos que ser necessário estudar medidas que permitam isentar os residentes e as empresas locais do pagamento destas taxas astronómicas que afetam directamente o desenvolvimento da região. Para além disso, a conclusão das obras do Túnel do Marão (interrompidas durante o governo PPD/PSD – CDS/PP) é fundamental para elevar os níveis de atração de todo o território, sendo de igual modo, necessária uma verdadeira requalificação e valorização de toda a N222 (Peso da Régua - Pinhão), através do lançamento de obras de melhoria do troço, reforço da segurança e adaptação temática da sinalética à identidade da região. Por fim, defendemos o lançamento da construção do IC26 (Amarante - Mesão Frio – Régua – Lamego- Tarouca- Trancoso) dando especial ênfase ao troço estratégico de Amarante- Mesão Frio-Régua que permitirá aliviar o trânsito de pesados de mercadorias da sinuosa N-101, reduzindo o tempo de viagem para metade.

- Eixo Ferroviário: assistiu-se, nos últimos anos, a um significativo desinvestimento na ferrovia da região. Em pouco mais de seis anos, encerraram as linhas do Corgo e do Tua, originando um verdadeiro constrangimento para as populações e um claro desaproveitamento das linhas no que é relativo à aposta em actividades de turismo ligadas ao “Touring Cultural e Paisagístico”. A linha do Douro é hoje a única via ferroviária ativa da região, permitindo ligar a cidade do Porto ao Pocinho. O investimento na modernização da linha é crucial para aumentar a competitividade e atração da região. Para além de ser um transporte verde, a ferrovia, e a linha do Douro, em particular, tem um verdadeiro potencial turístico que urge aproveitar de uma melhor forma, modernizando tanto o equipamento que nela circula, como as infra-estruturas de apoio. Neste sentido, defendemos a electrificação da linha, bem como a sua duplicação; a modernização das estações mais importantes do percurso (instalando quiosques de informação; reabilitando os edifícios e colocando rede Wifi) e a substituição e modernização das composições que circulam na linha. Em algumas estações estratégicas cujos edifícios estão fechados/abandonados, sugerimos a aposta na criação de Pousadas de baixo custo que possam dar resposta à procura cada vez mais elevada por ofertas deste género.

Para além disso, e seguindo a lógica do mercado ibérico, pensamos que a aposta na revitalização e reabilitação da ligação entre Pocinho/Salamanca é fundamental para atrair mais visitantes do mercado espanhol, assim como para reforçar os laços comerciais através do transporte de mercadorias, aproveitando esta nova ligação ferroviária Salamanca-Porto.

- Eixo Fluvial: a abertura do canal navegável do Douro foi uma revolução que permitiu que a região se abrisse para o mundo. Neste último ano, mais de 450 000 passageiros passaram pelo Douro utilizando a via navegável. Apesar do número crescente de empresas estrangeiras a operar no rio Douro, o valor acrescentado deixado à região é ainda diminuto, estando este concentrado em poucos pontos de enoturismo. Apesar dos recordes de visitantes, não existe uma verdadeira economia local apoiada no turismo. Defendemos, por isso, uma maior concertação de estratégias entre entidades de modo a que sejam criados, ao longo do ano, vários conteúdos de valorização estratégica dos recursos endógenos que possam ser verdadeiros motores e alavancas para a economia local.

- Eixo Aéreo: não é despendendo para o desenvolvimento do turismo na região o transporte aéreo, defendendo a retoma da ligação Bragança-Vila Real-Lisboa.

Conclusão

O acelerado envelhecimento demográfico e a economia deprimida das regiões do interior não são uma fatalidade sem solução. Acreditamos que a aposta no reposicionamento do país poderá fazer destas regiões um novo centro estratégico do relacionamento entre Portugal e Espanha. Nesta lógica, as autoridades públicas têm de assumir, de uma vez por todas, o papel de motivador e facilitador da mudança de paradigma no que ao desenvolvimento do país diz respeito.

A aposta nos factores diferenciadores de cada região poderá ser uma solução de revitalização destes territórios. Para tal, é claramente necessária a aposta na concepção de estratégias que tenham na sua base, o envolvimento das camadas mais jovens e mais qualificadas. Defendemos, por isso, a adoção de um “plano choque” assente em três pilares: económico, social e acessibilidades. A adoção de uma estratégia concertada que permita criar uma verdadeira economia do turismo do Douro, poderá ser o primeiro exemplo de sucesso na luta contra a desertificação e abandono das zonas do interior. Para que tal possa ser possível, todo o país tem de estar mobilizado.

As zonas do interior podem ter um futuro de esperança se souberem agarrar o seu próprio destino, defendendo o que de tem de melhor: os seus recursos naturais e o seu potencial

humano. Neste novo futuro, os jovens devem de ser a base central de toda e qualquer estratégia.

Assim, propomos que:

- O Congresso Nacional e, conseqüentemente, o Secretariado Nacional da Juventude Socialista, integrem o tema da “Economia do turismo no Douro” como a alavanca-base para a promoção de oportunidades para a juventude e fortalecimento da coesão territorial, apoiando-se na defesa de causas como as descritas nesta moção, como tema prioritário da sua agenda política.

Só assim poderemos construir um país competitivo, coeso e ousado.

1.ª Subscritora: Joana Catarina do Souto Lopes, Vila Real

Soluções para uma Juventude: valorização do conhecimento aproveitando os recursos

O crescimento inclusivo, inteligente e de qualidade são os pilares fundamentais da estratégia Europa 2020. O conhecimento e o aprofundamento da formação são uma clara aposta da Comissão Europeia enquanto fatores de competitividade e diferenciação das economias europeias. A redução das assimetrias regionais e sociais transparece de igual modo na definição destes princípios, aos quais se alia também o do crescimento sustentável.

Neste enquadramento e perante as gritantes necessidades de criação de emprego e da promoção de uma desejada aproximação das universidades institutos politécnicos à sociedade civil, apresentamos uma proposta para a criação de dinâmicas para a troca de valor entre universidades, empresas, autarquias e outras instituições.

Num país como Portugal, não pode nunca achar-se correto a ignorância das populações sobre os benefícios diretos e indiretos de cooperações mútuas que podem e devem ser feitas com as demais instituições do ensino superior. São estas cooperações que

proporcionam um contributo decisivo para o (algum) desenvolvimento do país. Contudo não pode ser também chamado de correto o fecho em si mesmo bem como a falta de colaboração das universidades deste país entre si, no que ao desenvolvimento do conhecimento diz respeito.

Repudiamos a retórica instalada que pretende inverter os propósitos originais das instituições de Ensino Superior, especialmente das Universidades, defendendo a sua colocação ao serviço das empresas e em função das necessidades do mercado. Reconhecemos, contudo, que é de facto necessária uma maior aproximação destas ao tecido empresarial e às instituições públicas. Esta necessidade é notada com maior premência nos distritos do interior, numa altura em que é tão importante a união das principais forças para combater as dificuldades do contexto económico e social, em função das peculiaridades destas regiões.

Assim, propomos que, no âmbito dos programas europeus “Horizonte 2020” e “Garantia Jovem” e do projeto de atribuição bolsas de incentivo à fixação de estudantes no interior, seja delineado um programa de integração entre as universidades do interior, autarquias, empresas e outras entidades com o intuito de promover a investigação científica, a conceção de produtos ou a implementação de serviços que respondam às necessidades.

Destinado a estancar a fuga de cérebros das regiões do interior, este projeto aproveitaria o financiamento dos referidos programas europeus para atribuição de bolsas de investigação e de desenvolvimento aos estudantes, em função do mérito e da concretização das metas cumpridas.

Numa primeira fase, autarquias, empresas ou as próprias universidades identificariam carências de diversa índole. Depois, os centros de investigação dessas mesmas universidades fariam o diagnóstico e procurariam soluções internamente ou, como seria mais desejável, através de concursos de ideias no seio da comunidade estudantil ou dos jovens recém-diplomados. Os promotores das ideias selecionadas beneficiariam de uma bolsa de investigação ou desenvolvimento a atribuir no âmbito dos programas “Garantia Jovem” e de bolsas de fixação de estudantes nas regiões do interior, de acordo com critérios e metas a cumprir. Dependendo da dimensão dos projetos, as entidades envolvidas estariam também em condições de apresentar candidaturas a financiamentos no âmbito dos pilares “liderança industrial” e “desafios societários” do programa “Horizonte 2020”.

As universidades teriam um papel primordial neste projeto, dinamizando a procura e o desenvolvimento das soluções através da disponibilização dos seus recursos, adquirindo

em contrapartida novas competências, bem como a garantia da propriedade intelectual e industrial dos trabalhos desenvolvidos.

As autarquias, as empresas e outras entidades obteriam a oportunidade de solucionar alguns problemas estruturais, melhorando a sua eficiência e competitividade.

Os estudantes conseguiriam um apoio financeiro importante numa fase decisiva das suas vidas profissionais e académicas, abrindo portas para o prolongamento da atividade desenvolvida após o término do programa, por um lado, através da implementação dos projetos no terreno nas entidades públicas ou nas empresas, por outro, através da sua consolidação científica ao nível de mestrado ou doutoramento.

Assim, ainda que de forma embrionária, a orientação declarada de uma parte da investigação das universidades ao serviço das populações com foco para a resolução de problemas da região despertaria para um maior conhecimento dos seus recursos, o que se constitui como um primeiro passo para a sua rentabilização.

Ao mesmo tempo, permitiria aos jovens uma oportunidade de se valorizarem e de poderem abrir portas para projetos de investigação ou empresariais subsequentes.

Portugal tem os recursos, os nossos jovens têm a vontade. Falta unir o melhor dos dois mundos, pelo futuro de ambos.

Com esta proposta, a Juventude Socialista, reunida no XIX congresso nacional, delibera defender a criação de um programa de apoio aos estudantes do Ensino Superior ou jovens diplomados que incentive o desenvolvimento de soluções para problemas quotidianos ou estruturais das empresas e das instituições públicas das suas regiões, colocando-as em colaboração com as Universidades.

1.º Subscritor: Ricardo Pires, Vila Real

Coesão Territorial: mudar o discurso, relançar a Regionalização

Apelar à coesão territorial é já um “clássico” do nosso país. Congressos, fóruns, debates, artigos de opinião ou manifestações populares – são imensas as ocasiões em que agentes políticos, empresários, académicos, líderes de opinião ou cidadãos sem nome na praça pública alertam para a urgência de um equilíbrio territorial na implementação de programas de desenvolvimento e na gestão de serviços públicos.

Com o declínio económico e financeiro do país temos assistido nos últimos anos a uma brutal imposição de sacrifícios que tem atingido sobremaneira a sua faixa territorial mais frágil: o interior. Aos aumentos de impostos, à introdução e aumento de taxas nos serviços públicos, à redução de salários, ao aumento de desemprego e à emigração que assolam Portugal inteiro, o interior adiciona ainda todas as deficiências estruturais que perduraram mesmo após décadas de aproximação do país aos padrões de desenvolvimento europeu. Vias de comunicação ineficientes, reduzida oferta de ensino ao nível superior universitário, tecido empresarial conservador e com pouca capacidade de inovação e exportação, programas culturais pouco diversificados e baixo nível de influência política junto dos centros de decisão são fatores conjunturais que, por si só, são suficientes para atrasar o desenvolvimento das regiões ou, pior, colocá-las no sentido do retrocesso, do envelhecimento e da desertificação. Se a todos estes fatores adicionarmos o sucessivo encerramento de serviços públicos básicos de saúde, ensino, finanças, segurança social, justiça, governo civil ou freguesias, percebemos facilmente que as populações do interior estão cada vez mais abandonadas à sua sorte. Serve, por isso, esta moção setorial para que, nesta conjuntura, a Juventude Socialista promova uma mudança no discurso e, acima de tudo, na defesa real da coesão territorial.

O discurso praticado pelos diferentes intervenientes em defesa do interior é marcadamente miserabilista, prestando-se à submissão perante o Governo Central e os demais centros de decisão. O interior não deve vergar-se para reclamar o que é seu, o que é de todos. O interior não precisa de pedir favores especiais para que centenas de milhões de euros de fundos comunitários a si destinados deixem de ser desviados para a capital. Está à vista de todos que o efeito difusor do desenvolvimento económico, a partir da capital para o interior, que se pretendia com este desvio não resulta. É tempo de inverter esse pressuposto e alocar às regiões mais desfavorecidas os fundos comunitários que lhes estão especificamente destinados, para que o efeito de desenvolvimento seja, de facto, difundido pelo país.

A Juventude Socialista deve, na nossa perspetiva, iniciar uma sensibilização para a necessidade de se encarar a coesão territorial não como um favorecimento, muito menos como caridade, perante as regiões mais desfavorecidas, mas antes como um fator fundamental para a sustentabilidade de todo o país, mais concretamente através do aproveitamento dos seus recursos naturais e humanos, em função das vicissitudes de cada região. É importante alertar consciências para o facto de esta necessidade ser do maior interesse nacional e não apenas das regiões em causa. Essa é, aliás, uma ideia vertida da estratégia Europa 2020 que pretende fomentar a coesão territorial europeia, de modo a “aproveitar os pontos fortes de cada território a fim de que possam contribuir melhor para o desenvolvimento sustentável e equilibrado de toda a União Europeia”. Se este é um pressuposto com o qual, enquanto país periférico, concordamos, também no âmbito interno deveríamos ter a mesma sensibilidade de procurar dar iguais oportunidades às regiões mais desfavorecidas. Que legitimidade tem um Governo que pede à Europa aquilo que, precisamente, retira ao interior?

A Juventude Socialista deve defender, em quaisquer circunstâncias, a interrupção do sangramento a que as regiões periféricas do nosso país têm sido sujeitas nos últimos anos com o encerramento de serviços públicos e de delegações regionais de diversa índole. Isto porque não só, como já referimos anteriormente, estas regiões sofrem mais com cada serviço que lhes é retirado, mas também porque se trata da via mais fácil para cumprir metas contabilísticas de curto prazo, sem olhar ao facto de se estar a hipotecar o futuro de gerações. São gerações que fogem e continuarão a fugir dos locais onde nasceram, em busca de condições de vida que lhes permitam o mínimo de dignidade. São gerações que migram do interior para o litoral, do mundo rural para as cidades, para desenvolverem a sua formação académica superior, para encontrarem trabalho. São gerações que não regressam, pois estão, pelo contrário, mais perto de partir novamente agora para o estrangeiro, pois também as grandes cidades oferecem novas formas de pobreza e de exclusão social.

A Juventude Socialista, em nome da coesão territorial, deve necessariamente lutar por uma reestruturação do Ensino Superior que não contribua para o contínuo esvaziamento do interior, lutando pela implementação de cursos de Ensino Superior Universitário e Politécnico que promovam a dinamização das regiões em que se inserem em estreita colaboração com o tecido empresarial. A racionalização da oferta formativa será mais uma oportunidade perdida para a coesão territorial se resultar numa ainda maior centralização dos cursos vocacionados para a inovação tecnológica. Entendemos que as instituições de Ensino Superior do interior desempenham um papel preponderante na redução das assimetrias e que o reforço da sua importância no panorama educativo nacional se traduziria num incremento da competitividade das regiões, não apenas pela diversificação

dos recursos humanos e técnicos à sua disposição, mas pela dinamização económica que por si só são capazes de gerar.

Para uma verdadeira coesão territorial é também necessária a cooperação não apenas entre os territórios desfavorecidos e os centralizadores, mas também dos territórios desfavorecidos entre si. Trata-se de uma cooperação supramunicipal e regional que deve primar por estabelecer uma atuação mais integrada e eficiente ao nível do apoio ao desenvolvimento económico e social dos territórios. Hoje, as Comunidades Intermunicipais representam um princípio dessa mesma cooperação. São, no entanto, ineficientes. Ineficaz é também a atual proliferação de serviços desconcentrados do Estado que, apesar de direcionados para as regiões, atuam de acordo com as orientações e interesses da Administração Central, que delibera à distância, longe dos problemas. É evidente que a coesão territorial e o real desenvolvimento de todo o país apenas podem acontecer num cenário de efetiva relação entre as dimensões política e administrativa e as realidades económicas, sociais e territoriais. Urge, por isso, repensar o modelo político e administrativo atual, de modo a que o desenvolvimento económico se faça de forma mais harmoniosa ao longo de todo o território nacional. Neste contexto, encaramos a Regionalização como uma reforma fundamental.

Deve a Juventude Socialista defender a Regionalização administrativa como forma de descentralizar o investimento, diminuir a burocracia e fomentar a democracia de proximidade. É urgente envolver cada vez mais as populações nas decisões que importam para as suas regiões, do mesmo modo que lhes deve ser dada maior capacidade de pedirem contas aos seus governantes. Não é, por isso, coerente que a gestão dos investimentos ou que decisões de grande importância para a vida das populações continuem a ser tomadas por dirigentes em cargos de nomeação política ou de votação por parte de colégios eleitorais.

O sufrágio universal continua a ser a melhor forma política de prestar contas em democracia. Com a criação das regiões administrativas não apenas se eliminariam diversos níveis de serviços descentralizados do Estado mas também se daria a oportunidade de os portugueses escolherem os agentes políticos responsáveis pelas tomadas de decisão que importam para as suas regiões, do mesmo modo que lhes seria ainda permitido avaliarem a sua prestação. A Regionalização permite, essencialmente, que as regiões administrativas criadas obtenham ganhos de escala que nenhum município tem capacidade de alcançar isoladamente. Não apenas face ao Governo Central mas igualmente perante as Instituições Europeias, podem assim as regiões mais desfavorecidas ter uma intervenção mais musculada na defesa dos seus interesses, ficando também elas próprias entregues à gestão dos fundos que irão aplicar no seu território.

A Regionalização não é, como sabemos, um tema novo, muito menos um assunto esquecido. Consagrada na Constituição da República Portuguesa desde 1976, a Regionalização é presença contínua no discurso de várias forças políticas em Portugal, tanto à esquerda como à direita. Apesar disso, e infelizmente, após o referendo de 1998 poucos foram os passos dados no sentido de retomar uma discussão real sobre tão premente solução cuja implementação será, segundo a nossa perspetiva, uma inevitabilidade. O atual Governo perdeu uma excelente oportunidade para o fazer no âmbito da apressada fusão das freguesias. Impunha-se, então, que tal reforma fosse delineada a partir das regiões e não que lhes fosse imposta a partir de um qualquer gabinete da capital tendo por base fórmulas matemáticas. Antes das freguesias deveriam ter sido discutidas as regiões e só então estas, se tal reforma fosse realmente necessária, procederiam à união das primeiras. Do mesmo modo, estamos certos de que, com as regiões administrativas, também a reforma do mapa judiciário ou a gestão e distribuição de serviços básicos como os de saúde ou de ensino seriam mais adequados às necessidades das populações.

Face à evidência de que o Estado se tem furtado às suas tarefas fundamentais, em desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, falhando em “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses”, em “proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território” e em “promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional”, deve a Juventude Socialista neste XIX Congresso Nacional decidir colocar na sua agenda política:

1. A exposição das dificuldades sentidas nas regiões mais desfavorecidas, especialmente as que decorrem da austeridade vigente;
2. Alertar para a coesão territorial enquanto premissa essencial para o desenvolvimento de todo o país e não apenas das regiões do interior;
3. Defender o investimento nas Instituições de Ensino Superior das regiões mais desfavorecidas enquanto fator fundamental de fixação da população jovem, desenvolvimento económico e redução das assimetrias;
4. Relançar na Assembleia da República o debate sobre a Regionalização tendo em vista a apresentação de propostas válidas que levem à sua implementação, especialmente, junto do próximo Governo do Partido Socialista já a partir de 2015.

1.º Subscritor: Tiago Miguel Gouvinhas Mendes, Vila Real

IRS ou IRC? - Eis a questão...

Numa sociedade onde as estatísticas apontam cada vez mais para um futuro em que a maioria da população será idosa, é imprescindível fomentar a relevância dos jovens recém formados. Os jovens são uma mais valia para toda a sociedade sendo estes futuro do país a nível político, económico e social.

A falta de preparação dos mesmos para o mercado de trabalho é cada vez maior. Existem demasiadas obrigações por parte do estado, por outro lado, a informação que prepare os futuros trabalhadores para o mercado real de trabalho no seu percurso escolar obrigatório, é muito escassa. Questões determinantes como: o que é o IRS, um Recibo Verde, onde se devem dirigir para começar a trabalhar quer por contra de outrem quer em nome próprio, o que são os departamentos das Finanças e da Segurança social, e para que servem? Estas são algumas das principais questões com que muitos jovens quando acabam o ensino obrigatório se deparam.

Um jovem recém formado que tenha esta informação, estará certamente mais preparado e motivado para entrar num mercado tão competitivo como é o mercado de trabalho português. Pelo contrário, um jovem que não se sinta preparado nem possua bases que lhe permita saber como agir, terá mais dificuldades em iniciar a sua vida profissional.

Diariamente os jovens deparam-se com notícias onde licenciados estão no desemprego, muitos estão a optar por cursos profissionais. É importante fornecer as ferramentas necessárias para a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

OBJETIVOS

- Facilitar a entrada de jovens recém formados no mercado de trabalho após a conclusão do ensino obrigatório.
- Motivar e facilitar a entrar no mercado de trabalho dos jovens que após a conclusão do ensino obrigatório, não desejem prosseguir estudos de imediato.

METODOLOGIA

Opção A - Criação de um estágio após a conclusão do ensino obrigatório, onde os jovens são preparados para o mercado de trabalho, aprendendo a lidar com todas as questões implicadas no início da vida profissional, desde declarar os seus rendimentos a saber onde se deslocar nas diversas situações.

Opção B - Criação de um plano educativo no ensino secundário, com uma determinada duração, visando a preparação dos jovens para o início da sua vida profissional, fornecendo-lhes ferramentas que lhes permitam autonomia e facilidade em se deslocarem no mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

A JS Cascais, considera de extrema importância apoiar os jovens recém formados, defendendo que os jovens enquanto futuro do país, precisam de mais motivação e apoio do que soluções irrealistas como as que o atual executivo promove, a imigração. A JS tem a hipótese através dos seus representantes na Assembleia da República de promover este tipo de iniciativas para que os jovens do país se sintam mais motivados e apoiados por parte do seu governo, no início da sua vida profissional.

1.º Subscritor: André Gomes, Cascais

Energias renováveis

O setor energético é um dos pilares de crescimento, competitividade e desenvolvimento das economias modernas. Sendo a energia um fator essencial para o desenvolvimento de qualquer economia, a cada vez maior utilização de energia tem levado ao surgimento de alguns problemas, nomeadamente as alterações climáticas. Portugal mantém uma dependência energética acima dos 70%, ou seja, 70 % do total da energia utilizada em Portugal é de fonte não renovável, sendo os maiores exemplos o petróleo e o gás natural. Parte deste petróleo e gás natural, ou até mesmo carvão é ainda utilizado para produzir energia elétrica através de centrais termoelétricas, ainda presentes e em pleno funcionamento no nosso País. A utilização destas fontes de energia implica a libertação de gases nocivos ao meio ambiente, deteriorando-o. A temática das alterações climáticas é uma realidade, e certamente um problema à escala Global e cada vez mais presente entre nós. São exemplos: O degelo do Pólo Norte, os elevados índices de pluviosidade, as ondas de calor e mais recentemente o fenómeno de Permafrost, simplesmente não podemos voltar as costas a estes problemas. A utilização de fontes de energia renovável contribui de

forma significativa para mitigar, talvez inverter, os problemas gerados pela atividade humana. Neste momento, Portugal encontra-se em contra ciclo com os seus parceiros europeus no que respeita ao investimento nas Renováveis. Isto é, enquanto a Alemanha, Itália, Espanha, entre outros fortalecem o seu investimento nas renováveis como vetor estratégico das suas economias, Portugal faz exatamente o contrário.

Energia solar, hídrica, geotérmica, eólica são algumas das potenciadoras fontes de produção de energia elétrica. Portugal a este nível encontra-se numa posição geográfica privilegiada, pois é o país da Europa que mais horas de Sol tem ao seu dispor e, no entanto, a nível da União Europeia (28) Portugal encontra-se na 14ª posição no que respeita à produção de Mega Watts elétricos de fonte solar (fonte de dados: EU Energy in figures, edição de 2014). Países como a Alemanha que, comparativamente a Portugal, apresenta condições muito menos favoráveis à utilização deste recurso conseguem retirar mais partido deste. Para ter uma ideia, Portugal produz cerca de 1% do total que a Alemanha produz. Indicando que, neste campo, ainda estamos aquém do nosso potencial.

Prova de que a aposta nas energias renováveis é uma mais-valia, no passado mês de Novembro, mais precisamente no dia 13, Portugal conseguiu com que 75% da sua energia elétrica fosse assegurada por fontes de energia renovável, grande parte devido à energia eólica. De acordo com a REN, no período de 1 a 13 de novembro, a percentagem de eletricidade exportada aumentou 532,8% face ao período homólogo do ano de 2012. São casos como este que levam a crer que a aposta nas energias renováveis deve ser contínua e progressista.

Atualmente Portugal importa energia para a sua sustentação, apostar nas energias renováveis permitirá reduzir a dependência energética, e assim reduzir a fatura energética paga todos os anos, contribuindo também para um equilíbrio na balança comercial.

1.º Subscritor: João Henrique da Cunha Vaz, Matosinhos

Medicina dentária no SNS

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma estrutura através do qual o Estado Português assegura o direito à saúde (promoção, prevenção e vigilância) a todos os cidadãos de

Portugal. Este mesmo serviço engloba uma vasta área de ação, no que concerne aos cuidados de saúde, constata-se que o SNS integra diversas especialidades médicas (mais de trinta), bem como equipas médicas distinguidas pelas suas competências e capacidades diferenciadas na prevenção, diagnóstico e tratamento das distintas enfermidades.

Sendo Portugal um país que se diz desenvolvido e que busca atingir os modelos mais equitativos relativamente aos direitos dos seus cidadãos, é de louvar tal existência estrutural que, à partida, disponibiliza os cuidados de saúde essenciais a qualquer contribuinte comum. No entanto, averigua-se que a especialidade de Medicina Dentária não se encontra contemplada pelo Sistema Nacional de Saúde.

Já várias foram as propostas colocadas pela Ordem dos Médicos Dentistas, nomeadamente, o alargamento do cheque-dentista a outras faixas etárias nas crianças e também a diabéticos; a inserção obrigatória da medicina dentária na medicina do trabalho; a entrada dos médicos dentistas através de uma carreira própria nos hospitais do SNS; a contratualização de médicos dentistas pelas Unidades de Saúde Familiar; e a implementação de um sistema nacional de comparticipação para todos os utentes do SNS de cuidados básicos de medicina dentária.

A Medicina Dentária é uma área da medicina que além dos cuidados orais, explora toda uma componente preventiva e curativa de doenças que se podem desencadear por fatores limitantes e simples, muitas vezes de fácil resolução, daí que seja essencial a deteção precoce das anomalias sintomáticas, para que a inicialização do tratamento seja rápida, eficaz e com o menor custo possível.

Assim, instituir hábitos de higiene oral diários na população traz inúmeras vantagens, principalmente para evitar a maior parte das doenças da boca, dificuldades na mastigação que se refletem muitas vezes em problemas gástricos, prevenção de doenças nos dentes ou gengivas, cancro, etc. A manutenção da saúde oral em bom estado ajuda a prolongar a qualidade e a quantidade de vida.

Quando uma pessoa não goza de saúde oral não está de perfeita saúde. A mais barata forma de tratamento é sempre a prevenção e o adiamento do tratamento é aumentar a dificuldade na sua execução; o correto alinhamento dos dentes é importante no equilíbrio postural do corpo; a saúde oral é essencial para a maximizar o desempenho dos atletas; uma boca saudável facilita a comunicação e a interação com os outros.

A saúde oral, infelizmente nem sempre está ao alcance de qualquer cidadão comum. Os seus tratamentos são dispendiosos e em Portugal a aposta em cuidados de saúde não tem

sido feita, bem pelo contrário, a saúde serviu para colmatar as deficiências de outros setores da sociedade.

Desta forma, é de maior importância investir na igualdade de direitos e acessos de todos os cidadãos portugueses, a um cuidado tão básico como é o caso da saúde oral, implementada num sistema de saúde público.

Deste modo, e por todas as razões supracitadas, propomos a implementação da especialidade médica de Medicina Dentária integrada no Serviço Nacional de Saúde, garantindo a todos os cidadãos portugueses o acesso a um cuidado tão básico e essencial como é o caso da saúde oral.

1.ª Subscritora: Maria Alexandra Vieira da Silva dos Santos Pacheco, Matosinhos

Por uma maior transparência do Partido Socialista

O art. 51º da Constituição da República Portuguesa consagra que os partidos se devem reger “pelos princípios da transparência, da organização e da gestão democráticas e da participação de todos os seus membros”. Assim, a lei estabelece as regras de financiamento dos partidos políticos, nomeadamente quanto aos requisitos e limites do financiamento público, bem como às exigências de publicidade do seu património e das suas contas. A transparência dos partidos está consagrada também na Lei 2/2003 de 22 de Agosto, Lei dos Partidos Políticos.

O art. 6º deste Diploma refere que os partidos prosseguem publicamente os seus fins, que a divulgação pública das atividades dos partidos políticos abrange obrigatoriamente os estatutos, a identidade dos titulares dos órgãos, as declarações de princípios e os programas, e as atividades gerais a nível nacional e internacional. Para além destas obrigações, cada partido político tem que comunicar ao Tribunal Constitucional, para efeito de anotação, a identidade dos titulares dos seus órgãos nacionais após a respetiva eleição, assim como os estatutos, as declarações de princípios e o programa, uma vez aprovados ou após cada modificação. Por fim, o mesmo Diploma acrescenta que a

proveniência e a utilização dos fundos dos partidos são publicitadas nos termos estabelecidos na lei do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

No entanto, esta lei que rege o financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais é pouco transparente, pois existe por parte dos partidos diminuta prestação de contas e descontrolo das despesas eleitorais. Segundo a Associação Cívica para a Transparência e Integridade, é possível perceber nesta mesma lei vários problemas de fundo, nomeadamente a não contenção de despesas eleitorais, a propensão para a informalidade/ilegalidade (pagamento de despesas por terceiros), a ausência de consolidação financeira interna dos partidos (sobretudo no que toca às contas das estruturas descentralizadas), a incapacidade dos partidos em gerir os financiamentos privados com probidade e forte dependência dos partidos face ao financiamento público, direto e indireto. Sendo um princípio consagrado na lei, não deve existir qualquer dúvida quanto à transparência do modo de funcionamento do Partido Socialista.

A falta de transparência é, aliás, um dos motivos que mais afasta os cidadãos dos partidos políticos, e, por isso, um problema que não deve ser esquecido e que deve ser resolvido com urgência. Deverão, assim, ser transparentes as relações entre os financiadores das campanhas e o partido, pois só desta maneira é possível a existência de confiança dos cidadãos nos atores políticos e na instituição representativa que é o Partido Socialista. Estas informações deverão estar disponíveis e acessíveis a qualquer cidadão que pretenda consultá-las. Só desta maneira poderá ser garantido o funcionamento da democracia interna do Partido.

Assim, pretende-se com esta moção propor a implementação de uma plataforma online que permita que a consulta destas informações esteja ao alcance de qualquer cidadão, em qualquer altura e em qualquer local, com um objetivo de obtenção de uma maior credibilidade do Partido Socialista e a sua aproximação aos seus militantes e aos cidadãos em geral, pois só através da transparência se consegue a confiança nas instituições democráticas.

1.ª Subscritora: Ana Filipa Carregal Vieira, Matosinhos

Educação Sexual nas Escolas

A Juventude Socialista como força de referência, tem marcado ao longo de décadas a juventude em Antes de mais, pretende-se clarificar a noção: “Educação Sexual”. O que é isto? Que bicho é este? Tal como o nome indica, trata-se do processo que visa educar ou, por outras palavras, esclarecer jovens e adolescentes a respeito da responsabilidade particular de cada um quando esses decidem entregar o seu corpo a alguém. No período da adolescência, com o organismo dos rapazes e das raparigas a passarem por diversas modificações tanto físicas como psicológicas, é o período em que se inicia a vida sexual. Desta forma, os jovens têm de prevenir as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e a gravidez precoce, de forma a evitar doenças como SIDA, a gonorreia ou a sífilis, entre outras, e anemia, retenção de líquidos ou hipertensão, respetivamente.

Sendo assim, é, sem dúvida, importante os jovens terem alguém com quem abordar e partilhar certas informações, dúvidas, etc., sobre temas intrínsecos à educação sexual, como, por exemplo, temas como sexo, gravidez, aborto, métodos contraceptivos, importância do preservativo e DSTs. Este papel é um papel que, por natureza, incumbe aos pais ter, o que nem sempre é fácil devido à sensibilidade da questão em si. Por isso, deveria caber ao professor o papel de auxiliar os jovens/ adolescentes nos esclarecimentos que não são passados pelos pais, quer devido à falta de coragem, quer devido à falta de conhecimento da área.

Para além dos temas classificados como “intrínsecos”, temos de ter em atenção questões do foro psicológico e social, tal como descreve a lei nº 60/2009. Estas questões estão presentes no seu artigo 2º, em que os pontos fortes são “valorização da sexualidade e afetividade entre pessoas no desenvolvimento individual”, “desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade”, “melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais dos jovens”, “valorização de uma sexualidade responsável e informada”, “promoção da igualdade entre os sexos” e, finalmente, “a eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual”.

Algo alarmante é o facto de os impostos estarem a subir; algo alarmante é o facto dos salários estarem a ser literalmente cortados; algo alarmante é o facto de os atuais governantes não saberem encontrar métodos alternativos para reduzir o défice como por exemplo a competitividade estrutural, políticas essas que incidem ao nível da indústria e

das condições de produção, com vista a promoverem ganhos de produtividade sustentáveis. Mas é, também, alarmante o facto de os jovens utilizarem a pornografia como a “nova” forma de aprender o que é a educação sexual!

Cada vez mais os jovens recorrem à internet para se informarem sobre este tema. Argumentos anteriormente utilizados como a falta de acesso à educação sexual e a falta de vontade que os pais têm em abordar e debater sobre os mais variados temas da sexualidade, empurra os jovens a procurarem informar-se por outras vias, como a pornografia. Mais alarmante ainda, são os efeitos nefastos que este comportamento está a produzir. Variados especialistas afirmam que o anteriormente descrito faz com que os jovens fiquem mais ansiosos para terem a primeira relação sexual e, além disso, os jovens esperam que o que se observa em vídeos pornográficos se reproduza na vida real, como, por exemplo, a exigência por parte dos namorados para que as respetivas namoradas procedam à depilação íntima integral.

Tudo tem custos! A implementação da educação sexual nas escolas tem custos; custos fixos e variáveis, mas nunca deixam de ser custos! Agora a questão é: serão mesmo custos ou será tudo um investimento? Bem, para precisarmos mais a intenção e a pertinência destas palavras, temos de estudar e avaliar “números”. “Que “números” são estes?”, dirão os mais apreensivos. “Que “raio” de discurso é que este “bebé” está a ter?”, dirão outros, menos interessados na matéria.

Como foi citado anteriormente, incumbe à “Educação Sexual” explicar as DSTs, o que são, de onde são originárias, como se transmitem, como se previnem e esclarecer se há medicamentos de cura ou que atenuem o desenvolvimento e propagação do vírus. Na realidade, não existe um medicamento ou vacina que cure o vírus VIH, mas existem medicamentos que impedem a multiplicação do vírus no organismo e que evitam o enfraquecimento do sistema imunológico.

Este medicamentos são denominados medicamentos antirretrovirais. Para desmitificar o que é que é suposto ser associado à palavra “números”, clarifica-se que o Estado português gasta anualmente 200 milhões de euros com medicamentos antirretrovirais, o que constitui um número realmente muito assustador. Assustador porque, para além de refletir muitos gastos, reflete também que talvez se pudesse fazer um estudo para desmitificar a causa para tantos gastos e tentar reduzi-los de forma a grande parte do dinheiro investido neste problema, fosse deslocado para sua prevenção.

A “cura” destes valores está na prevenção das DSTs e a prevenção das DSTs está na Educação Sexual! A este nível, a Educação Sexual constitui a base e os alicerces para que um ser humano possa viver mais descansado, se prevenido e bem informado e, mais do

que tudo, com saúde, que é um dos maiores tesouros que qualquer ser humano tem, mas para tal, temos de zelar por ela e por todos nós! Só desta forma conseguiremos combater e reduzir a taxa de crescimento dos números de casos com SIDA para um nível residual, dito natural. Assim, podemos dizer que a Educação Sexual está na base do desmantelamento não só das questões económicas, mas também de questões do foro psicológico, social, hormonal, sexual e ético!

NÃO SERÃO TODAS AS RAZÕES APRESENTADAS, RAZÕES IMPORTANTES E PERTINENTES PARA APOSTARMOS NA EDUCAÇÃO SEXUAL?

Tendo em conta que a informação sobre a sexualidade é essencial na educação para a saúde, os jovens devem adquirir conhecimentos e desenvolver atitudes e comportamentos nesta área.

Segundo o artigo 1º da Lei nº 60/2009, de 6 de Agosto, verifica-se que a educação sexual em meio escolar tem carácter obrigatório e destina-se a todos os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino básico e secundário da rede pública e os estabelecimentos da rede privada e cooperativa com contratos de associação, do território nacional e assim achamos que deve continuar a ser! Queremos desta forma fazer entender que é fundamental fazer recomendações e incentivar a uma reflexão, por forma a enaltecer e reforçar aspetos pertinentes em tudo o que diz respeito à Educação Sexual (artº. 2º, da citada Lei).

Como tal, achamos que não se deve criar uma disciplina direcionada para a educação sexual (artºs. 5º e 6º, da citada Lei), devido à escassez de tempo para os alunos estudarem, problema notificado e contestado por muitos alunos, devendo, antes, incentivar-se e motivar-se os alunos a assistirem a palestras monitorizadas pelo professor responsável pela educação para a saúde e educação sexual com o acompanhamento de profissionais de saúde das unidades de saúde e da respetiva comunidade local, como médicos, enfermeiros e psicólogos (artºs. 7º, 8º, 9º e 10º, da citada Lei)

Estabelecer horários específicos para cada turma (no máximo duas turmas) em cada palestra com periodicidade mensal (artº. 5, da citada Lei).

Pretendemos, na JS, tornar claro que é imprescindível que sejam criadas as condições necessárias e suficientes para que a Educação Sexual seja uma realidade em todas as escolas, tendo em conta as limitações temporais da carga horária dos alunos.

1.º Subscritor: Diogo Miguel Tomás de Oliveira, Matosinhos

Ensino Superior – Investimento para o país e para todos

O financiamento do Ensino Superior é uma das questões mais preocupantes para o sistema de ensino e para o desenvolvimento do país. Consecutivamente, o governo PSD/CDS-PP nos últimos anos tem reduzido o financiamento das instituições de ensino superior. Este factor sintomático que se tem registado em cada orçamento de estado expressa a vontade política de afastar a responsabilidade do estado da educação pública dos cidadãos. Deliberadamente, esta estratégia de redução de investimento público na educação, tem conduzido a formação das futuras gerações, a um regime cada vez mais elitista e longe da igualdade de oportunidades que defendemos. Em 2013 já se assistia, em valor absoluto, a uma dotação de orçamento de estado inferior aos valores de 2005. Em 2014, com uma redução de 4% regista-se neste momento para 2015, pelo 3º ano consecutivo a um decréscimo de investimento que soma 1,5% aos cortes anteriores.

Os reitores e presidentes das unidades orgânicas têm manifestado a sua preocupação quanto à capacidade de gestão com estes condicionalismos orçamentais. Os estudantes igualmente preocupados com a gestão das suas escolas, compreendem as restrições aplicadas às instituições mas receiam pelo aumento da propina justificado pela necessidade das escolas em obter receitas próprias. Um futuro incerto que prejudica o desempenho académico e que torna o ensino tendencialmente elitista. As instituições de ensino superior públicas desdobram-se em estratégias para obter receita e cortar despesa face a estas restrições, comprometendo a investigação e a ciência vitais à economia. Muitas das vezes as estratégias adoptadas, na tentativa de evitar o aumento de propina, resultam na aplicação de medidas extraordinárias de corte de serviços, manutenção, instalações e segurança. A juntar a estas temos ainda a criação de ciclos de estudos dito avançados e orientados à formação para empresas com propinas elevadas não majoradas. Este precedente, em torno da aplicabilidade de um maior valor de propina, inquieta-nos tendo em conta que a aplicabilidade destas áreas académicas no mundo de trabalho, discrimina actualmente como avançado, o que amanhã será essencial, passando a dívida do estudante a estar associada à sua área de formação. Com esta natural evolução, a aplicabilidade de propinas sem tecto máximo inverte tendencialmente o método de financiamento do ensino superior português, afastando o investimento do estado em si mesmo.

Para 2015 o financiamento, para as instituições de ensino superior português, referido na dotação de orçamento de estado comprova a visão estratégica do país por não reconhecer o investimento na educação pública superior como uma forma de desenvolver Portugal nos seus variados sectores humanos, económicos e sociais.

Urge mudar de política e de crença instalada de que o papel desenvolvido pelo sector público deve ser reduzido em prol da instalação de regimes privados. A criação de políticas sustentadas no interesse privado deixam à deriva a sustentabilidade da educação ao tornar a aplicabilidade das medidas reféns do interesse económico.

A universidade deixa de ser universal tanto pelas limitações causadas por restrições orçamentais como pelas políticas adoptadas por este governo.

Como forma de encontrar alternativas para o financiamento do ensino superior o governo PSD/CDS-PP, a 10 de Março de 2014 aprova o Decreto-Lei n.º 36/2014 que estipula o estatuto de estudante-internacional. Este estatuto permite às instituições fixar o valor de propina de acordo com a nacionalidade dos estudantes criando uma nova forma de obtenção de receita. Este governo cria assim uma forma de discriminação de acordo com a nacionalidade sem na verdade ter o ónus da decisão ao remeter a aplicabilidade desta medida para os órgãos das instituições. Estas que por sua vez já se viam obrigadas a fazer ginástica orçamental vêem-se obrigadas a seguir a política nacionalista deste governo de direita.

Em prol do desenvolvimento do país, de melhores condições e expectativas de futuro para os jovens, por uma igualdade de acesso, oportunidade e frequência e pelas melhorias progressivas do ensino superior português deve a Juventude Socialista defender os seguintes princípios:

Uma política de manutenção do investimento público no ensino superior que seja focada e enquadrada com as necessidades de desenvolvimento do país.

A criação de um plano estratégico para o ensino superior português com intuito de fixar um objectivo real e progressista para o desenvolvimento do sistema de ensino.

Em articulação com os seus núcleos, contestar a criação de cursos de valor acrescido ou em regime de parceria com outras entidades privadas e de valor não majorado de propina.

Manifestar-se contra a discriminação negativa, resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 36/2014, que distingue os estudantes do ensino superior de acordo com a sua

nacionalidade. Contrariando o princípio de educação global e acessível a todos os jovens independentemente da sua nacionalidade.

1.º Subscritor: João Pedro Costa, Montijo

COMO COMUNICAR A JS AOS JOVENS?

Objetivos da moção

Tendo em conta a realidade atual nesta matéria, esta moção pretende constituir um ponto de partida para iniciar uma discussão.

Em primeiro lugar, pretende-se fazer atentar na divulgação da estrutura juvenil socialista e na sua importância para a promoção de ideais de cidadania.

Em segundo lugar, requer-se uma compreensão abrangente sobre as suas linhas fundamentais de ação.

Em terceiro lugar, trabalhar no sentido de ligar mais a sociedade, bem como alertar a população geral para uma consciencialização global.

Passemos, então, à sua devida exposição.

Contextualização

Hoje em dia, a política nacional enfrenta alguns problemas na sua promoção. E um deles encontra-se na comunicação das estruturas em si. A forma se promove não tem produzido efeitos incisivos na sociedade, pelo que não têm alertadas consciências. Vejamos, então, três grandes questões.

Primeiramente há que ter em conta que a sociedade portuguesa atribui cada vez menos crédito aos direitos e à cidadania, afetando, por sua vez, os jovens. Assim, a mobilidade intergeracional fica cada vez mais em risco, pois as gerações mais velhas não conseguem transmitir esses princípios às gerações mais novas. Para tal, basta ver como 66,2% dos

portugueses não exerceram o direito de voto nas últimas eleições europeias¹⁰. Esta abstenção pode claramente explicar uma desmotivação e desconfiança por parte da população.

Associada à ideia anterior, pontualize-se a desvalorização da construção de uma consciência global mais aprimorada. É de notar que, se os portugueses, neste caso, jovens, continuam à espera do “hedonismo do imediato”, acabarão por esquecer certas questões fundamentais na reprodução social. Muitos deles são influenciados pela proliferação tecnológica e por uma filosofia de vida aliada ao entretenimento rápido, de tal modo que se menosprezam questões político-ideológicas. Isto é resultado do contacto entre gerações. Por exemplo, um estudo de 2006 mostra que 65% dos inquiridos, maioritariamente jovens, descredibilizava a política¹¹.

Aponte-se, ainda, a aposta pouco incisiva na informação. Tendo sido trazidas inovações diversas, esta nova era digital provocou uma alteração profunda nos comportamentos. De tal forma que o próprio contacto, inclusivamente, se informatizou. No entanto, a propensão a estes meios por parte da política é, ainda, bastante reduzida. Muito embora os conteúdos dos *media*, as estruturas ainda desenvolvem dificuldades em transmitir os conteúdos. A maior parte dos seus usos reside no contacto e na busca de inserção social. Este facto pode ser comprovado pelo facto de 97% utilizadores da *internet* terem conta no *Facebook*¹²; nesta rede social, a JS apresenta menos de 10 mil “gostos”, e a sua atividade não é diária¹³.

Portanto, esclarece-se, desta forma, a importância de apostar na comunicação quer interpessoal e intergeracional quer digital, mais precisamente, no que concerne ao espaço cibernético. Consequentemente, a informação deve ser estudada, do ponto de vista estrutural, com vista a ser possível haver uma maior adesão do corpo juvenil e, *a posteriori*, dos corpos adulto e idoso.

Aplicação prática: as propostas

Feita a abordagem teórica, passemos à abordagem da prática. Como tal, apresentam-se algumas propostas, ao longo deste discurso, como será possível verificar, tendo em conta

¹⁰ Fonte: PORDATA.

¹¹ Fonte: CESOP (Centro de Estudos de Sondagem e Opinião). Neste estudo, participaram 1949 inquiridos, via *online*, na sua maioria jovens entre os 15 e os 17 anos.

¹² Fonte: Grupo Marketest (folheto: ‘Os Portugueses e as Redes Sociais 2013’).

¹³ Informação consultada no dia 14 de novembro de 2014, pelas 17:22.

estarmos num meio onde a publicidade tem restrições éticas a cumprir. Assim, serão divididas em duas dimensões, que se inter-relacionam: a cibernética e a pessoal.

Quanto à dimensão cibernética, deve ser destacado o seu forte poder de propagação. Fale-se, aqui, em rapidez, em eficácia, em pró-atividade, em globalismo. Nesta medida, sugere-se:

a) Reforço das páginas das principais redes sociais – *Facebook* e *Twitter* -, pensando, posteriormente, em apostar no *Instagram*, com vista a tornar mais convívio a relação entre os militantes e simpatizantes. É de lembrar que a falta de popularidade da JS representada nas primeiras revela-se bastante notória e demonstradora do desleixo comunitário para com a estrutura. Da mesma forma, há que trabalhar neste sentido localmente (concelhias e núcleos).

b) Revisão e aposta nos *websites* das concelhias, e criação em zonas que ainda sejam isentas desses meios, incluindo um *blog*, para uma atualização mais eficaz; implementação, igualmente, de um *blog* para cada núcleo, de modo a ser possível apresentar o rol de atividades concretizadas ou por concretizar.

c) Nomeação de um elemento encarregado por funções de imagem e comunicação, a nível concelhio, a fim de estabelecer contactos e transmitir a informação necessária, gerindo, inclusive, as plataformas digitais.

d) Incremento da cobertura de eventos por parte da imprensa. Esta ação constitui outra forma de divulgar a JS, bem como, em certa medida, criar outras conceções acerca da mesma estrutura na mente dos leitores, ouvintes, telespetadores, cibernautas.

Quanto à dimensão pessoal, deve ser destacado o seu papel primordial no decorrer de toda a atividade política. Fale-se, aqui, em pessoalidade, em aproximação, em intemporalidade. Nesta medida, sugere-se:

a) Sensibilização da sociedade civil com o intuito de se criarem colóquios, preferencialmente, informais, onde sejam abordados os mais diversos assuntos. Falar num conjunto tão abrangente de pessoas significa trazer gerações de pais, avós e bisavós, gerando nos seus descendentes uma nova capacidade de racionalizar. O senso comum já nos transmite, passe a popularidade da expressão: “de pequenino é que se torce o pepino”.

b) Organização de concentrações juvenis nos centros das cidades. Captando jovens, lentamente, para, entre outras iniciativas, convívios, manifestações, será possível

despertar novos pensamentos. Por seu turno, promove-se, com efeito, a participação cívica¹⁴.

c) Aumento do número de périplos. Um aspeto a verificar-se é que institucionalizando hábitos, neste caso, de comparecer às freguesias e às cidades, a população começa a sentir-se mais ligada, pois mostra a criação de laços, que se vão mantendo. Sublinhe-se, aqui, a proximidade entre os membros da JS e a faixa juvenil.

Em jeito de conclusão, deve ficar mencionado que, num contexto de desleixo e espontaneidade cívico-cultural, a Juventude Socialista, com uma comunicação melhorada, pode ter um papel fundamental na afirmação de novos valores e ideais. Assim, através de ideias práticas, concebíveis, verosímeis, conseguir-se-á integrar novos militantes, mais participativos, mais críticos, mais formados, mais informados, em consequência, melhor preparados para os desafios da sociedade. Acrescente-se um pequeno reparo: se são os *media* fortes geradores de opinião pública, estes podem certamente gerar uma nova opinião pública.

1.º Subscritor: Pedro Ribeiro, Guimarães

Esquerda Democrática e a Europa

A ação política é sustentada por valores e princípios que encerram em si uma determinada forma de ver o mundo e a sociedade.

A Esquerda Democrática é a ideologia política que comporta os valores da liberdade, da igualdade, da justiça social e da solidariedade.

É esta a corrente ideológica onde se enquadra o pensamento político do Partido Socialista e da Juventude Socialista.

¹⁴ Interessa notar que existem menos de 1000 jovens entre os 15 e os 18 anos militados na Juventude Socialista. Num recente encontro, o coordenador concelhio de Guimarães afirmou ser uma estrutura “envelhecida”, em que uma militante acrescenta estar a “acompanhar a tendência do país”.

Foi através do levar à prática deste pensamento político que, a nível europeu, se construiu uma sociedade próspera, onde a realização individual de cada um se atingiu através do desenvolvimento da sociedade enquanto um todo.

Com o Socialismo Democrático, ao longo dos últimos cinquenta anos, criaram-se e consolidaram-se um conjunto de progressos sociais na área da educação, da saúde, da providência social, dos direitos das minorias ou dos direitos laborais.

Foi também neste quadro que se desenvolveu e aprofundou o projeto europeu. Projeto de Nações e de Povos, que na sua génese pretendia, não só cumprir a paz, mas também criar uma Europa mais igual e solidária, mais próspera e mais justa.

Com o desenvolver do projeto europeu tornou-se necessário criar mais centralidade, mais poder de decisão na Europa, consequentemente esvaziando os Estados de poderes que tradicionalmente gravitavam na sua esfera de disposição.

No início dos anos 90, com o tratado de Maastricht, assistimos a uma completa perda de soberania financeira dos Estados, quebrando-se desta forma a autonomia dos Estados-Nação operar determinados mecanismos económico-financeiros que até aí tinham ao seu dispor.

Foi também durante os anos 90 que assistimos a uma subtil mudança do substrato ideológico – conduzindo-o para mais à direita - que até aí era cristalizado nos Partidos Socialistas Europeus, a chamada “terceira via”.

Desde esse momento a esta parte temos assistido a um progressivo declínio da expressão eleitoral dos partidos de Esquerda na Europa. Existindo também um vazio ideológico na nossa matriz ideológica mostrando-se incapaz para dar resposta aos problemas atuais e ao modo como a sociedade evoluiu desde a viragem do século.

É neste quadro que se impõe uma profunda reflexão da JS no sentido de consolidarmos, do ponto de vista ideológico, que sociedade queremos e, nesta fase, mais importante que isso, como a vamos contruir.

Para isso necessitamos de refletir acerca do projeto europeu.

Sobre a perda de soberania que o seu aprofundamento encerrou. Subtraindo a possibilidade do Governo do Estado-Nação de intervir na economia e nas finanças, roubando assim à Esquerda Democrática os mecanismos necessários para levar à prática a sua forma de contruir a sociedade.

Chegados a este ponto concluímos que a Esquerda-Democrática se encontra numa encruzilhada.

Por um lado os Estados-Nação não possuem a força necessária para intervir e transformar a sociedade. Por outro lado a União Europeia não possui de legitimidade nem de poder efetivo para, de forma estrutural, concertada e estratégica levar à prática um projeto político de esquerda no espaço Europeu.

Torna-se assim necessária uma reflexão de fundo acerca da necessidade do aprofundamento europeu no sentido da criação de uma Federação de Estados.

Esta moção tem assim o objetivo de propor à Juventude Socialista e aos seus militantes um profundo debate interno acerca destas questões, com fim de estarmos na vanguarda da defesa dos ideais de esquerda e da construção do projeto europeu.

1.ª Subscritora: Elsa Ribeiro, Guimarães

O turismo como percussor do desenvolvimento do interior

No Interior ouvimos falar de desertificação, fecho de serviços administrativos e de saúde, fecho de escolas e incompetentes reformas administrativas baseadas em “desculpa” sem qualquer base de racional como: a falta de atividade económica e de condições atrativas para a fixação de população e negócios nesta faixa do país.

Assim, e numa fase recessiva do ciclo económico e da crescente dependência, ou teórica interdependência, do exterior, em que apresentamos um crescente défice externo é necessário redinamizar o nosso país, internamente. Um dos setores mais estratégicos e pelo qual Portugal ganha cada vez mais destaque no mundo é o Turismo. Deste modo, e juntando o potencial turístico tanto pelo âmbito cultural, gastronómico, balnear fluvial e mesmo de turismo de inverno, estão reunidas as condições para que a competitividade externa portuguesa aumente e seja uma condição estável e duradoura em todas as estações, em todos os anos.

Para além do Porto, de Lisboa e do Algarve, cidades premiadas e internacionalmente conhecidas e reconhecidas, temos o Douro com belas paisagens agrícolas e naturais e com o tremendo potencial turístico da atividade da vitivinicultura, a gastronomia e a cultura folclórica e popular de Trás-os-montes e Alto Douro, a Serra da Estrela com a neve no Inverno e as suas reservas naturais e paraísos fluviais, a história e a cultura do Minho, as planícies do Alentejo, entre outros inúmeros locais de grande potencial turístico no país.

Assim a Juventude Socialista propõe-se a trabalhar para que haja uma redução nas taxas de Iva e de Impostos sobre o rendimento das empresas e novos investimentos na área da Hotelaria e Restauração no interior do país para incentivar a fixação de população e negócios e a dinamização do turismo e de toda a atividade económica que virá consequentemente nesta faixa do país.

1.º Subscritor: Gonçalo Tato Oliveira Salazar, Matosinhos

Ensino Tecnológico em Portugal

Em Portugal existem mais de 33 mil desempregados que têm formação superior, sendo maioritariamente mulheres. Na zona norte, o índice de desemprego é mais elevado, seguido da região de Lisboa e por fim da região centro. Hoje em dia, na altura de escolher um curso, é fundamental analisar os índices de empregabilidade dos mesmos, sejam eles cursos superiores ou não, percebendo assim quais os cursos que podem permitir um acesso mais fácil ao mercado de trabalho.

Com o estado actual da nossa sociedade, muitas análises são feitas e muitas questões colocadas nomeadamente se será vantajoso para os jovens a formação superior.

Um curso vale sempre a pena, seja ele superior ou não. Com a facilidade de acesso ao ensino superior, as universidades têm formado muitas pessoas nos últimos anos. Há cada vez mais licenciados e menos ofertas de emprego. Se quiser optar por um curso superior, lembre-se que a aposta na sua formação vale sempre a pena e que antes de escolher devem ser identificados os cursos com mais oportunidades de emprego. Porém, o número de alunos a optar pela via profissionalizante tem crescido substancialmente nos últimos

anos. Ir para a faculdade já não é sinónimo de garantias, por isso há quem opte pelos cursos profissionais, cuja oferta é cada vez maior.

As empresas investem em cursos de formação, pois necessitam de colaboradores que estejam muito bem preparados para enfrentar quaisquer tipo de desafios que possam surgir no contexto da sua actividade profissional.

Com um curso de formação profissional, pretende-se valorizar a imagem do funcionário e da empresa nas mais variadas competências, tendo sempre como referência o triângulo dos saberes nomeadamente as competências Psicossociais/sócio afectivas, que permitem desenvolver as atitudes comunicacionais e os efeitos comportamentais, as competências cognitivas que se situam ao nível do desenvolvimento intelectual e as competências psicomotoras para o desenvolvimento das capacidades manuais, situadas ao nível do saber-fazer.

A evolução qualitativa em Portugal é inevitável, recebemos constantemente investimento de empresas tecnológicas externas, como a vinda da Embraer e do reforço da Bosch. Por sua vez, as empresas portuguesas tendem em expandir, como é o exemplo da Salvador Caetano com a criação da Caetano Aeronautics sediada em Vila Nova de Gaia e a DRI que duplicou o número de colaboradores. Há vários sectores que precisam cada vez mais de técnicos específicos em determinadas áreas. Eletricidade, AVAC, agricultura, eletromecânica, turismo, saúde entre outros, são áreas que têm sofrido de falta de mão-de-obra nos últimos anos e que são boas oportunidades para quem está neste momento a optar por uma profissão.

Nas áreas do turismo e saúde, regista-se um crescimento constante, tanto a nível interno como externo, registando-se uma constante evolução da qualidade financeira, permitindo assim uma maior procura em especialistas profissionalizados em áreas como a restauração, hotelaria, assistência médica e desporto.

Todos estes sectores profissionalizantes necessitam de uma maior visibilidade e maior projecção nacional e internacional, devido à escassez constante de colaboradores.

Para promover isto tudo, deveria ser criada uma igualdade de informação a respeito das duas vertentes de ensino, demonstrando os factores positivos/negativos de cada uma das mesmas. A Juventude Socialista poderá ter um papel de extrema importância e deverá bater-se pela aplicação dos mesmos recursos no Ensino Profissional que são usados para promover e potenciar o Ensino Superior.

Esta moção defende que a maior falha no contexto da profissionalização é sem dúvida a falta de personalização e orientação dos jovens, devido ao facto de o mesmo ser um processo bastante dispendioso e de elevada duração. É necessário reforçar as estruturas de orientação para os jovens de modo a valorizar, analisar e adaptar as capacidades cognitivas de cada um a uma área que satisfaça e reconheça o valor pessoal e profissional dos mesmos. Nesse aspecto, a JS deverá bater-se por promover e reforçar as pontes entre o Instituto de Emprego e Formação

Profissional e os jovens em período orientação profissional.

Trabalhemos por gosto e teremos o gosto do trabalho! Vamos ser aquilo que queremos ser porque para estarmos bem na sociedade apenas precisamos de estar bem connosco.

1.º Subscritor: Rodolfo da Silva Caraméz Pereira, Matosinhos

Regulamentação da Prostituição

Car@s Camaradas,

Assistimos durante a primeira década do Século XXI à conquista e implementação de direitos Sociais no nosso país. Tal obtenção e implementação só foi possível devido à discussão pública e à vontade conjugada dos partidos representados na Assembleia da República. Refiro-me especificamente à despenalização voluntária da gravidez e ao reconhecimento legal do casamento de pessoas do mesmo sexo. A aprovação e instituição destas medidas vieram tornar a sociedade portuguesa mais digna, igualitária e moderna.

Conscientes da luta travada ao longo de décadas por parte da Juventude Socialista na promoção e defesa de uma Sociedade mais justa e igualitária, não podemos deixar de considerar a nossa estrutura como parte responsável por tamanha evolução social, embora consideremos, em última análise, tais conquistas como uma vitória de toda a Sociedade Portuguesa.

No entanto, a nossa luta por a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária não se esgotou, ou esgota com o alcance que tais medidas obtiveram. Existem ainda muitas outras causas fracturantes e de ordem social que urge implementar. Achamos que é altura de a Juventude Socialista trazer de novo para o ceio da sociedade portuguesa a questão relativa à implementação da regulamentação da prostituição. É um tema pertinente, que uma sociedade que se diz plural, livre e aberta não pode deixar de encarar de frente, e que a nossa estrutura, pela sua matriz de valores e princípios que a constituem tem a obrigação de debater e levar até junto da sociedade.

Quando nos informamos a respeito da prostituição chegamos à conclusão que existem diversos mitos acerca do tema. Embora, muitas vezes designada pelo senso comum, como a profissão mais antiga do Mundo, tal noção não encontra qualquer fundamento histórico ou antropológico. Sabemos no entanto que enquanto actividade a mesma é praticada há milhares de anos na maioria das sociedades mundiais. A forma como esta profissão, que é praticada sobretudo por mulheres, mas num grande número de casos também por homens, e vista pelos diferentes países e sociedades em redor do globo, varia bastante. Temos exemplos de países que a consideram legal e a têm regulamentada (Alemanha, México, parte da Austrália), bem como exemplo de países que a consideram legal mas cuja regulamentação ainda não foi implementada (Portugal, Brasil, Índia) e por fim países onde a prática da prostituição é ilegal (Noruega, Rússia, África do Sul).

Achamos por isso que está na hora de regulamentar a prostituição. A regulamentação irá contribuir para combater a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, possibilitar uma vida digna e o acesso a um conjunto de direitos compartilhados por cidadãos que praticam outras profissões. Sem esquecer que irá fortalecer o combate a grupos organizados que tem como alvo o tráfico de seres humanos, o proxenetismo, a exploração sexual e até mesmo o tráfico de droga.

Compartilhamos também da visão de que a regulamentação da prostituição deverá ser sempre complementada da aposta na educação sexual dos jovens, seja através da criação de muitas vezes falada Educação Sexual nas escolas, seja através de outras medidas que se revelem igualmente capazes.

Juntos por mais igualde e justiça Social.

1.º Subscritor: João Manuel Rodrigues Aires, Torre de Moncorvo

Limitação de mandatos a deputados, eurodeputados e vereadores

Os partidos são essenciais à democracia. Vivemos, hoje, tempos em que se exigem respostas políticas à altura para combater efectivamente as crises que se sentem por toda a União Europeia. No entanto, assiste-se, a um afastamento entre os partidos, os políticos, a sociedade e os cidadãos.

Estes, cada vez menos se identificam com os partidos políticos e são cada vez mais baixos os níveis de confiança nas instituições democráticas. Não podemos negá-lo. Este fenómeno deve ser discutido com abertura, com coragem, frontalidade e transparência.

No nosso país, os altos níveis de abstenção reflectem esse divórcio, entre os cidadãos e a classe política.

Os cidadãos confiam cada vez menos nos políticos que os governam porque consideram que a maneira como os partidos funcionam limitam a sua participação. Não podemos ficar indiferentes.

Quando a conjuntura económica cria forte insatisfação nos cidadãos relativamente à classe política, é quando as democracias mais precisam de partidos fortes, capazes, legitimados e que envolvam a sociedade.

É chegado o momento de todos os socialistas, mais jovens ou menos jovens, se unirem em torno de um objectivo comum: contribuir para um sistema democrático mais justo ao nível da representação da população (democracia representativa) e da também participação da população na actividade política (democracia participativa).

É chegado o momento de todos os socialistas, mais jovens ou menos jovens, discutirem, implementarem e aplicarem a limitação de mandatos aos deputados, aos eurodeputados e aos vereadores, da mesma forma, que foi aplicada aos presidentes de câmara e aos presidentes de juntas de freguesia, ou seja, a limitação de três mandatos, com efeito imediato após a sua aprovação.

Hoje é preciso ir mais longe e só com uma discussão responsável e frontal poderemos delinear uma nova estratégia para o país, para o Partido Socialista e para o futuro da democracia portuguesa, incentivando a uma renovação do quadro político nacional, fazendo valer, acima de tudo, as competências pessoais e profissionais, no desempenho das suas funções, num processo de total transparência.

Quando as oportunidades não existem, cabe-nos a nós ter a coragem para as criar. Vamos inspirar a mudança. Mais participação. Mais coragem.

1.º Subscritor: Hugo Alexandre Trindade, Matosinhos

Formação cívica: Tão importante quanto o Português e a Matemática

A situação que atualmente enfrentamos, em muito se deve ao desinteresse pela política que muitos têm. Nós, jovens militantes de uma estrutura partidária, somos apenas uma pequena fatia dos que se interessam pela atividade política, que fiscaliza a ação governamental dos governos, contudo, é triste perceber que num dia de eleições, as pessoas não vêm o ato de votar como um dever cívico, mas sim como algo que caso não o façam, nada acontece. E isto acontece porque? Essencialmente porque muitas pessoas ainda não sabem o que significa aquela cruz que está a fazer. A título de exemplo, as eleições para o parlamento europeu registam níveis de abstenção elevados, pois, a meu ver, uma grande parte da sociedade portuguesa desconhece (ou ignora!) quais as funções do parlamento europeu, e de que forma é que esta instituição poderá influenciar o nosso dia-a-dia.

A educação para a cidadania constitui um eixo estruturante e incontornável na formação dos jovens, no sentido de contribuir para a construção da identidade pessoal e social destes no sentido de adquirir e desenvolver competências que os tornem seres capazes de exercer uma cidadania responsável, democrática e de respeito pela dignidade do ser humano, e, indo de encontro à expressão várias vezes utilizada “além de vivermos uma crise económica, vivemos também uma crise de valores”, a formação cívica nas escolas poderia ajudar a superar esta “crise” e diminuir o défice de valores, os valores cívicos que atualmente a sociedade portuguesa está a enfrentar.

A disciplina de formação cívica começou a ser lecionada em 2001, e, aquando a sua criação, foi definida como um “espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos

e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e coletiva, na vida da turma, da escola e da comunidade¹⁵ contudo, na proposta de revisão curricular, elaborada em 2012 por este governo, esta disciplina foi retirada dos planos curriculares das escolas.

A disciplina de formação cívica tem uma pluralidade de temas que podem (e devem) ser incluídos no seu programa, no entanto, temas como as funções do estado, direitos e deveres do cidadão, cidadania europeia, responsabilidade ambiental, prevenção rodoviária, voluntariado, responsabilidade e solidariedade social, têm nesta disciplina o melhor local para serem apresentados, ensinados e debatidos com os jovens. Só desta forma, tornando-os mais informados, fazendo-os perceber a importância de uma adequada vida em sociedade é que será possível termos uma sociedade mais justa, mais interessada e acima de tudo, mais interventiva.

No seguimento da eliminação desta disciplina, foram muitas as escolas e professores que se manifestaram contra esta decisão. Nesse sentido, e dado que no próximo ano teremos eleições legislativas, esta moção vem no sentido de propor que a Juventude Socialista, tente junto do candidato a primeiro ministro que o regresso da disciplina de formação cívica às escolas seja uma realidade.

1.º Subscritor: José Santos, Trofa

Literacia política e financeira nas escolas

Portugal é hoje, ainda, um dos países europeus em que há um afastamento mais evidente entre os jovens e a política. Este divórcio, consumado e justificado desde há longos anos pela ideia de que a política existe para servir os políticos e não o superior interesse nacional. Porém, também é verdade que não tem existido um esforço consistente dos principais actores políticos a nível nacional para inverter o rumo e reaproximar os cidadãos, particularmente os mais jovens, da política.

¹⁵ Dec-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, art.º 5.º, ponto 3, alínea c

Esta distância que se criou entre os cidadãos e a política faz-se sentir desde há demasiado tempo em taxas de abstenção elevadíssimas e, mais grave do que isso, num desinteresse e descrença generalizados. Claro está que este afastamento se deve em parte à falta de transparência dos aparelhos partidários e das instituições governativas mas, acima de tudo, à falta de educação nesses âmbitos. Este desconhecimento é indubitavelmente tóxico para a sociedade, pois também ele é responsável pela tomada de decisões ao mais alto nível que são, em si mesmas, nocivas para as instituições e para as pessoas.

Sabendo nós que as instituições partidárias estão hoje mais abertas a todos e que se têm dado passos importantes para a democratização das mesmas, como por exemplo a abertura do Partido Socialista a todos os que com ele simpatizam no último acto eleitoral, é inexplicável a não existência de um projecto para incluir a política no sistema de ensino que venha a diminuir progressivamente o desencontro entre a política e os jovens.

Da mesma forma os portugueses carecem, duma forma geral, de métodos e conhecimento a nível financeiro, estando assim à mercê dos técnicos do sector financeiro. Este desconhecimento, embora não fosse negativo em si mesmo se todos os agentes do mundo financeiro trabalhassem em regime de "boa-fé", torna-se no entanto perigoso quando assim não acontece, resultando em estragos de proporções bíblicas como o recente caso do BES, arrastando consigo instituições, empresas e pior que tudo isso, pessoas. Estes descalabros podem ser combatidos com maior regulação e supervisão a nível bancário, mas também com maior conhecimento de causa por parte dos seus intervenientes.

Assim, o que se propõe é a criação de um programa, a ser incluído no currículo dos alunos desde o ensino básico que apresente de forma clara e transparente os conceitos base de gestão financeira. Paralelamente, é necessário introduzir no sistema de ensino os conceitos básicos da política, que, afinal de contas, regem a nossa sociedade, preparando desde cedo os jovens para uma vida política activa, embora não necessariamente partidária.

É urgente que as próximas gerações olhem para a política como um instrumento a ser usado pela sociedade para se melhorar, ao invés de algo que é nocivo. Só com uma resposta assertiva a iniciar-se agora podemos esperar inverter o panorama político nacional e combater a inércia e o desinteresse.

1.º Subscritor: Miguel dos Santos Rodrigues, Matosinhos

Economia no programa curricular do 3º ciclo do Ensino Básico

Vivemos hoje tempos conturbados, provocados por uma crise global que partiu do sistema económico. Do momento em que houve o “crash” no sistema económico, assistimos a uma caída em dominó dos países com um sistema educativo mais débil.

Os jovens de hoje sentem dificuldades em inteirar-se pela economia. Em perceber como funciona e como ela intervém nos aspetos basilares do nosso dia-a-dia. Paralelamente à história e geografia, às ciências e às línguas, a economia deve ser vista como uma necessidade imposta ontem, para hoje ter alavancagem para um futuro mais preparado.

Muitos de nós só percebemos o que reveste ou o que é a economia quando temos acesso ao nosso primeiro salário. A educação nessa área devia ser um tema realmente passado para a praça pública, porque se trata de mais um elemento de elevado conhecimento para os jovens numa fase preliminar da sua vida, pois quando cessa o terceiro ciclo já “experimentaram e sentiram” o que é a convivência com todas as disciplinas possíveis de ter no secundário com a exceção desta mesma. O que por vezes os movem a escolher esta área é pela familiaridade que a mesma já tem a nível hereditário ou por diálogos já estabelecidos com conhecedores de causa.

Se a economia é o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida, porque não ensiná-la numa fase mais precoce da vida de uma pessoa?

Se queremos uma sociedade com mais qualidade a todos os níveis devemos pensar de igual forma em tudo e para isso nada melhor do que pensarmos na economia que está assente todos os dias na nossa vida sem nos apercebermos.

Olhando à faixa etária dos mais novos podemos perceber que ter a visão de cuidar do futuro das nossas casas, autarquias e país começa hoje. Definir objetivos lineares de forma sustentável devia ser um princípio usado de forma ordeira e pensado sempre no bem comum e na sociedade civil.

De referir por exemplo que o conhecimento económico também seria um aspeto a ter em conta por exemplo para com o sistema bancário, para que percebamos os riscos que corremos quando realizamos investimentos, quando fazemos depósitos para poupanças ou nos inclinamos para outros fins.

Acreditamos que, com maior conhecimento da economia, teremos no futuro líderes mais qualificados e mais preparados para situações de crise económica, possuindo um cartel de soluções para o combate das mesmas.

Conclusão

Em suma, apelo à aprovação da presente moção que propõe:

- A tomada de posição, entre a Juventude Socialistas e os representantes da ONESEBS, exigindo a criação de condições par que a disciplina de Economia inserida no Programa Curricular do 3º ciclo como disciplina obrigatória.
- Partilha com os deputados da JS e do PS na Assembleia da Republica, permitindo que o assunto seja introduzido a debate em plenário ou comissões.

Pela defesa intransigente do nosso futuro e por um Portugal mais desenvolvido e progressista, apelo à votação favorável desta moção.

1.º Subscritor: Vasco Sampaio, Trofa

Acesso às técnicas de procriação medicamente assistida

Em Portugal as técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA) são um método subsidiário e não alternativo de procriação. Isto significa que, a lei actualmente em vigor, apenas prevê o acesso a este método quando há um diagnóstico de infertilidade, quando se trata de tratamento de uma doença grave ou quando há risco de transmissão de doenças de origem genética, infecciosa, entre outras.

Actualmente as técnicas da PMA apenas podem ser aplicadas aos cidadãos casados (heterossexuais que não se encontrem separadas judicialmente de pessoas e bens) e por pessoas que, sendo de sexo diferente, vivam em condições análogas às dos casados, há pelo menos dois anos.

Segundo a Associação Portuguesa de Fertilidade, a infertilidade pode ser definida como a incapacidade de concepção após um ano de relações sexuais não protegidas (6 meses se a mulher tiver mais de 35 anos de idade) ou a incapacidade de manter uma gravidez até ao seu termo.

Sendo assim, temos um leque de indivíduos que ficam limitados ao método de Procriação Medicamente Assistida, entre os quais os solteiros de ambos os géneros, os casais homossexuais e casais que, não podendo ter filhos, têm de recorrer a uma terceira pessoa. Estamos, por isso, perante uma lei discriminatória, já que limita o seu acesso por parte de um determinado grupo de cidadãos.

Actualmente, o indivíduo que quiser exercer o seu direito à parentalidade têm de deslocar-se a outros países. Em Espanha, por exemplo, é possível recorrer-se, muito mais facilmente, ao método da PMA.

Por seu turno, a chamada maternidade de substituição ou barriga de aluguer é unicamente permitida em 12 dos 27 países da UE (Bélgica, Chipre, Estónia, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Malta, Holanda, Polónia, Roménia, Eslováquia e Reino Unido).

O facto de os indivíduos acima mencionados terem de recorrer a outros países para poderem ser pais, envolve uma disponibilidade monetária e temporal elevada, somando o desgaste emocional que é superior ao normal, pois o apoio familiar e dos técnicos de saúde envolvidos é menor.

A maternidade de substituição é uma técnica excepcional e necessária no caso de casais inférteis por ausência de útero ou de condições adversas à gravidez. Quando se fala em ausência de útero, fala-se de casais tanto heterossexuais como casais homossexuais.

O acesso público ao método de Procriação Medicamente Assistida (incluindo maternidade de substituição) deve ser discutido no sentido de diminuir as limitações que alguns grupos de cidadãos têm ao mesmo.

Por isso, consideramos que os solteiros, casados ou em união de facto que, não sendo inférteis, devem também poder recorrer aos métodos de PMA, cuja regulamentação importa discutir e adaptar.

Por todas estas razões e por considerarmos que é urgente a lei que regulamenta a PMA em Portugal deve ser revista e alterada, propomos que se debata estas matérias no seio

da nossa estrutura, no sentido de eliminar as barreiras discriminatórias na legislação que regula o acesso à Procriação Medicamente Assistida.

Recomendamos ainda e, no sentido de promover um acesso livre às vantagens do conhecimento científico, que se continue a promover um debate aberto em relação às questões da maternidade de substituição.

1.ª Subscritora: Ana Catarina Ferreira Carneiro, Maia

Igualdade na Participação por um melhor serviço público

Actualmente vivemos numa sociedade onde embora já muitos muros tenham sido derrubados, outros subsistem ainda que sublimes, mas ainda assim tão castradores de liberdades e direitos como todos os outros.

Se a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro vem clarificar as competências, atribuições e funcionamento dos diversos órgãos autárquicos, ainda muito ficou por corrigir no que diz respeito aos direitos de todos aqueles que democraticamente eleitos para o órgão executivo autárquico municipal não têm pelouro atribuídos.

Esses cidadãos são todos os dias tratados como “eleitos de segunda”, por aqueles que com eles eleitos democraticamente, apenas por se apresentarem mandatos pela força política detentora de maioria absoluta, extrapolam o poder que lhes foi concedido pelo povo.

Existe uma total desadequação entre o enquadramento legal e as necessidades de todos aqueles que, além da função autárquica (sem pelouro), continuam a ser cidadãos activos quer a nível académico ou laboral. Estes encaram todos os dias com extrema dificuldade os desafios que lhes são impostos no desempenho das suas funções, em virtude de não serem colocados aos seu dispor os meios e/ou recursos adequados para a execução das mesmas.

Face ao exposto, considera-se necessária uma intervenção por parte da Juventude Socialista junto do Partido Socialista, e Assembleia da República, no sentido de conferir mais dignidade ao papel de vereador no desempenho das suas funções.

Neste âmbito, cabe a Juventude Socialista promover ações legislativas que visem a:

1 – Adequação do horário das reuniões do executivo autárquico, passando a decorrer em horário pós-laboral sempre que justificadamente solicitado por parte de qualquer membro do executivo (trabalhador ou estudante);

2 – Igualdade de tratamento nos meios de comunicação a cargo da autarquia;

3 – Obrigatoriedade de disponibilização do gabinete de apoio aos vereadores sem pelouro num horário de funcionamento flexível e acordado com os mesmos.

Pretende-se assim criar condições para que o exercício de funções autárquicas seja democratizado e acessível a todos os cidadãos.

1.ª Subscritora: Márcia Santos, Moita

Jovens Informados por uma melhor Gestão

Tendo em conta os tempos difíceis que Portugal passa, exige poupança e a necessidade dos mais novos (crianças e jovens) estarem preparados para conhecer o valor do dinheiro, saber geri-lo com inteligência e reconhecer a importância de poupar para o futuro. A Literacia nas escolas poderá fornecer as ferramentas que permitirão tomar decisões financeiras informadas e sensibilizar os jovens para as consequências dos seus atos individuais de consumo.

Conforme Resolução da Assembleia da República n.º 71/2011 promover a literacia financeira nas escolas com todos os instrumentos possíveis à sua disposição, assumindo -a como um instrumento de estímulo a poupança, de contributo para a diminuição do endividamento das famílias e para uma melhoria global das finanças das famílias.

Promovendo a inclusão da educação financeira no 3.º ciclo do ensino básico (7.º, 8.º e 9.º anos), designadamente no âmbito da educação para a cidadania;

Face ao exposto, considera-se necessária uma intervenção por parte da Juventude Socialista junto do Partido Socialista, e Assembleia da República, no sentido de conferir o cumprimento da recomendação nos estabelecimentos de ensino.

Neste âmbito, cabe a Juventude Socialista promover ações legislativas que visem a:

1 - Promover a importância da literacia financeira implementando a educação financeira nos currículos escolares tão cedo quanto possível;

2 - Dar prioridade à sensibilização da população juvenil para a importância da poupança, em detrimento do consumo, como forma de permitir a redução do endividamento das famílias e a acumulação da riqueza necessária à satisfação de objetivos de longo prazo;

Pretende-se assim criar condições para que os jovens de hoje sejam cidadãos responsáveis amanhã."

1.º Subscritor: Paulo Sérgio Pereira, Moita

FORMAÇÃO CÍVICA

O DECRÉSCIMO DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM PORTUGAL TEM SIDO TEMA RECORRENTE DE ALGUNS ANOS A ESTA PARTE, E É EM CONCRETO EM MATÉRIA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA QUE ESTA TENDÊNCIA É MAIS PREOCUPANTE. A TAXA DE ABSTENÇÃO CONTINUA EM CRESCENDO, É CADA VEZ MAIS RARO ENCONTRAR-SE ASSISTÊNCIA NAS REUNIÕES DAS CÂMARAS E ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS, E OS PARTIDOS SÃO VISTOS DE FORMA NEGATIVA. E SE É NOTÓRIO QUE A BAIXA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA É UM PROBLEMA COM ESPECIALIDADE, HÁ QUE PROCURAR AS RAZÕES. DE FORMA TENTATIVA E ALGO SINTÉTICA, PENSO SEREM FUNDAMENTALMENTE QUATRO:

EM PRIMEIRO LUGAR, A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA (E A AUSTERIDADE QUE O GOVERNO DEFINIU COMO SOLUÇÃO ÚNICA) TEM COMO UMA DAS SUAS CONSEQUÊNCIAS UM FOCO NA SOBREVIVÊNCIA. MUITAS VEZES É ALGO PRESENTE, IMEDIATO; MAS O IMPACTO QUANTO À FORMA COMO SE VÊ O FUTURO (ALGO QUE SE NOTA NA MENOR PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO ASSOCIATIVISMO), EM PERMANENTE ANSIEDADE, SEM PERSPECTIVAS DE

MELHORIA, É DEVASTADOR. UMA HIPER-VALORIZAÇÃO DO INDIVIDUAL PODERÁ EXPLICAR TAMBÉM PARTE DA MENOR PARTICIPAÇÃO CÍVICA, MAS NÃO SÓ É INSUFICIENTE COMO É REFORÇADA PELA EXTREMA INSTABILIDADE, QUE CONDUZ AINDA MAIS A LÓGICAS DE “CADA UM POR SI” (QUANDO PELO CONTRÁRIO SÓ UNINDO ESFORÇOS É POSSÍVEL SAIR DA CRISE).

EM SEGUNDO LUGAR, UMA ENORME DESCRENÇA. PREDOMINA A IDEIA DE QUE É IMPOSSÍVEL MUDAR SUBSTANCIALMENTE A SITUAÇÃO. HÁ UMA DESCONFIANÇA ENORME NOS PARTIDOS, E UMA DESCREDIBILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES. GEROU-SE UMA SENSAÇÃO DE IMPOTÊNCIA QUE CONDUZ À INACÇÃO.

HÁ TAMBÉM UMA TENDÊNCIA PARA A AUTO-DESRESPONSABILIZAÇÃO: HÁ EM PORTUGAL UMA CÔMODA CULTURA DE CRÍTICA SEM CONSEQUENTE ACÇÃO POLÍTICA.

A FALTA DE INFORMAÇÃO: HÁ QUEM A CONSIDERE IRRELEVANTE, CONSIDERANDO QUE A INFORMAÇÃO EXISTE, E QUE O QUE FALTA É INTERESSE EM PROCURÁ-LA. HÁ ALGO DE VERDADE NISTO: NUNCA FOI TÃO FÁCIL O ACESSO À INFORMAÇÃO. MAS SE POR UM LADO NÃO PODE SER ESQUECIDO QUE AINDA EXISTEM NESTE PAÍS CIDADÃOS SEM ACESSO ÀS NOVAS TECNOLOGIAS (OU POR MOTIVOS FINANCEIROS, OU POR FALTA DE CONHECIMENTO), POR OUTRO TAMBÉM PROLIFERA A DESINFORMAÇÃO E, NA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, UMA MISTURA DE INFORMAÇÃO COM ENTRETENIMENTO. POR OUTRO LADO AINDA, ALGUMA FALTA DE CLAREZA LEGISLATIVA CONDUZ A UM CERTO OBSCURANTISMO, QUE DIFICULTA UM EFECTIVO ESCRUTÍNIO, ESSENCIAL PARA UM BOM FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES.

ALGUMA DA MENOR PARTICIPAÇÃO POLÍTICA É TAMBÉM RESULTADO DE UMA CERTA NORMALIZAÇÃO, ESTANDO A DEMOCRACIA CONSOLIDADA. NÃO SE SENTE QUE A DEMOCRACIA ESTÁ EM RISCO.

AS RAZÕES SÃO FUNDAMENTAIS PARA PERCEBEMOS O PROBLEMA E PARA O RESOLVERMOS. NÃO É TANTO UMA ANÁLISE ERRADA QUE TEM CONDUZIDO AO CRESCIMENTO DO PROBLEMA, MAS SIM OS PARCOS ESFORÇOS PARA O RESOLVER. NÃO BASTA ENTÃO FAZER UMA CRÍTICA: É NECESSÁRIO PROCURAR SOLUÇÕES. SENDO QUE AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES QUE VOU AVENTAR NÃO REPRESENTAM UM ELENCO FECHADO:

- SE EXISTE DESCRENÇA NOS PARTIDOS, NÃO PODEM ESTES DESRESPONSABILIZAR-SE. PRECISAMOS DE SABER FAZER UMA BOA AUTOCRÍTICA, E PRECISAMOS DE SER EXIGENTES PARA CONNOSCO.
- MAIOR TRANSPARÊNCIA E PROXIMIDADE ENTRE OS ELEITORES E OS ELEITOS
- UM INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, QUE CONDUZA A QUE TODOS OBTENHAM OS MEIOS PARA UMA SEREM CIDADÃOS CRÍTICOS, CONSCIENTES, BEM INFORMADOS E ESCLARECIDOS E ESTIMULE UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO NA VIDA CÍVICA.

1.º SUBSCRITOR: JOÃO PEDRO PALMA, MOITA

Rever a obrigatoriedade da disciplina de voto

Camaradas Congressistas,

Como constatamos nos tempos actuais, há um afastamento dos cidadãos face aos partidos políticos, em parte por não se sentirem representadas aquando da tomada de decisões nos órgãos de soberania. Podemos falar de uma frustração desde os deputados da República, passando pelos deputados municipais terminando nos deputados de freguesia. Todos estes são eleitos pelos partidos que representam, ou por movimentos independentes. Urge então, encontrar formas para que os cidadãos se sintam melhor representados e mais próximos das decisões dos seus eleitos.

A democracia é uma pedra basilar da nossa sociedade, e apesar das diferenças/divergências históricas entre partidos e seus ideais, não é, a nosso ver aceitável que se vetem/ou aceitem propostas em unísono devido a uma disciplina de voto. Obviamente que os partidos vivem dos seus ideais, e os seus representantes transmitem diariamente esses mesmo valores. No entanto, e porque os deputados são eleitos para representarem as pessoas que neles votam, é imperial que esses mesmos eleitos sejam responsáveis pelas suas escolhas, e que não possam de forma alguma serem sujeitos a qualquer tipo de pressão aquando das tomadas de decisão. Limitar a disciplina de voto, seria um ponto de partida para reconquistar a confiança dos eleitores. Sabe-se como, por vezes, propostas muito válidas são rejeitadas por fracções parlamentares devido ao jogo partidário. Quem perde não são os partidos, é a comunidade, que se vê prejudicada devido a interesses políticos. Infelizmente, são este tipo de comportamentos eleitoralistas e desrespeitadores da liberdade que conduzem ao descrédito e afastamento das pessoas da política.

A não existência de disciplina de voto, aprofundaria o debate, pois alargaria o espectro de decisão e participação. O debate ultrapassaria o âmbito partidário, por vezes tático e pré-concebido, avançando no sentido da especialização do debate e de uma tomada de decisão mais focada na valia da proposta do que na proveniência da mesma.

Em suma, é vital que a JS pense e reflecta uma vez mais sobre este assunto, votando e aprovando favoravelmente esta moção que visa dar uma maior liberdade de escolha aos nossos representantes.

Conclusão

Com base no que disse anteriormente, apelo à aprovação da presente Moção Sectorial que defende:

1. Elaboração de proposta da Juventude Socialista, a divulgar nos órgãos da JS e do PS que demonstre o desacordo da JS face a estratégias de condicionamento do voto individual que se insiram numa lógica de disciplina de voto.

Por uma democracia mais participada, mais transparente e mais acolhedora das vontades dos cidadãos, apelo ao voto favorável a esta moção.

1.ª Subscritora: Cristiana Rocha, Trofa

O Presente da Precariedade Laboral: o Caso dos Estágios Profissionais

Os mais atuais dados da taxa de desemprego jovem em Portugal apontam para os 32,2%, o que significa que cerca de 129 mil jovens entre os 15 e os 24 anos estão sem trabalho.

Face a estes números, é necessário então a implementação de uma política de emprego que pense especificamente este fenómeno e que construa estratégias para impulsionar o emprego jovem. Estas passam, por exemplo, pela facilitação de acesso a estágios.

Um estágio é uma etapa essencial para qualquer jovem que termine o seu percurso académico: proporciona, muitas vezes, um primeiro contacto com a realidade do mundo do trabalho e permite-lhe também a aquisição de competências essenciais ao quotidiano laboral que não são adquiridas durante o percurso escolar, valorizando-o enquanto jovem profissional.

É então ponto assente que programas como o Programa de Estágios Profissionais do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) são essenciais no combate ao desemprego jovem, mas o seu enquadramento terá de ser pensado de modo a que este não se transforme num programa que impulse também a precariedade laboral, fenómeno que

não se reflete nos números relativos ao desemprego jovem, que são já por si preocupantes.

Um estagiário inserido nestes programas celebra, com a entidade recebedora e com o devido aval do IEFP, um contrato de estágio de 9 meses (sem direito a férias), que não prevê um compromisso da parte do empregador para com uma possível integração do estagiário depois do final do estágio. Um estagiário que não obtenha nova qualificação técnica/académica está impedido de beneficiar novamente de um estágio profissional, mesmo que seja numa outra entidade. Por outro lado, a entidade recebedora apenas tem de cumprir a meta de integração de 1/3 de estagiários, durante o período de dois anos, para poder aderir indefinidamente ao Programa. A entidade em questão pode até receber, em simultâneo, vários estagiários profissionais do IEFP. Se não cumprir esta meta, terá apenas de aguardar um ano para recomeçar a candidatar-se e continuar a usufruir do apoio monetário que o IEFP proporciona às entidades recebedoras de estagiários.

O que este sistema perpetua é então um emprego de curta duração e precário, proporcionando ainda um possível aproveitamento das entidades recebedoras deste mesmo Programa. Empresas e associações sem fins lucrativos fazem deste Programa uma alternativa constante à contratação efetiva de pessoal, contratando estagiário atrás de estagiário sem que haja uma integração dos mesmos ou contratação de um outro trabalhador que possa desenvolver um trabalho que é especializado, contínuo e sempre necessário. Na minha experiência enquanto jovem profissional, a qual, estou certa, partilharei com muitos de vós, este foi o cenário que encontrei: eu era um dos muitos jovens que passou e passará pelo lugar que ocupei, fazendo parte de um ciclo vicioso que beneficia largamente a entidade, que recebe apoio financeiro estatal, não tem obrigações para com o trabalhador como por exemplo a gestão de férias pagas, tendo acesso a trabalho especializado com menos custos.

A Juventude Socialista, como organização política de jovens e para jovens, consciente do fenómeno económico e social preocupante que é hoje o desemprego jovem em Portugal e de que políticas de emprego que visem implementação de programas de estágios são, não só necessárias, mas essenciais, não compactua, no entanto, com políticas de emprego que tragam aos nossos jovens mais instabilidade e precariedade. Políticas de emprego estas que são sustentadas por uma organização de serviço público, que tem como missão e dever não só combater o desemprego, criando oportunidades de emprego, mas também promovendo a qualidade do mesmo.

A presente crise económica e financeira não deve ser utilizada como desculpa para instaurar em nós, jovens que procuram afirmar-se profissional e pessoalmente, a sensação

de que é necessário aceitarmos todas as condições laborais dúbias sem as questionar, de modo a que consigamos alcançar algum tipo de sucesso. A Juventude Socialista é herdeira das lutas sindicais do passado e da luta dos trabalhadores portugueses no pós-25 de Abril, pelo direito ao emprego e a condições laborais condignas, e essa herança deve ser defendida e passada aos jovens portugueses.

Propostas:

Realização de ações de consciencialização junto dos jovens, nas quais sejam debatidos os direitos e deveres laborais presentes na legislação portuguesa, especificamente o enquadramento legal de programas estatais destinados especificamente aos jovens, promovidas pela Tendência Sindical, estrutura autónoma da Juventude Socialista, em parceria com as concelhias. Porque a luta contra a precariedade laboral só poderá ser bem-sucedida quando existir uma consciência generalizada nos jovens dos seus deveres e direitos enquanto trabalhadores.

Dotar esta estrutura autónoma, em estreita cooperação com o Secretariado Nacional e com os membros do mesmo responsáveis pelos temas da Economia e Emprego, de um grupo de trabalho focado no emprego jovem e respetivas condições laborais. Este poderá assim analisar a efetividade de programas estatais como o Programa de Estágios Profissionais, especificamente em termos da contribuição dos mesmos para a integração de jovens no mercado de trabalho após o estágio e contribuir para a construção de alternativas plausíveis que possam ser apresentadas e defendidas pela Juventude Socialista.

1.ª Subscritora: Andreia Nunes, Cascais

Eutanásia, vida ou morte?

O partido socialista é caracterizado pelo seu poder emancipador, no que diz respeito a temas fraturantes, como é o caso do aborto e do casamento homossexual. Este tema será apenas mais um em que o partido socialista deve consciencializar as pessoas do que realmente é a eutanásia e qual a necessidade de legalizá-la.

A discussão inicia-se segundo um grande paradoxo: será a eutanásia um fim de uma vida cheia de promessas e projetos, ou será a libertação de uma existência sem sentido, de quem não encontra sentido para o sofrimento?

Primeiramente, é necessário definir o que é a eutanásia, trata-se uma forma de apressar a morte de um doente incurável, sem que esse sinta dor ou sofrimento. A ação é praticada por um médico com o consentimento do doente, ou da sua família.

Eutanásia é um termo de origem grega (eu + thanatos) que significa boa morte ou morte sem dor. Cícero emprega a palavra eutanásia como sinónimo de morte digna, honeta e gloriosa.

A minha posição é bastante clara, a eutanásia é sim uma libertação de dor e de agonia, não só da pessoa que se encontra em pleno sofrimento, mas também uma libertação da dos seus entes mais queridos.

A eutanásia consegue ser um tema tão fracionante, como aliciante porque provoca a colisão de direitos fundamentais.

Na nossa constituição está previsto no artigo 24º o direito à vida, o artigo 25º assegura que a integridade física e moral são invioláveis, artigo 41º declara inviolável a liberdade de consciência. Mas temos agora que considerar algo importante. Se o direito à vida não prevaleceu na questão do aborto porque terá que prevalecer nesta questão? Isto é, se o aborto é legal e possível, ainda que apenas até 10 semanas de gravidez, porque não é possível a eutanásia em que se termina com algo previsível e menos doloroso? O que quero dizer com isto, é que o aborto é o terminar de uma vida, sem que ela possa ter liberdade de decisão e mesmo que pudesse vir a ter uma longa e vida saudável; enquanto que, na eutanásia, alguém que está realmente em fase terminal e que está em pleno das suas capacidades, decide terminar com a sua vida deliberadamente, porque é o meio mais idóneo para terminar a sua vida.

Legalizar o aborto e não legalizar a eutanásia é simplesmente um grande contrasenso.

No entanto, a eutanásia não pode ser exercida de qualquer forma, é necessário que se cumpram requisitos: o pedido do paciente tem que ser voluntário; o sofrimento do paciente tem que ser intolerável e sem perspectiva de alívio; o paciente tem que ser informado sobre a situação e as suas perspetivas; deve consultar ou pedir parecer a outros médicos e finalmente assistir o suicídio com os devidos cuidados.

Com isto não pode falar o testamento vital, em que toda a pessoa maior de idade e psiquicamente apta, de forma voluntária, consciente e livre, pode expressar antecipadamente sua vontade no sentido de se opôr à futura aplicação de tratamentos e procedimentos médicos que prolonguem a sua vida em detrimento da qualidade da mesma, se se encontrar com uma patologia terminal, incurável e irreversível. Isso permite que a pessoa possa antecipadamente declarar que recusa terapias médicas que apenas prolongariam sua existência, em detrimento da sua qualidade de vida.

Apenas cumpridos estes requisitos e não restando dúvidas quanto à liberdade de decisão da pessoa em causa, a eutanásia deveria ser exercida.

Poderíamos ainda dizer que a sociedade não está preparada para a eutanásia, mas isso é uma falácia gigantesca. A eutanásia remonta à antiguidade, comunidades pré-celtas e celtas praticavam-na, os filhos matavam os pais quando estes estavam muito doentes. Citando Perico “O instinto horror pelo sofrimento e pela humilhação levou já na antiguidade o Homem a escolher a morte, antes do que uma vida ou uma agonia intolerável. Pouco a pouco, a iniciativa homicida foi transferida do próprio aos outros e chegou-se à supressão piedosa dostarados, dos inúteis, dos velhos, dos monstruosos”.

Na grécia antiga, em Atenas a questão da eutanásia era defendida como um ato de compaixão para um doente em sofrimento.

No século XX, em Inglaterra, o Dr. C. K. Millard propôs uma lei de legalização da eutanásia que foi apresentada em câmara dos Lordes, no entanto não foi aprovada.

Existiram imensos casos de eutanásia desde há muito tempo, mas só em 1991 é que o primeiro país europeu conseguiu legalizar a eutanásia, a Holanda.

Ou seja, não é uma questão de a sociedade estar preparada, porque esta já o está há muito tempo, tendo existindo vários casos mesmo sem ela ser legal.

Assim, a eutanásia deve ser encarada não como uma forma de retirar a vida de alguém, mas de lhe proporcionar dignidade na hora da morte, e também de terminar com o sofrimento das pessoas que a rodeiam. No entanto, não deve ser praticada deliberadamente, é necessário consciencializar o que realmente irá acontecer e se realmente não existe outra solução, para isso será necessário cumprir os requisitos acima mencionados.

A sociedade está mais do que preparada, até do que julga, para esta questão, não só pelos seus antepassados, mas também porque a compaixão faz parte da natureza de cada ser

humano. E por isso, apoio a eutanásia desde que seja uma decisão consciente e sem alternativa.

1.ª Subscritora: Cristiana Filipa Leite Cruz, Penafiel

A influência dos grandes grupos económicos numa globalização neoliberal.

Em busca de uma melhor compreensão da realidade portuguesa, e tendo como comparação o contexto económico europeu e mundial, procurei saber qual o peso da globalização dos grupos económicos e financeiros e a forma como condicionam o poder político, o crescimento económico e o desenvolvimento de um país.

Embora a globalização esteja estendida a várias dimensões, entre a dimensão política, social, ambiental e cultura, centrar-me-ei na globalização económica, pensando nela como a principal conectora de todas as globalizações.

Embora, seja consensual que o poder económico detido pelas grandes corporações transnacionais, está diretamente ligado com o nível de desenvolvimento de cada país, talvez não seja tao claro para alguns como não era para mim a real dimensão desse controlo. O neoliberalismo está a reduzir o estado e a substituir o desenvolvimento social em favorecimento dos mercados económicos. Tal panorama, está a refletir uma serie de consequências políticas negativas, desde apatia politica a sua perda de poder.

Esta globalização económica é essencialmente caracterizada pela sua velocidade, extensão e interconexão.

Considero particularmente interessante esta mobilidade e habilidade que o poder financeiro tem em conseguir criar formas de entendimento e de concretizações de negócios que muitas vezes nos parecem quase impossíveis de se concretizar. E é deste poder de fazer o que se pensa ser quase impossível fazer, ou acontecer, que esta patente os grandes grupos económicos ou transacionais. Estes privilegiados que pelo poder que assumem, tornam em muitas vezes insignificantes as fronteiras entre estados, reduzindo

os seus poderes em função das suas pretensões. Importante dizer que ao crescimento exponencial destas cooperações multinacionais, esta inerente a maioria da produção e receita a nível mundial.

Essencial para compreender e explicar este fenómeno é a análise da visível neoliberalização mundial que preconiza um estado mínimo, em que este que se abstém e permite o funcionamento de um mercado livre. E como é sabido num sistema de mercado livre a desigualdade e o distanciamento económico entre os mais poderosos e os mais fracos acentua um afastamento inevitável, subjetivo ao próprio funcionamento neoliberal.

Com isto, é previsível a consequente submissão dos Estados, aos mercados, constituídos pelos grandes grupos financeiros, levando ao total condicionalmente não só político mas também de representatividade.

No cenário português os grandes grupos económicos e financeiros, já se encontrando totalmente inseridos nesta economia neoliberal os seus objectivos e estratégias deixam de ter a ver com os objectivos de crescimento económico e de desenvolvimento do país, os seus objectivos são orientados pelos objectivos e estratégias dos grupos estrangeiros que controlam os nossos grupos.

Por este motivo a análise de um país e o seu poder político sobre a sua economia deve ter em conta o seu enquadramento a nível mundial, porque o que iremos analisar verdadeiramente é o poder dos grupos económicos e financeiros de uma muita maior dimensão, que detendo parte dos grupos de um estado, os condicionam e os desviam de um plano de desenvolvimento social, para um plano onde a prioridade é o lucro.

Perdida a soberania monetária do estado, e a passagem deste poder para agentes reguladores da moeda, no caso europeu pelo BCE (Banco Central Europeu), que posteriormente financiando a banca deixa em completa submissão os estados europeus, essencialmente os da zona euro. Ficando assim nas mãos dos grandes grupos financeiros, condicionando diretamente a iniciativa político-partidária.

Mas o mais alarmante de tudo isto, é o de por de trás de todo este jogo de economias, perdas e ganhos de poderes, está a sustentação de uma economia neoliberal, de capitalismo selvagem, sem resultados visíveis, e pior que tudo, então pessoas. Pessoas que sofrem na pele todos os efeitos desta economia especulativa viciada mundialmente, onde a crescente exclusão social, caracterizada pela precarização das condições de trabalho, pela propagação do desemprego, baixos níveis salariais, perda das garantias sociais e pela propagação de um quadro de pobreza estrutural, compromete a participação dos cidadãos

no âmbito político e jurídico, visto que as pessoas não têm condições mínimas e dignas de vida para participarem politicamente.

A fragmentação social leva a ignorância das pessoas face as decisões dos poderes políticos cada vez mais a merce das leis do mercado.

Isto é a passagem de uma sociedade de homens para uma sociedade de organizações!

Com todas estas reflexões pretendo a chamar a atenção para a pesquisa daquilo que está por de trás deste novo enquadramento mundial. Chamando a atenção para o enfraquecimento dos poderes com responsabilidades sociais em lugar do poder económico. Onde a escolha representativa perde a sua identidade quando se submete a um poder sem representatividade, onde a supremacia económica ocupa um lugar que não lhe foi destinado. Limitando assim as decisões dos representantes, na fórmula simplista custo/ benefício.

1.º Subscritor: Cristiano Martins, Santarém

Por um ensino superior para todos!

Na última década temos assistido ao aumento da propina máxima no ensino superior, passando de um valor de 650 euros, para os actuais 1067,85 euros. A promessa de Durão Barroso que nenhum aluno abandonaria o ensino superior por falta de condições económicas esbate-se com as centenas de alunos que todos os anos abandonam o ensino superior por falta de recursos. O motivo é simples, a política de propinas como fonte de financiamento do ensino superior, e de bolsas de estudo como garante do acesso a todos, é inconsequente e simplesmente não funciona.

Na maior parte dos institutos superiores as bolsas de estudo são atribuídas através de cálculos aritméticos, sem qualquer tipo de entrevista pessoal, não tendo em conta os sinais exteriores de pobreza ou de riqueza. Também o facto de um aluno só depois de colocado, já com as aulas a decorrer, e muitas vezes quase no final do semestre ter uma resposta relativamente à sua bolsa, faz com que milhares de alunos não se candidatem ao

ensino superior por não possuírem recursos económicos para suportar os seus primeiros tempos de faculdade. Mesmo os poucos que têm acesso a bolsas de estudo não vêem as suas necessidades totalmente satisfeitas, limitando-se, na melhor das hipóteses, ao pagamento de propinas, residência, transporte e pouco mais. É assim necessário que as bolsas de estudo apoiem também o agregado familiar do aluno, criando-se dessa maneira as condições socioeconómicas no agregado para que o aluno se dedique à frequência do seu curso de corpo e alma.

Mesmo aqueles que sem acção social conseguem, com muito sacrifício, ingressar e manter-se no ensino superior, muitas vezes submetem a sua candidatura, não com base na sua média, nem na oferta curricular, mas sim com base no valor da propina máxima e na forma de pagamento da mesma. É assim imperativo que todas as faculdades possuam a mesma forma de pagamento, nomeadamente mensal, trimestral, semestral, ou anualmente, ficando ao critério do aluno escolher a forma que melhor se adequa à sua situação financeira. Isso faria com que os institutos superiores se diferenciasssem apenas pela sua oferta curricular, e qualidade de ensino.

Neste momento estamos a caminhar a passos largos para um ensino superior, não com os nossos melhores jovens, mas sim com aqueles que têm condições socioeconómicas para o poder frequentar. Para um futuro sustentável para o nosso país é fulcral que os nossos melhores jovens frequentem o ensino superior. Por isso, é obrigação do país garantir que quem queira estudar tenha as ferramentas para tal, e que ninguém seja impedido por não ter condições económicas.

O NES ISCSP propõe assim os seguintes pontos:

- A JS defenda a diminuição da propina máxima para o valor de um ordenado mínimo nacional, fazendo cumprir o artigo 74^a, número 2, alínea e) da CRP em que cabe ao Estado “Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino”
- A JS defenda o passe estudante, para qualquer aluno do básico, secundário e superior;
- A JS defenda a criação de legislação que abra uma excepção no regime de autonomia dos institutos superiores, uniformizando a forma de pagamento das propinas fazendo com que todas as faculdades possuam, obrigatoriamente, à escolha do aluno as modalidades de pagamento das propinas mensal, trimestral, semestral, ou anualmente;
- A criação de um grupo de trabalho de forma a estudar uma reforma na acção social, que tenha como pilares melhorar os critérios de atribuição das bolsa de estudo,

melhorar o processo de candidatura à bolsa para que o aluno receba a resposta à mesma no ato da colocação e, por fim, melhorar o conteúdo da acção social ficando abrangida também a ajuda ao agregado nos casos de carência extrema.

- É imperativa a inclusão destes pontos no programa eleitoral das próximas eleições legislativas, sendo urgente que o ensino superior se torne, uma vez mais, uma das principais bandeiras socialistas.

1.º Subscritor: Rui Camara, Lisboa

Por uma Política Agrícola Nacional que defenda a nossa produção!

Caros camaradas,

Durante anos, Portugal não investiu na produção agrícola de uma forma consciente, planeada e sólida, contribuindo, entre outras coisas, para o envelhecimento da população agrícola, tornando-se assim mais um problema do nosso País, que pouco se tem feito para inverter, levando a que atualmente grande parte dos nossos agricultores tenham mais de 50 anos. Também são centenas os que saem do sistema público de Segurança Social porque o rendimento das explorações não chega para pagarem as prestações que lhe são impostas.

Para o combate a estes problemas deviam adaptar-se medidas no apoio ao investimento às pequenas e médias explorações, à agricultura familiar e, de uma vez por todas, encarar estas questões como problemas sérios e a agricultura como um sector estratégico. Para combater o envelhecimento da população agrícola, uma medida que talvez ajudasse bastante “a chamar” jovens, que de algum modo já estão ligados as práticas agrícolas ou recém-formados que procuram começar a vencer nesta área, passasse por aumentar os valores do prémio à primeira instalação de jovens agricultores para o máximo permitido no regulamento europeu e também o incentivo a fixação em zonas rurais fora do litoral (interior) tendo em vista o seu desenvolvimento.

Em 2011, Portugal é um dos menores produtores agrícolas da União Europeia, com uma parcela de apenas 0,4% nos cereais e de 2,6% no leite. No que respeita à produção de carne, a de aves representa 2% do total europeu, seguida pela de suíno (1,7%) e de bovino (1,2%).

É perfeitamente natural que o país importe bananas ou mangas, mas é uma prova de incapacidade e incompetência da política agrícola nacional e, em parte, dos nossos agricultores, ver os nossos supermercados a abarrotar de produtos estrangeiros como batatas, cebolas, alhos, feijão-verde, rabanetes, cenouras, tomates, pimentos, melões, melancias, entre muitos outros produtos vindos da China, Brasil, Chile, Argentina, Holanda. Devíamos parar para pensar no que isso pesa de forma negativa na economia portuguesa. Aqui, mais uma vez, podemos observar que o apoio e implementação de medidas, que passam por considerar como sectores estratégicos a agricultura e as produções nacionais, poderiam em muito inverter esta situação.

Costumo ouvir dizer que, o agricultor é o único empresário que fabrica de facto, um produto em que corre sérios riscos, isto porque não controla o clima, chuva, temperatura e luz, que são fatores da maior importância na produção agrícola. Neste campo também não estamos bem, pois os seguros e os apoios contra intempéries “não são para todos” e até para os que têm, quando os acionam, são mal pagos e a sua vinda é tardia. Para combater estas situações, garantir um maior apoio às pequenas e médias explorações e diminuindo os valores das ajudas as grandes explorações fosse justo e atenuasse os transtornos que se verificam.

Em Portugal, 40% da população total reside em regiões predominantemente rurais ou que incluem zonas rurais significativas. A questão da manutenção ou do aumento da competitividade das zonas rurais assume assim uma importância crucial e a agricultura e a indústria agroalimentar desempenham um papel importante neste aspeto. Deste modo, elege medidas de manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas como prioritárias, garantir um maior apoio às explorações nestas zonas e, como foi referido em cima, aplicar incentivos à fixação nestas zonas, vem aumentar a competitividade nelas e proporcionando igualmente outros benefícios associados a existência de indústria e produção nestas áreas ou zonas, quer no plano económico, quer no demográfico.

Nestes últimos dez anos as explorações agrícolas portuguesas evoluíram muito, mas essa evolução não foi suficiente para aproximar o país da média da União Europeia, subsistindo grandes disparidades entre as explorações agrícolas europeias e portuguesas. Isto porque em 2005 as explorações agrícolas portuguesas, cujo número total era cerca de 416 000, representavam cerca de 6% das explorações europeias e visto que estamos quase em

2015 nestes últimos dez anos esta percentagem acusou uma tendência descendente, reduzindo-se em 2%. Isto quer dizer que temos menos produção e exploração de bens agrícolas, mas com mais qualidade devido a evolução e investigação na área. Logo, o investimento no aumento das produções/explorações agrícolas associado ao investimento nas novas inovações agrárias, quer a nível de maquinarias, tratamentos, existência de mão-de-obra qualificada, que nesta área ainda se revela pouca, irá dar-nos capacidade de produzir com bastante qualidade e quantidade devido às nossas condições geográficas.

Dados todos estes factos, conclui-se, e sabe-se que a agricultura tem uma importância significativa para todos nós, a agricultura é um meio indispensável para a sobrevivência do ser humano e também representa parte do sector económico português. Cada vez mais nos dias de hoje, a aposta na agricultura nunca foi tão importante, não só a pensar na autossuficiência, mas também, no caso de Portugal, na exportação de bens agrícolas de enorme qualidade.

Por isso, para que cada vez mais se defenda o nosso potencial agrícola e as nossas produções, propõem-se o debate da realidade da nossa agricultura, das reais necessidades do País nesta área e que se olhe para a terra como uma solução, uma via de prosperidade e, a par do mar, um dos nossos maiores bens.

1.º Subscritor: João Miguel Gralha, Santarém

A oferta do Espanhol na Escola Pública

Camaradas Congressistas,

Assistimos hoje, dia após dia, a um ataque premeditado à qualidade da escola pública. Aquele que deve ser um dos pilares da nossa sociedade, a Educação, é hoje em dia um alvo do preconceito ideológico. O desinvestimento numa das áreas fundamentais para o nosso país, sem precedente na nossa história, deve, despoletar em nós, a geração melhor qualificada de sempre, uma reacção imediata.

É inadmissível, que em pleno século XXI, depois de décadas de esforço inigualável por parte de governos do PS para uma melhoria da oferta educativa, que um governo incompetente e ideologicamente preconceituoso, que regula as suas medidas através do mero cálculo financeiro, destrua todo um processo de evolução que é crucial para o nosso futuro. Perante isto, cabe à JS a capacidade de reforçar as suas propostas e de se apresentar de uma maneira inovadora garantindo a melhoria contínua da oferta educativa.

Como todos sabemos, a língua Espanhola enquanto tem vindo a assumir um papel cada vez mais forte nas últimas décadas enquanto língua falada, assumindo um papel importante nas relações comerciais e culturais. Para entender os mercados, as transacções, a comunicação, a uma escala global é essencial a Língua Espanhola. Segundo os últimos estudos, o espanhol é a segunda língua mais falada em todo o Mundo, estimando-se que é falada por mais de 300 milhões de pessoas.

Sabendo-se da importância que o Espanhol tem vindo a adquirir nos últimos anos, as ofertas desta disciplina no curriculum escolar vinha a ser impulsionada por altura dos últimos governos do PS, para desse modo, facultar mais uma oportunidade de escolha a todos os alunos que iniciavam o seu 3º ciclo de estudos. Assim, os alunos poderiam escolher o Espanhol como segunda língua estrangeira, e dessa forma, acompanhar a transformação que acontece a uma escala global. Os estudos mostram que, o investimento na formação de docentes de Espanhol no nosso país disparou na última década, para que fosse possível dotar a Escola Pública de professores Portugueses capacitados para leccionar a disciplina. São já milhares os professores de Espanhol com competências para leccionar esta disciplina. No entanto, com os cortes cegos que são feitos diariamente na Educação, para agradar a uma Troika que é menos Troika que o nosso próprio governo, o Ministro da Educação implementou um número de medidas para liminar o investimento na Educação. O grande problema é que a Educação, um dos pilares essenciais de uma democracia, nunca foi uma prioridade para este governo.

Assim, com cada vez mais professores com horário zero, e para fazer face aos cortes impostos pelas orientações governamentais, os directores são obrigados a escolher entre a sobrevivência das escolas e a liberdade de escolha dos alunos. Resumidamente, o que tem vindo a acontecer é o seguinte: O número de professores de Francês com horário zero é cada vez maior, o que implica que a estes mesmos docentes sejam alocadas diferentes tarefas para que, de alguma formam contribuam para a comunidade escolar. Assim a oferta do Espanhol na Escola Pública tem vindo a ser cada vez menor. Desta forma, os directores de escola não têm que contratar mais professores, o que acarretaria mais

encargos, e assim os alunos são “obrigados” a optar pelo Francês. Uma medida que vai de encontro aos “interesses” do governo.

Não podemos privar os nossos alunos de escolherem livremente o seu futuro. Não podemos deixar que o governo hipoteque a formação e o investimento de milhares de jovens. Quando a procura existe e a oferta é suficiente para responder a essa exigência, não podemos ficar alheios a este combate, e é nosso dever estar lado a lado destes milhares de jovens que procuram escolher o melhor para o seu futuro. Mas não podemos esquecer, aqueles milhares de professores (muitos deles recém-licenciados) que estão a ser empurrados para fora do seu país, por opções orçamentais. A luta da JS é esta: estar na linha da frente quando uma desigualdade está a ser cometida e compromete o futuro dos nossos jovens e do nosso país.

Conclusão

Em suma, apelo à aprovação da presente Moção Sectorial que defende:

1. Tomada de posição, articulada entre a Juventude Socialista e os representantes da ONESEBS, exigindo a criação de condições para que a disciplina de Espanhol seja uma possibilidade real no curriculum escolar dos alunos no 3º ciclo.
2. Partilha com os deputados da JS e do PS na Assembleia da Republica, permitindo que o assunto seja introduzido a debate em plenário ou comissões.

Pela importância que a Educação tem para o nosso futuro, pela defesa intransigente dos nossos jovens e para que menos Portugueses sejam obrigados a deixar o seu País, apelo a que esta moção seja votada favoravelmente.

1.º Subscritor: Nuno Moreira, Trofa

Economia Verde: Desenvolvimento e Criação de Emprego

A presente moção tem como principal objetivo chamar a atenção para a Economia Verde como um verdadeiro vetor de Desenvolvimento e de Criação de Emprego, provando que

as políticas que têm em vista proteger o Património Natural podem e devem gerar riqueza.

A noção de Economia Verde surge pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 2008, dando nome ao conjunto de processos que promovem a melhoria do bem-estar e a igualdade social, além de reduzirem os riscos ambientais e a escassez de recursos. Esta iniciativa assenta em três pilares diferentes:

- na valorização e divulgação dos serviços ambientalmente corretos;
- na definição de políticas para a geração dos chamados “empregos verdes” (Green Jobs);
- numa criação de instrumentos de Mercado que permitam acelerar a transição para a Economia Verde.

Desta forma, constatamos que a visão de Economia Verde apresentada pelo atual Governo além de redutora é contrária à sua definição inicial. As políticas que têm vindo a promover não passam de “manobras” para criar e aumentar impostos, numa tentativa de disfarçar o défice e a sua má governação. Sobre o propósito de defender o Meio Ambiente, taxam os plásticos e levam as empresas a reduzir os seus postos de trabalho.

Como Jovens e Socialistas opomo-nos a que a Economia de Futuro Sustentável sirva de álibi para aumentar a desigualdade.

A JS com o seu espírito irreverente e de missão deve abraçar a Economia Verde como uma das soluções para o maior flagelo nacional, o Desemprego.

Assim, a Moção Setorial *Economia Verde: Desenvolvimento e Criação de Emprego* expõe uma outra perspetiva, sobre as potencialidades do território nacional e o seu capital humano. No nosso entender, Portugal possui um Património Natural, Cultural e Social que tem que ser valorizado e salvaguardado por todos nós. Para isso, propomos que a JS ponha na sua ordem do dia a implementação da Economia Verde com a elaboração de verdadeiras políticas que Protejam o Meio Ambiente, Criem Emprego e Reduzam a Desigualdade Social.

A Eficiência Energética há muito que tem sido defendida pela JS como uma medida “amiga do ambiente”. Sendo assim, propomos a criação de incentivos para as empresas que sejam eficientes energeticamente quer no seu espaço físico quer no seu processo industrial, valorizando, por exemplo os seus subprodutos.

Por outro lado, também defendemos uma Otimização dos Processos de Produção Agropecuários, através de procedimentos inovadores que para que a produção de um mesmo produto tenham um consumo mais racional de recursos, absorvam mão-de-obra qualificada e assim, criem um produto de valor acrescentado com consciência ambiental.

Com esta moção, propomos também, que o processo de licenciamento de explorações sustentáveis de aquacultura seja mais célere. Assim como, a exploração criteriosa e sustentável de recursos biológicos e outros na Zona Económica Exclusiva Portuguesa que poderão criar postos de trabalho e riqueza para o País.

Por fim, defendemos um Ordenamento Florestal em terrenos baldios e particulares que impulse a produção de riqueza através deste precioso bem, a Floresta, mas que o proteja do seu principal inimigo os incêndios. Como por exemplo, a compartimentação de áreas florestais intercalando plantação de folhosas com resinosas e outras espécies mais combustíveis.

Contudo, estas são algumas de muitas iniciativas que podem e devem ser tidas em conta para solucionar a falta de Emprego, sem descuidar a herança que deixaremos às gerações vindouras. A preocupação com o Meio Ambiente não deve ser encarada como um entrave ao desenvolvimento mas sim, como propulsor do mesmo. Na nossa opinião, a JS deve continuar a pautar pela Emancipação Jovem. Batalhando contra um Governo de Direita que nos deixa um país que não tem licenciados a mais mas sim, Emprego Qualificado a menos.

1.ª Subscritora: Rita Maria Morais de Carvalho Militante, Vila Nova de Cerveira

Língua Gestual Obrigatória no Ensino Primário

Sendo a JS um partido que se baseia no princípio fundamental da igualdade e sendo o Partido que mais tem contribuído para a integração social, este deve ser um tema que deve fazer parte das prioridades programáticas da Juventude Socialista.

Em Portugal atualmente, cerca de 150 mil pessoas com deficiência auditiva, e estima-se que a comunidade de utilizadores de Língua Gestual Portuguesa atinge as 200 mil pessoas. Atos simples como ir aos correios ou pedir informações de direções de trânsito constituem-se como barreiras ao modo de vida normal durante dia-a-dia. A barreira linguística constitui um dos grandes fatores para a exclusão social, sendo por isso, cada vez mais importante a integração da língua gestual como língua básica para qualquer cidadão, para uma melhor comunicação entre a comunidade.

Ainda que o número de pessoas por este problema seja relativamente pequeno, é obrigação do estado “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses...” (Artº 9º da CRP), combater as desigualdades e exclusão social.

Acreditamos que a LGP não deve ser integrada como disciplina, mas sim na Língua Portuguesa, sendo acrescentado ao conteúdo programático dessa disciplina, dando por exemplo 1/semana de LGP. Todos os professores em atividade deviam estar capacitados para lecionar LGP. Para isso deviam todos fazer formação nessa área.

Esta integração no ensino primário acarretaria custos que deviam ser suportados por 3 hipóteses:

- Pelo Estado – financiando toda a formação.
- Pelas autarquias – disponibilizando formação aos professores ou exigindo que a façam.
- Pelos professores – sendo obrigatória formação em LGP para dar aulas.

Estas são apenas algumas hipóteses para evitar as constantes desculpas económicas por parte dos governantes em questões de justiça social.

Conclusão

Esta é para nós uma questão muito importante que deve ser integrada no quadro programático desta estrutura e implementado a medio prazo nas escolas deste país, tornando-nos num país pioneiro e progressista em matéria de justiça social. Por isto, apelamos a que esta moção seja aceite e seja enquadrada nas prioridades da Juventude Socialista para este mandato.

1.º Subscritor: Luís Manuel Dias Amorim, Trofa

Planear a mobilidade e transportes em prol da sustentabilidade ambiental

A situação actual é marcada por graves desajustes para com os compromissos europeus no que toca a matérias de ambiente, energia e ordenamento do território.

Segundo o Relatório do Estado do Ambiente 2013 da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., o sector dos transportes foi o que apresentou um maior consumo de energia, ultrapassando o sector da indústria. No entanto, as políticas de sustentabilidade ambiental implementadas pelo actual executivo raramente estendem os horizontes para além dos planos relacionados, única e exclusivamente, com este último sector.

A par disto é importante criar uma estratégia de redução das emissões dos GEE (Gases de Efeito de Estufa), que incentive a eficiência energética e que se articule com as políticas de ordenamento do território.

Nas últimas duas décadas, as políticas de planeamento de transportes têm sido incoerentes e com grandes carências de estratégia, especialmente no que toca aos transportes de longa distância.

Tem-se privilegiado o automóvel individual e as obras públicas, com alguma desatenção por indicadores de mobilidade, custo/eficácia e eficiência energética que, a longo prazo, levaram-nos à situação actual de altos impactos ambientais e económicos, relacionados com a excessiva importação de energia e combustíveis fósseis.

Para colmatar esta situação exige-se uma reflexão atenta em alguns indicadores de mobilidade e transporte, mencionados por um recente relatório do GEOTA – Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente, tais como:

- 65% das auto-estradas têm tráfego significativamente inferior ao previsto — em muitos casos menos de metade;
- Portugal tem uma taxa de motorização elevada, a aproximar-se dos 500 carros/1000 habitantes, mais de um carro por família — acima da média europeia;
- 1700 Km (mais de 60%) das nossas auto-estradas estão instaladas ao lado de linhas de caminho-de-ferro de longa distância. Em nenhum desses projectos de auto-

estradas (91 entre 1995 e 2011) foi equacionada a possibilidade de melhorar o serviço ferroviário em vez de criar uma auto-estrada;

- Só 6% das mercadorias e 5% dos passageiros transportados por via terrestre em Portugal usam o comboio; os restantes usam o transporte rodoviário, sendo 84% do transporte de passageiros efectuado em automóvel individual — indicadores substancialmente piores que a média europeia.

De todos os transportes, o ferroviário é o modo de transporte que utiliza a energia da forma mais eficiente e a tracção eléctrica pode utilizar electricidade produzida pelas mais diversas fontes renováveis de energia, é o que emite menos GEE, tem uma utilização económica de espaço porque oferece uma elevada capacidade de transporte por área de solo ocupada, podendo transportar numa só viagem um elevado número de passageiros (por ex. segundo a CP, o Alfa Pendular na ligação Porto – Faro pode transportar até 301 passageiros).

Além dos factores energéticos e ambientais é também o que apresenta o nível mais elevado de segurança, pois tem uma ínfima percentagem de sinistralidade quando comparado com a violenta sinistralidade rodoviária que, só no último ano, vitimou mais de 500 pessoas. Desse número, importa destacar que os acidentes em auto-estradas, IP e IC vitimaram quase 100 pessoas, ou seja, médias a longas deslocações, segundo dados da ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Ao nível do transporte urbano e suburbano nas áreas metropolitanas, mais uma vez o transporte ferroviário deveria substituir maioritariamente o transporte individual pois é a única solução que regula a 100% a mobilidade e ao mesmo reduz a emissão de GEE. E o importante é melhorar os serviços e torna-los mais flexíveis e atraentes a novos utilizadores.

Nos concelhos do interior, dada a reduzida população e dada a dificuldade em financiar e organizar territorialmente mais linhas férreas, dever-se-ia apostar na expansão e flexibilização dos transportes públicos rodoviários, porque o nível de consumo de combustíveis nos automóveis individuais chega a ser 15% superior ao das cidades, possivelmente devido às condições de relevo, segundo o GEOTA.

CONCLUSÃO

Especificamente falando em transporte ferroviário português de longa distância, deverá ser planeada a transição para ERTMS (*European Rail Traffic Management System*) que permite a uniformização do sistema de comunicação e sinalização nas linhas ferroviárias

europeias, o que, por consequência, também se aplica à ligação ferroviária de Alta Velocidade entre Poceirão e Caia, que inclui a linha de mercadorias entre Sines e o Caia. O que se traduz numa excelente eficácia/custo pois é financiado em mais de 70% pela UE.

É necessário aumentar o número de exportação através das ferrovias, pois só assim se diminui o número de camiões nas estradas. É solução mais rápida, segura, menos poluente e mais eficiente, pois em média 1 comboio de cargas equivale a 34 camiões.

É necessário melhorar tecnicamente e investir na manutenção das linhas regionais pois são os seus comboios veículos de imensas deslocações turísticas.

O caminho tomado pela Reforma de Fiscalidade Verde deste governo, em especial a taxa de carbono aos combustíveis não faz nenhum sentido enquanto não existirem verdadeiras alternativas em transportes públicos quer de longa ou curta duração.

Reforçar o Imposto sobre Veículos não fará com que estes deixem de circular e emitir GEE nas nossas cidades, é só mais uma medida que visa a receita fácil e que pensa só nos números, pois sabe-se que as pessoas não têm alternativa senão paga-lo. E a prova é que nas últimas duas décadas o uso de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa tem decaído.

Sabendo que ao nível da inovação tecnológica nos transportes Portugal já deu boas provas, como por exemplo autocarros movidos a biodiesel, pilha de hidrogénio ou os comboios suburbanos movidos a electricidade, urge a necessidade de criar uma tarifa acessível a todos os escalões de rendimento da população e condições que resolvam a insatisfação geral dos funcionários e conseqüente multiplicação das greves no sector.

Tais medidas farão com que cada vez mais pessoas abandonem os seus carros e se desloquem com rapidez e com prazer nos transportes públicos, solucionando-se assim derradeiramente o caos do tráfego nos acessos às cidades, da sinistralidade e do excesso de poluição.

1.ª Subscritora: Ana Mota, Oliveira do Hospital

Tarifa Nacional Única para o Consumo Doméstico de Água e Saneamento

Os cidadãos devem estar em igualdade perante a lei e a lei que deve cultivar a igualdade entre todos. Justiça é os cidadãos viverem em igualdade de oportunidades.

A compreensão de que viver com dignidade depende do acesso a habitação, a saúde e a educação, oculta involuntariamente a presença de premissas cuja imediatez faz com que estas sejam desde logo depreendidas. Na realidade, quando nos referimos a habitação, imaginamos uma casa com saneamento, água, luz e enquadrada numa rede de resíduos sólidos urbanos. Assegurar estas valências em todas as regiões do território nacional, em igualdade de oportunidades, é um dever público, republicano e socialista.

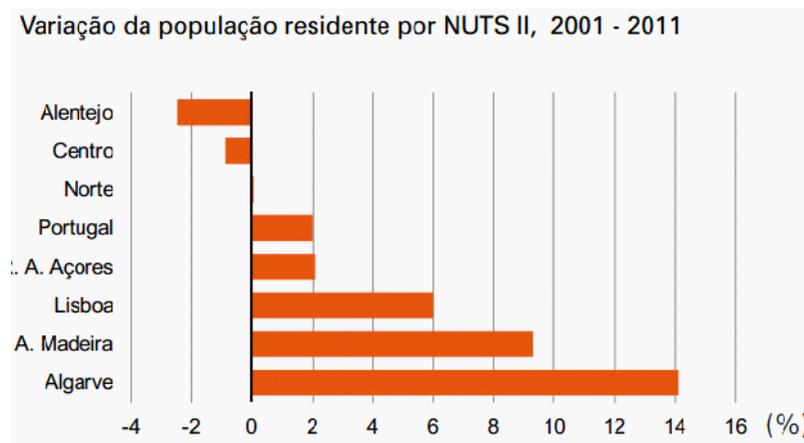
Assim sendo sugerimos a seguinte hipótese: imagine-se que o preço da eletricidade, dos tarifários das redes móveis, da internet, do gás dependia da região do domicílio. Isto é, grandes centros urbanos, com procura suficiente que possibilite economias de escala, permitem preços de bens e/ou serviços mais acessíveis, em contrapartida, as cidades do interior, zonas deprimidas, áreas rurais, com procura e, regra geral, menor poder de compra, seriam sujeitas a pagar um preço superior pelos mesmos bens e/ou serviços. Aliás, apenas desta forma poderiam os demais agentes económicos manter as margens de lucro que retiram dos maiores centros populacionais. E se isto de facto acontece-se que diríamos? Que o capitalismo selvagem dividia o país em dois? Que as grandes empresas não teriam responsabilidade social? Que o lucro só por si não é um factor de coesão territorial? Que a ganância explora enquanto os pobres ficam mais pobres?

Porém a internet custa o mesmo em Lisboa e em Trás-os-Montes, os tarifários das redes móveis têm o mesmo preço no Porto e na Serra da Estrela, o kWh e a garrafa de gás também custam o mesmo de norte a sul do país, porque seria injusto permitir os que consomem menos, em termos agregados, pagassem mais. O país não pode ser dividido econometricamente. A optimização exclusiva da oferta ou da procura não levam à optimização do mercado, assim como o bem-estar económico não pode ser cultivado na discriminação negativa do território nacional.

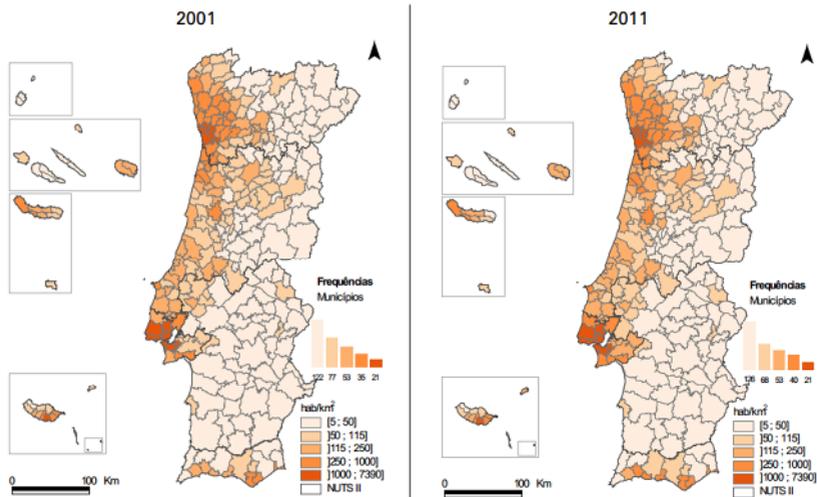
Discriminar o acesso a bens e serviços essenciais em função da morada do domicílio do cidadão incentiva a migração. Com efeito é preferível residir onde for mais fácil viver, isto é, onde for mais barato suprir as necessidades básicas de uma vida com dignidade. A procura de emprego é o principal vector da actual migração e emigração porque diz

respeito à obtenção de rendimento, contudo mais importante do que o mero rendimento é o rendimento disponível, ou seja, o montante que resta depois de pagas as despesas. Se a discriminação negativa das regiões com menor densidade populacional ocorrer, a consequência é a diminuição do rendimento disponível da população residente em paridades salariais. Isto é, verificando-se estas condições, o salário mínimo vale mais nos centros urbanos do que nos meios rurais.

O território nacional está desproporcionalmente povoado. Embora seja natural que os centros urbanos absorvam uma grande parcela da população do país, o caso nacional é completamente desequilibrado, sendo a maioria do território caracterizado por uma densidade populacional mínima e onde tudo indica que a variação populacional progrida assimetricamente. (Ver Figuras 1 e 2)



1 - Densidade Populacional por Município. INE, Censos 2011, pág. 11.



2- Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011, pág. 8.

É evidente que há um problema de coesão territorial. Resta saber se este tem de contribuir para um problema de coesão social.

A presente moção apresenta a variação concelhia da tarifa da água como consequência dos valores das tarifas e níveis de actividade das entidades gestoras concessionárias de sistemas multimunicipais, assim como pela Lei 73/2013 de 03/09, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, segundo a qual os serviços municipalizados não podem ser disponibilizados a valores inferiores ao preço de custo.

Ano	Entidade Gestora	Serviço	Tarifa aprovada	Rendimentos tarifários aprovados	Obs.
2014	Águas de Santo André	Abastecimento público de água	0,4101 €/m ³	-	
2014	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Abastecimento público de água	0,6979 €/m ³	-	
2014	Águas do Algarve	Abastecimento público de água	0,4710 €/m ³	-	
2014	Águas do Centro	Abastecimento público de água	0,6378 €/m ³	-	
2014	Águas do Centro Alentejo	Abastecimento público de água	0,6813 €/m ³	-	
2014	Águas do Douro e Paiva	Abastecimento público de água	0,3803 €/m ³	-	
2014	Águas do Mondego	Abastecimento público de água	0,4838 €/m ³	-	
2014	Águas do Noroeste	Abastecimento público de água	0,5404 €/m ³	-	
2014	Águas do Norte Alentejano	Abastecimento público de água	0,6927 €/m ³	-	
2014	Águas do Oeste	Abastecimento público de água	0,6490 €/m ³	-	
2014	Águas do Zêzere e Coa	Abastecimento público de água	0,6694 €/m ³	-	

3- Tarifas Anuais de Abastecimento de Água (2014), Dados ERSAR, ver <http://www.ersar.pt/website/>

Ano	Entidade Gestora	Serviço	Tarifa aprovada	Rendimentos tarifários aprovados	Obs.
2014	Águas de Santo André	Saneamento de águas residuais	0,4056 €/m ³	-	
2014	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Saneamento de águas residuais	0,7660 €/m ³	-	
2014	Águas do Algarve	Saneamento de águas residuais	0,6304 €/m ³	-	
2014	Águas do Centro	Saneamento de águas residuais	0,6519 €/m ³	-	
2014	Águas do Centro Alentejo	Saneamento de águas residuais	0,6945 €/m ³	-	
2014	Águas do Mondego	Saneamento de águas residuais	0,5090 €/m ³	-	
2014	Águas do Noroeste	Saneamento de águas residuais	0,5571 €/m ³	-	
2014	Águas do Norte Alentejano	Saneamento de águas residuais	0,6795 €/m ³	-	
2014	Águas do Oeste	Saneamento de águas residuais	0,6148 €/m ³	-	
2014	Águas do Zêzere e Coa	Saneamento de águas residuais	0,7400 €/m ³	-	
2014	SANEST	Saneamento de águas residuais	-	19,20 M €	
2014	SIMARSUL	Saneamento de águas residuais	0,5812 €/m ³	-	
2014	SIMDOURO	Saneamento de águas residuais	0,6230 €/m ³	-	
2014	SIMLIS	Saneamento de águas residuais	-	8,20 M €	
2014	SIMRIA	Saneamento de águas residuais	-	16,90 M €	

4 - Tarifas Anuais de Águas Residuais (2014), Dados ERSAR, ver <http://www.ersar.pt/website/>

As actuais circunstâncias levam a uma diversidade de valores praticados de norte a sul do

país. Para cada concelho há uma tarifa de abastecimento de água diferente e os concelhos do interior são os que registam preços ao consumidor final mais elevados. Os cidadãos que vivem em zonas de baixa densidade populacional pagam a água mais cara.

É um dever republicano e socialista assegurar que todos os cidadãos estejam em igualdade de oportunidades no que diz respeito ao acesso a bens e/ou serviços de interesse público. É uma questão de justiça e igualdade que nenhum português, residente em território nacional, possa ser discriminado pela região onde vive. Mais, se é nossa pertença desenvolver o país como um todo, e não como uma *manta de retalhos*, é imprescindível interiorizar que as economias de escala dos grandes centros urbanos não devem servir exclusivamente o benefício dos residentes mas sim o benefício de todos, caso contrário aquilo que observamos é uma “regionalização dos benefícios” para uns e uma “regionalização das desgraças” para outros. Não apenas o bem-estar restritivo obstaculiza o bem-estar de todos, como é função de um governo saudável estabilizar choques assimétricos por fim a manter e promover a unidade e coesão nacionais.

Como nota final importa relatar que a presente assimetria estende-se igualmente às águas residuais. Por razões óbvias o saneamento é um parâmetro que deve ser abordado simultaneamente ao consumo doméstico de água, contudo há um elemento diferenciador que não pode ser esquecido. Com efeito a contabilização do m³ referente às águas residuais engloba o saneamento, as águas residuais pluviais e outras possíveis ligações à rede de esgoto. Neste sentido, as águas residuais são cobradas ao m³, sem que haja distinção exacta da parte do caudal que diz unicamente respeito ao saneamento doméstico, como tal faz sentido alguma distinção concelhia ou regional quanto à factura das águas residuais. No entanto, e mais uma vez, este argumento não pode nem deve servir de “cavalo de tróia” para manter a discriminação regional que caracteriza Portugal.

Ressalvando que o peso das facturas municipais quanto às águas residuais pode variar assimetricamente por motivos alheios ao consumidor da rede doméstica. Tal poder-se-á dever a uma infraestrutura de saneamento que capte uma quantidade significativa de águas residuais pluviais, aumentando exponencialmente o volume de água a ser tratada nas ETARs. Este defeito estrutural, assim como outras causas semelhantes, constroem financeiramente os municípios e são, também eles, um problema de eficiência energética premente. Contudo o objecto desta moção centra-se exclusivamente no tabelamento nacional dos valores de saneamento e abastecimento doméstico de água ao consumidor final.

Na defesa dos princípios socialistas é necessário defender a igualdade de oportunidades no acesso a bens e/ou serviços fundamentais à dignidade humana. Igualdade tarifária no

abastecimento doméstico de água e de saneamento para todos os portugueses é aquilo que propomos. Igualdade e coesão territorial são os principais focos desta moção: no acesso a bens e/ou serviços de primeira necessidade, o consumidor final não pode ser discriminado pela região onde habita.

CONCLUSÃO

Propomos uma Tarifa Nacional Única para o Abastecimento Doméstico de Água e Saneamento, sem prejuízo do escalonamento tarifário para diferentes níveis de consumo doméstico, assim como da discriminação positiva através de modelos tarifários sociais.

1.º Subscritor: André Pereira, Oliveira do Hospital

Promover e Desenvolver o Ensino Superior Público no Interior

São sobejamente conhecidos os ataques incessantes e profundos que o actual governo tem infligido ao interior. A falta de políticas que ponham o interior em foco conduz este espaço do território português à desertificação.

É, portanto, premente a necessidade de mudança de paradigma político. Esta mudança só pode ser levada a cabo pela construção sólida de uma alternativa política e de estratégia para o interior. A Juventude Socialista deve, face aos valores que a norteiam, construir uma alternativa política que ponha o interior em foco e que tenha como objectivo a coesão territorial.

A construção de uma nova política deve partir, em primeira linha, da análise dos problemas que assolam o interior e, numa perspectiva pragmática, encontrar soluções para lhe pôr cobro.

Um dos problemas com o qual o interior convive actualmente é o desincentivo crescente do qual o Ensino Superior tem sido alvo nesta área do território nacional. De facto, o presente Governo tem, de diversas formas, esvaziado diversas unidades de ensino

superior público, que servem os propósitos de descentralizar o ensino superior em Portugal.

Actualmente o ensino superior público encontra-se em maior concentração no litoral. A descentralização do ensino superior público passa, portanto, pela criação de unidades de ensino em zonas territoriais em que estas não existem, ou seja, no interior. Passa ainda por um reforço das unidades de ensino já existentes nestas áreas através, nomeadamente, da ministração de novos cursos.

A descentralização não passa, portanto, somente pela criação de novas unidades de ensino. É, efectivamente, necessário que haja um reforço qualitativo nessas unidades de ensino que pode ser concretizado pela ministração de novos cursos, em especial cursos que possam de alguma forma desenvolver áreas que sejam uma mais-valia para o desenvolvimento do interior, mas também pela disponibilização de modernos instrumentos de estudo e investigação.

O desenvolvimento e a promoção do Ensino Superior Público no interior tem uma directa influência no desenvolvimento deste. Esta influência dá-se a níveis como o demográfico, o da economia local e, ainda, o da economia regional, bem como outros tantos níveis de uma forma mais ou menos directa.

Desde logo incentiva os residentes na área geográfica em causa ou em áreas geográficas vizinhas a continuarem no interior para estudarem. Esta permanência, numa fase fulcral da vida, incentiva os jovens a continuar a residir, depois de concluídos os estudos, no interior. Assim, reduz-se a migração do interior para o litoral cujo maior fluxo é devido à migração jovem.

Aumentando a oferta formativa no interior, idealmente em curso não ministrados em outras zonas geográficas ou até mesmo cursos inovadores, aumenta a procura por jovens que se deslocam do litoral para estudar no interior. Desta forma, não só se contribui para a estagnação do fluxo migratório jovem do interior para o litoral como se potencia o fluxo contrário.

A economia local no interior beneficia de um aumento da oferta de ensino superior nesta área geográfica. Desde logo, pelos jovens que não migrando que mantêm o consumo. Depois, temos ainda aqueles que vindo para o interior contribuem para o aumento do consumo. Assim, passamos a ter não só uma manutenção do capital em circulação como este ainda aumenta.

A economia regional, mas também todo o interior em todas as suas componentes, pode ser potenciada. Como dissemos acima, o desenvolvimento e promoção do ensino superior no interior não passa somente por um aspecto quantitativo, mas também qualitativo. De facto, não basta criarem-se as unidades de ensino, é necessário uma aposta qualitativa na formação que possa conduzir, através da investigação orientada às potencialidades do interior, a um desenvolvimento do interior.

A aposta em cursos que tenha os recursos e as especificidades do interior em vista formará jovens capazes de serem inseridos na economia local ajudando as empresas a aproveitarem com maior eficiência o que o interior potencia ao nível de recursos.

A formação se orientada correctamente para uma investigação devidamente contextualizada, ou seja, tendo em vista as potencialidades do interior, e em pareceria com os agentes económicos regionais conduzirá a um progressivo rejuvenescimento do tecido empresarial.

A formação técnica específica fornecerá à economia regional do interior gente tecnicamente especializada capaz de potenciar os produtos da região em todas as vertentes necessárias a uma boa aceitação no mercado.

Pode-se, assim, criar condições, através da formação superior, para que o interior tenha lugar no mercado nacional e internacional. A formação orientada às potencialidades do interior será o motor do interior.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento e promoção do ensino superior nas zonas do interior de Portugal devidamente orientado, conseguirá reverter o fluxo migratório, dinamizar a economia global e no médio/longo prazo potenciar a economia regional do interior tornando-a mais auto-suficiente.

O rejuvenescimento do interior passa também, segundo pensamos, pela promoção e desenvolvimento do ensino superior nesta área geográfica.

A Juventude Socialista deve, então, fazer desta ideia uma das suas linhas programáticas em matéria de defesa do interior.

1.º Subscritor: Tiago Martins, Oliveira do Hospital

Regime de Exclusividade dos Deputados

A credibilização da actividade política é a condição de possibilidade de redução das taxas de abstenção que caracterizam os actos eleitorais portugueses.

Há uma opinião generalizada de que a política é sinónimo de incompetência e corrupção. Como tal, sendo o acto de governar inerente a qualquer ordem social, nós reunimo-nos na Juventude Socialista para defender a democracia como forma ideal e o socialismo como o conteúdo preferível, no entanto é necessário compreender que a saúde da democracia depende mais da participação dos cidadãos do que dos nossos ideais.

Esta compreensão sugere que a eficácia da nossa participação política depende da sensibilização das nossas comunidades quanto à importância do voto.

Com efeito, o crescimento contínuo da taxa da abstenção coloca o nosso sistema governamental numa plena Crise de Representação. Quando metade da população portuguesa não participa no acto eleitoral, é natural que as necessidades de metade da população não encontrem representação na Assembleia da República e esta é a Crise de Representação que vivemos: quando a abstenção é elevada a qualidade da democracia deteriora-se, os deputados da nação não representam a maioria do povo e, por maioria de razão, não é possível que o povo se reveja neles.

Para diminuir a abstenção é necessário um esforço em várias frentes, onde podem ser considerados reforços positivos e/ou negativos. Porém, para melhorar a democracia, para aproximar o poder dos cidadãos, para tornar a prática política uma actividade digna de respeito, credibilizar é a palavra-chave.

Compreendido o problema, é evidente que a Terceira República pede diferentes esforços para se desenvolver em vez de se atrofiar. Contudo compreendemos que o primeiro passo deve vir da actividade política enquanto tal. Isto é, devem ser a Assembleia da República a promover essa credibilização.

Falando especificamente dos Deputados e daquilo que eles representam, compreendemos que a opinião pública é pouco favorável ao trabalho que desempenham, desconfiada quanto às suas capacidades e convencida de que é uma classe corrompida. Por essas mesmas razões e para aumentar a transparência e salvaguardar a dignidade daqueles que representam a nação, julgamos útil e necessário proceder a uma revisão do Estatuto dos Deputados, tendo esta por principal objectivo reiterar que o exercício destes mandatos

exige total exclusividade do indivíduo para com a Assembleia da República, sendo, por isso, incompatível com toda e qualquer outra actividade externa.

Assim sendo deve ser consagrado um regime claro de incompatibilidades ideais ao exercício da função de Deputado. Este regime, além de não dar lugar a dúvidas, deve ter como objectivo separar a função legislativa da função executiva e judiciária. Desta forma deve haver uma incompatibilidade geral da função de Deputado com qualquer outra função directa ou indirectamente inserida em algum dos outros domínios, ou seja, o domínio executivo e judiciário.

Ainda no que concerne às incompatibilidades deve haver uma separação clara entre a função de deputado com todas as profissões que possam influenciar directamente as escolhas e propostas feitas na Assembleia da República.

Por fim devem adoptar-se medidas que visem desenvolver uma exclusividade da função de Deputado. Esta exclusividade pode ser conferida pela impossibilidade de o Deputado exercer outras funções que diminuam a sua eficiência enquanto representante do Povo.

Ainda no que diz respeito à exclusividade, esta pode ser promovida se o Deputado estiver obrigado a actividades específicas como, por exemplo, a divulgação da actividade parlamentar por instituições educativas distribuídas pelo país, tornando-o desta forma não só representante do povo, mas como o informador directo e activo dessa actividade representativa, da qual resulta uma maior proximidade com os representados.

CONCLUSÃO

Desta forma, um regime coerente e incisivo de incompatibilidades que distingam claramente o domínio privado do público e dentro deste de todas as funções que tenham, pelo princípio da separação de poderes, devam estar separadas, bem como um sistema de exclusividade que contribua para uma dinâmica de diálogo entre os representantes e representados contribuirá directamente para a credibilização da política.

1.ª Subscritora: Cátia Peres, Oliveira do Hospital

O Contributo da Juventude Socialista na Definição do Conceito Estratégico Nacional

A definição do conceito estratégico nacional tem sido uma das premissas do debate político em Portugal. Pese embora a sua importância na definição do presente e do futuro do nosso país, não tem, no entanto, merecido a atenção dos agentes políticos. Preso ao mediatismo e às constantes externas que nos escapam, Portugal não tem feito o debate alargado e necessário para a definição do seu desenvolvimento. O debate sobre o futuro do desenvolvimento socioeconómico depreende a definição tanto do papel dos atores domésticos como da inserção internacional de Portugal. Além disso o desenvolvimento depreende a compreensão do uso dos recursos num plano intergeracional, o que permite pensar em desenvolvimento sustentado.

A estratégia nacional, nascida com a revolução democrática e anunciada no tríptico “democratizar, desenvolver e descolonizar”, desembocou, por um lado, na consolidação da nossa democracia, e por outro, na integração europeia. Este desígnio nacional resumido numa fórmula feliz permitiu a Portugal atingir um desenvolvimento desejável que nos possibilitou viver melhor, sonhar e sermos parte integrante do movimento de abertura democrática e de aprofundamento dos direitos humanos. Este terá sido o conceito estratégico nacional possível, perante os obstáculos de reintegração na economia nacional, da democratização e do retorno à Europa como resposta à necessária descolonização.

As estratégias de desenvolvimento e de inserção internacional dos Estados têm sido, desde o final da II Guerra Mundial, baseadas na prossecução das lutas contra o autoritarismo, pela abertura dos regimes e pela redistribuição dos ganhos do capitalismo. A anunciada vitória do modelo capitalista através da globalização dos meios e técnicas, avivou o debate social-democrata europeu, de onde se inseriram o Partido Socialista e a Juventude Socialista. Neste contexto, a Europa definiu e consolidou o Estado Social numa coligação de esforços entre forças políticas e sociais que pressupunham os princípios sociais de redistribuição, igualdade e salvaguarda da pessoa humana. Em Portugal isso seria estabelecido pelos vastos direitos constitucionais de acesso ao ensino, pelo Serviço Nacional de Saúde, pelo estabelecimento do sistema de segurança social e, mais recentemente, o alargamento às políticas de inclusão, de género e dos direitos LGBT. Tudo isso dependeu de um conceito estratégico nacional e de uma geopolítica própria, que nos permitiu consolidar um Estado Social próprio, com as deficiências próprias de uma

qualquer instituição, mas que permitiu a mobilidade social e a ascensão de novos grupos e classes socioeconómicas.

Desde a primeira metade do século XX que países como a Alemanha ou a Suécia estabeleceram estratégias próprias, ideologizadas e geopoliticamente contextualizadas, com o intuito do desenvolvimento e da salvaguarda dos seus interesses nacionais, o que em última instância será a salvaguarda da qualidade de vida dos seus cidadãos. A readaptação destas estratégias à globalização ocorreu nestes países com o restabelecimento de novas linhas orientadoras do seu conceito estratégico nacional. Esta readaptação permitiu-lhes assegurar uma estratégia de desenvolvimento baseada em princípios basilares e consensuais da sua política doméstica e externa. Podemos criticar essas estratégias, principalmente se forem, como têm sido no caso alemão, contraproducentes aos nossos desígnios e aos desígnios do quadro europeu.

Paralelamente, a evolução do capitalismo para a sua atual fase de aproximação ao neoliberalismo, permitiu o aumento dos movimentos financeiros e o descontrolo dos mercados, com a progressiva privatização de setores chave do Estado ou ainda dos fundos de pensão. Este quadro levou, claro está, a profundas alterações internacionais que tiveram e têm impacto no nosso país. A globalização, tal como está hoje desenhada, permitiu-se a esvaziar a reserva soberana dos Estados no que de melhor representava a regulação, descredibilizando-a através de um falso binómio entre público e privado, entre política e economia, enfim entre a atuação política, enquanto esfera de interesses mesquinhos e a atuação social, enquanto esfera da não política. Os Estados também falharam neste quadro e alguns dos agentes políticos patrocinariam esta dinâmica de esvaziamento da regulação, abrindo as portas para consequências não esperadas. A crise, enquanto sintoma desta globalização que não chega a todos e baseada na teologia dos mercados, mostrou, por um lado, o falhanço da Agenda de Lisboa, desenhada para uma estratégia que não contemplou fatores geopolíticos de inserção dos Estados europeus, e o falhanço da resposta da social-democracia depois que ficara conotada pelo neoliberalismo emergente, como uma corrente descontrolada, desfasada da realidade.

Teremos, pois de olhar para os efeitos macro-históricos da austeridade, ou seja os seus efeitos na estrutura do Estado, na ascensão/manutenção de certas elites/grupos de interesse, para percebermos que está definido um quadro para o renascer da social-democracia, numa aliança clara com forças políticas e sociais orientadas pela justiça social e pelo bom senso. É nestes termos que nos devemos debruçar sobre a definição do conceito estratégico português.

Objetivos

Nos objetivos desta moção está patente a resposta à pergunta: que geopolítica do desenvolvimento queremos para Portugal?

O debate acerca da geopolítica do desenvolvimento depreende a inserção internacional de Portugal e a definição do seu papel num ou vários espaços geográficos, de inclusão, promoção e consolidação de um novo conceito de desenvolvimento assente na diferença das comunidades e na preservação dos seus direitos.

Para isso é necessário que a Juventude Socialista esteja pronta a abrir um debate alargado e inclusivo das diferentes forças da nossa sociedade, por forma a incentivar os agentes políticos e sociais a estabelecer pontes de entendimento para diferentes setores de política doméstica e de inserção internacional. Estes entendimentos pressupõem princípios políticos orientadores que permitam o consenso a longo prazo.

A inserção geopolítica de Portugal, plasmada na sua política externa deverá contemplar o duplo aprofundamento do espaço europeu-ibérico e do espaço Atlântico, não apenas como formas retóricas mas colocando Portugal como plataforma de entendimento entre o norte o sul, enquanto Estado atrativo para o investimento saudável e como pivot de desenvolvimento.

Conclusão

O debate para a definição do conceito estratégico nacional deve ser iniciado pela geração que hoje se apresenta qualificadamente mais bem preparada para entender os desafios presentes e futuros que se apresentam a Portugal. A definição desse conceito deve passar pelo diálogo entre todas as forças políticas e sociais nacionais, procurando um consenso para a inserção internacional de Portugal e para o desenvolvimento social sustentado por princípios basilares de entendimento e de formação de políticas públicas.

A Juventude Socialista deverá estar na frente desse debate promovendo um entendimento alargado de Portugal, das suas condicionantes e oportunidades, por forma a alavancar o estabelecimento de linhas orientadoras de política doméstica e externa.

1.º Subscritor: Bruno Bernardes, Cascais

Lei para todos: Criminalização dos maus tratos a animais.

Car@s camaradas,

Foi em 1995, que os animais pela primeira vez tiveram um papel ético aos olhos dos portugueses com a primeira legislação nacional em sua defesa. Passados 9 anos é então dado o grande passo e é publicada a 29 de Agosto, em Diário da República, a Lei nº64/2014 referente à criminalização dos maus tratos a animais de companhia. Sendo claramente positiva e progressista no que diz respeito à dignidade da vida animal, visando punições reais para aqueles que a desrespeitam, esta lei, oferece finalmente um quadro coerente e regulador a uma realidade que há muito e talvez desde sempre exista.

Portugal, sendo um Estado Membro da União Europeia encontra-se abrangido pela Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, aberta à assinatura dos Estados Membros em 1987 e ratificada, em Portugal, em 1993. A referida, preza as boas condições orientadoras relativas à forma de tratamento e alojamento de animais de companhia. Estamos a pouco e pouco a entrar numa era, em que os animais de companhia deixam de ser vistos em nossa função, mas vistos na sua própria condição de ser vivo, e esta, embora tardia, é uma progressão da qual nos devemos orgulhar. O problema, atualmente, reside no facto de continuarmos a diferenciar o tratamento que damos a cada espécie na criminalização de atos iguais perante diferentes animais. Este paradigma tem que ser contrariado, pois de outro modo, toda a Lei que reforce o direito ao bem-estar animal torna-se hipócrita e é disto que não precisamos. Contudo, não se quer dizer que todos os animais sejam destinados ao mesmo, porque bem sabemos que a produção animal é uma realidade, e bem precisa, por questões alheias a toda a racionalidade que nos cabe ter, fazendo assim referência à necessidade intrínseca que é a sobrevivência. A questão aqui vai para além de instintos e das nossas necessidades, prende-se antes com a nossa racionalidade e por consequência, com a nossa reflexão acerca da distinção que há entre o conceito de um animal de companhia que nunca poderá ser utilizado para fins didáticos e lúdicos, exposições e outros que tais que lhe cause sofrimento, e outros que à luz da omissão (passando o redondismo), não são protegidos. Assim, todo o animal que não seja “ detido por seres humanos, designadamente no seu lar, para seu entretenimento e companhia”¹⁶, atualmente, neste país, está pecaminosamente exposto a atos que podem ferir a sua dignidade enquanto ser vivo sem

a criminalização dos atuantes. Independentemente do seu fim, todos os animais merecem enquanto vivos, ser protegidos seriamente pela Lei, daqueles que injustificadamente os maltratam; isto procede-se com a criminalização de maus tratos, posterior fiscalização do seu cumprimento, e com a imposição dos limites necessários a todos os que retiram usufruto de forma violenta de um animal, quer para seu sustento, quer para o seu entretenimento.

O que no fundo poderá e deverá ser uma bandeira, será a luta pela criminalização de qualquer ato que inflija dor injustificada a qualquer animal, porque política é pensar com os que podem pensar, e ainda pensar pelos que não conseguem fazê-lo e agir, atuar. É pela igualdade que lutamos, e é nesta que a nossa Constituição assenta enquanto reguladora de um estado democrático, e assim nesta sequência, acreditamos existirem condições para criar uma sociedade consciente de que o sofrimento de qualquer ser nunca poderá ser bandeja de entretenimento para qualquer um.

Toda esta consciencialização não quer de todo desmerecer ou minorar o avanço no nosso País com a Lei primeiramente referenciada, pois de facto esta tornou-se como que um lembrete e um sinal de que a sociedade portuguesa e a Política em Portugal tem pernas para andar, e é de todo, esta última, a forma mais digna e satisfatória de levar adiante as nossas convicções.

Antes de tudo é preciso fazer valer as Leis aprovadas, averiguarmos que o que se acorda a custo, não cai na leviandade de não se fazer cumprir. É preciso consolidar o conquistado mas prosseguir na conquista. A Juventude Socialista torna-se de uma extrema importância nestas batalhas que podem inclusivamente tornar a nossa Juventude Partidária, ainda mais sólida e peregrina na boa ética. Assim, acredito que, nós, jovens socialistas devemos tomar uma posição clara ao reforçar a importância que tem o bem-estar animal em geral, procedendo à clarificação da necessidade de uma reformulação da Lei nº 69/2014 através do aumento da extensão do seu conteúdo (diga-se, criminalização dos maus tratos) a todos os animais e por conseguinte posteriores adaptações de todos os artigos que de tal, necessitem.

Devemos isto àqueles que não se exprimem como nós mas existem, merecendo o maior respeito porque como nós usufruem do direito à vida com a dignidade que nós podemos conseguir.

1.ª Subscritora: Bárbara Sabino, Manteigas

¹⁶In Diário da República, 1.ª série — N.º 166 — 29 de agosto de 2014, Lei 69/2014, Artigo 389º- Conceito de Animal de Companhia

Organização Interna e Comunicação

Car@s camarad@s

Nos tempos que vivemos a informação é a arma mais importante que temos ao nosso dispor, desse modo é nosso dever fazer uso da mesma em nome daqueles que representamos diariamente.

A comunicação entre as estruturas e os militantes é um dos pontos mais importantes da nossa estrutura, saber em pormenor e em tempo real cada acção e cada tomada de posição dos vários órgãos da estrutura nacional é um direito que assiste a cada militante.

Vivemos hoje na era da comunicação, do digital, das redes sociais, da partilha de informação constante. Desse modo é preponderante hoje comunicar e estreitar ainda mais a relação da Juventude Socialista com os seus militantes e simpatizantes, desse modo, é necessário reformular o paradigma em que nos encontramos a nível de contacto entre as pessoas e a estrutura.

Os militantes, confiam no secretariado nacional para nos representar nos mais variados órgãos nacionais e internacionais, mas este voto claro de confiança acarreta uma responsabilidade acrescida por parte dos mesmos. Assim, é necessário saber em cada momento o trabalho político de cada pelouro do secretariado nacional.

Cada militante deve saber concretamente o trabalho desenvolvido pelos seus representantes, assim devemos criar secções específicas para cada pelouro dentro do site da Juventude Socialista, deste modo será possível aos militantes de base ter acesso a uma informação actualizada e esclarecida acerca de todos os assuntos que os secretários nacionais têm em mãos a cada momento.

Este processo não só facilitará a rápida partilha das decisões tomadas pelo secretariado nacional, mas também fará com que as Federações/Concelhias/Secções/NES entre outras, tenham uma base constante de apoio por para poderem desenvolver um trabalho de qualidade e de forma mais profissional. Este tipo de informação facilitará não apenas o trabalho de cada um, nos vários pontos do nosso país, mas também para acabar com o amadorismo que nos prejudica diariamente no acesso aos cidadãos.

Desse modo peço aos delegados presentes e à estrutura nacional que pondere esta proposta de forma a facilitar a o trabalho que milhares de militantes desenvolvem

diariamente nas suas federações em nome de uma Juventude Socialista mais forte e coesa.

1.º Subscritor: Tiago Chambel, Abrantes

Dos Mecanismos de Articulação entre Núcleos de Estudantes e Estruturas Concelhias

Exposição de Motivos

A Juventude Socialista tem, ao longo dos últimos tempos, discutido de forma contínua a importância da estratégia de actuação junto das escolas e demais instituições de ensino, como meio privilegiado de sensibilização da comunidade estudantil.

Apesar do largo consenso gerado em torno desta necessidade há, contudo, algumas questões que têm encontrado cisões e abordagens diferentes dentro da própria estrutura, sendo a discussão em torno dos núcleos de estudantes uma das mais evidentes.

Ancoradas nas disposições estatutárias relativas às estruturas autónomas da ONESEBS e ONESES, estas discussões, embora de particular importância, resvalam não raras vezes para posições demasiado extremadas, dificultando tomadas de posição que contribuam para a unidade de acção da JS.

Assim, temos encontrado no seio da JS posições tão distintas, que vão da simples defesa da manutenção ou reforço das competências das estruturas autónomas até à defesa da extinção destas.

Não rejeitando as responsabilidades pessoais na polarização das posições no que a este assunto concerne, afigura-se como essencial encontrar uma solução de compromisso que acolha as diversas sensibilidades.

Sem prejuízo da valorização do trabalho dos camaradas que, no passado, devotaram o seu tempo e dedicação a estas estruturas, fica claro que algo precisa de ser feito para revigorar a força da JS nas instituições de ensino.

A falta de recursos afecta a estas organizações, aliada às diferentes sensibilidades e contextos concelhios e distritais, tem dificultado a acção das estruturas autónomas e, consequentemente, a implantação de uma estratégia de fundo a nível nacional.

Peço, assim, que esta moção não seja lida como uma afronta àqueles que se dedicam e dedicaram a estas estruturas, mas sim como a expressão da vontade de encontrar um mecanismo que, salvaguardando a diversidade das concelhias, não coloque em risco a existência destas estruturas.

Trata-se, sim, do assumir da vontade de contribuirmos para fazer parte da solução, mas também da expressão da vontade de contribuirmos para uma JS mais forte e mais presente.

Apesar dos bons exemplos que podemos encontrar no país, urge compreender as questões que motivam a disparidade da expressão dos núcleos de estudantes por todo o território nacional. E, apesar da diversidade de razões que podem ser invocadas, há argumentos e contextos que merecem ser compreendidos.

Primeiramente, importa entender que a possibilidade de existência de núcleos de estudantes, aliada à possibilidade de criação de núcleos de residência pode, em alguns casos, originar realidades disfuncionais em algumas concelhias, possibilitando a existência, ainda que no plano hipotético, de uma profusão excessiva de núcleos.

Segundamente, importa entender que as sensibilidades locais podem, em alguns casos, revelar ser prejudicial a criação de núcleos de instituição de ensino que possam colidir com a estratégia de actuação montada pelas concelhias.

Da mesma forma, a inexistência de mecanismos de articulação efectiva entre núcleos de escola e concelhia cria resistências desnecessárias, minando os benefícios mútuos e sinergias passíveis de serem criadas.

Conclusão

Sendo sensível à argumentação de que estruturas de proximidade nas instituições de ensino promovem a identificação e pro-actividade dos militantes, entendemos ser possível a criação de uma solução de consenso que acautele as preocupações anteriormente referidas.

Assim, os delegados ao XIX Congresso Nacional da Juventude Socialista deliberam:

- A criação de uma estratégia nacional de actuação relativa aos núcleos de instituição de ensino, coordenada em paralelo entre as estruturas autónomas e o Secretariado Nacional da Juventude Socialista.

- A revisão da competência estatutariamente prevista para a aprovação dos núcleos de escola, do Secretariado Nacional para as estruturas Concelhias. No caso da inexistência, durante mais de seis meses, de órgãos concelhios formalmente eleitos, esta responsabilidade transita automaticamente para as Federações Distritais.

1.º Subscritor: Tiago Estêvão Martins, Coimbra

Adoção plena por casais do mesmo sexo

Vivemos num país democrático. Vivemos num país, que mais do que qualquer outro, lutou para fazer elevar a sua identidade e lutou pela sua liberdade. Deveríamos ser então um povo que sabe respeitar a diferença, ou melhor, que sabe lidar com a não convencionalidade, porque, afinal, hoje em dia, o que é “ser normal”?

Quando falo não convencionalidade, falo nos homossexuais e no quanto eles são marginalizados, por... amarem. E quando duas pessoas se amam é natural quererem unir-se e construir uma família. Assim, e por ser biologicamente impossível a procriação, a adoção de uma criança é uma das possíveis soluções para estes casais. Mas então deve este casal ter essa oportunidade ou não? Deve ser legalizado ou não?

É “contra natura”, dois homens ou duas mulheres não podem criar uma criança senão ela vai ser marginalizada pela sociedade ao longo da sua vida, por afirmar que tem “dois pais” ou “duas mães”. Ou então, se são criadas numa família homoparental, irão ser, futuramente, homossexuais - dizem os que abominam a ideia.

Se visto por outro prisma – as crianças devem ter a oportunidade de serem amadas por uma família que as queira acolher e não terem de passar a sua infância numa instituição,

que muitas vezes não têm quaisquer condições. A homossexualidade não é uma doença, portanto, não se contagia. Se assim fosse, se a orientação sexual de cada um fosse influenciada pelo meio onde nos inserimos, pais heterossexuais não teriam filhos homossexuais.

A religião é um dos grandes obstáculos para a adoção já que dizem ser “contra natura”, isto porque um casal homossexual não pode procriar, logo também não deverá ter o direito de criar uma criança. Por essa ordem de ideias, os casais heterossexuais, que são inférteis, também não têm esse direito?

Quanto à política, foi aprovado o Projeto de Lei 278/XII que consagra a possibilidade de co-adoção, sendo esta uma das grandes vitórias conseguidas pela Juventude Socialista, pelo cónjuge ou unido de facto do mesmo sexo – um pequeno passo de reconhecimento que, apesar de não ser a adoção pelo casal, já demonstra uma mudança de mentalidade.

Contudo, o bem-estar e os interesses da criança deveriam estar sobrepostos a qualquer ideal pessoal, religioso ou político. Se o ser humano tem a capacidade de amar e cuidar, não é a sua orientação sexual que vai mudar isso. Até porque “quando a gente gosta, é claro que a gente cuida”.

1.ª Subscritora: Maria Inês Rocha Monteiro, Penafiel

Fronteiras na União Europeia

A questão das fronteiras no interior da União Europeia, é ao mesmo tempo uma questão sensível e problemática.

Considerado, sem dúvida, um importante avanço político e social, com o passar dos anos tem deixado transparecer alguns constrangimentos ao nível sua aplicabilidade realçando a necessidade de um debate alargado.

Existem inúmeros factos positivos no que respeita a abertura das fronteiras, desde logo a abolição das taxas aduaneiras, e a livre circulação que nos permite uma partilha cultural muito interessante, construtiva, abrangente e dinâmica.

Premissas como a questão económica, a emigração entre países dos Estados Membros e a segurança, exigem de nós uma grande reflexão.

Porque se trata de um problema que é de uma enorme abrangência e transversal a toda a sociedade, deve estar sempre presente nas decisões políticas de curto, médio e longo prazo.

Mas como tudo o que nos traz algo de positivo, tem também as suas consequências e um lado mais penoso, relembro:

A emigração jovem é hoje uma resposta rápida a questões como a alta taxa de desemprego que se verifica no nosso país. Para estes jovens, o facto de as fronteiras estarem abertas facilita a construção da sua alternativa e do seu percurso. Salientando que Portugal é hoje um país envelhecido e que a pirâmide etária está invertida, a saída destes jovens vem agravar esta situação, que terá reflexos ainda mais graves nas gerações futuras. Portanto, esta é também uma questão da máxima importância e com a qual devemos estar sensibilizados e preocupar-nos.

Tão na ordem do dia, temos a questão dos “vistos Gold”. O facto de Portugal pertencer ao espaço Shengen constitui um atractivo aos investidores, e não só, que pretendem usufruir das regalias comunitárias recorrendo a estas estratégias e a estes “vistos”, situação também acolhida pelo nosso país como forma de dar resposta a constrangimentos financeiros.

Em conclusão, é fundamental para a consolidação do projecto europeu, e para a união que se pretende continuar a construir, criar uma maior abrangência política tendo presente a ideia, de que isso nos trará sempre vantagens e desvantagens, e que dever-se-á ponderar quais prevalecem. Até que ponto estamos dispostos a ceder alguma da nossa identidade a favor de um projecto comum do qual já fazemos parte.

Com esta breve moção pretendo fazer uma reflexão sobre os aspectos que para mim são mais relevantes, na abordagem da temática fronteiriça.

Considero ainda que, apesar de muito ser discutido, há ainda um longo caminho a percorrer, estarão os interesses dos Estados Membros a sobrepor-se ao projecto europeu? Estará a Europa a desvalorizar esta problemática?

1.ª Subscritora: Ana Santos, Cascais

Estatuto do Aluno do Ensino Superior

A existência dos actuais estatutos do aluno em cada instituição do ensino superior não garante a devida protecção jurídica dos alunos, tal é a sua variedade e muitas vezes desrespeito. Existem pois discrepâncias que não garantem o mínimo de direitos no percurso escolar dos alunos no ensino superior.

Foi essa considerável falta de tutela e protecção jurídica da situação escolar dos alunos universitários que suscitou uma profunda análise sobre esta realidade, dentro da qual se procurou comparar com outros regimes análogos, seja o estatuto dos alunos do ensino básico e secundário e outros documentos próprios de cada universidade, isto é, estatutos e guias do aluno.

Foi rápida a conclusão de que os alunos das universidades e politécnicos têm muito poucas garantias contra a discricionariedade excessivamente atribuída aos docentes. Relevámos exemplos concretos como professores que nunca publicam os métodos de avaliação, assim como o programa da disciplina, outros casos em que os conselhos pedagógicos indeferem pretensões dos estudantes sem qualquer justificação, entrando em claro desrespeito pelo Código do Procedimento Administrativo e pela Constituição da República Portuguesa.

Concluimos, também, que existe uma enorme lacuna na partilha da gestão das universidades, pois não há universidades sem alunos e pareceu-nos de certo modo descompensado atribuir todo o Conselho de Gestão a professores. Os alunos têm um importante peso fáctico, devendo este ser acompanhado por um aumento das responsabilidades administrativas, dizemos isto em nome de uma maior transparência da gestão, como de uma melhor gestão, uma gestão mais participada.

Os trabalhos não viram a sua conclusão ainda, faltando encetar conversações com direcções de associações de estudantes e com direcções e reitorias de universidades. Pretende-se continuar este debate, alargando-o a toda a comunidade académica.

Tendo em conta estas primeiras conclusões e estudo, urge garantir entre muitos aspetos, uma metodologia de ensino o mais estável possível e garantir o direito de reclamação com protecção do aluno queixoso.

Muitas foram as tentativas de várias instituições neste sentido, é importante que a Juventude Socialista procure chegar a uma proposta, junto dos seus estudantes socialistas e dirigentes associativos.

Considerando todos os motivos aqui já referenciados, propomos:

- A constituição de um grupo de trabalho para esta matéria.
- Em diálogo com os núcleos de estudantes socialistas, associações de estudantes e outros agentes educativos na formulação de uma proposta para melhoramento e alteração dos actuais estatutos do aluno do ensino superior.

1.º Subscritor: Pedro Amorim, Lisboa

Repensar a Estrutura orgânica da Juventude Socialista para o Ensino Básico, Secundário e Superior

Reside no ensino básico, secundário e superior uma grande potencialidade de surgimento de novos militantes e novas energias para a Juventude Socialista. É também o ensino um dos alvos das políticas do actual governo de direita não projetando uma estratégia de incremento de qualidade mas sim de instabilidade, declínio das condições humanas e infraestruturais, assim como de um claro desinvestimento.

A Juventude Socialista tem assumido a aposta na defesa da qualificação dos jovens portugueses, assim como a aposta em mais investigação como sendo importante para a criação de oportunidades para os portugueses e em particular para os jovens portugueses.

A incompreensível instabilidade na colocação dos professores no ensino básico e secundário do ano lectivo 2014/2015 são um exemplo claro de consequência da irresponsabilidade na condução desta tão importante pasta por parte do governo.

No ensino superior a situação não é mais agradável com um número de bolsas a não acompanhar as necessidades das famílias em plena crise e obrigando muitas a adiar o futuro, a adiar oportunidades e sonhos. É urgente o reforço dos mecanismos de resposta

às situações de carência. É necessária uma maior rapidez na resposta aos requerimentos de bolsa no início do ano lectivo. É importante a reorganização dos serviços de acção social escolar.

Ainda no ensino superior acrescenta-se o facto de a convergência com a média da OCDE verificada desde 2005 na taxa de frequência das universidades e politécnicos ter sido quebrada com a actual legislatura governativa.

Estas são e devem ser prioridades no combate político da Juventude Socialista, lutando para que a actual geração não seja impedida de se qualificar e garantir que as gerações vindouras conseguem lutar por um futuro melhor. Reforçando uma visão de médio e longo prazo, contrariando a estratégia de curto prazo do actual governo.

Este é um quadro importante de relembrar para que não se percam as conquistas históricas de muitas gerações ao nível estudantil e educacional para que ninguém seja impedido de ter uma formação de qualidade.

Porém, a Juventude Socialista não tem tido uma intervenção robusta e eficaz a nível nacional junto dos estudantes e das suas causas. Este é um problema importante e que importa reflectir e discutir. Até que ponto a actualização da Juventude Socialista está presente para os estudantes do ensino básico, secundário e superior? Em que medida podemos modificar e repensar a estrutura orgânica da Juventude Socialista de modo a que esta intervenção seja mais eficaz?

Os núcleos de estudantes socialistas são a melhor forma de lá chegar, porém, a nível nacional estão enfraquecidos e a precisar de estímulos e de uma nova estratégia orgânica a nível nacional. Essa estratégia terá que ter em conta a importância dos núcleos e das suas federações como meios para chegar aos estabelecimentos de ensino, aos estudantes e de estar presente junto destes nas suas causas e dificuldades.

É necessário o reforço da presença da Juventude Socialista junto dos estudantes e é importante para a nossa estrutura os benefícios que de aí podem advir.

Assim sendo propomos:

- A criação de um grupo de trabalho para a reflexão e discussão da forma mais eficaz de mudar a actual realidade com o objetivo de ter uma Juventude Socialista mais próxima e mais capaz junto dos estudantes;

- A elaboração de um programa estratégico para a aproximação da Juventude Socialista aos estudantes do ensino básico, secundário e superior, assim como da reativação dos núcleos de estudantes socialistas não eleitos.

1.º Subscritor: Tiago Veloso, Lisboa

Contrato Intergeracional - Por uma efectiva representação jovem nas listas do Partido Socialista

Ultrapassamos uma época de claro descontentamento da sociedade perante o sistema político e os seus clássicos protagonistas, os partidos políticos e os seus agentes.

O diagnóstico, concordemos com a sua extensão ou não, já foi interiorizado socialmente e tem encontrado reflexo no surgimento, cada vez mais acentuado, de movimentos cívicos, partidários e reivindicativos, que fora dos partidos e por nestes já não confiarem, procuram exercer uma acção política concertada e assim influir nos destinos colectivos.

Em igual medida, a política-espectáculo, das televisões e agências de comunicação, há muito que transformou uma grande parte dos cidadãos em meros telespectadores, cujo desprezo se tem revelado nos chocantes números de abstenção em actos eleitorais, sendo que o momento de excepção que atravessamos, paradoxalmente, imporia uma participação dos cidadãos especialmente activa, atenta e informada.

Todavia, o descrédito e o pronunciado afastamento entre a sociedade e os partidos políticos, não preocupa apenas a chamada sociedade civil, mas também muitos daqueles que se propõe desenvolver uma actividade política no seio de um partido político e que são igualmente críticos do panorama actual.

São inúmeros os militantes de partidos políticos e juventudes partidárias que sentem o peso da desvalorização do seu empenho e dedicação, e que procuram hoje recuperar o papel fundamental dos partidos na nossa democracia, buscando a sua abertura e a criação de pontes com a sociedade, em cuja representação se funda a sua legitimidade.

O debate da reforma do sistema político é irrecusável e cabe aos partidos e também a estruturas como as juventudes partidárias, darem o contributo e o impulso fundamental para que se restabeleça a confiança e os elos perdidos, sob a consequência da total falência do modelo actual, sem que se vislumbre, necessariamente, que um melhor sistema possa naturalmente emergir.

Em concreto, a presente moção debruça-se sobre um problema particular: a crise de representação dentro dos partidos políticos.

Uma sociedade que não se sinta representada nas listas de candidatos apresentadas corresponde directamente a partidos políticos com a sua legitimidade diminuída.

As mais recentes eleições europeias ficaram marcadas por uma taxa de abstenção de 66,2 %, correspondente à mais alta taxa de abstenção jamais verificada, num dos momentos políticos europeus mais importantes da sua história, sendo especialmente relevante constatar que grande parte dessa abstenção corresponderá à fraca participação eleitoral dos mais jovens.

O Partido Socialista tem procurado e tem protagonizado importantes reformas do sistema político (tendo transmitido um sinal de abertura, com as recentes Eleições Primárias, que foi recebido com assinalável sucesso pelos cidadãos), ainda assim o seu actual candidato a Secretário-geral, António Costa, refere na sua Moção “Uma Agenda para a Década” duas passagens que importa destacar:

- “É certo que os constrangimentos externos e a situação de crise que vivemos nos últimos anos vieram agudizar a fragilização da legitimidade da democracia aos olhos dos cidadãos. Mas o PS, como partido republicano e apostado no aprofundamento da nossa democracia, reconhece que tal se deve também a um sistema partidário e a uma organização da representação popular que nem sempre souberam acompanhar as mudanças políticas e sociais.”
- “O PS assume, sem tibiezas nem ambiguidades, o objetivo de se modernizar e de consolidar a sua implantação e base social. É nosso desígnio afirmar cada vez mais o PS como o partido que representa o grande espaço político da esquerda democrática e do centro-esquerda em Portugal, na confluência das tradições da social-democracia, do trabalho e da esquerda socialista.”

No diagnóstico que mais nos interessa fazer nesta sede, sublinhamos a pergunta: o que leva, quer no momento da votação quer na participação activa, ao afastamento dos jovens?

Entre vários motivos de diferente grandeza, não podemos afastar a convicção de que tal se funda também na falta de referências motivadoras para a presente geração.

Muitos jovens não se revêem nos actuais agentes políticos e perguntamos, quais são as grandes referências jovens políticas com implantação na consciência colectiva fora dos partidos e juventudes partidárias?

Alie-se, como sua causa e consequência, a clara sub-representação dos jovens patente nas listas do Partido Socialista.

Analisemos a mais recente lista elaborada pelo Partido Socialista ao Parlamento Europeu.

Os oito candidatos eleitos correspondem a uma média de idades de 53,75 anos e é preciso navegar até à décima quinta posição para encontrar o primeiro elemento com uma idade inferior aos 40 anos, restando como últimas referências jovens os últimos dois membros da lista de suplentes.

Refira-se que o Partido Socialista foi o partido mais votado nas visadas eleições e, ainda assim, a décima quinta posição revelou-se um lugar claramente inegável.

No que diz respeito à Assembleia da República, os dados são também reveladores.

A bancada parlamentar mais envelhecida é mesmo a do Partido Socialista.

Veja-se em comparação:

- PCP – 41,7 anos.
- CDS-PP – 45 anos.
- PSD – 48,1 anos.
- BE – 48,8 anos.
- PS – 51,5 anos.

A nível Local, apesar da inexistência de dados totais, a sub-representação jovem tem sido um problema assumido por vários agentes políticos.

A este propósito, foi levada a cabo uma louvável iniciativa pelas federações distritais do PS e da JS e a Associação Nacional dos Jovens Autarcas Socialistas do Porto, que assinaram o

Pacto entre Gerações, para que as listas socialistas nas referentes autárquicas tivessem uma maior participação jovem.

Importa recuperar e reflectir sobre as declarações proferidas a 20 de Junho de 2013 à agência Lusa, pelo à data líder da Federação Distrital do Porto da Juventude Socialista, Tiago Barbosa Ribeiro: “a federação distrital do PS dá a uma reivindicação, a uma chamada de atenção para que as listas do PS nas próximas autárquicas no distrito do Porto tenham uma maior participação jovem”, não sendo esta uma “reivindicação no sentido aparelhista do termo”. “Perante uma avaliação do número de jovens que tínhamos nas últimas autárquicas no distrito do Porto, este era de facto um número muito baixo. Em todos os concelhos temos muito jovens, sejam ou não militantes do PS, sejam ou não militantes da JS, que têm os seus percursos profissionais, a sua vida, mas que têm dado um contributo para a participação nos projetos autárquicos nos vários concelhos do distrito”.

Para o líder da estrutura, “nomeadamente nas áreas em que eles têm vindo a intervir, os jovens devem, em listas para assembleias municipais, para as vereações, para as assembleias de freguesia e juntas de freguesia, ser também os protagonistas do projeto autárquico e não apenas espetadores ou porta-bandeiras de quatro em quatro anos”.

Devemos ainda assinalar que excelentes exemplos nos rodeiam, inclusive em cargos unipessoais de elevadíssima responsabilidade.

Matteo Renzi foi eleito primeiro-ministro de Itália com 39 anos; Taavi Rõivas primeiro-ministro da Estónia com 34 anos; Najat Vallaud-Belkacem ministra dos Direitos da Mulher, das Cidades, da Juventude e do Desporto com 36 anos em França; Sebastian Kurz ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria com 28 anos; Gabriel Wikstrom ministro da Saúde da Suécia com 29 anos;

E porque não referir ainda Pablo Iglésias, com 35 anos e líder do Podemos em Espanha ou Alexis Tsipras, com 40 anos e líder do Syriza, na Grécia.

Independentemente das suas simpatias ideológicas e da eventual e subjectiva competência para os cargos que desempenham, em nenhum destes casos, e nos mais variados e insuspeitos países europeus, a idade representou um preconceito na altura da escolha.

Ao olharmos para esta lista não podemos evitar pensar que em Portugal esta realidade parece-nos quase inalcançável.

Esta análise, ainda que perfunctória, permite-nos concluir que há um largo caminho a seguir na redefinição da postura do Partido Socialista perante o papel dos jovens na sua estrutura.

Em sentido mais lato, não chega dizer que queremos que os jovens se revejam e votem no Partido Socialista, apenas porque as suas bases ideológicas serão aparentemente as mais atractivas para esta faixa etária, como tendencialmente se demonstrariam os movimentos de esquerda.

É preciso mais, é preciso assegurar a sua efectiva representação.

Constatamos e insistimos no nosso discurso político que estamos perante a geração mais qualificada, mais informada, mais preparada, e que esta constitui um enorme potencial que o Partido Socialista não pode desperdiçar, inclusive perdendo esta valiosa massa crítica para outros movimentos ou partidos políticos que a saberão valorizar.

Revela-se essencial promover a emergência de novos quadros políticos, com elevada qualidade e novos protagonistas que permitam uma tão necessária e exigida renovação política e dos seus agentes.

É neste sentido que vimos, na presente Moção Sectorial, propor a celebração de um Contrato Intergeracional entre a Juventude Socialista e o Partido Socialista.

Neste documento, deverá ser, preferencialmente, acordado um valor de representação mínima de jovens até aos 35 anos, independentemente da sua militância na Juventude Socialista ou Partido Socialista, que proporcione um aumento da representação dos jovens em relação aos números apresentados nas listas mais recentes do Partido Socialista à Assembleia da República, Parlamento Europeu e Autarquias Locais.

Deverá ainda ser levada em consideração a ordenação dos jovens na lista, evitando o expediente evasivo de colocar jovens em lugares previsivelmente não elegíveis.

Este Contrato Intergeracional deverá ter um carácter dinâmico e ser celebrado anteriormente a cada eleição e avaliado posteriormente, permitindo perceber se o mesmo obteve os resultados positivos desejados e quais as necessárias revisões.

A presente Moção não avança, propositadamente, com valores que pudessem balizar ou limitar a negociação futura com o Partido Socialista, que deverá ser feita segundo um espírito de abertura, tendo como objectivo último um efectivo aumento da representação jovem já nos próximos horizontes eleitorais.

Sabemos o quanto é controversa a previsão de uma eventual criação de quotas, bastando a referência aos debates originados na Lei da Paridade ou dos contingentes especiais de ingresso no ensino superior, embora se deva assinalar previamente que de nada interessa generalizar um posição sobre o temática das discriminações positivas sem atender às particulares circunstancias de cada caso concreto e aos parâmetros quantitativos apresentados, que poderão nem sempre ser razoáveis.

Contudo, a própria referência a uma discriminação positiva parece muitas vezes enfermar de um preconceito à partida: a de que estamos perante a promoção de uma desigualdade em nome de um qualquer interesse reivindicativo.

De facto, nada de mais falso, trata-se simplesmente de procurar uma justa igualdade, corrigindo um desequilíbrio (que se espera estar já acima demonstrado e nos parece comumente aceite) entre a composição do universo eleitoral e a composição dos representantes eleitos, sempre orientado pela necessidade actual de renovação dos quadros políticos e de regeneração do sistema político.

Acrescente-se, não se trata de um pacto que tenha no horizonte apenas impulsionar a participação jovem na política, invertendo o actual sentido descendente, mas visa sobretudo dar seguimento ao empenho, qualidade, preparação e mérito que já tantos jovens portugueses demonstram quotidianamente na sua actividade partidária, cívica e profissional.

Desejamos também que a necessidade da realização deste Contrato Intergeracional se esvazie no tempo e que a presença de jovens se interiorize como uma necessidade essencial à sustentabilidade de um projecto político com a ambição e abrangência do Partido Socialista.

Acreditamos que é da soma de diferentes sensibilidades que se construirá um projecto político verdadeiramente forte, sólido e credível, que a todos defenda mas que a todos inclua.

Poderá parecer-nos questão de somenos problematizar estas questões nos tempos de excepção que atravessamos, mas o sistema democrático é um processo dinâmico e cujo aprofundamento e melhoramento deverá sempre ser tido como uma prioridade entre os seus intervenientes.

Quando nos referimos a uma efectiva representação jovem nas listas do Partido Socialista temos apenas em vista melhorar os nossos mecanismos de efectivação da democracia representativa e participativa, que modela o nosso sistema político.

O aperfeiçoamento do sistema democrático, tornando-o mais justo ao nível da representação da população, não aproveita a um determinado grupo mas privilegia a sociedade entendida como um todo.

Não temos dúvidas que esta geração e a Juventude Socialista não fugirão a este debate e que saberão, em conjunto, encontrar os meios que permitam a reconciliação entre os portugueses, os seus jovens e a política entendida como o acto nobre de participar na vida pública, nunca o privilégio de alguns mas uma responsabilidade de todos.

Ultrapassamos uma época de claro descontentamento da sociedade perante o sistema político e os seus clássicos protagonistas, os partidos políticos e os seus agentes.

Este é um diagnóstico já interiorizado socialmente e este descrédito encontra especial reflexo no pronunciado afastamento entre a sociedade e os partidos políticos, que preocupa também muitos daqueles que se propõe a prestar um contributo cívico no seio de um partido político.

A presente moção debruçou-se sobre um problema particular: a crise de representação dentro dos partidos políticos.

O Partido Socialista tem protagonizado importantes reformas do sistema político, no entanto, entendemos existir uma preocupante sub-representação dos jovens nas listas do PS, nas mais recentes eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas.

Revela-se essencial promover a emergência de novos quadros políticos com elevada qualidade e novos protagonistas que permitam uma tão necessária e exigida renovação política e dos seus agentes.

É neste sentido que vimos, na presente Moção Sectorial, propor a celebração de um Contrato Intergeracional entre a Juventude Socialista e o Partido Socialista.

Neste documento, deverá ser, preferencialmente, acordado um valor de representação mínima de jovens até aos 35 anos, independentemente da sua militância na Juventude Socialista ou Partido Socialista, com especial preocupação pela ordenação das listas e que proporcione um aumento da representação jovem em comparação aos números apresentados nas listas mais recentes do Partido Socialista à Assembleia da República, Parlamento Europeu e Autarquias Locais.

O aperfeiçoamento do sistema democrático, tornando-o mais justo ao nível da representação da população, não aproveita a um determinado grupo mas privilegia a sociedade entendida como um todo e é um debate a que a Juventude Socialista não fugirá

e saberá encontrar os meios que permitam a reconciliação entre os portugueses, os seus jovens e a política.

1.º Subscritor: Hugo Carvalho Gonçalves, Póvoa de Varzim

A Regionalização na agenda política: o seu contributo decisivo para uma verdadeira reforma do Estado

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa estabeleceu a criação de regiões administrativas como forma de contrariar a tradição de um Estado centralista. Apesar de estarem constitucionalmente previstas, as regiões administrativas não foram até hoje instituídas. Assim, décadas depois, continua por cumprir a democracia territorial.

Como se não bastasse, com a revisão constitucional de 1997, a instituição das regiões passou a ser obrigatoriamente alvo de referendo. Um ano depois, uma consulta popular, que acabou por não ser vinculativa, rejeitou a regionalização e o mapa proposto para o país. Deparamo-nos, assim, com um paradoxo: a mesma Constituição que ordena a criação de regiões administrativas, introduziu um mecanismo de criação das mesmas que as inviabiliza.

O centralismo e o municipalismo têm sido, tradicionalmente, os dois principais pesos na balança do poder em Portugal. Talvez por isso a regionalização seja permanentemente colocada à margem, conferindo-se primazia ao nível territorial local e nacional, ignorando-se um nível intermédio de governação de importância fulcral.

O Partido Socialista, como partido de governação, tem tido, ao longo das últimas décadas, muitas responsabilidades no que a este processo diz respeito, seja no plano das virtudes ou no plano das vicissitudes que têm caracterizado a discussão do tema. Permanece uma certeza: a falta de vontade. Tem faltado vontade aos partidos, mas também tem faltado vontade aos políticos. Não escondamos a realidade. Na verdade, a regionalização nunca foi causa de grandes divergências ideológicas, mas antes um instrumento de arremesso sempre que os partidos de poder se encontram na oposição. Assim que assumem

responsabilidades governativas, os partidos têm adiado o processo por razões circunstanciais que reduzem a regionalização ao eterno plano teórico e retórico. A descentralização do aparelho do Estado poderá não servir os interesses instalados e as estratégias de poder e, por isso mesmo, será mais do que pertinente que seja discutida no momento atual, agora que se pretende uma verdadeira mudança da estruturação do poder público.

Numa altura em que se fala constantemente em reforma do Estado, é importante não deixar cair por terra este tema. Se queremos reformar verdadeiramente o Estado, a regionalização tem de estar no centro deste processo de mudança. É premente que se coloque a regionalização na agenda política!

Repare-se que, a nível europeu, os países com maior índice de desenvolvimento têm demonstrado como a implementação das regiões administrativas pode ter impacto no crescimento económico, na democracia participativa ou na própria eficácia do funcionamento do Estado. Referimo-nos, portanto, a uma regionalização funcional, que deverá ser centrada no desenvolvimento económico inter-regional, combatendo as disparidades existentes, dando voz e poder a todas as regiões de forma igualitária e democrática, respeitando, ao mesmo tempo, as especificidades e os equilíbrios regionais no crescimento e desenvolvimento do país. Não se duvide que um país mais equilibrado do ponto de vista territorial será, muito provavelmente, um país mais desenvolvido.

Não pode ainda ignorar-se que a discussão não se circunscreve às regiões administrativas por si só, ainda que estas possam, e devam, assumir um particular destaque. O processo deve incluir, efetivamente, uma reflexão alargada sobre a organização territorial do Estado em Portugal, acompanhada de estudos que já existem e que devem servir de base para a discussão, ao invés de posições políticas vincadas por circunstâncias. O problema deve chamar a si outras discussões. Pense-se, por exemplo, no papel que as freguesias devem assumir na nossa organização administrativa: que balanço se pode já fazer da reforma administrativa de 2013 e que futuro terão as freguesias num cenário de verdadeira regionalização? Ao nível supramunicipal, foram criadas entidades que chamaram a si algumas responsabilidades que seriam da competência das regiões administrativas. No caso das Comunidades Intermunicipais, das Áreas Metropolitanas e mesmo das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, é necessário que se repense as suas competências, a sua existência ou se poderão ser, ou não, pontos de partida de um efetivo processo de regionalização.

Implementar a regionalização também significa respeitar devidamente o princípio da subsidiariedade. Tal princípio evita que as decisões se concentrem num único nível de

poder e garante que as políticas sejam concebidas e aplicadas ao nível mais apropriado¹⁷. Sinteticamente, afirma-se que o que pode ser resolvido localmente, não deve ser decidido a um nível administrativo superior. O princípio da subsidiariedade é central: queremos ou não aproximar os cidadãos das decisões? Queremos ou não melhorar a democracia participativa e reforçar a legitimidade democrática das nossas instâncias governativas (centrais, regionais e locais)?

Por fim, não se ignore que, no contexto europeu, são as regiões e os municípios que executam cerca de 70% da legislação comunitária, o que evidencia não só a urgência de se racionalizar estruturas, mas acima de tudo de lhes conferir maior eficácia política e reforçar a sua legitimidade democrática.

Conclusão

Há questões que devem ser colocadas e exigências que devem ser feitas. Acima de tudo, é oportuno e imprescindível o debate sobre a implementação das regiões administrativas. Assim, propõe-se que a Juventude Socialista assuma um papel ativo, que esteja na linha da frente da discussão de uma verdadeira reforma do Estado que inclua a regionalização como ponto essencial. Não há reforma do Estado sem regionalização.

A Juventude Socialista tem agora a oportunidade e a obrigação de colocar na linha da sua atuação, e como uma das suas prioridades, a discussão da instituição efetiva da regionalização. Propomos assim a criação de um fórum de âmbito nacional que relance a discussão, que assuma a dianteira e que alerte o Partido Socialista para a necessidade de um efetivo cumprimento daquilo que tem vindo a defender desde a sua génese.

1.º Subscritor: Tiago Edmundo Teixeira Moreira, Marco de Canaveses

Pela integração transparente e igualitária dos professores das AEC

Depois do conturbado e vergonhoso arranque do ano escolar 2014/2015 e da continua falta de dignidade com que os professores têm sido tratados nos últimos anos, tendo em consideração o desemprego que tem afectado o sector, afectando por isso muitos jovens

¹⁷¹⁷ Cfr. Livro Branco sobre a Governação Multinível do Comité das Regiões da UE

licenciados, é urgente agir em defesa dos professores, dos alunos e da sustentabilidade da escola pública.

Serve esta moção sectorial para tratar e expor, especificamente, a situação dos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). As AEC são actividades não curriculares, disponibilizadas pelo Ministério da Educação a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico, com o objectivo de complementar os programas das disciplinas curriculares e adaptar o tempo de permanência das crianças na escola às necessidades das famílias. Integram aulas de Inglês, Música e Actividade Física e, em alguns casos, Terapia da Fala.

A coordenação e processos de recrutamento das AEC está, actualmente, a cargo dos agrupamentos escolares, segundo o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho (art. 10º n.º 2 e 3). Verificamos que os professores titulares têm preferência na selecção para as AEC e que os horários das AEC foram drasticamente reduzidos para beneficiar esses professores, aumentando assim o desemprego no sector. Atendendo à mais recente proposta feita pelo Ministro da Educação aos municípios, não se prevêem melhorias, mas o aumento de professores desempregados.

Actualmente, no concelho de Vila Verde, são disponibilizados horários de 5 horas por semana. 1 hora por dia. Cada turma tem direito a 2 horas semanais (no caso da Actividade Física), o que implica que uma das turmas tem dois professores para a mesma actividade em dias diferentes - sistema que prejudica o trabalho dos professores e prejudica os alunos. Neste momento, existem ainda escolas sem professores nas AEC. Os professores que aceitam os horários disponíveis são obrigados a ficar com as turmas sem professor, comprometendo o seu desempenho e assumindo maiores responsabilidades sem receberem por isso. As colocações são efectuadas tarde, à semelhança do sistema nacional. Os contratos são assinados no final do ano, sendo que o recibo do vencimento é o único comprovativo da actividade.

Esta situação é inadmissível e um mau exemplo por parte do governo e das escolas. Consideramos urgente agir em defesa destes professores, atendendo à instabilidade dos contratos a prazo, ao desemprego que afecta a classe e à sua maior incidência sobre jovens professores.

Os agrupamentos são compostos por professores e não dão o exemplo na defesa da dignidade de toda a classe, promovendo a precariedade e a desigualdade. A vergonha das colocações dos professores titulares colocou no esquecimento as problemáticas das AEC, no entanto é necessário agir. Agir no parlamento e junto do Ministério da Educação, agir

junto dos Conselhos Municipais da Juventude e dos Conselhos Municipais da Educação, agir junto dos Agrupamentos Escolares.

Os Agrupamentos, os Municípios e o Governo devem dar o exemplo na defesa e implementação da igualdade, condição fundamental do estado democrático. A Juventude Socialista deve contribuir para devolver a dignidade aos professores, combatendo a precariedade e a desigualdade.

1.ª Subscritora: Joana Macedo, Vila Verde

Isenção do pagamento de portagens para Empresas Exportadoras do Interior

“Exportar deveria ser o verbo mais pronunciado da nossa economia. Quanto mais cedo interiorizarmos esta missão, mais cedo perceberemos que existe uma luz ao fundo do túnel.” – Dizia, em 2012, José Mendes, Vice-Reitor da Universidade do Minho (uma das universidades Portuguesas mais dinâmicas e mais reconhecidas internacionalmente). O tecido empresarial português, ao longo dos últimos anos, tem feito eco desta posição e com esforço conseguiu que em 2012, e pela primeira vez desde 1943, o país tivesse um saldo favorável das exportações sobre as importações.

Porém, para se atingirem estes resultados, na actual situação do país, as empresas debatem-se e lutam todos os dias contra diversas dificuldades e desafios, que se estendem desde o aumento de impostos determinado pela Troika até ao aumento dos preços da água, electricidade e combustíveis, com claro impacto nos custos de produção, continuando-se na permanente necessidade de inovação com qualidade e prolongam-se na grande concorrência que têm de enfrentar num mercado globalizado.

Observando com particular atenção as diferentes regiões, à luz dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (relativos a 2013) da taxa de cobertura das importações pelas exportações, verifica-se que, ao contrário do que muitas vezes se acredita, boa parte dos concelhos do interior do país apresentam valores de exportação

superiores aos das importações, que constituem excedentes positivos e contribuem para o equilíbrio da balança comercial e sustentabilidade da economia nacional. Porém, os valores em causa, na maioria, são ainda bastante baixos e o seu aumento deve ser incentivado, por forma a aproveitar todo o potencial que existe nos diversos locais do nosso país, mas também para manter e criar postos de trabalho que em última instância permitem a fixação das pessoas, tão necessária nos dias que correm para combater a desertificação que se vem verificando e arrastando ao longo do tempo.

No caso das empresas situadas no interior do país, para além das dificuldades enumeradas atrás, acrescenta-se ainda à lista, pelo menos, mais um obstáculo a ultrapassar: o transporte dos seus produtos até aos pontos de recolha para posterior exportação.

Para se conseguir colocar produtos no mercado internacional há várias opções: a via ferroviária, a via aérea, a via marítima e a via rodoviária. A via ferroviária nas regiões do interior encontra-se, neste momento, em grande parte, desmantelada e portanto não se afigura como opção. A via aérea está geralmente, também, posta de parte para quem reside no interior, uma vez que aí existem poucos aeroportos e os que existem não são habitualmente usados para transporte de mercadorias, sendo necessário, para viabilizar esta opção, levar os produtos, por terra, até aos grandes centros litorais, como são as áreas metropolitanas de Porto e Lisboa. A via marítima, opção muitas vezes escolhida pelas grandes quantidades de mercadorias que permite transportar a longas distâncias com baixos custos, está igualmente condicionada pela necessidade de transporte via terrestre até aos portos situados, naturalmente, no litoral. Por seu turno, a via rodoviária representa mais um desafio: por um lado o interior, como porta de Portugal para a Europa, faz fronteira com Espanha e pode obviamente exportar por aí, mas na prática são necessárias quer melhorias nos itinerários já existentes, quer a construção de novos troços para facilitar esta opção. Por outro lado, quando a opção mais favorável, para exportar a grandes distâncias, for (e frequentemente é) a via marítima ou a via aérea, é necessário o transporte rodoviário de mercadorias até ao litoral, que é feito através de auto-estradas que já são ou irão ser portajadas.

Assim, e levando em consideração a posição conjunta tomada, em 2011, pelas Federações de Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu e Castelo Branco (quando escreveram uma carta ao Ministro da Economia, contra a introdução de portagens nas auto-estradas A23, A24, A25 e em toda a extensão da A4, devido à falta de alternativas viáveis e ao consequente impacto na competitividade das regiões), propõe-se, agora, isentar as empresas exportadoras do interior do pagamento de portagens, com o objectivo de diminuir os encargos relativos aos custos de produção e promover a liquidez financeira, o que poderá ter impacto no reforço da posição de mercado face à concorrência e na manutenção dos

postos de trabalho. Com esta medida, promover-se-ia uma maior igualdade de oportunidades que deve existir entre todos os cidadãos, havendo assim uma maior equidade no acesso às oportunidades de exportação entre empresas do interior e do litoral.

CONCLUSÃO

São diversas as dificuldades que as empresas em geral têm enfrentado nos últimos anos, desde o aumento de impostos e encargos de produção até à necessidade de inovação com qualidade e à concorrência no mercado.

No caso das empresas exportadoras situadas no interior têm ainda mais uma dificuldade, que é o transporte até aos pontos de recolha para exportação que habitualmente se situam no litoral, o que sobrecarrega ainda mais as suas despesas, afectando o preço final dos seus produtos e portanto a sua posição no mercado globalizado. Nesse sentido, propõe-se isentar estas empresas do pagamento de portagens no transporte das mercadorias para exportação até portos ou aeroportos, promovendo uma maior equidade de oportunidades entre litoral e interior e dando um pequeno contributo para a redução de custos, que permitam uma maior liquidez financeira às empresas, já que no seu grosso são de pequena e média dimensão e portanto esta proposta pode fazer alguma diferença na sua competitividade.

1.ª Subscritora: Sara Isabel Gomes Raposo, Miranda do Douro

Por um Ensino Superior para todos!

Na última década temos assistido ao aumento da propina máxima no ensino superior, passando de um valor de 650 euros, para os actuais 1067,85 euros. A promessa de Durão Barroso que nenhum aluno abandonaria o ensino superior por falta de condições económicas esbate-se com as centenas de alunos que todos os anos abandonam o ensino superior por falta de recursos. O motivo é simples, a política de propinas como fonte de financiamento do ensino superior, e de bolsas de estudo como garante do acesso a todos, é inconsequente e simplesmente não funciona.

Na maior parte dos institutos superiores as bolsas de estudo são atribuídas através de cálculos aritméticos, sem qualquer tipo de entrevista pessoal, não tendo em conta os sinais exteriores de pobreza ou de riqueza. Também o facto de um aluno só depois de colocado, já com as aulas a decorrer, e muitas vezes quase no final do semestre ter uma resposta relativamente à sua bolsa, faz com que milhares de alunos não se candidatem ao ensino superior por não possuírem recursos económicos para suportar os seus primeiros tempos de faculdade. Mesmo os poucos que têm acesso a bolsas de estudo não vêm as suas necessidades totalmente satisfeitas, limitando-se, na melhor das hipóteses, ao pagamento de propinas, residência, transporte e pouco mais. É assim necessário que as bolsas de estudo apoiem também o agregado familiar do aluno, criando-se dessa maneira as condições socioeconómicas no agregado para que o aluno se dedique à frequência do seu curso de corpo e alma.

Mesmo aqueles que sem acção social conseguem, com muito sacrifício, ingressar e manter-se no ensino superior, muitas vezes submetem a sua candidatura, não com base na sua média, nem na oferta curricular, mas sim com base no valor da propina máxima e na forma de pagamento da mesma. É assim imperativo que todas as faculdades possuam a mesma forma de pagamento, nomeadamente mensal, trimestral, semestral, ou anualmente, ficando ao critério do aluno escolher a forma que melhor se adequa à sua situação financeira. Isso faria com que os institutos superiores se diferenciassem apenas pela sua oferta curricular, e qualidade de ensino.

Neste momento estamos a caminhar a passos largos para um ensino superior, não com os nossos melhores jovens, mas sim com aqueles que têm condições socioeconómicas para o poder frequentar. Para um futuro sustentável para o nosso país é fulcral que os nossos melhores jovens frequentem o ensino superior. Por isso, é obrigação do país garantir que quem queira estudar tenha as ferramentas para tal, e que ninguém seja impedido por não ter condições económicas.

O NES ISCSP propõe assim os seguintes pontos:

- A JS defenda a diminuição da propina máxima para o valor de um ordenado mínimo nacional, fazendo cumprir o artigo 74^a, número 2, alínea e) da CRP em que cabe ao Estado “Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino”
- A JS defenda o passe estudante, para qualquer aluno do básico, secundário e superior;
- A JS defenda a criação de legislação que abra uma excepção no regime de autonomia dos institutos superiores, uniformizando a forma de pagamento das propinas

fazendo com que todas as faculdades possuam, obrigatoriamente, à escolha do aluno as modalidades de pagamento das propinas mensal, trimestral, semestral, ou anualmente;

- A criação de um grupo de trabalho de forma a estudar uma reforma na acção social, que tenha como pilares melhorar os critérios de atribuição das bolsas de estudo, melhorar o processo de candidatura à bolsa para que o aluno receba a resposta à mesma no ato da colocação e, por fim, melhorar o conteúdo da acção social ficando abrangida também a ajuda ao agregado nos casos de carência extrema.
- É imperativa a inclusão destes pontos no programa eleitoral das próximas eleições legislativas, sendo urgente que o ensino superior se torne, uma vez mais, uma das principais bandeiras socialistas.

1.º Subscritor: Rui Camara, Lisboa

Em Defesa do Ensino Público

Recuemos aos anos 60 quando o analfabetismo afetava mais de 1/3 da população portuguesa em contraposição com os 5,2% apurados no último censo realizado em 2011.

Atendendo a este simples indicador demográfico para aferir a evolução do sistema educativo nacional é indiscutível o seu sucesso.

Recordemo-nos que, há algumas décadas atrás, um mero exame da 4ª classe (hoje ressuscitado por saudosistas do conceito “No meu tempo é que era bom”) marcava indubitavelmente quem deveria prosseguir os seus estudos e a quem simplesmente bastavam os conhecimentos básicos para prosseguir a sua já fadada vida.

Evidentemente, que o fator económico tornava-se uma variável determinante nesta seleção, perpetuando divergências socioeconómicas e culturais na sociedade portuguesa, imprescindível na manutenção do lema “Pobrezinhos, obedientes e humildes” tão prezado pelo regime fascista.

A instauração da democracia no país (embora, já em 1970, o Professor Veiga Simão tivesse aprovado algumas medidas educativas de carácter modernizador) vem enfatizar ainda mais a necessidade de permitir o desenvolvimento/acesso igualitário dos vários jovens provenientes dos diferentes estratos sociais às suas aspirações académicas/profissionais e, subseqüentemente, habilitar Portugal com recursos humanos altamente qualificados, permitindo simultaneamente atenuar o hiato socioeconómico nacional.

No Artigo 73º da Constituição da República Portuguesa o estabelecimento destes princípios é inequívoco. A Educação é um direito universal, encontrando-se o Estado incumbido de promover a democratização do ensino, essencial na formação de uma sociedade mais justa, igualitária, tolerante e democrática.

A “LIBERDADE DE ESCOLHA”

A escola pública tem-se apresentado, portanto, como um dos pilares essenciais da nossa democracia, competindo ao Estado a responsabilidade de assegurar um ensino de qualidade para todos, crianças/jovens, independentemente das suas origens socioeconómicas.

Contudo, o paradigma da Educação enquanto serviço público, ou seja, o Estado ser o verdadeiro protagonista na concretização do ensino nacional encontra-se presentemente, ameaçado. O atual Governo, com o Ministro da Educação, Nuno Crato, como principal porta-voz deste ideal, sugere a necessidade de conceder progressivamente maiores privilégios ao ensino privado. Assim, advoga-se uma crescente transição de competências educativas a este sistema de ensino, em nome de uma suposta “liberdade de escolha”.

Citando o ex-Presidente do Conselho de Escolas, Manuel Esperança, “A questão da liberdade de escolha é muito bonita mas a realidade é diferente. Em algumas escolas há muito mais procura do que oferta e é muito complicado garantir que todos os filhos estão na escola que os pais querem.” Muitos destes estabelecimentos privados, nomeadamente, os que ocupam lugares cimeiros nos rankings escolares, realizam uma minuciosa seleção de alunos, o que obviamente desacredita a convicção de que qualquer criança/jovem poderá frequentar a instituição que a sua família deseja.

Saliente-se, igualmente, que o denominado cheque-ensino, que garantiria a potencial liberdade de escolha escolar, incluiria somente a mensalidade dos alunos, excluindo despesas extra associadas aos estabelecimentos privados nomeadamente farda, alimentação e atividades extracurriculares, o que sugere que continuaria a competir às famílias fazer face aos avultados custos relacionados com o ingresso dos seus filhos nestas instituições.

A par deste favorecimento dirigido ao sector educativo privado, observa-se o deterioramento dos apoios concedidos ao sector público. Estima-se que cerca de 40 000 professores foram dispensados entre 2011 e 2013. Por outro lado, apurou-se que em 2013 apenas 3,8% do PIB era investido na área educativa, colocando Portugal abaixo de países como a Indonésia.

As consequências deste desinvestimento são perceptíveis por todos: a proliferação de turmas que aglomeram mais de 30 alunos por sala de aula; a existência de auxiliares e professores insuficientes; a execução de obras em estabelecimentos de ensino com término desconhecido e que obrigam os alunos a confinar-se a salas pré-fabricadas e a degradação de equipamentos e instrumentos com que se dotaram diversas escolas durante o Governo Socialista. Por conseguinte, verifica-se a tentativa deste Governo de Direita de mediocrizar e desprestigiar o ensino público e as habilitações dos seus utilizadores.

Ao abordar esta temática não posso deixar de mencionar a reportagem televisiva realizada pela jornalista Ana Leal (TVI), que pretendeu demonstrar a clara promiscuidade entre poder político e interesses privados que, normalmente, ocorre neste favorecimento concedido a estes estabelecimentos. Nesta reportagem, ficou patente como facilmente se desviam alunos, e consequentemente fundos públicos (pagos pelos nossos impostos), para instituições privadas mesmo que ao lado destes estejam construídas escolas públicas (mais bem equipadas/preparadas) e com capacidade para acomodar mais alunos. Saliente-se, portanto, a perversidade da intromissão governativa no domínio do ensino privado, que não deveria fazer parte da sua competência para além da sua necessária regulação.

A Educação de uma nação determina a qualificação dos seus recursos humanos essencial para o seu desenvolvimento económico, permite a formação de cidadãos conscientes, cultos, conhecedores dos seus direitos/deveres garantindo uma democracia plena e são, e, subsequentemente, a atenuação dos níveis de desigualdades em diversos domínios.

Sumarizando, a Educação é o alicerce sobre o qual se constrói o futuro de um país e somente um sistema educativo público poderá garantir a plena democratização do ensino.

Não podemos permitir que a Educação seja mercantilizada. Que o Ensino se baseie na lógica de otimização do Lucro e não na qualidade da transmissão de conhecimentos, habilidades e no acesso igualitário a todos os jovens/crianças.

Um sistema educativo fundamentalmente privado gerará uma crescente disparidade entre um ensino privado elitista e segregador e um ensino público “guetizado”, que

proporcionará às camadas mais vulneráveis da sociedade um ensino de débil, condenando o futuro destes jovens e do próprio país.

Considero também necessária a revisão do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, nomeadamente, no que se refere ao financiamento proveniente do Erário Público a estabelecimentos privados cujos efeitos no aumento da qualidade do ensino e na igualdade de acesso dos alunos não se coadunam com os princípios constitucionais nem com os ideais socialistas.

Os fundos públicos devem e terão de ser destinados ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da Escola Pública, garantindo um ensino universal de qualidade e para todos.

Se qualidades poderão ser reconhecidas em estabelecimentos privados comparativamente a algumas instituições públicas então investamos/empreendamos/ajamos para que alunos e escolas obtenham estas mesmas condições, para que todos tenham a mesmas oportunidades.

Competirá sempre a uma Juventude Socialista defender a Escola Pública.

1.ª Subscritora: Guida Parreira, Faro

Direito à Habitação

Caros Camaradas,

É sabido que o clima recessivo da economia portuguesa, as dificuldades de financiamento no sector bancário e a crise das dívidas soberanas europeias continuam a ter repercussões de assinalável dimensão nos mercados nacionais.

Nas áreas da educação, da saúde, reforma e segurança importa realçar que tais tarefas não são um exclusivo do Estado, cabendo-lhe um papel ativo e impulsionador na procura de uma convergência de esforços com outras instituições privadas para fazer face à complexa situação atual. Não se tratará de uma transferência de poderes e/ou deveres do

Estado, mas sim de assumir uma responsabilidade conjunta que permita encarar as dificuldades com um maior otimismo no futuro.

A sociedade portuguesa enfrenta atualmente uma realidade caracterizada por precariedade, por baixos salários, por instabilidade e insegurança na sua vida pessoal e profissional, em que uma grande maioria da população se depara com dificuldades quer no arrendamento quer na aquisição de habitação própria.

Esta situação é mais grave e com maior acentuação nas camadas mais jovens e desfavorecidas da população, sendo o emprego e a habitação determinantes para a sua emancipação e independência. Segundo a Constituição da República Portuguesa, no seu 65º artigo, “Todos têm o direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto”, e como tal, urge a necessidade de uma rápida intervenção por parte do Estado, no sentido de tornar este direito uma realidade ao alcance de todos os cidadãos portugueses.

A necessidade de uma rápida intervenção do Estado, nunca poderá ser feita a nível individual, sendo que a interligação entre o Estado e Banca, parece ser o caminho mais viável para a execução de medidas que permitam o direito à habitação um direito ao alcance de todos. O papel da Banca, deverá acima de tudo passar pela adoção de medidas de forte carácter social, no que toca ao crédito à habitação.

De acordo com o Decreto-lei n.º 58/2012, artigo n.º1, a presente lei deverá criar um regime extraordinário de proteção dos devedores de crédito à habitação que se encontrem em situação económica muito grave. Todos sabemos que esta lei apenas está presente no papel, porque segundo os últimos dados que temos assistido, no terceiro trimestre deste ano, havia mais de 150.970 famílias em incumprimento bancário. Assim sendo, existem agora mais 5.199 famílias em incumprimento que no início de 2014. Em termos homólogos, é possível concluir que a situação de incumprimento se agravou, dado que no início do ano transato, havia 146.195 agregados familiares que não tinham conseguido pagar a mensalidade ao banco pelo crédito à habitação contratado. De acordo com o Relatório de Supervisão Comportamental, publicado no final de Agosto, no primeiro semestre deste ano, os bancos aceitaram apenas 54 dos 270 pedidos de acesso, recusando 216 requerimentos, por não ter sido demonstrado o preenchimento dos critérios legalmente definidos. Em comparação com o ano transato, relativo a dados provenientes de Setembro de 2013, demonstram que 20 bancos receberam 1.626 requerimentos de acesso a este regime, relativos a 1.486 contratos de crédito, recusando cerca de 80% dos pedidos apresentados, por falta de entrega pelos clientes de documentos que provassem o cumprimento das condições de acesso.

Embora as medidas já tenham sido implementadas, estas carecem de modificações, pois existem lacunas que não permitem, nem o despacho da imensa quantidade de pedidos que chegam regularmente aos bancos, bem como a aceitação destes. Embora o atual Governo, considere esta uma medida de sucesso, e acima de tudo um processo bem-sucedido, os números falam por si, e é clara uma enorme disparidade de factos.

Cremos que os Camaradas aqui presentes concordarão que a Juventude Socialista, deverá ter uma voz ativa, junto do nosso Partido, na alteração deste diploma, apresentando propostas concretas e ajustada à realidade da vida dos portugueses, pois falamos de uma matéria sensível a qualquer cidadão e que afeta um dos principais direitos sociais das modernas sociedades.

1.º Subscritor: António Costa, Abrantes

Por um sistema de educação do século XXI

A «educação» sempre foi, e continuará a ser, um tema muito próximo dos movimentos e partidos de Esquerda. A Educação é o melhor veículo de mobilidade social que uma sociedade tem e é esta crença na mobilidade social que está no centro da nossa ideologia social-democrata e progressista.

Assumindo a importância da educação, no seu sentido lato, para a sociedade,

Reflectindo sobre o facto das políticas de educação serem, quase sempre, políticas de formação,

Tendo em conta que a entidade «educação», pressupõe uma abordagem muito mais abrangente e integrada do que o conjunto de formações ao longo da vida e apesar de esta reflexão não ser nova ou original, nunca tem passado disso mesmo – de uma reflexão,

Acreditando na escola pública, na escolaridade obrigatória, na formação ao longo da vida, no ensino superior e politécnico, nas escolas profissionais, na felicidade, na igualdade de

oportunidades, nas segundas oportunidades, na mobilidade social e também no poder transformativo de um sistema de educação,

Pressupondo que uma visão para a educação de uma sociedade deve ser holística, detalhada, completa e consequente, tendo por base um conjunto de crenças e objectivos definidos com clareza,

Sabendo que este tema é complexo e deve ser reconhecido como tal, sem poupança nos esforços de debate, discussão, esclarecimento e contraditório,

Submetemos as seguintes propostas ao XIX Congresso Nacional da Juventude Socialista:

1. Reconhecer a importância do tema como pilar da sociedade, tanto na comunicação externa, proferindo opinião pública sempre que possível em assuntos sobre este tema, como na comunicação interna, valorizando o tema perante as estruturas descentralizadas,
2. Incluir o tema educação, numa das suas diversas ramificações ou no geral, em todos os fóruns de discussão, debates internos, congressos, gabinetes de estudos e outros momentos semelhantes da JS,
3. Implementar, no seguimento de algum do trabalho dos últimos dois anos, uma estratégia estruturada e ambiciosa para a aproximação da JS às entidades e instituições do ecossistema educacional, incluindo, mas não limitado a:
 - a. Associações de estudantes de ensino secundário, superior e profissional;
 - b. Sindicatos de professores;
 - c. Conselho de Reitores;
 - d. Conselhos Municipais de Educação;
4. Nomear um responsável/tutor pelo tema, no enquadramento do Gabinete de Estudos da JS, com o objectivo de garantir que é uma prioridade no desenvolvimento de know-how e argumentário interno,
5. Apresentar, no médio prazo, uma proposta completa e concreta de reforma do sistema de educação nacional, desde o ensino básico ao superior, acautelando e reflectindo sobre questões como, mas não limitado a:

- a. Estabelecimento claro dos pressupostos, objectivos e resultados desejados de um sistema que ambiciona ser de educação e não apenas de formação;
- b. Formação, acesso à carreira e estatuto profissional dos docentes;
- c. Organização estrutural e logística da rede pública de ensino, incluindo condições de acesso;
- d. Conteúdos e prioridades programáticas das escolas;
- e. Formas e objectivos da avaliação;
- f. Importância e integração da rede de escolas industriais e profissionais;
- g. Acção social e apoios, reconhecendo a família como parte integrante do sistema;
- h. Soluções para população escolar que não se encaixe nos métodos de ensino tradicional e formas de integrar no sistema, metodologias de ensino alternativo;
- i. Organização estrutural e logística da rede de ensino superior público e formas de acesso;
- j. Financiamento da rede pública de ensino superior e politécnico;
- k. Estrutura, tutela e financiamento da investigação científica;
- l. Implementação no sistema escolar, de programas de educação não formal que desenvolvam competências sociais e humanas e outros tipos de competências transversais;

1.º Subscritor: João Miguel Leal Figueirinhas Costa, Porto

Consumo de psicofármacos: que alternativa para o sistema de saúde?

Em Setembro de 2002 o INFARMED (Instituto Nacional da Farmácia e Medicamento) publicou um estudo onde analisava a evolução do consumo de antidepressivos em Portugal entre Janeiro de 1995 e Dezembro de 2001. Alertam para um consumo em elevado crescimento. De 1995 a 2001 o consumo total de antidepressivos teve um crescimento notável, com um aumento de 102,80% de embalagens dispensadas que se traduziram num aumento do encargo do Serviço Nacional de Saúde de 308,41%.

A Comissão Europeia em 2010, através do Eurobarómetro sobre Saúde Mental, revela que Portugal é o País da União Europeia com maior consumo de Antidepressivos: um em cada sete portugueses admite ter recorrido a terapêutica de antidepressivos. O dobro da média Europeia.

No início do presente ano (2014) o INFARMED publica novo estudo: “Psicofármacos: Evolução do consumo em Portugal Continental (2000 – 2012)” onde se constata um crescimento do consumo de 6% de Ansiolíticos/Sedativos e hipnóticos, de 240% Antipsicóticos e de 240% antidepressivos entre 2000-2012. O que, no caso dos ansiolíticos estes colocam-nos muito à frente face à Noruega, Dinamarca e Itália. Na terapêutica antidepressiva com valores semelhantes aos da Dinamarca, que se encontra em primeiro, mas distante da Noruega e Itália, com o terceiro e quarto lugar respetivamente. Nos antipsicóticos encontram-se os quatro países com valores muito similares.

Antes de se analisarem os encargos que estas terapêuticas tiveram para o SNS é preciso analisar as variáveis na comparticipação. Ou seja em 1999 é criado um Regime Especial de Comparticipação (REC) para Antipsicóticos e Antidepressivos: neste os Antipsicóticos e Antidepressivos pertenciam ao escalão de comparticipação A e B respetivamente aquando prescritos por um médico especialista (Psiquiatra ou Neurologista) e que o mesmo confirmasse por escrito que se tratava de um doente abrangido. Quando não indicado a comparticipação era pelo escalão C. Em 2001 existe um alargamento do REC não havendo necessidade de prescrição por especialista e mais tarde eliminação do REC e comparticipação pelo Escalão C e todos passaram a ser comparticipados pelo Escalão A (que comparticipa 90%).

Em 2007 ocorreram novas alterações no Escalão B que passou de participar 70% para 69% e o Escalão C de 40% para 37% (Escalões nos quais os fármacos em questão pertencem). No ano de 2010 houve uma dedução de 6% do preço do medicamento e alterações ao Sistema de Preços de Referência, alterações essas, que se podem traduzir

num menor custo para o SNS mas não pelos motivos exatáveis e sim devido a um maior consumo por parte da população Portuguesa.

Mesmo assim o SNS teve como encargos, em 2012, de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos custos que rondaram os 17 milhões de euros. No mesmo ano os encargos para antidepressivos para o SNS foram de 40 milhões aproximadamente e que devido à eliminação do REC se traduziu num encargo para o utente de 55 milhões aproximadamente. Já os antipsicóticos apresentam custos mais elevados: 60 milhões de euros.

Em Janeiro de 2012 o “Plano Nacional de Saúde 2012-2016” no capítulo de “Indicadores e Metas em Saúde” elaborado pela Direção Geral de Saúde é possível verificar a projeção para 2016, sem qualquer intervenção. As Regiões Norte, Centro e Alentejo são as regiões de maior dispensa de Ansiolíticos, Hipnóticos e Sedativos (102,2 Dose Diária Definida/1000 Habitantes/Dia; 96,6 DDD/1000 hab./Dia; 88,2 DDD/1000 hab./Dia respetivamente). E quanto ao consumo de Antidepressivos as regiões com maior dispensa em regime ambulatorio são: Região Alentejo, Centro e Lisboa e Vale do Tejo (171,9 Dose Diária Definida/1000 habitantes/dia; 134,1 DDD/1000 hab./dia; 120,5 DDD/1000 Hab./Dia respetivamente).

Em março de 2014 o Ministro da Saúde na Comissão Parlamentar de Saúde Sobre Política do Medicamento considera o “consumo excessivo de medicamentos” um problema de saúde pública e sublinha que “Não é normal este consumo excessivo de medicamentos”. A nosso ver trata-se de um problema de Saúde Pública mas a solução não passa por apenas constatá-lo.

São vários os estudos científicos que demonstram melhores resultados no tratamento de algumas doenças mentais através da psicoterapia ou na combinação de psicoterapia com terapêutica medicamentosa versus medicação apenas.

Desde 2013 que a Ordem dos Psicólogos Portugueses tem vindo a defender a criação do “Cheque-Psicólogo” em que o Estado comparticiparia uma parte da consulta. Este cheque daria a possibilidade do beneficiado escolher o local dentro dos aderentes para iniciar a sua terapêutica. Esta hipótese pode constituir uma alternativa mas não dá garantias de eficácia pois assume que todos os utentes possam suportar os custos ou que estejam pré dispostos a sujeitar-se a uma psicoterapia. Por outro lado coloca-se a questão da equidade de acesso. Sabemos que nem todas as Regiões do País têm Psicólogos na sua área de residência.

Para colmatar essas falhas o ideal seria recorrer ao SNS cobrando apenas as taxas moderadoras. Como apenas existem 567 psicólogos a exercer funções no SNS e desses apenas 45 estão presentes em Unidades Locais de Saúde (Vulgo Centro de Saúde), os resultados não serão os desejados. Acresce ainda que 49% dos psicólogos exerce na área Metropolitana de Lisboa e os restantes 51% estão divididos pelas restantes Unidades de Saúde Local do País.

O Sistema Nacional de Saúde tem que garantir uma cobertura eficiente no tratamento das doenças mentais. Algo que não se comprova quando se compara as zonas onde mais se consomem antidepressivos, hipnóticos, ansiolíticos e sedativos com a capacidade de serviços prestados pelo SNS.

O estado psicológico é parte integrante da saúde em geral. Saúde é definida pela OMS (Organização Mundial de Saúde) como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades". De acordo com a OMS torna-se necessário acabar com grandes unidades hospitalares de psiquiatria e investir no desenvolvimento das Unidades Locais de Saúde. Além da preparação de infra estruturas é necessário formar e consciencializar os indivíduos envolvidos no processo de atendimento do utente na área da saúde.

É urgente que as Unidades Locais de Saúde possam identificar o problema, sua gravidade e encaminhar os casos necessários para outras unidades, tratar situações mais comuns e de menor exigência, acompanhar pacientes com problemas mentais estáveis e desta forma conseguir tratamentos com melhor custo-benefício, de uma forma mais rápida e eficiente o que se traduz em melhores condições de Saúde Pública. A OMS salienta que cuidados primários no tratamento da saúde mental melhora as condições de acesso, promove respeito pelos direitos humanos.

Alerta-nos ainda para o facto de centenas de milhares de doentes com doenças crónicas, a nível mundial, (cancro, problemas cardiovasculares e HIV/SIDA) necessitarem de acompanhamento psicológico em simultâneo. Muitos doentes sofrem de perturbações mentais sem serem diagnosticadas nem tratadas prejudicando-se a si, às suas famílias e meio onde estão inseridos. A integração deste tipo de serviço nas Unidades Locais de Saúde pode ajudar no combate ao estigma e discriminação.

Infelizmente uma visão de cuidados primários no que toca a saúde mental ainda não foi implementada na maioria dos países a nível mundial. A falta de vontade política, os prestadores de Cuidados de Saúde sobrecarregados, a falta de investimento e em alguns casos resistências culturais não contribuem para um quadro animador. A maioria dos países aposta no modelo de internamento hospitalar. Modelo esse ultrapassado, ineficaz e

que muitas vezes se traduz numa clara violação dos direitos humanos. Os países de baixo/médio-Rendimento que de forma mais notória não providenciam o mínimo de cuidados primários nem sequer possuem as infraestruturas necessárias.

Conclusão

Os subscritores desta moção concordam que a questão abordada se trata de um Problema de Saúde Pública e tem plena consciência de que só com vontade política e uma aposta clara na área da saúde mental, se pode reverter esta tendência. Não afirmamos contudo que a aposta nas psicoterapias resolverá a questão. Temos consciência de que existem doenças nas quais a medicação é essencial e indispensável para garantir uma melhor qualidade de vida ao utente. Mas estamos conscientes de que existem alternativas que poderão garantir a médio/longo prazo uma melhor Política de Saúde Mental em Portugal.

É por isso que nesta moção sugerimos um investimento na formação de Médicos, Enfermeiros e Farmacêuticos para que no primeiro contacto com o utente saibam alertar, aconselhar e mais importante encaminhar o utente para um serviço especializado.

Sugerimos também que se promova a educação da população sobre Doenças Mentais (através Hospitais, Unidades Locais de Saúde, Escolas, Media, entre outros). Incentivando assim em caso de suspeita à procura de ajuda especializada, permitindo que estigmas e discriminação possam de alguma maneira tender a acabar.

Recomendamos também que se melhorem as condições de acesso a alternativas de tratamento das doenças mentais com especial foco nas Unidades Locais de Saúde de forma a garantir que Portugal seja visto como uma referência de terapêuticas e não como um país de elevado consumo de psicofármacos.

1.º Subscritor: Diogo Leitão, Oeiras

Política Orçamental - O instrumento de Política Económica

Exposição

Num contexto de uma união económica e monetária (de que a zona euro é exemplo), onde a política monetária e cambial é definida a nível comunitário por uma autoridade independente, a política orçamental ganha, a nível nacional, especial relevância na estabilização da economia e na promoção do desenvolvimento económico. A política orçamental constitui, neste contexto, o único instrumento de política económica e assume-se, por esse mesmo facto, como o objecto central da presente moção sectorial. Em particular, considerando as funções da política orçamental consensualizadas na literatura, o foco será colocado no contributo da política orçamental para a promoção do crescimento económico, controlo da inflação, a obtenção do pleno emprego e o equilíbrio das contas externas, ou seja, o foco será colocado na função estabilização.

1. Equilíbrio interno e equilíbrio externo de uma economia

1.1 Noções de equilíbrio externo e equilíbrio interno

Qualquer noção de equilíbrio interno remete-nos para a ideia de pleno emprego ou, por outras palavras, para uma economia a funcionar ao nível da sua capacidade produtiva, onde os factores produtivos, trabalho e capital, são utilizados a uma taxa óptima, sem pressões inflacionistas. Numa interpretação mais forte, podemos mesmo situar a taxa de desemprego do trabalho, em pleno emprego, entre os 5% e os 6%. No entanto, a economia é uma realidade dinâmica em que o equilíbrio nem sempre se verifica e é, por isso, fundamental distinguir as duas situações em que a economia diverge do equilíbrio interno: uma na qual funciona abaixo do pleno emprego, com taxas de desemprego distintas e superiores às taxas de pleno emprego e outra na qual funciona acima do pleno emprego, com taxas de desemprego distintas e inferiores às de pleno emprego acompanhadas de pressões inflacionistas.

Por outro lado, uma Balança Corrente equilibrada, com saldo próximo de 0, reflecte a condição fundamental de equilíbrio externo. Uma economia que apresente, de forma persistente, saldos da Balança Corrente significativamente positivos ou negativos encontra-se em desequilíbrio externo. Em particular, a acumulação de saldos negativos da Balança Corrente traduz necessidade de financiamento da economia e surge associada a uma deterioração da situação externa com o crescimento das responsabilidades face ao exterior e/ou do endividamento externo.

1.2 Diagrama de Meade-Swan

A fim de assegurar a clareza na exposição e facilitar a distinção e caracterização dos diferentes tipos de desequilíbrios, complementaremos a análise com uma variação do Diagrama de Meade-Swan (Fig.1), amplamente utilizado para avaliar as condições de equilíbrio interno e externo de uma economia. No eixo horizontal da figura 1 encontra-se representado o nível de procura interna da economia que compreende, cumulativamente, o consumo privado, consumo público e o investimento (privado e público) correspondendo uma deslocação para a direita uma expansão da procura interna e, uma deslocação para a esquerda, a uma contração. No eixo vertical encontra-se representada a Taxa de Câmbio Real, uma aproximação da competitividade de uma economia e um reflexo da procura externa que lhe dirigida, correspondendo a uma deslocação para cima uma depreciação e a uma deslocação em sentido inverso uma apreciação.

A recta EI: $Y_t = Y_p$ representa todos os pontos em que a economia verifica o equilíbrio interno de acordo com o previamente descrito e a recta EE: $BC=0$ representa todos os pontos em que a economia se encontra em equilíbrio externo, também de acordo com o previamente descrito. Qualquer ponto no gráfico corresponde a um determinado nível de produto, que resulta da combinação de um dado nível de procura interna e taxa de câmbio real efectiva. O ponto E, que resulta da intersecção das duas rectas, traduz o ponto em que a economia verifica, simultaneamente, o equilíbrio interno e externo.

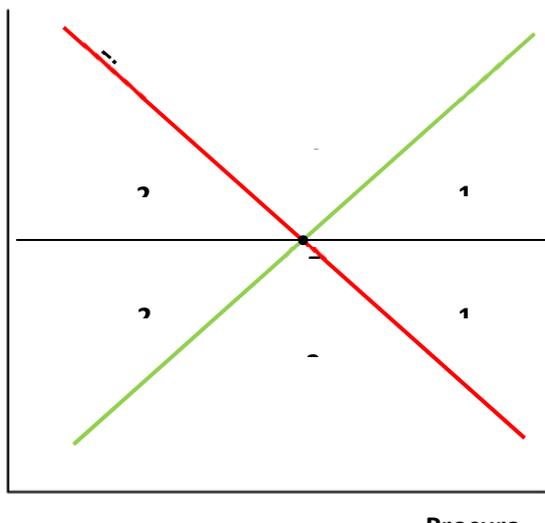


Fig. 1 – Variação do Diagrama de Meade-Swan construído pelos autores da moção

A análise gráfica permite-nos distinguir entre diferentes combinações de desequilíbrios, eles próprios de diferente natureza. Por um lado, podemos assistir a uma combinação de excesso de emprego, défice da balança corrente e aceleração da inflação (1a e 1b fig.1) ou, simetricamente, a uma situação de desemprego e excedente da balança corrente (2a e 2b fig.1). Por outro lado, podemos assistir a uma combinação de desemprego e défice da balança corrente (3 fig.1) ou, simetricamente, a uma situação de excesso de emprego, excedente da balança corrente e aceleração da inflação (4 fig.1). Qualquer dos cenários descritos implica um funcionamento indesejável da economia dados os custos sociais, humanos e económicos que lhe estão associados.

2. Perfil de política orçamental

Impõe-se a questão de como corrigir os diferentes desequilíbrios que, num dado momento, podem caracterizar uma qualquer economia. A virtuosidade de uma economia que verifica, simultaneamente, equilíbrio interno e externo, numa realidade dinâmica que não garante uma convergência endógena para esse ponto, justifica a acção da Política Económica. Num contexto em que a Política Orçamental constitui o único instrumento de Política Económica disponível para corrigir e eliminar eventuais desequilíbrios, urge

identificar o perfil de política orçamental a adoptar mediante a especificidade dos desequilíbrios verificados. É o que faremos no presente ponto.

O papel da política orçamental na regulação da procura interna, por forma a garantir o equilíbrio interno, é, em certo sentido, evidente. De facto, as decisões do Estado sobre a carga fiscal e o nível de despesa pública afectam, directa ou indirectamente, mesmo no curto prazo, o nível de procura interna. Uma política orçamental contra cíclica garante uma suavização dos ciclos da actividade económica e deve promover, em paralelo, a estabilização da economia em torno do pleno emprego. Do ponto de vista da racionalidade económica é, por razões distintas, igualmente importante a capacidade dos decisores políticos adoptarem uma política orçamental expansionista (com o aumento do consumo público, das transferências do estado, do investimento público e/ou com recurso a uma redução de impostos), no caso de uma economia a funcionar abaixo do pleno emprego (2a, 2b e 3 fig.1) e de adoptarem uma política orçamental de contracção (com uma redução do consumo público, das transferências do estado, do investimento público e/ou com recurso a um aumento de impostos), no caso de uma economia a funcionar acima do pleno emprego (1a, 1b e 4 fig.1).

Não há agenda ideológica, nem eventuais restrições financeiras conjunturais, não há estratégia política e, muito menos, qualquer princípio de racionalidade económica que suportem a manutenção de uma economia a funcionar continuamente a baixo ou acima do pleno emprego. A prova disso mesmo, caso dúvidas existissem, está à vista de todos, nos resultados desastrosos do ponto de vista humano, social e económico, da opção que o governo de coligação PSD CDS-PP tomou na definição da sua política orçamental. O pleno emprego não é uma escolha, é uma necessidade.

No plano externo, o contributo da política orçamental como instrumento para a correcção de eventuais desequilíbrios é menos evidente. A resposta mais óbvia, de curto prazo, a um desvio do equilíbrio externo motivado por um qualquer choque externo ou pela deterioração da competitividade de uma economia motivada por factores internos, implica a utilização da política cambial/monetária. De forma análoga ao que sucede com a política orçamental, caso exista necessidade de estimular a procura externa dirigida à economia e desincentivar as importações (1b e 3 fig.1), deverá ser promovida uma depreciação cambial (com vista aumentar competitividade-preço) e, em caso simétrico (2a e 4 fig.1), uma apreciação cambial. No entanto, nada disto é possível no contexto de uma união económica e monetária. Urge por isso, problematizar o potencial da política orçamental como um sucedâneo da política monetária/cambial.

No curto prazo existirá, em qualquer situação que uma economia se encontre desde que distinta daquela em que se verifica o equilíbrio interno e externo (E fig.1), um conflito entre a obtenção do pleno emprego e o equilíbrio da balança corrente. Existirão casos (3 fig.1) em que a adopção de uma política orçamental expansionista para fazer face ao desemprego de uma economia a funcionar abaixo do pleno emprego, agravará o défice da balança corrente e em que a alternativa, a adopção de uma política orçamental contracionista, poderá aproximar o saldo da balança corrente de 0 à custa de uma redução do nível de rendimento e do aumento do desemprego. Noutros casos (4 fig.1) a adopção de uma política orçamental expansionista que procure eliminar um excedente externo pode conduzir à aceleração da inflação e ao afastamento da economia da situação de pleno emprego enquanto a alternativa, a adopção de uma política orçamental contracionista, assegura o equilíbrio interno mas agrava o saldo positivo da balança corrente. Torna-se assim evidente que, ou sacrificamos um dos objectivos ou assumimos, como os autores desta moção defendem, que, no curto prazo, a política orçamental não oferece, na esmagadora maioria dos casos, uma solução válida para um problema de desequilíbrio externo. Nesse sentido, o contributo da política orçamental para a promoção do equilíbrio externo não deve ser pensado a curto prazo mas antes, a médio longo prazo, sem colidir com o objectivo do pleno emprego e alicerçado em políticas estruturantes, que promovam a transformação estrutural e adequação da competitividade da economia.

Em particular, numa situação em que uma economia apresente, de forma sistemática, saldos negativos da balança corrente enquanto funciona abaixo ou mesmo ao nível do pleno emprego (3 fig.1), como era o caso de Portugal no início da crise, a resposta não passa, nem pode passar, por uma solução de compressão da procura interna, redução do nível de rendimento e do emprego. Essa foi e é, a solução deste governo e da direita, assente na ideia de um processo de desvalorização do trabalho que, para além de injusto, inequitativo e irracional do ponto de vista económico, se provou nunca se concretizar. Pelo contrário, o que se impõe é a adopção de uma política orçamental expansionista até que a economia alcance o pleno emprego, acompanhada de uma revisão da composição da despesa pública que identifique e dê, de forma clara, prioridade a despesa e investimento reprodutivo que concorram para eliminar aquilo que são atrasos estruturais ao nível da qualificação do trabalho, por termo à orientação da nossa estrutura produtiva para o sector não transaccionável e criem as condições para uma alteração no nosso padrão de especialização, suportadas por maior incorporação de valor acrescentado e mais tecnologia.

Conclusão

Não é objectivo da presente moção sectorial discorrer sobre a configuração das funções sociais do Estado ou políticas de redistribuição, ainda que, para nós, seja inegável a importância e complementaridade que estas assumem na persecução do desenvolvimento económico.

Os autores desta moção pretendem antes instigar uma reflexão a respeito da política económica e das estratégias possíveis para fazer face à crise. O nosso objectivo é contribuir para o desenhar de uma alternativa política e, em particular, de políticas alternativas, coerentes com o espaço ideológico que ocupamos e, sobretudo, políticas que vão de encontro aos anseios de todos os portugueses. Pretendemos facultar elementos que promovam uma discussão informada, sem preconceitos ou inevitabilidades.

1.º Subscritor: André Jorge, Oeiras

Direito à Habitação

Definição de habitação: Uma habitação serve, em termos mais pragmáticos para providenciar abrigo contra a precipitação, vento, calor e frio, além de servir de refúgio contra ataques de outros animais (ou de outros seres humanos).

Segundo o 65º artigo da Constituição da Republica Portuguesa refere o seguinte:

Artigo 65º Habitação e urbanismo

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.
2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;

b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;

c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;

d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

3. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

4. O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo, e procedem às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística.

5. É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território

Como é possível contemplar com os dados retirados do centro nacional de estatísticas, em 2012, cerca de 21,8% da população portuguesa vivia em privatização material, enquanto 10% dos portugueses com insuficiência de espaço habitacional e 4,3% da população confrontou-se com condições severas de privação habitacional, como más instalações de higiene, luz natural insuficiente ou problemas de humidade do alojamento.

Podemos ainda acrescentar que apenas na cidade de Lisboa existem mais de 1800 pessoas sem-abrigo, e embora o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo da Cidade do Porto acolha mais de 1300 pessoas, cerca de 500 continuam a dormir em edifícios abandonados ou mesmo pelas ruas da cidade. Como este exemplo podemos encontrar inúmeros casos semelhantes ao longo do país. É assim uma atrocidade em pleno século XXI e ano 2014 haver mais de 735 mil habitações vazias e cerca de 5% da população sem um teto para se refugiar da chuva.

Questiono-me assim, será que o 65º artigo da Constituição da República Portuguesa está mesmo a ser cumprido?

Com os valores que acabaram de ser apresentados podemos afirmar que não. É uma vergonha a nossa constituição apresentar tais valores enquanto os números estatísticos referem o contrário que a mesma defende. Onde está a igualdade de direitos? Onde estão presentes os programas iniciados pelo Estado para combater esta mesma exclusão social?

Segundo um estudo feito e publicado pelo jornal Público, no dia 24/03/2014, o nível de pobreza em Portugal tem vindo a aumentar significativamente desde 2005, apresentando valores elevadíssimos que chegam a bater os 18,7% que é o equivalente a quase dois milhões de portugueses. Estes valores devem-se nada mais, nada menos a exorbitante crise tão falada que o nosso país ultrapassa.

Mas será essa a justificação para todos os males? Será essa a justificação para a pobreza elevadíssima? Justificará o facto de 21% dos portugueses não possuir no seu lar as condições necessárias para habitação?

A crise é uma ótima desculpa sim, mas nunca uma justificação para a incompetência dos supostos encarregados da política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território, uma delas sendo a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo que tem por suposto a promoção do conhecimento sobre o fenómeno; além de ajudar as pessoas então a sofrer deste mesmo problema; que nem tem a capacidade de esclarecer ao certo quantas pessoas se encontram nesta situação.

A juventude socialista deve debater-se assim com esta situação e lutar em prol da mesma de modo a que todos os jovens em fase inicial de vida possam ter uma habitação com as condições necessárias, proporcionando assim igualdade de direitos, como o próprio 1º artigo da Constituição da República defende “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária” e evitando que este problema se alastre ao longo dos anos combatendo, para além da pobreza a crise presente no nosso glorioso país.

1.ª Subscritora: Andreia Abrantes, Loulé

Educar para a Igualdade - Acabar com a discriminação em todas as suas formas

Esta moção surge com o objectivo de trazer o tema da responsabilidade pública em educar para a igualdade.

Apesar de, teoricamente, sermos um país exemplar no que toca a estes temas, tendo em conta que vamos já no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação, e ser aceite de uma forma geral a igualdade entre todos, a realidade nas escolas e entre a comunidade em geral é bem diferente. Continuam a existir crianças e jovens a serem discriminados porque têm uma orientação sexual diferente (mesmo antes de eles próprios compreenderem o que isso significa), porque o seu papel de género pode não ir ao encontro do que a sociedade espera, ou simplesmente porque a sua família não corresponde ao modelo tradicional (pai-mãe-filh@). Essa discriminação é uma forma de violência, altamente prejudicial, que pode ter consequências não só físicas, como a nível da saúde mental.

Nas escolas, esta forma de violência denomina-se bullying. Este tema tem vindo a ganhar visibilidade e existem já diversos estudos que procuram caracterizar e encontrar a melhor forma de intervir neste tipo de situações. O bullying define-se por: “Forma de conduta agressiva, intencional e prejudicial cujos protagonistas são os jovens. São episódios que têm duração de semanas, meses ou anos.” (Ramirez, 2001), e ainda “Intencionalidade em magoar alguém, que é vítima e alvo de acto agressivo, enquanto os agressores manifestam tendência a desencadear, iniciar, agravar e perpetuar situações em que as vítimas estão numa posição indefesa.” (Pereira, 2002). A diferença – seja ela cultural, de orientação sexual, ou por características físicas – e a falta de informação está muitas vezes na origem do problema, e/ou surge como uma das causas enunciadas para a agressão (seja ela física, verbal e/ou psicológica).

A discriminação alimenta-se frequentemente da falta de informação quanto à parte discriminada, e ainda a presença de estereótipos e ideias erradas, baseadas nas aprendizagens e crenças da cultura de origem, que por vezes valoriza e incentiva essas formas de discriminação.

Sendo que, um tema que nos parece acartar ainda um grande estigma social, e que permanece quase um tabu nas escolas, salvo raras excepções, diz respeito à diversidade sexual, assim como das diversas constituições familiares que daí podem resultar.

Apesar de já existirem programas muito interessantes de combate ao bullying que abordam as questões da diferença entre géneros e das minorias sexuais, assim como manuais educativos que sensibilizam para a necessidade de explicar as várias manifestações de orientação sexual e de identidade sexual, os mesmos são aplicados num determinado espaço e momento, não havendo uma continuidade destes programas, sendo que há turmas de alunos que foram sensibilizadas para esta questão, e outras turmas e escolas inteiras que nunca abordaram deste assunto.

A mobilização de diversos organismos sociais em favor do reconhecimento da igualdade de género e das questões relativas à diversidade sexual, tem conferido destaque à necessidade de educar para reconhecer as diferenças e superar preconceitos ainda existentes.

Nesta perspectiva, o papel da educação escolar para a diversidade é fundamental, pois a escola é o espaço privilegiado para promover uma cultura de tolerância e formar para o reconhecimento da pluralidade de identidades e de comportamentos, sendo esperado que a mesma forneça informação fidedigna e relevante que permita a aquisição de conhecimento baseado em factos científicos, tendo em conta também a igualdade e os direitos humanos. e a eliminação de estereótipos e convicções sociais infundadas.

A escola deve ser um espaço de aceitação e compreensão da diferença, desenvolvendo nos alunos o espírito crítico, ajudando-os a formar a sua identidade, os seus valores e a proporcionar experiências que permitam questionar os processos sociais numa perspectiva histórica e actual, permitindo identificar situações de desigualdade, opressão e sofrimento, reconhecendo-as como negativas e desrespeitadoras da dignidade humana.

Deve ainda, garantir a inclusão e promover a auto-estima de todos os alunos, a igualdade de oportunidades e enfrentar todo o tipo de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de género e sexualidade.

Para que tal aconteça de forma consistente e compreensiva, é necessário abordar temas como identidade de género, sexualidade e orientação sexual. É importante que estas temáticas possam ser discutidas e esclarecidas, e que desejavelmente possa haver um gabinete de psicologia onde os jovens possam esclarecer as suas dúvidas mais específicas e falar abertamente sobre a sua identidade sexual. Só assim poderão sentir-se suficientemente seguros para assumirem os seus sentimentos, gerindo e construindo a sua identidade. Este processo, apelidado de Coming Out, é extremamente importante para o desenvolvimento da auto-estima dos jovens com orientações sexuais diferentes.

Por isso, a nível nacional, é necessária a adopção de políticas públicas educacionais que contemplem nos programas educativos, momentos para que estas temáticas sejam devidamente discutidas e ensinadas por pessoas devidamente (in)formadas. No caso dos gabinetes de psicologia das escolas, seria ainda importante que estas pessoas tivessem uma formação específica para saber responder às dúvidas dos jovens com problemas relacionados com estas questões.

Segundo os dados apresentados pela ILGA (baseados em estudos internacionais) 1 a 3 em cada 10 estudantes é gay, lésbica ou bissexual, ou têm um parente directo que é. Estes dados sugerem que em turmas de 30 alunos haja entre 3 a 9 que têm experiências directas com as questões da homossexualidade e da homofobia. Há ainda os jovens transgéneros, que apesar de não terem um número tão expressivo, são uma minoria que merece ser compreendida e respeitada na sua diferença. O que estes dados nos indicam, é que em cada turma podem existir jovens cheios de dúvidas acerca destes temas, e que os mesmos devem ser discutidos e normalizados, sem juízos de valor ou falsos moralismos.

CONCLUSÃO

Sendo a juventude e, acima de tudo, a (pré)adolescência uma fase crucial no desenvolvimento sócio-emocional de cada indivíduo, é importante educar e orientar os jovens para que estes se sintam apoiados e integrados na sociedade, normalizando os comportamentos diferentes (gays, lésbicas, bissexuais e transgéneros), que deverão ser igualmente respeitáveis.

No fundo, o importante para qualquer jovem é entender a existência de diversidade sexual e as variáveis envolvidas, compreendendo que independentemente da orientação sexual, género ou escolhas de vida no que diz respeito à identidade, todas as pessoas têm direito a ser felizes, e essa forma de felicidade vai além dos clichés conhecidos.

Deste modo, propomos que a partir do 5º/6º ano do ensino básico, os alunos possam ter incluído no seu plano de estudos um módulo/capítulo sobre a diversidade sexual, que aborde as questões da identidade sexual, orientação sexual e os papéis de género, educando-os para a igualdade e para a importância de aceitar e compreender a diferença.

Na nossa opinião, estas matérias devem ser incluídas no currículo de uma das disciplinas obrigatórias para todos os alunos, devendo ser estudada qual a melhor solução, utilizando inclusivamente, materiais pedagógicos já desenvolvidos para este efeito (p.ex. Educar para a Diversidade – Um Guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Género, ILGA), assim como normativas estabelecidas por outros governos no exterior, com este objectivo

(http://www.curriculumsupport.education.nsw.gov.au/sexual_health/inclusive/diversity.htm).

1.ª Subscritora: Aysha Marielle Azevedo, Castelo Branco

Reformar a Rede de Ensino Cooperativo e Particular

40 anos após a "madrugada...inicial, inteira e limpa", como diria Sophia de Mello Breyner, o panorama da educação ainda exige à Juventude Socialista uma postura combativa, participativa e desejosa de contribuir para a evolução positiva dessa grande conquista de Abril que foi a Escola Pública. De tantas causas abraçadas e das quais saímos vitoriosos, surgem hoje, e dada a actual conjuntura económica desfavorável, um conjunto de exigentes desafios a que devemos responder com a seriedade que sempre pautou a Juventude Socialista.

Inúmeros são os momentos onde aquando a discussão de matérias mais sensíveis para a educação marcamos presença com o nosso sentido crítico e contributo de maturidade. Do mais recente roteiro pelo Ensino Superior à defesa estoica da Escola Pública, não faltam episódios que nos fazem ter orgulho em pertencer a uma organização de tão elevada dignidade.

A presente moção tem por objetivo a reorganização da rede de ensino cooperativo e particular nacional, vulgo contratos de associação, em áreas onde a oferta de ensino público básico e secundário seja suficiente. A Concelhia de Coimbra da Juventude Socialista, por proximidade a esta realidade, sentiu-se intimada a tomar uma posição no que concerne a esta forma de organização e financiamento do ensino em Portugal.

O elevado número destes estabelecimentos presente no nosso concelho e a tomada de consciência da situação de carência do número de alunos em equipamentos públicos obrigam a uma rápida acção de forma a assegurar um equilíbrio do sistema de ensino português. O que para esta estrutura tem sido visível ao longo dos tempos a nível local, torna-se agora objecto de uma resposta nacional por via da promulgação legal de determinados diplomas, infra-citados.

O Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo prevê a celebração de contratos de financiamento com escolas privadas que se localizem em zonas carecidas de escolas públicas, com vista a garantir, naqueles territórios, o acesso de todos à educação nas mesmas condições de gratuitidade do ensino público.

Em 2013, ao promulgar o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, o XIX Governo Constitucional abriu a porta à liberalização indiscriminada da assinatura deste tipo de contratos.

No passado e ainda sob vigência do governo liderado pelo Partido Socialista lançaram-se as bases para uma reforma deste sistema, bem como se definiu um conjunto de normativas legais destinadas à sua optimização técnica e financeira.

O Decreto-Lei 138-C/2010, de 28 de Dezembro, define o enquadramento legal de financiamento das escolas privadas ao abrigo de “contratos de associação”, estabelecendo o princípio do subsídio por turma e criando condições para a avaliação e eventual revisão da rede de escolas com “contrato de associação”. A Portaria n.º 1324-A/2010, de 29 de Dezembro, que regulamenta aquele diploma, determinou a apresentação de um estudo de rede escolar com uma proposta de número de turmas para as escolas com “contrato de associação”, que garanta a estabilidade da rede, a partir do ano lectivo de 2011-2012.

Em 2011 a rede de Ensino Cooperativo / Particular era composta por 91 estabelecimentos de ensino, distribuídos de forma muito desigual pelo território português, destacando-se na Região Centro 50,5% do total nacional de equipamentos de EPC existentes.

Por seu turno, a representatividade dos “contratos de associação” na Região Norte é de 28,6%, enquanto na Região de Lisboa e Vale do Tejo o valor é de 17,6%, uma vez que integram, respetivamente, 26 e 16 estabelecimentos de EPC. A Região do Alentejo apresenta três estabelecimentos de EPC com “contrato de associação” (o que corresponde apenas a 3,3% do total), devendo ainda, ser salientado o facto de não se observar a presença de qualquer turma contratualizada na Região do Algarve.

O orçamento de Estado para 2014 previa transferências para estes equipamentos na ordem dos 150 milhões de euros.

Apurando a verdade dos factos, é factual afirmar que depois da grande expansão do ensino público, o Estado continuou a estabelecer contratos de associação com equipamentos de ensino que ladeavam com escolas públicas com números de ocupação muito longe da lotação.

Desta forma torna-se necessário e urgente que o Estado averigue com rigor onde de facto há necessidade destes contratos de associação e onde é que eles deixaram de ter razão de existência.

A Reorganização da Rede de Ensino Cooperativa e Particular é algo que, seguindo esta lógica, se torna pertinente de forma melhorar a eficácia e alcance da escola pública.

Para esta melhoria, a Juventude Socialista propõe:

- * Analisar a Rede de Ensino Cooperativo e Particular em Portugal e fazer um levantamento dos equipamentos de ensino que actuam no mesmo espaço de grandes parques escolares públicos
- * Propor a renegociação ou denúncia de contratos de associação em áreas onde a oferta do Estado satisfaça as necessidades demográficas e educativas
- * Procurar formas de melhoria da rede pública de ensino para uma dependência cada vez menor dos contratos de associação e optimização do financiamento.

A Juventude Socialista estará sempre do lado dos que defendem o Ensino Público, gratuito e de qualidade em Portugal.

A existência de uma rede de escolas públicas dotadas de recursos materiais e humanos de elevado valor é algo estritamente necessário a uma democracia. Não é fugindo a questões que mexem com os interesses de alguns que formaremos os jovens que hoje e amanhã são chamados a pensar a sua cidade, o seu distrito e o seu país.

É enfrentando os problemas, discutindo-os e apontando soluções que se poderá construir uma sociedade mais justa e direccionada para um saneamento das suas contas públicas, independentemente do sector em questão.

1º Subscritor: Jorge Miguel Silva Campos, Coimbra

Socialismo Internacional: um século depois, que futuro?

Aproximamo-nos rapidamente da comemoração do primeiro século de vida da primeira revolução socialista da nossa história. Em 1917, durante a devastação avassaladora da I Guerra Mundial, inspirados pelas ideias expressas por Marx e Engels, e sob a liderança de Lenine, os jovens bolcheviques destronaram o Czar e, após uma sangrenta guerra civil, estabeleceram a primeira experiência de regime socialista no mundo. Ainda que a revolução bolchevique tenha tido uma implementação imediata local, a verdade é que, desde o início, como igualmente expresso no Manifesto do Partido Comunista, as suas raízes assentavam numa verdadeira solidariedade internacional.

As raízes desta solidariedade internacional remontam à primeira reunião da Associação Internacional de Trabalhadores, também conhecida como Primeira Internacional, e estabeleceram o mote para aquilo que viriam a ser os futuros movimentos internacionais de trabalhadores e, posteriormente, os partidos de índole socialista e comunista. Se não fosse por outros motivos, a história das internacionais socialistas é quanto basta para atestar da natureza verdadeiramente solidária ao nível global dos partidos socialistas e da forma como estes advogaram a necessidade premente e constante de mecanismos de cooperação internacional.

Se este pequeno interlúdio histórico não tiver sido suficiente para defender não só uma das forças motrizes da nossa identidade enquanto socialistas, mas também a forma como ela faz parte da nossa luta diária pela melhoria das condições de vida não só dos nossos congéneres portugueses, mas também daqueles que nos circundam pelo mundo fora, então esperamos que as palavras que se seguem consigam esse propósito.

A crise que hoje assola o nosso país não teve o seu epicentro em Portugal. A origem, o paciente zero desta epidemia económica global, está bem identificado e reside do outro lado do Atlântico Norte. Não obstante, em poucos meses, o que começou como um problema do sub-prime americano, transformou-se numa crise sistémica de todas as economias mundiais, todas elas, directa ou indirectamente, afectadas pelo que começou em 2008 nos Estados Unidos. Mesmo as economias mais sólidas, com maior capacidade de resistência, vêem-se hoje confrontadas com sérios problemas de crescimento económico - a Alemanha, por exemplo, prevê um crescimento de 0,1% no próximo ano - que derivam do estrangulamento global a que os mais diversos Estados estão sujeitos. Perante este grave cenário, as respostas aplicadas tiveram o resultado que, infelizmente, esperávamos e já as conhecemos bem demais. Sabemos os seus efeitos, conhecemos as

suas causas, conhecemos os rostos da especulação e os seus beneficiários - sejam eles os milhares de novos milionários que a crise produziu, sejam os Estados que mais beneficiaram com o jogo usurário das dívidas públicas. Mas sabemos, também, que o pior que ressaltou desta crise foi a lenta, progressiva e crescente erosão da solidariedade entre os Estados, os povos e as nações.

Se olharmos em retrospectiva para estes meses, para estes anos de crise, lembramo-nos bem dos vários momentos em que assistimos à cisão silenciosa da Europa e da sua anterior União, de como foi fácil colocar Estados contra Estados, pontos cardeais às avessas - com o Norte contra o Sul e o Ocidente contra o Leste. No fundo, pessoas contra pessoas. No momento em que a União era mais necessária ela dividiu-se e arranjou maneira de suspender, senão mesmo retroceder, a construção e aprofundamento dos mecanismos de solidariedade europeia. As instituições europeias e quem a elas presidiu - não obstante as condecorações que o ex-Presidente da Comissão Europeia receba, o seu nome ficará sempre ligado à inabilidade com que conduziu os destinos da União durante alguns dos mais conturbados anos da sua existência - revelaram estar impreparadas e incapacitadas - deixemos de lado a notória falta de vontade de alteração de rumo - para responder aos eventos que se sucediam em catadupa e que trouxeram a miséria a milhares de pessoas por todo o continente. Em lugar de obtermos a solidariedade dos nossos congéneres europeus, aquilo a que assistimos foi ao triunfo re-emergente dos nacionalismos demagógicos e bacocos das forças de extrema-direita, clamando por um pouco menos de tudo: menos Estado, menos assistência social, menos regulação, menos imigração, menos Europa. De menos em menos, os novos "Armani fascists", como são incisivamente denominados os políticos da laia da senhora Le Pen ou do senhor Farage, conduzem a Europa ao nada, à sua inexistência, tanto quanto mais for possível o seu esvaziamento.

E se, até aqui, o enfoque se colocou na Europa, a situação quase eternamente desesperante da população de vários países africanos, asiáticos, ou sul americanos, no que ao acesso aos direitos fundamentais diz respeito, não merece menor destaque. A passividade inoperante com que continuamos a olhar para as situações atrozes vividas nestes países, como seja a forma como têm de enfrentar as epidemias sanitárias que assolam os seus territórios, as guerras sanguinárias que aí grassam ou a falta de liberdades cívicas básicas, deveria, há muito, ter levado a uma reflexão profunda sobre a real forma como estamos a cooperar internacionalmente.

É, precisamente, neste ponto, que se levantam as questões mais pertinentes quanto à relevância e influência das organizações internacionais de que fazemos parte, enquanto membros da YES - Young European Socialists e da IUSY - International Union of Socialist

Youth. É preciso reconhecê-lo: também no seio destes históricos fóruns de participação e cooperação internacional, a solidariedade e a união têm encontrado os seus obstáculos e, não raras vezes, fomos incapazes de construir as pontes necessárias para o diálogo e a acção que falta à estruturação de uma maior entreatura entre as diferentes organizações. Este apoio e cooperação internacionais poderiam ser, e seriam certamente, decisivos para a implementação de mecanismos sustentáveis de solidariedade ao nível nacional para os jovens que arguimos defender e representar. O caminho que há a percorrer, como facilmente se pode antecipar, será difícil e obrigar-nos-á a escolhas duras e difíceis no que concerne aos princípios e instrumentos de acção de que não abdicaremos ou que queremos implementar. Construamos uma nova passagem se todas as estradas nos aparecerem bloqueadas. Não obstante estas dificuldades, guia-nos a certeza de que é, ainda, possível inverter o rumo e caminhar face à implementação de um verdadeiro socialismo internacional!

Assim, os subscritores e as subscritoras desta moção recomendam que:

- A Juventude Socialista, enquanto membro activo e empenhado na YES e na IUSY, continue a manter a sua postura de participação total nas actividades e estruturas destas organizações, aumentando, tanto quanto possível a participação dos seus militantes nas actividades internacionais promovidas ou organizadas quer pela YES, quer pela IUSY;
- A JS defenda, em sede do próximo Congresso da YES, em 2015, a reforma desta organização de forma a que ela continue a reflectir os princípios de uma estrutura empenhada na defesa e reforço dos valores de integração europeia e de aprofundamento dos mecanismos de solidariedade europeia, mantendo uma voz activa naqueles que são os seus principais fóruns de influência, como o Partido Socialista Europeu, o Parlamento Europeu, e o Fórum Europeu da Juventude, entre outros;
- A JS procure reforçar a relação existente com as organizações partidárias de juventude dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), considerando a possibilidade de criação de um fórum regular de encontro e discussão entre todas estas estruturas de forma a encontrar caminhos e pontos de convergência multicontinental.

1.º Subscritor: João Duarte Albuquerque, Setúbal

Cluster do Conhecimento aplicado às PME's no Distrito de Setúbal

Do ponto de vista da matriz de desenvolvimento económico, a última década trouxe um conjunto de alterações ao modelo e à estrutura do crescimento económico Português. Com a crise financeira internacional de 2008, que veio despertar a crise das dívidas soberanas na Europa, em especial a crise que Portugal atravessou no ano de 2011 em que o país viu-se obrigado a recorrer às instituições internacionais “Troika” de modo a evitar uma suposta banca rota. Portugal têm seguido uma política com base numa ideologia liberal suportada pela teoria da escola de Chicago “Economia neoclássica” apoiada no “Washington Consensus” e cimentada com a chegada do PSD e CDS-PP ao Governo, em que pós de parte o investimento público como um fator reprodutivo da economia, e focou-se no que hoje se chama a lógica da eficiência maximizadora dos mercados. Tendo em vista um modelo de crescimento económico com base no aumento da capacidade exportadora das empresas nacionais, e incentivando a diminuição das importações¹⁸ de modo a equilibrar a Balança de Pagamentos. No entanto e não pondo em causa que um investimento na economia transaccionável seja efetivamente uma boa forma de promover um desenvolvimento económico, este “incentivo” proposto pelo Governo e restantes entidades internacionais, não está a ser executado de um modo eficiente e produtivo. Visto que para se competir num mercado totalmente globalizado e altamente competitivo como é o atual, é necessário haver uma competitividade e produtividade latente do tecido industrial do país assente em produtos de qualidade e inovadores e apoiados num conhecimento permanente ligado a recursos humanos qualificados. E não como se têm verificado, com os “incentivos” a um país a produzir com baixos encargos salários, com indústrias na sua maioria tradicionais e com pouco capital financeiro e a falha no aproveitamento de uma jovem geração de recursos humanos qualificados. E num desinvestimento latente na ciência e ensino superior.

Para alterar este paradigma e melhorar efetivamente o nosso tecido industrial e consequentemente a economia nacional, os subscritores vêm propor esta moção sectorial que terá como exemplo o distrito de Setúbal e que se vai centrar nos seguintes pontos: PMEs, Investigação Científica, I&D, Emprego Jovem, competitividade económica.

¹⁸ Em que muito se deve ao declínio do Consumo Privado português.

PME's

As PME's¹⁹ são atualmente a base da economia portuguesa ao que correspondem a 99,9% do total das empresas nacionais, são responsáveis por um VABpm de 60% e de empregaram 79% do total do emprego do país (INE, 2012). Apesar dos pontos fortes que as mesmas apresentam na economia nacional, as PME's portuguesas detêm um conjunto de debilidades que as impede de competir de maneira séria no mercado global. Na sua maioria são empresas com competências tecnológicas, gestão, I&D (conhecimento), humanas muito reduzidas e detêm graves problemas em angariar capital financeiro, o que impede um conjunto de investimentos produtivos do médio longo prazo e que as faltas dos mesmos põem em causa o desenvolvimento sustentável e produtivo da economia portuguesas.

O distrito de Setúbal pode ser considerado um espelho da realidade empresarial portuguesa, pois as PME's são também o motor desta região (apesar de haver grandes empresas como a AutoEuropa) ao que sofrem dos mesmos problemas que foram acima descritos. O que elavam a que o estudo e a aplicação de medidas para esta região relativamente à melhoria das PME's, possam ser transpostas a um nível nacional (UAI – IPS, 2012).

Competitividade e Mercados Internacionais

A última década e meia trouxe à economia internacional ou como conhecemos “economia global” um conjunto de alterações aos padrões de produção e do comércio internacional. A entrada da China em 2001 para o tratado que ratifica a OMC ou o alargamento da UE de 15 para 28 países, apresentou enormes desafios a países como Portugal. Visto que têm promovido um debate em torno dos termos “competitividade”, valor acrescentado e Dumping Social entre outros, de modo a reestruturar a visão e a forma como a economia portuguesa se promove a nível do comércio internacional. Essa discussão há muito que se vem a desenrolar, no entanto, segundo o nosso ponto de vista a mesma não tem sido apresentada de uma forma acertada e muito menos séria. Pois hoje em dia existem 2 grandes formas de competir no mercado internacional: uma primeira que é usualmente praticada pelas chamadas economias em vias de desenvolvimento e pelo seu club predileto (BRICS), em que assenta as bases da competitividade económica numa economia pouco qualificada associada a baixos custos salariais e por vezes a um chamado dumping social e financeiro das economias, que se traduz em condições de trabalho e de vivência

¹⁹ PME's segundo a definição europeia vinda na recomendação da Comissão 2003/361, que considera que são empresas que detêm: Menos de 250 trabalhadores, um volume de negócios inferior a 50 milhões de euros, um balanço total inferior a 43 milhões de euros.

entre trabalhadores num padrão desumano. E o modelo de produtividade “Nórdico, ou dos países verdadeiramente desenvolvidos”, que apresenta o conhecimento e a inovação como a fonte do crescimento económico e mesmo do desenvolvimento social. Em que existe uma ligação entre o conhecimento e a investigação universitária, e a aplicação do mesmo ao mercado aos modelos empresariais. O que para nós seria o modelo mais correto para se basear o desenvolvimento económico português!

No entanto podemos denotar que nos últimos 3 anos a estratégia que tem sido aplicada está muito mais próxima da primeira visão e um pouco mais distante da segunda devido aos retrocessos que tem ocorrido a nível dos investimentos da educação e ciência. Encontrando-se o país num meio-termo ideológico e em termos de estratégias de desenvolvimento e do comércio internacional.

Educação, Ensino Superior, Ciência e Conhecimento e Emprego Jovem

Nos últimos anos a educação e ciência têm sofrido um conjunto de volatilidades na sua genesis e execução, em 2005 com o início do XVII governo constitucional a Educação o Ensino Superior e a Ciência tiveram um incremento muito significativo, o que muito se deveu ao conjunto de políticas e de incentivos que este governo procurou promover. Traduzindo-se assim num aumento prático do número de jovens licenciados, mestres e doutorados, e num aumento significativo dos centros de investigação e das bolsas de investigação em Portugal. Por sua vez verificou-se a diminuição do abandono escolar e as desigualdades de acesso ao ensino em Portugal. Houve também um grande investimento na ciência e na componente tecnológica, programas como “Investimento em energias renováveis, Magalhães” gozavam de um forte investimento de capital financeiro, no entanto eram fontes de investimento na ciência e da aplicação da mesma no mercado empresarial, pois estes programas estavam ligados a centros de investigação e de ciência das universidades (Aveiro, IST - UTL, FCT – Nova).

Com a chegada em 2011 do XIX governo, cuja principal prioridade têm sido cortar em tudo o que são “Gorduras do Estado e da Economia” onde a estratégia de crescimento e desenvolvimento económico e em especial a social tem sido completamente posta de parte. Este governo tem vindo ao longo destes 3 anos a cortar e a desinvestir de uma forma pouco rigorosa e até perigosa as verbas do Ministério da Educação e da Ciência, em especial os cortes que se têm verificado para a FCT e para os orçamentos das Universidade, Politécnicos e os Centros de Investigação. Aliado a uma política de incentivo à imigração jovem, pois este governo não têm investido de forma séria na geração mais qualificada e com competências adquiridas da história do país.

Relativamente ao distrito de Setúbal, têm sido igualmente afetado em termos do desinvestimento latente na ciência e ensino superior, pois o OE2015 está a por em causa o regular funcionamento do Instituto Politécnico de Setúbal o que irá afetar uma boa parte da comunidade jovem do distrito como também poem em causa o futuro da investigação e do desenvolvimento científico do distrito e do próprio tecido empresarial. Relativamente ao emprego jovem o distrito, sofre de igual modo de uma elevada taxa desemprego jovem em especial o desemprego jovem qualificado e é atualmente um dos distritos do país que mais têm visto os seus jovens qualificados a emigrar.

CONCLUSÃO:

No seguimento do que foi descrito em cima. os subscritores desta moção consideram que o Estado tem que estar mais presente no processo de aplicação da ciência no modelo económico nacional, e tem que renovar as políticas do investimento no ensino superior e ciência, pois as mesmas não nos parecem uma despesa, mas sim um forte investimento com um elevado retorno no médio longo prazo.

Para tal vimos propor que se invista no Instituto Politécnico de Setúbal num verdadeiro centro de investigação cujo foco e a aplicação será centrada no processo de desenvolvimento e de investimento das PME's do distrito. Será então um centro que visa contratar um conjunto de jovens investigadores em diferentes áreas da ciência, e que os mesmos irão aplicar a investigação produzida diretamente nas PME's que estejam interessadas em desenvolver os seus processos e modelos e capital de negócio. Esperando assim que este "Cluster do conhecimento aplicado às PME's" tenha por base o modelo de uma "Hélice Tripla" com base em três atores fundamentais na melhoria dos processos de competitividade das PME's do distrito através do esforço conjunto da "Universidade (IPS), Governo e a Indústria do distrito". Sendo esta medida aplicável no curto médio prazo, contanto com um período de 2 ou 3 anos para que o projeto possa arrancar na plenitude.

Relativamente às fontes de financiamento, estão divididas em 4 parcelas.

- Verba do OE através da FCT.
- Fundos Europeus do programa de Portugal 2020 nomeadamente o FSE, FEDER e outros fundos europeus a estudar.
- Verbas de empresas e entidades parceiras do centro de investigação.
- Fundos do IAPMEI.

Importa frisar que para haver um funcionamento regular e produtivo deste centro, é necessário haver uma gestão autónoma do seu orçamento e é necessário haver um fundo mínimo para que se possa cumprir com os objetivos que vão ser propostos.

Esta proposta tem um conjunto de objetivos que o investimento no Centro procura corresponder.

- Melhorar no curto médio prazo, da competitividade das PME's do distrito de Setúbal (Inovação do capital fixo e dos modelos de gestão, melhoria da qualificação dos quadros humanos).
- Aproximar a ciência ao mercado e o mercado á ciência.
- Incentivar o emprego qualificado jovem.
- Gerar sinergias entre entidades e as PME's.
- Inovar o modelo dos parques de ciência e tecnologia (Tagus Park).
- Promover investimentos em FBCF e em novos modelos e projetos de negócios (Business Angels do Conhecimento).

NOTA FINAL:

Com esta medida tentamos ir de encontra aos problemas da economia do distrito, em especial dotar o distrito de uma indústria mais competitiva e produtiva. O que certamente trará benefícios económicos ao país, e em termos sociais conseguimos também prever e tentar atenuar o grave problema do desemprego qualificado jovem e da migração dos quadros qualificados que são preciosos para virar a situação de desastre económico com que este país se depara.

A medida permite a contratação de jovens investigadores para o centro de investigação e assim consegue-se impedir que migrem um conjunto de jovens altamente qualificados, ao que os mesmos possam aplicar o investimento que o país efetuou na sua educação e formação, na melhoria do tecido empresarial do seu distrito e gerando assim um benefício para o próprio país. A proposta permite ainda que no médio prazo exista um incentivo à contratação de mais jovens altamente qualificados, para pertencerem aos quadros das PME's que foram visadas nos processos de melhoria de I&D, e dos modelos de gestão, de modo a dar uma continuidade ao processo de incremento de conhecimento e melhorias do desempenho por parte das mesmas.

Podemos denotar que esta medida é uma medida universal, ou seja pode ser perfeitamente aplicada em qualquer instituto universitário do país, ao que pensamos que terá um efeito muito positivo em todas as regiões do interior do país. Pois tratam-se das regiões mais afetadas com as assimetrias de carácter económico nacional, e possibilitando assim a reversão dessas assimetrias, pois uma melhoria da competitividade das PME's (motor económico destas regiões) será certamente um fator de atração de população e de jovens e irá dotar a região de uma melhor performance económica com benefícios claros para as populações. Denotando que esta moção detém um carácter equitativo, visto que a

sua aplicação pode trazer benefícios não só para o distrito de Setúbal, mas a qual quer região que queira aplicar este modelo de industrialização do conhecimento.

1º Subscritor: André Brás dos Santos, Barreiro

FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PLANOS CURRICULARES

A presente moção tem como objetivo apelar à obrigatoriedade da Formação para a Cidadania nos planos curriculares do sistema de ensino público português.

O dicionário Priberam define cidadania como “*zelo em contribuir para o progresso da pátria*” e dentro dessa lógica é benéfico que a cidadania seja objeto de aprendizagem e discussão de forma efetiva no espaço da escola.

É alarmante o desconhecimento das instituições e o distanciamento da vida pública que os mais jovens da população têm atualmente. É sabido que as taxas de abstenção crescentes surpreendem em cada ato eleitoral e a grande maioria dos abstencionistas concentram-se entre esta faixa etária.

Face a estes factos consumados da nossa sociedade atual propomos que o papel da escola no desenvolvimento pessoal e social dos seus alunos volte a ser proponderante na construção de cidadãos informados e participativos. Mais do que uma vertente interdisciplinar, urge a criação de um espaço específico e obrigatório no plano curricular que preencha o vazio de formação para a cidadania que o sistema de ensino atual relegou para uma opção de cada escola.

Os alunos são já incentivados a participar nos diferentes órgãos escolares como o Conselho Geral e as Associações de Estudantes, no entanto fica de fora da participação ativa na comunidade escolar a grande maioria dos estudantes. A formação de um indivíduo ativamente participativo na sua comunidade deve começar na escola e a participação e envolvimento nos órgãos escolares pode ser um promissor ponto de partida.

Assim, esta disciplina deve ter como ponto de partida a escola e os seus órgãos, sendo depois alargado o espectro para os órgãos de soberania locais, nacionais, europeus e ainda organizações de âmbito internacional. A Formação para a Cidadania deve ser também pautada por uma componente essencialmente prática envolvendo a participação dos alunos em debates e atividades de grupo.

As linhas orientadoras da DGE para a disciplina apontam várias dimensões para serem objeto de debate dos alunos em sala de aula. São áreas que contribuem para a formação pessoal e social de cidadãos e que podem e devem ser abordadas em diversas vertentes:

- Educação Rodoviária;
- Educação para o Desenvolvimento;
- Educação para a Igualdade de Género;
- Educação para os Direitos Humanos;
- Educação para a Segurança e Defesa Nacional;
- Promoção do Voluntariado;
- Educação Ambiental/Desenvolvimento Sustentável;
- A Dimensão Europeia da Educação;
- Educação para os Media;
- Educação para a Saúde e Sexualidade;
- Educação para o Empreendedorismo;
- Educação Intercultural.

O caminho para a formação de cidadãos deve ser feito tendo por base várias visões e o confronto dos alunos com as várias realidades da sociedade atual. As escolas devem adequar a sua disciplina de Formação para a Cidadania aos recursos humanos que dispõe e também ao contexto social onde estão inseridas.

A disciplina seria obrigatória no fim do segundo e terceiro ciclos do ensino básico assim como no 11º ano do ensino secundário. A opção indicada para o ensino básico prende-se com a necessidade de adicionar uma formação complementar no fim de cada ciclo de ensino. Em aberto fica a hipótese das escolas optarem por dar continuidade à disciplina ao nível do ensino básico. Relativamente ao ensino secundário, os vários fatores inerentes ao último ano do ciclo como a pressão sentida pelos alunos pela média e exames finais, apontaram para o 11º ano como a altura ideal para que esta disciplina tenha lugar.

Seria benéfico para os alunos que fosse implementado um sistema de aulas por módulos em que diferentes professores estariam afetos. Assim, consoante a sua área de formação, cada professor estaria encarregue por um ou mais módulos da disciplina. Em termos de

carga horária, as turmas do mesmo ano curricular teriam a disciplina simultaneamente, no mesmo horário. Destinar-se-ia a cada professor o módulo correspondente, e cada professor percorreria uma turma, lecionando o seu módulo. Designa-se como Sistema Rotativo de Professores. Esta é uma proposta que deve ser adequada à realidade de cada escola e às suas especificidades.

Fundamental é também que os professores tenham formação completar aos módulos que se encontrem a lecionar da disciplina. É também pretinente que os professores optem por trazer ao meio escolar convidados que estejam ligados à participação cívica, de modo a alertar os alunos à preocupação com a crise vivida nos nossos dias e incentivar a participação ativa na sociedade.

Formação para a Cidadania deverá ter ainda como objetivos:

- Desenvolver o sentido crítico;
- Envolver os alunos com as problemáticas da comunidade;
- Estimular a reflexão e debate;
- Incentivar a expressão de ideias e opiniões pessoais;
- Impulsionar a participação cívica dos alunos.
- Dar a conhecer as organizações e a estrutura da democracia;
- Estabelecer o contacto com os decisores políticos;
- Promover visitas aos locais de decisão;
- Educar cidadãos informados e conscienciosos.

CONCLUSÃO:

A presente moção propõe a obrigatoriedade da disciplina de Formação para a Cidadania no fim do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e no 11º ano do ensino secundário como complemento à formação curricular dos alunos.

A disciplina deve assim proporcionar aos alunos uma visão abrangente da organização da nossa sociedade, da vida pública e da forma como se articulam as organizações. Tem por objetivo a formação de cidadãos informados e participativos na sociedade. As linhas orientadoras da Formação para a Cidadania, fornecidas pela Direção Geral de Educação, afirmam: “a abordagem curricular da educação para a cidadania pode assumir formas diversas”. Todavia, o que se verifica na prática é que a não existência da disciplina traduz-se na não abordagem de temáticas essenciais para a vida em comunidade.

Não pode ser opção formar cidadãos que não zelem pela sociedade e que não conheçam a forma como está organizada. É primordial que os planos curriculares contemplem esta vertente.

1.º Subscritor: João Fernandes, Barreiro

Orçamento Participativo Jovem

Actualmente, o progressivo afastamento dos jovens em relação à política e à coisa pública é um sintoma alarmante dos problemas que as democracias ocidentais hoje enfrentam. As mudanças socioculturais a que assistimos nos últimos 50 anos levaram necessariamente a que os cidadãos interajam hoje de forma diferente com os conceitos de participação e cidadania. Nos anos 50 e 60, o capitalismo promoveu a integração do proletariado no processo de acumulação do capital, pela via da massificação e diversificação do consumo e do consequente aumento de bem-estar da população. O advento das sociedades pós-modernas gerou uma classe média mais numerosa no Mundo Ocidental mas também mais indiferenciada em termos políticos. O cidadão pós-moderno deixou de encarar as soluções colectivas como um veículo para a resolução dos seus problemas individuais - passou a participar menos em organizações colectivas e a investir mais na sua valorização individual para ascender socialmente. A despolitização das sociedades pós-modernas foi acentuada pela explosão das tecnologias da informação e da comunicação e pelo subsequente aprofundamento da globalização. Numa sociedade marcada pelo individualismo e pelo consumismo, as gerações mais jovens foram-se tornando gradualmente mais despolitizadas e com vínculos tendencialmente mais fortes aos valores materiais do que às questões de consciência colectiva.

Em consequência da democratização tardia, só a partir dos anos oitenta é que a sociedade portuguesa começou a importar em pleno os padrões socioculturais que se tinham desenvolvido no Mundo Ocidental durante a segunda metade do século XX. A crescente despolitização da Sociedade Portuguesa e a descredibilização da classe política produziram um claro divórcio entre os cidadãos e a política, os partidos e as instituições democráticas. Portugal é, de acordo com os sucessivos relatórios da OCDE nos últimos anos, um dos

Países Europeus com maior défice de participação cívica, sobretudo nos escalões etários mais jovens. As gerações nascidas entre as décadas de 80 e 90 são progressivamente mais despolitizadas e completamente alheias ao sistema político que as representa.

Há que combater esta crescente dissociação entre a sociedade civil e a política, em particular nos escalões etários mais jovens, pois disso dependerá o futuro da democracia e das suas instituições. Um maior investimento em educação para a cidadania desempenha um papel muito importante nesta matéria, mas precisamos de ir mais longe. Perante a descredibilização das instituições, temos de constituir mecanismos complementares para a democracia representativa que a reaproximem dos mais jovens, nomeadamente, reforçando-a numa dimensão mais participativa. Urge criar novas formas de participação cívica mais activa e directa que consigam modernizar a interacção entre os cidadãos e os assuntos da Pólis.

O poder local autárquico é por excelência o nível de representação política mais próximo das populações e por isso mesmo o mais apropriado para a implementação destes mecanismos. Os orçamentos participativos, já implementados em várias autarquias do País, constituem um óptimo exemplo de políticas públicas que podem ser tomadas com o objectivo de reforçar o envolvimento dos cidadãos nos assuntos da sua cidade.

Um caso particular dos orçamentos participativos, o orçamento participativo jovem tem o objectivo de sensibilizar e aumentar a participação dos jovens nas decisões políticas do seu concelho, tendo sido implementado em várias autarquias socialistas por todo o país. Consiste normalmente numa assembleia de jovens, reunida para discutir a atribuição das verbas do Orçamento Municipal para a área da juventude, ou de uma parte dessas verbas, a um determinado conjunto de projectos apresentados em sede de plenário nessa mesma assembleia, sob proposta da Câmara Municipal ou dos próprios membros da assembleia. O orçamento participativo jovem pode ser uma ferramenta valiosa para aumentar a participação dos jovens nos assuntos do poder local e enriquecer a tomada de decisão política na área da juventude, em paralelo com os conselhos municipais de juventude e as associações juvenis neles representadas. Não obstante, num país em que o associativismo juvenil não está suficientemente desenvolvido e organizado, dispondo de apoios cada vez mais escassos, o orçamento participativo jovem pode ser muito importante em dar voz de uma forma mais directa aos cidadãos mais jovens, sobretudo em concelhos cujo tecido associativo não seja tão dinâmico ou em concelhos que tenham uma realidade de participação associativa mais baixa. Com divulgação apropriada, e envolvendo as escolas no processo, o orçamento participativo jovem pode dar um contributo fundamental no enriquecimento da participação cívica dos mais jovens e da qualidade da decisão política em matéria de juventude.

No entanto, como muitas outras políticas públicas em Portugal, o orçamento participativo jovem carece de um enquadramento legislativo a nível nacional, visto que a sua implementação tem sido efectuada de forma casuística, dependendo em grande parte da boa vontade das autarquias em implementá-lo. Em muitos concelhos, como em algumas autarquias do Distrito de Setúbal, a JS e o PS têm importado as boas práticas de várias autarquias socialistas nesta matéria e apresentaram algumas propostas de orçamento participativo. No entanto, em muitas destas autarquias governadas pelo PCP no Distrito de Setúbal, o conselho municipal da juventude ainda não instalado, tal como previsto na lei, ou, nas poucas autarquias em que já foi instalado, apresenta graves problemas de funcionamento.

À semelhança da postura que o PCP tem assumido com o CMJ (com a diferença de que este último está consagrado na lei), as propostas de orçamento participativo têm sido sucessivamente rejeitadas por “não estarem de acordo com a cultura de participação democrática defendida pelo PCP”. No Distrito de Setúbal, a JS tem lutado contra esta concepção ultrapassada e monolítica de cidadania que ao longo dos anos não tem mostrado abertura a novas formas de participação no poder local, mais próximas dos cidadãos.

Em 2009, o governo socialista liderado por José Sócrates instituiu a moldura legal dos Conselhos Municipais de Juventude e criou a lei 8/2009 que regulamentava o seu funcionamento. Entendemos que, à semelhança do que foi feito com os CMJ's, o orçamento participativo jovem necessita de um enquadramento legal a nível nacional que possibilite a sua afirmação ao nível autárquico por todo o país e que defina de forma estrutural e uniformizada o seu funcionamento.

CONCLUSÃO:

Assim, o XIX Congresso Nacional da Juventude Socialista delibera:

- a) Reafirmar, tal como consubstanciava a Moção Global de Estratégia aprovada há dois no Congresso Nacional da JS, a defesa do orçamento participativo jovem como um instrumento importante para fomentar a participação dos jovens na vida pública, em particular a nível autárquico, e para enriquecer a tomada de decisão política em matéria de juventude.
- b) Defender um enquadramento legal para o orçamento participativo jovem que estabeleça a sua instituição no poder local autárquico como um mecanismo

complementar de participação e que defina standards para a regulamentação do seu funcionamento.

1.º Subscritor: Pedro Silvestre, Barreiro

Descentralização de competências administrativas - o caminho para a Reforma do Estado e para a Regionalização em Portugal

A Regionalização surge na discussão do sistema político português em 1976, sendo encarada como o caminho para a descentralização do Estado e dando voz às aspirações democráticas de um desenvolvimento coeso e equilibrado de todo o País. Estas reivindicações das forças políticas e sociais foram impulsionadas pelo fim do Estado Novo, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, sendo que o programa de descentralização esboçado na altura não suscitou resistência ou discordância por parte das diferentes forças partidárias.

A entrada da Regionalização na Constituição de 1976 deve-se aos princípios consensualmente aceites para subverter a tradição centralista, burocrática e antidemocrática da administração de Salazar e Marcelo Caetano.

Apesar de previsto na Constituição da República Portuguesa a criação de Regiões Administrativas desde então, a necessária regionalização e descentralização administrativa não tem obtido, afinal, o apoio necessário de sucessivos governos e dos respectivos grupos parlamentares.

A 8 de Novembro de 1998 realizou-se em Portugal um referendo sobre a Regionalização tendo o Não obtido uma maior votação, com cerca de 60% das intenções de votos. Este resultado deveu-se à não concordância da maioria dos portugueses com as 8 regiões propostas e, acima de tudo, aos argumentos falaciosos defendidos pelos apoiantes do Não à Regionalização que entre os quais se destacaram:

- O suposto aumento da burocracia quando, muito pelo contrário, iria simplificar, por adaptação às realidades locais, os processos administrativos que servem as pessoas e reduzir o tempo de decisão;
- A suposta fragmentação da coesão política e solidariedade nacional, quando as regiões administrativas poderiam contribuir para um desenvolvimento mais harmonioso do conjunto do território, reduzindo assimetrias e reforçar a coesão nacional;
- A suposta perda de competências por parte dos municípios quando as regiões administrativas apenas exerceriam competências que os municípios não podem exercer por falta de legitimidade territorial ou dimensão.

Considerando que as regiões administrativas são criadas simultaneamente e dependem do voto favorável expresso pela maioria dos cidadãos eleitores, conforme referido nos Artigos 255º e 256º da Constituição da República Portuguesa de 2005, o caminho para a descentralização em Portugal tem de ser outro!

Hoje, a cerca de um ano das eleições legislativas, surge uma nova oportunidade para discutirmos e priorizarmos este tema em Portugal.

A inclusão do tema da Descentralização Administrativa na “Agenda para a Década”, por parte do nosso camarada e Secretário-geral do Partido Socialista António Costa, é de uma extraordinária oportunidade, uma vez que só podemos reformar o Estado com uma administração mais próxima dos portugueses. A simplificação e optimização do Estado, a desgovernamentalização e legitimação democrática pelos autarcas da região das CCDR e o fortalecimento da integração territorial das políticas públicas ao nível de cada uma das cinco regiões do continente são um excelente princípio de discussão, **mas a Juventude Socialista tem de ambicionar mais!**

Esta é uma questão fracturante que cabe à nossa estrutura defender tendo em conta o impacto que também poderá ter nos jovens portugueses que representamos. Com uma Administração Pública descentralizada existiriam centenas de postos de trabalho qualificados com responsabilidades acrescidas em cada região, evitando a saída de quadros superiores para as duas grandes metrópoles de Portugal e contribuindo para uma maior coesão em todo o território.

Existem, a nosso ver, três grandes vantagens nesta descentralização de competências:

- **Eficiência e produtividade** – Uma melhor afectação dos recursos disponíveis é possível com os decisores políticos e técnicos mais perto da origem do problema. A eliminação de barreiras burocráticas e a atribuição de novas competências aos

responsáveis em cada região permitem, só por si, uma maior produtividade da gestão e das organizações;

- **Proximidade** – Este é um dos factores mais importantes para a melhoria das decisões políticas que dizem respeito a qualquer cidadão. As decisões centralizadas em Lisboa, por via da actual organização do Estado, não têm nem podem ter em conta as reais necessidades das populações afectadas. Temos sentido este desfasamento para com a realidade, ao longo dos últimos anos, em áreas como a Saúde, a Educação, a assistência social e o Emprego;
- **Responsabilização** – Com a proximidade dos decisores às populações locais, estes têm um maior envolvimento nos problemas e dificuldades dos cidadãos. Este conhecimento de causa dá-lhes uma maior responsabilidade na prossecução das competências que lhes estão atribuídas, de modo mais rápido e eficaz, legitimando ainda mais a atuação da administração junto dos administrados que serve.

Após uma reflexão sobre as vantagens e desvantagens de toda a mudança associada à descentralização de competências administrativas em Portugal, consideramos esta uma excelente oportunidade para a JS se afirmar na dianteira da discussão e implementação deste modelo no nosso país.

Assim, a Juventude Socialista, deve defender a curto-prazo:

- A efectivação imediata da eleição do Presidente das CCDR por parte dos autarcas de cada região;
- A atribuição progressiva de competências das instituições desconcentradas em cada região às CCDR, em áreas como o desenvolvimento regional, o ambiente e o ordenamento do território, as frentes ribeirinhas, a educação, a economia, o turismo, o mar e os transportes, bem como articulação/coordenação ao nível das políticas de coesão social, solidariedade e emprego, agricultura e pescas;
- A constituição de um Conselho Económico e Social Regional em cada Região, que acompanhe a CCDR na definição de uma estratégia de desenvolvimento para a Região.
- A constituição de uma equipa de trabalho pluripartidária e com participação das forças vivas da sociedade que estude e aprofunde as diferentes hipóteses de, a prazo e subseqüentemente, abrir a escolha destes dirigentes regionais ao voto dos eleitores das regiões-plano.

Esta é uma excelente oportunidade para nos reafirmarmos progressistas e na frente do debate sobre a Descentralização de Competências, promovendo a optimização de recursos e a democratização e simplificação da Administração Pública.

Desta forma, a Juventude Socialista reforça o seu espaço político e apresenta contributos responsáveis e importantes para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos do nosso país!

1.º Subscritor: Guilherme Apolinário Portada, Faro

EM DEFESA DO METRO MONDEGO

Desde 1906 que as populações de Miranda do Corvo e Lousã tinham à sua disposição a ferrovia do Ramal da Lousã. Àquela data, o comboio era a única forma destas populações se deslocarem à capital do distrito, tempos em que infelizmente não havia escolaridade obrigatória, em que grande parte das populações destes dois concelhos viviam do que a terra lhes dava e do que o seu trabalho conseguia produzir. O comboio foi um dos principais motores do desenvolvimento de toda uma região ao longo de mais de um século.

Passados mais de 100 anos da sua inauguração, a ferrovia do Ramal da Lousã e o eixo Lousã-Miranda do Corvo era o principal eixo de movimentos pendulares entre a cidade de Coimbra e os seus concelhos circundantes. O fluxo anual de passageiros da linha da Lousã estimava-se acima do milhão de passageiros. Este era o meio que transportava a esmagadora maioria dos trabalhadores, estudantes do ensino superior e básico, e utentes dos diversos serviços que a capital de distrito oferece, com realce para os Hospitais da Universidade de Coimbra.

Corria o ano de 1996 quando foi constituída a empresa Metro Mondego, S.A. Foi no então governo de António Guterres que a grande saga do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) começou. Após vários avanços e recuos, muitos estudos e comissões de estudos, só em 2005 foi lançado o primeiro concurso para a construção da linha renovada do Ramal da Lousã, no governo de Santana Lopes, em regime de parceria público-privada, facto que

contou com a firme oposição das Câmaras Municipais de Miranda e Lousã pelo que foi anulado este concurso.

Em 2009 foi finalmente adjudicada a empreitada do SMM, no mandato socialista de José Sócrates, de cariz puramente público, tendo a CP e a REFER como donas de obra. Os carris foram arrancados em toda a extensão da linha e iniciaram-se os trabalhos de execução do projecto. Estávamos no primeiro mês do ano de 2010.

Ainda antes do final desse ano de 2010, e depois de já terem sido investidos mais de 100 milhões de euros, as obras foram suspensas para recalendarização, devido aos constrangimentos económicos que o país atravessava.

Nos meses seguintes, assistimos à queda do governo socialista e aproveitando-se da ânsia das populações, o candidato Pedro Passos Coelho desloca-se em plena campanha eleitoral à estação de caminhos-de-ferro de Miranda do Corvo para prometer a imediata conclusão do SMM.

Depressa se percebeu que seria apenas mais uma das suas mentiras eleitorais, ainda antes do final desse ano de 2011 em que subiu ao poder, o seu ministro dos assuntos parlamentares, Miguel Relvas, afirma que o projeto do Metro está suspenso e que se encontrava a ser avaliada a extinção da sociedade que o geria.

Passaram-se os meses, passaram-se os anos, muitos prometeram que o projeto não ficará parado e sistematicamente esperanças trazidas de novos quadros comunitários vão reacendendo expectativas de que a obra volte à sua atividade plena, corrigindo este problema que assola não só os municípios da Lousã e de Miranda do Corvo, mas também a própria cidade de Coimbra que neste momento possui zonas de obras suspensas em plena baixa, zona turística que de momento está desvalorizada, ficando impedida de ser devidamente aproveitada e realizar lucros como se estivesse a funcionar em pleno.

Assim chegamos ao dia de hoje. Dezoito anos passados e 140 dos 300 milhões de euros que a CP orçamentou como custos do projeto gastos em algo que atualmente se encontra em pleno deterioramento e ainda à espera que algum uso que lhe possa ser dado. Dinheiro que não é privado. Dinheiro que é dos contribuintes. Dinheiro exclusivamente proveniente dos cofres do estado, que na altura foi bem empregue e que aos poucos vai sendo deitado literalmente fora ao invés de ser utilizado na resolução dos problemas crescentes do país e das populações.

As obras no canal de metro e zonas envolventes encontram-se praticamente concluídas, excetuando a degradação que se começa a notar devido ao estado de abandono em que

se encontram há cerca de 4 anos. Falta “apenas” as obras de colocação de carris, catenárias e aquisição de material circulante.

Desde que foram arrancados os carris que as populações dos concelhos de Miranda do Corvo e Lousã são servidas por deficitários transportes alternativos. Mesmo estes se receiam possam ser suprimidos a qualquer momento.

A não inclusão do SMM como um dos 30 projetos prioritários no relatório final do grupo de trabalho para as infra-estruturas de elevado valor acrescentado foi apenas mais um rude golpe que este governo infligiu nestas populações. Foi a certeza da intenção de não concluir esta obra.

Ressalve-se o papel dos atuais deputados do Partido Socialista eleitos pelo distrito de Coimbra que têm sido incansáveis na defesa da conclusão imediata das obras do Metro Mondego, tendo o Partido Socialista votado favoravelmente um projecto de resolução na Assembleia da República nesse sentido, o qual foi infelizmente chumbado pela maioria PSD/PP.

Neste sentido, as concelhias da Juventude Socialista de Miranda do Corvo e Lousã propõem a este Congresso que aprova a presente moção, exigindo a conclusão imediata das obras do Ramal da Lousã e implementação do Metro de Superfície do Sistema de Mobilidade do Mondego.

1.º Subscritor: Tierri Filipe Fontes Lopes, Miranda do Corvo

Introdução de Quotas de Jovens nas listas do Partido Socialista

A presente Moção Setorial vem propor ao universo de militantes de Juventude Socialista deste Congresso e ao atual e futuro Secretário – Geral da JS uma reflexão sobre a introdução de quotas de jovens nas listas do Partido Socialista aos diferentes órgãos Nacionais e Locais.

Proposta esta construída a pensar em valores fundadores e bem alicerçados dentro do Partido Socialista, como a igualdade de direitos e de oportunidades, garantidas através de um Estado Social, contribuindo assim para uma sociedade mais justa, baseada num ideal de desenvolvimento e progresso constantes.

O Partido Socialista tem sido aquele que, nos últimos 40 anos, desde o 25 de Abril mais contribuiu para a igualdade de oportunidades e para o combate à discriminação em Portugal. Deu um salto para o futuro, ao ser o primeiro partido político em Portugal, quando no XIII Congresso Nacional do Partido Socialista em 2002, aprovou a Lei da Paridade, onde dá a indicação de que as suas listas têm que conter obrigatoriamente o mínimo de 33,3% de cada um dos sexos. A única exceção a esta regra prende-se nas Concelhias, Núcleos e/ou Distritos onde o número de um dos géneros não permita atingir a percentagem mínima, tendo somente a obrigatoriedade de o contemplar nas listas, independentemente da percentagem.

Tendo dado esse passo internamente, seguiu-se em 2003, a apresentação de uma proposta de lei no Parlamento, no sentido de estabelecer uma quota mínima, também para as eleições legislativas, autárquicas e europeias, em todos os partidos políticos. Proposta essa que foi ainda mais longe ao rejeitar as listas que não cumprissem essa lei.

Até então existiam muitas e profundas resistências à inclusão de mulheres nos cargos de decisão, tal como, em alguns casos, acontecem com os jovens, muitos deles com provas dadas das suas competências e da sua dedicação à causa pública e partidária. Resistências essas que evidenciam uma clara discriminação que, à falta de regulamentação, se poderá dilatar por muitos mais anos. Certamente, sem esta lei, não teríamos o número de mulheres que temos atualmente na vida política.

Propomos assim que se vá mais longe no momento histórico e, que sejamos novamente o primeiro partido político em Portugal, a regulamentar a inclusão de quotas para a introdução de jovens nas listas do Partido Socialista. É um passo importante para a renovação interna do partido, com novos quadros eleitos, bem como contribuirá para a familiarização dos jovens eleitos para com os diferentes órgãos Nacionais e Locais, adquirindo assim experiência relevante nos mesmos, em contexto real.

Para exemplificar, no Distrito do Porto, aquando as últimas Eleições Autárquicas, foi assinado um Pacto de Gerações, em que a Federação Distrital do Porto do Partido Socialista se comprometia a colocar o número máximo de jovens nas suas listas, o que proporcionou a eleição histórica de muitos novos quadros.

Surgirão também ideias novas, pontos de vista diferentes, bem como sensibilidades diferentes a assuntos diferentes, o que trará também um rejuvenescimento no sentido ideológico, criando assim um debate profundo dentro do partido.

No Partido Socialista bem como na Juventude Socialista, temos muitos bons exemplos de jovens que ocupam agora lugares de destaque na governação das suas autarquias e/ou freguesias, mesmo até a nível Nacional, tendo implementado já medidas importantes para os jovens como, por exemplo, os orçamentos participativos.

Por estes motivos, é nosso objetivo que a Juventude Socialista tenha uma posição assumida relativamente a esta matéria, cooperando com o Partido Socialista no sentido da introdução de quotas de jovens nas suas listas aos diferentes órgãos, Nacionais e Locais, à semelhança do que acontece com a Lei da Paridade, dando assim um passo importante na promoção da igualdade de oportunidades e, conseqüentemente, na sua renovação interna.

Esta não é uma proposta fechada, pelo que, encontramos-nos recetivos a possíveis propostas e alterações a este documento.

1.º Subscritor: André Carvalho, Vila do Conde

A importância das Energias Renováveis na diminuição da nossa dependência Externa

A presente moção setorial visa apresentar a todos os militantes da Juventude Socialista presentes neste congresso e ao Secretário – Geral da JS, algumas propostas que resultem numa balança comercial com um saldo mais positivo. É nossa convicção de que é possível corrigir a economia nacional de maneira sustentável, sem prejudicar o mais importante, as pessoas. Proposta esta construída e com o pensamento no crescimento sustentado do País, levando a uma melhoria das condições de vida, bem como o alívio da carga fiscal que se faz sentir nos dias de hoje. Uma grande parte da riqueza de um estado soberano provém dos seus índices de exportação. Investindo na área da economia, em alguns

setores essenciais, como o das energias renováveis, com vista a um aumento significativo das exportações e consequente diminuição da nossa dependência externa, faria equilibrar a balança comercial.

Portugal, ao longo dos últimos anos tem vindo a assistir a um enorme desequilíbrio da balança económica e social. Tal facto, faz-nos levantar a questão, do porquê de países como a Alemanha ou Noruega, apresentarem uma boa saúde financeira, enquanto nós, pelo contrário, má saúde.

Olhando para o exemplo da Alemanha, onde existe uma forte componente de investimento na economia, como por exemplo, nas grandes marcas de construção do ramo automóvel essencialmente, de origem alemã, que são altamente exportadas para outros países, o que, em termos económicos, fortalece-a e ajuda a ser uma grande potência europeia.

É de dar importância ao facto do saldo da nossa balança comercial ter sido positiva em 2013, algo que já não acontecia há duas décadas mas, mais importante do que atingir o positivo, é saber mantê-lo.

Algo que acredito ser cedo para se poder registar ou avaliar. Só o será possível através do crescente fluxo de exportação e consequente diminuição da dependência nacional para com o exterior, ou seja, havendo um desinvestimento nas importações.

Propostas para o aumento da exportação

1. Melhoramento das interligações elétricas para o exterior, de forma a aumentar os pontos de exportação de energia

Portugal apresenta uma série de elementos naturais que devemos e podemos explorá-los, aproveitando-os assim a nosso favor. Temos uma rede hidrográfica densa, dispoño de uma vasta frente marítima, que beneficia dos ventos atlânticos, bem como uma taxa média elevada de exposição solar anual. Temos assim todas as condições para explorar estes elementos, aproveitando assim o potencial energético da água, da luz, das ondas e do vento.

Atualmente, uma boa parte da energia consumida a nível nacional é renovável. Por vezes, quando a produção excede o consumo é necessário escoar o excedente.

A solução, por agora definida, é vender o excedente a Espanha, dada a proximidade, as boas relações institucionais, bem como as boas interligações elétricas entre os dois países. Isto seria suficiente se Espanha não fosse outro País com bom potencial na produção de

energia renovável, ou seja, na maioria dos casos estamos a fornecer algo que o “comprador” já tem e assim os lucros serão bruscamente diminuídos.

Portanto consideramos de extrema importância o melhoramento das “auto-estradas da eletricidade” para o resto da União Europeia, dado que aí o potencial de produção de energia renovável é baixo, comparado com a Península Ibérica.

2. Mais investimento e valorização do turismo

Somos um País extremamente turístico. Podemos, a olhos vistos, constatar que o crescente sucesso do turismo em território nacional tem melhorado o panorama das exportações. Nesta área acredito que a receita é proporcional ao investimento.

Passando para o plano do concreto, investir significa melhorar serviços, seja através do aumento de empregabilidade, dado que temos bastantes pessoas formadas em áreas de turismo, ou mesmo na reestruturação de locais com interesse turístico, sejam eles privados ou públicos, como hotéis, restaurantes, museus, entre outros.

Para além de investir, também é importante valorizar, ou seja, estabelecer preços e taxas de forma a corresponder à qualidade apresentada. Se temos património cultural de valor como, por exemplo, monumentos ou museus únicos no mundo, porque não valorizá-los, atribuindo preços consoante a sua qualidade? Se temos condições dignas de um turista que quer conhecer algo nosso, porque não valorizar isso e atribuir taxas consoante o bem-estar que o nosso turismo proporciona?

Proposta para a diminuição da importação

Redução substancial do uso de combustíveis fósseis

Portugal não consegue produzir o seu próprio gás natural, ou seja, nessa vertente, dependerá sempre de outrem. Com o sucesso da evolução da produção de energia que assistimos, maioritariamente energia renovável, podemos pensar no gás como último recurso energético.

Antigamente, apenas havia fornos a gás que para além de darem trabalho ao utilizador quando precisa de carregar as botijas, também têm um pequeno risco de acidentes. Agora, todos temos o mínimo de conhecimento para manejar um forno elétrico. Deve-se acabar com a produção de fornos a gás ou, pelo menos, reduzi-la.

Dou também o exemplo do setor dos transportes que, por sinal, é dos que utiliza mais energia sob a forma de combustível fóssil. Deve-se apostar na promoção da compra de

carros elétricos (algo ainda não explorado a um bom nível) em detrimento dos carros tradicionais. Como se pretende nesta moção defender a promoção das energias renováveis como uma das formas de melhorar a balança comercial, nada melhor do que as mesmas serem também fonte de redução de despesas nacionais.

Por último, as centrais elétricas terão menos dependência com combustíveis fósseis se valorizarmos as energias renováveis.

É nossa convicção e objetivo, que a Juventude Socialista, possa encetar uma profunda discussão sobre estas propostas, sensibilizando toda a estrutura para estas problemáticas e que, com o contributo de todos nós possamos encontrar soluções viáveis para o País.

Esta é portanto, uma proposta aberta, pelo que, estamos recetivos a propostas e possíveis alterações a este documento.

1.º Subscritor: Gonçalo Dias, Vila do Conde

A Criminalização da Violência no Namoro

A violência é um comportamento que causa propositadamente dano ou



intimidação moral a outra pessoa. Tal comportamento pode devastar a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado.

A violência sempre existiu e sempre foi reconhecida como tal, no entanto é uma palavra cada vez mais usada, sendo que hoje em dia é duramente associada à violência entre casais. Já durante o século XVIII e XIX, com a afirmação do estado moderno, começou-se a reconhecer a importância da vítima. Em pleno século XXI este ato tem-se tornado cada vez mais comum, nomeadamente em casais jovens. Não é um problema novo mas começou a ganhar maior visibilidade nos últimos anos, denunciando assim esta grave violação dos direitos humanos.

A violência no namoro tem um impacto muito destrutivo sobre as vítimas, independentemente do tipo de violência que é exercido – física, psicológica, sexual. Quando falamos de violência no namoro, falamos de um padrão que se repete, de uma dinâmica relacional em que um dos elementos do casal, através da violência, pretende controlar, dominar, submeter o outro. Inicialmente assume formas de dominação socialmente aceites que, com o tempo, se vão tornando mais graves, frequentes e destrutivas.

Em Portugal existem ainda poucos dados, porém, estes sugerem que a violência no namoro também é um problema social significativo. Os altos níveis de violência encontrados ao longo das investigações em conjuntos com os mitos culturais que a suportam, fazem da violência no namoro um tópico de interesse, tendo em conta que as vítimas raramente procuram ajuda.

O medo de serem culpabilizadas, que os adultos as pressionem para acabar com a relação, pensar que os outros não a irão ajudar, ou recear um castigo se o abuso tiver ocorrido durante comportamentos que são ilegais (e.g. consumo de drogas ou álcool) são motivos pelos quais receiam falar sobre o assunto.

Em Setembro de 2013, foi publicado pelo Jornal Público um artigo sobre jovens aos 21 anos que já referiram pelo menos um caso sobre violência psicológica, coerção sexual e violência física.

Posto isto, é necessário focarmo-nos neste assunto e tomar medidas. Estas não devem ser só dirigidas a jovens, como também às camadas mais adultas uma vez que alguns casos de violência no namoro devem-se ao facto de vivenciarem situações dessas nas suas próprias casas, entre os pais, o que os leva a pensar que esta seja uma conduta normal, e que não há nenhuma consequência e/ou penalização sobre isso.

Se até há uns anos a maioria dos países tendia a negligenciar a existência deste problema, hoje pode-se afirmar que a criminalização da violência doméstica é uma prioridade, facilitando a intervenção do Estado e outros organismos nestas situações. Portugal criminaliza a violência exercida no seio da família, desde 1982.

Esta foi uma aquisição essencial tendo em conta que durante milénios práticas violentas contra as mulheres no seio da família eram não apenas tolerada, como até consideradas como algo que escapava por completo à tutela do Direito e do Estado. Um longo caminho se percorreu desde 1982 até à última modificação nesta matéria. A reforma penal de 2007, aprovada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, introduziu alterações significativas. Desde logo, procedeu-se à automatização do tipo legal de crime intitulado violência doméstica, atualmente previsto e punido pelo artigo 152.º do Código Penal.

Comparativamente à violência doméstica, também este tipo de violência, que ocorre entre muitos casais jovens, deverá ser tratado com cautela, e punido de igual forma.

Como forma de minimizar este problema social, defendemos que há uma necessidade urgente de reformular o programa de ensino português, de forma ser implementado novamente a unidade curricular de Educação para a Cidadania, direcionando o programa para ir de encontro com estes problemas sociais.

Proposta de Plano de Estudo para Unidade Curricular referida anteriormente.

Educação para a Cidadania		
(Frequência Obrigatória)		
	Carga horária	
5º Ano	- Maus Tratos	90 minutos semanais
	. Definição	
	. Consequências dos maus tratos	
	. Tipos de Maus tratos	
	- <u>Bullying</u>	
	. Definição	
	. Efeitos do bullying	
	. Prevenção do bullying	
6º Ano	- Introdução à sexualidade	90 minutos semanais
	. O que é?	
	. DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)	
	. Métodos contraceptivos	
	- Violência	
	. Prevenção	
	. A importância das palavras	
	. NÃO	
	. BASTA	

Em suma, há situações de violência nas relações de namoro e em todos os grupos sociais: as vítimas e as pessoas que agridem podem ser ricos ou pobres, muito ou pouco escolarizados, habitantes em zonas rurais ou urbanas, celebridades ou cidadãos/ãs comuns. A violência não é exclusiva dos/as consumidores/as de drogas ou álcool, nem das pessoas com doenças mentais.

Posto isto, todos temos direito à liberdade, mas essencialmente à dignidade, prevista na nossa Constituição da República. É a dignidade destes jovens que está colocada em causa, que ainda sem grande conhecimento da vida, -e com a ilusão de que ao ter um namorado(a) a sua postura social se altera – não tem discernimento para assumir estes atos como inadmissíveis.

1.ª Subscritora: Adriana Sousa, Miranda do Corvo

ADOÇÃO PLENA POR CASAIS DO MESMO SEXO – DEFENDER DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Desde cedo a JS tem assumido um papel preponderante na sociedade civil, tentando aproximar os jovens da política e do sistema partidário, contribuindo com propostas e estando sempre na linha da frente, travando lutas ao lado dos jovens, refletindo-se em alterações legislativas significativas.

A Juventude Socialista sempre se pautou pela defesa dos direitos, liberdades e garantias, procurando alcançar políticas progressistas com vista à criação de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, refletindo os valores republicanos da liberdade, igualdade e fraternidade. Somente reafirmando o poder interventivo dos nossos jovens perante esta estrutura, persistindo também junto dos órgãos do Partido Socialista, num perpétuo diálogo de abertura, é possível mostrar ao país o empenho da JS, não só na dignificação do regime democrático e do Estado de direito social, como também no debate por uma sociedade mais justa e responsável, garantindo uma igualdade de oportunidades para todos e a afirmação de identidade de cada um.

Deste modo, os jovens socialistas com representação nacional e internacional devem estimular a participação dos jovens nas decisões públicas, de forma responsável, firme e participativa, incentivando também o diálogo perante os órgãos nacionais.

Um dos temas que mais tem preocupado os nossos jovens, e que deveria ser alvo de uma discussão mais alargada, é a igualdade de direitos de todos os cidadãos perante a lei. Este princípio, presente na nossa Constituição, é a base para esta moção que aqui apresentamos, e que reforça a nossa crença de que a adopção plena por casais do mesmo sexo deveria ser uma realidade.

Na segunda alínea do artigo 13º da Constituição da República Portuguesa pode ler-se: “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”. Esta alínea reflecte claramente que a discriminação que tem sido evidente para com os casais homossexuais é um acto contrário à Constituição, prejudicando sobretudo as crianças que aguardam por uma família. Mais, diz o Regime Jurídico da Adopção, Decreto-lei nº 185/93 de 22 de Maio, artigo 6º nº2 - “O estudo da pretensão do candidato a adotante deverá incidir, nomeadamente, sobre a personalidade, a saúde, a idoneidade para criar e educar o menor e a situação familiar e económica do candidato a adotante e as razões determinantes do pedido de adopção”. Ora, e de acordo, com o artigo supracitado, não se entende o porquê da limitação da adopção por parte dos casais homossexuais.

Paralelamente à Constituição, e reforçando esta ideia, temos a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no seu artigo 8º, que consagra o “Direito ao respeito pela vida privada e familiar”, direito este que protege todos os cidadãos, da interferência da autoridade pública na sua vida privada e familiar. Deste modo, não será esta limitação imposta aos casais homossexuais, uma interferência na sua vida privada?

A adopção homoparental é um direito vedado, particularmente pelo enquadramento legal que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo. As crianças têm o direito de ser adoptadas por quem lhes proporcione as melhores condições de vida. A orientação sexual não é, nem deve ser, um factor de exclusão destas famílias perante a lei.

Podemos destacar que o caminho que Portugal percorreu na luta pelos direitos da igualdade é mundialmente singular, afastando-se da maioria dos países, como a Holanda e a Espanha, onde a adopção foi reconhecida em simultânea com o casamento. A co-adopção e a adopção plena de crianças são reivindicações dos grupos sociais que lutam pelo fim de todas as discriminações em função do sexo e/ou orientação sexual. Não há

direitos pela metade. Não devemos baixar os braços; a vitória conseguida no âmbito do casamento não é por si só uma vitória total, esta só ficará completa com o fim da discriminação parental.

Assim, perante o Congresso, apresentamos as seguintes propostas:

- Assumir uma posição pela eliminação de todas as formas de discriminação de género no acesso à adopção por casais do mesmo sexo;
- Reconhecer as famílias já existentes, consagrando o direito à constituição de família;
- Assegurar o superior interesse da criança, perante uma lei discriminatória;
- Apelar a todos os jovens com intervenção política, que defendam a introdução da adopção plena na legislação portuguesa, como um direito efectivo.

Em suma, peço perante o Congresso uma tomada de posição relativamente a esta questão, para que se torne novamente essencial o diálogo e a consciencialização da defesa dos direitos fundamentais. Para uma sociedade mais justa e solidária, vamos lutar pela igualdade de todos perante a lei. Apelo para um olhar retrocesso à história do nosso partido, que sempre esteve na linha da frente no que toca a medidas progressistas, evidenciando os valores socialistas e a abertura do partido.

1.º Subscritor: José Miguel Simões Correia, Miranda do Corvo

Travar a recessão demográfica em Portugal

A questão na natalidade é um dos maiores problemas de longo prazo dos chamados países industrializados, nomeadamente de Portugal. A sustentabilidade demográfica de um país assenta na sua capacidade de se regenerar, mas existem também implicações económicas relevantes associadas a este tópico.

No quadro que desejamos para a nossa sociedade, onde exista solidariedade entre gerações, é a Força de Trabalho de um país que assegura, nomeadamente através das suas

contribuições para a Segurança Social, o pagamento das pensões dos reformados. Ora, por força do aumento da esperança média de vida, a número de reformados tem vindo a aumentar, o que, para que a sustentabilidade da Segurança Social se mantenha, exige um correspondente aumento da população jovem. E este ponto não se tem vindo a verificar, muito pelo contrário.

Segundo dados do Eurostat, entre 2002 e 2012, o peso, em percentagem, da população Portuguesa com idade até 14 anos passou de 16,2% para 14,9%, e a população entre os 15 e os 64 caiu de 67,3% para 66%. Já a população com mais de 64 anos representava, em 2012, 19% do total, quando em 2002 esta percentagem era de 16,6%.

Esta situação indica-nos duas coisas: há mais pessoas a reformar-se, o que implicará mais dinheiro para pagar as suas pensões, e em contrapartida temos menos pessoas a contribuir para a Segurança Social, e menos pessoas que irão, no futuro, integrar a Força de Trabalho.

Se mantivermos os atuais níveis de contribuições para a Segurança Social, temos então três formas de solucionar este problema:

- Aumento da idade de reforma, ou seja, fazer com que quem trabalhou uma vida inteira pague o custo dos problemas de natalidade do nosso país;
- Fazer cortes nas pensões dos reformados, prejudicando-os assim num direito elementar de quem trabalha, numa sociedade democrática;
- Promover um aumento de natalidade.

A terceira alternativa será sempre a opção mais justa, mas também a que garante a sustentabilidade em qualquer país, para o futuro. É por isso que a presente moção se foca no tema da natalidade.

A taxa de natalidade dos países Ocidentais, e de Portugal em particular, tem vindo a cair, ao contrário do que seria desejado. O número de nados vivos em 2013 ficou 8% abaixo do valor verificado em 2012, com o número médio de crianças por mulher em idade fértil a ser de apenas 1,2, valor muito abaixo do necessário para manter a população Portuguesa nos níveis que temos atualmente.

Vale a pena referir, também, que desde que o atual governo PSD/CDS entrou em funções, a taxa bruta de natalidade não parou de cair, quando em 2010, ainda durante o governo do PS, se verificou uma inflexão desta tendência.

Por outro lado, devemos olhar para além das estatísticas, e encontrar as principais causas deste declínio na natalidade. As causas são sobretudo financeiras e profissionais.

Quando falamos de causas financeiras, referimo-nos a famílias que, podendo desejar ter filhos, estimam não ter um rendimento que lhes permita realizar essa sua vontade. Este ponto torna-se um flagelo no atual contexto de ação do governo PSD/CDS, cujas políticas provocaram, em três anos, um acentuado aumento da taxa de desemprego e da carga fiscal. Vale também a pena sublinhar que, sempre que são tomadas decisões políticas no sentido de liberalizar o mercado de trabalho e a mobilidade dos trabalhadores, a incerteza quanto ao futuro aumenta junto daqueles que trabalham, e este fator tem, logicamente, um impacto negativo na taxa de natalidade.

Por outro lado, existem as restrições provocadas pelos horários de trabalho impostos pelas empresas, sobretudo no setor privado. E nesta matéria vale a pena compreender que uma pessoa/casal pode não ter sido atingida pelo desemprego, pode ter rendimentos que lhe permitam sustentar um filho, mas não o fazer por força da crescente liberalização do mercado de trabalho, onde horários muito acima dos referidos nos próprios contratos de trabalho são sistematicamente praticados, e onde o/a trabalhador(a) não tem o poder negocial para defender os seus direitos.

Esta é uma situação onde gestores e acionistas conseguem uma transferência ilegal de valor económico vinda de quem trabalha, e nós, Socialistas, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que deixe de se verificar.

Deste modo, às necessidades de maior produção de uma empresa irão corresponder maiores rendimentos para quem trabalha (por via da isenção de horário, que leva a um aumento salarial) ou um aumento da procura de trabalho pelas empresas, permitindo efeitos positivos em termos de emprego.

Face a esta realidade, vimos propor as seguintes medidas, de forma a promover o aumento da taxa de natalidade:

- Dado que a taxa de natalidade está bastante abaixo de 2, propõe-se o alargamento de benefícios para famílias com dois ou mais filhos, nomeadamente no domínio dos transportes e de propinas, com o valor descontado a poder ser reembolsado pelo beneficiário (filho) quando este integrar a Força de Trabalho e o seu rendimento anual estiver acima dos 12.000 euros;
- Reforço da fiscalização e sanções às empresas onde se verifique abuso na carga horária continuados para com os seus colaboradores ou pressão sobre os trabalhadores

para que estes evitem procriar. Verificando-se não conformidades com os horários constantes no contrato de trabalho, as multas correspondentes devem ser agravadas, e essas empresas devem ficar obrigadas a conceder um período semelhante a uma licença de parentalidade aos trabalhadores que sejam alvo destas práticas suportado pela empresa e pagamento de indenizações diretamente aos trabalhadores além das devidas multas.

1.º Subscritor: Guido José Paula de Campos Vieira Pires, Lisboa

Boa-administração, eficiência e economicidade política

Vivemos tempos de grande descontentamento do eleitorado face aos partidos políticos e frente ao caminho que está a seguir a nossa democracia.

É necessário coadunar aquelas que são as novas exigências do bom viver democrático com os princípios e regras que devem nortear o funcionamento dos partidos políticos. Assim o objetivo desta moção é aprofundar, valorizar, e enquadrar aqueles que são os princípios que devem ser a base deste funcionamento, e centrar mais concretamente na postulação dos princípios da boa administração, eficiência e economicidade.

Na sua vertente teórica, no seu alcance prático, na sua postulação efetiva no âmbito político. Para tal, importa referir o SIADAP, como instrumento de avaliação do trabalhador, podendo e devendo ser feito um paralelismo com o funcionamento administrativo de um partido político.

Numa fase posterior, será essencial efetuar uma resenha histórica, e a incidência dos princípios orientadores na legislação eleitoral através da jurisprudência que se foi construindo.

Numa terceira fase, importa realçar o forte acervo comunitário que hoje sofremos. E este forte acervo comunitário, nota se bem através da disciplina da do socialismo europeu, o PES (party european socialism).

Importa finalmente, mostrar de uma forma cabal, que os princípios da boa administração, da eficiência e da economicidade devem estar em junção, em proximidade e esse equilíbrio faz com que sejam, traves mestras que devem e têm de ser seguidas nos difíceis tempos que hoje nos deparamos.

Cada vez mais, eficiência, boa-administração e economicidade se revestem como adjetivos que obrigatoriamente têm de estar bem plasmados na prossecução dos interesses comuns a que estamos adstritos.

Os tempos não são fáceis e os desafios a alcançar são cada vez maiores e as exigências cada vez mais prementes. A presente moção visou dar uma perspetiva ampla do caminho que o funcionamento partidário deve seguir.

O dever de boa administração eleitoral parece traduzir-se na obrigação de prosseguir o interesse da maior parte apontando, em cada caso concreto, as soluções mais eficientes, expeditas e racionais, quer de um ponto de vista técnico, quer de uma perspetiva financeira.

Quando falamos no princípio da eficiência partidária convém referir que tal preceito subordina o administrador das associações a praticar as suas atividades primando pela supremacia do interesse público em relação ao privado, atuando com racionalidade ético-moral e de forma axiologicamente neutra.

O princípio da eficiência busca, em síntese, uma maior produtividade e economicidade, não deixando de lado a constante melhoria organizacional e capacitação de pessoal, como também o equilíbrio das finanças e de todo o sistema institucional-legal.

E pegando agora no conceito do princípio da economicidade devemos salientar que a nível global este princípio fundamental relaciona-se com a obtenção dos resultados esperados com o menor custo possível.

Unimos a celeridade, a máxima qualidade e o custo mais baixo na prestação de um serviço ou no relacionamento com os entes públicos e/ com os entes privados. E assim o balanço financeiro será sempre muito positivo.

Mas a ordem partidária neste axioma principiológico não é só feita no ordenamento jurídico interno, há também e apresentando um enfoque cada vez mais preponderante um ordenamento jurídico comunitário.

E para que possamos olear o funcionamento de todos os trâmites dos partidos com um modelo de funcionamento da administração pública, valerá a pena que se atinjam níveis

máximos de eficiência, pautando-se sempre por garantir o cumprimento escrupuloso do princípio da economicidade, seguindo os ditames de que para se fazer bem é necessário que exista um mecanismo de avaliação de desempenhos.

Este é um dos aspetos mais importantes da gestão de quaisquer recursos humanos, e quando devem fornecer um serviço a população, a avaliação é essencial, deve ser obrigatória e deve ser o parâmetro único de apreciação.

Deste modo e rapidamente, sob pena de ser tarde demais urge efetuar estas mudanças que credibilizem o sistema político e que deem respostas cabais às necessidades e esperanças da população.

1.ª Subscritora: Marta Isabel Silva Alves, Fafe

Consumidos pela Pobreza

Em nós reside uma capacidade intrínseca de criar e transformar a nossa sociedade mais justa, mais igualitária, procurando criar oportunidades para todos, sem exceção.

A juventude está desiludida com a irresponsabilidade e o fracasso desta falsa democracia de direita, uma democracia que neste momento está de costas voltadas para a pobreza jovem sendo um grande agravamento na atualidade.

Esta democracia de direita envolveu-nos numa maré de irresponsabilidade, que augura um futuro incerto, de muitos deveres e poucos direitos.

É uma verdadeira maré “negra” e é preciso afastar os jovens desta escuridão, é preciso lutar para manter os jovens em Portugal e não os afastar com a emigração.

Eu não aceito, nem vou aceitar que tentem afastar do meu País.

Segundo os dados o Eurostat, há cada vez mais jovens portugueses que enfrentam o risco de pobreza.

Um em cada três jovens em Portugal, com idades entre 20 e 24 anos, está naquela situação.

São valores que acompanham as médias da União Europeia, como também acompanham as realidades regionais.

Um terço dos jovens lusos não estuda ou está sem emprego.

A pobreza é um problema complexo e multidimensional, com desenvolvimentos ao mesmo tempo na área nacional e internacional.

Não é possível encontrar uma solução uniforme, com aplicação universal para o combate à pobreza.

Antes, é fundamental para a solução deste problema que se possa lutar pela erradicação da pobreza e da fome, maior equilíbrio na distribuição da renda e desenvolvimento de recursos humanos.

Estes desafios continuam sendo imprescindíveis em toda parte.

O combate à pobreza é uma responsabilidade de todos.

Quando na infância e na adolescência não se reúnem um conjunto de condições para um normal desenvolvimento psíquico existem sempre consequências negativas.

A personalidade é habitualmente afetada, transformando-se em alguns casos numa personalidade doente e perturbada.

Neste contexto, estes jovens têm grandes dificuldades de adaptação à sociedade, as relações interpessoais são problemáticas, sendo reduzida tolerância à frustração, o que juntamente com a pressão do grupo e alguma impulsividade pode explicar, alguns comportamentos antissociais observados.

As expectativas sobre a vida de destes jovens são muito baixas e a sua existência está frequentemente centrada no aqui e agora.

Se perguntarmos a alguns deles qual é o seu projeto de vida, a resposta habitual é o silêncio.

Se insistirmos na pergunta, a resposta surge num tom irritado, “Nunca pensei muito sobre isso”.

Esta é a maior pobreza, ser jovem e não conseguir pensar no futuro.

Uma política sustentável deve estar voltada sobretudo para a conservação e a proteção dos recursos e deve considerar devidamente aqueles que dependem dos recursos para sua sobrevivência.

Não sendo assim, tal política poderia ter um impacto adverso tanto sobre o combate à pobreza como sobre as possibilidades de êxito a longo prazo da conservação dos recursos e da sua sustentabilidade.

Do mesmo modo, qualquer política de desenvolvimento voltada principalmente só para aumento da produção de bens, caso deixe de levar em conta a sustentabilidade dos recursos sobre os quais se baseia a produção, mais cedo ou mais tarde haverá de defrontar-se com um declínio na produtividade e isso também poderia ter um impacto adverso sobre a pobreza.

Uma estratégia voltada especificamente para o combate à pobreza, portanto, o requisito básico para a existência de desenvolvimento sustentável.

A fim de que uma estratégia possa fazer frente simultaneamente aos problemas da pobreza, do desenvolvimento sustentável, é necessário que se comece por considerar os recursos, a produção e as pessoas, bem como, simultaneamente, questões demográficas, o aperfeiçoamento dos cuidados com a saúde e a educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens, e das comunidades locais, e, ao mesmo tempo, um processo democrático de participação, associado a um aperfeiçoamento de sua gestão.

O caminho faz-se conservando o Estado Social, criando políticas que permitam atenuar as desigualdades sociais, eliminando o fosso social no qual se encontram milhares de famílias, lutando contra medidas de promoção da precariedade laboral, lutando contra a imposição fiscal deste Governo aos mais desfavorecidos.

Por experiência posso afirmar que muitos destes jovens sentem falta de amor, pois têm graves carências afectivas.

Dentro de si próprios persiste um enorme sentimento de revolta e rancor.

Por vezes mistura-se ainda um sentimento crónico de vazio interior.

Assim, basta um pequeno rastilho para surgir a agressividade e a violência.

Mas o problema também tem outra dimensão.

A nossa sociedade tem promovido nos últimos anos, junto dos jovens, uma cultura afectiva epidérmica, superficial, onde tudo é sexualizado e erotizado.

Por esse motivo, nota-se um autêntico analfabetismo emocional, bem visível pelo fato de atualmente muitos jovens não disporem sequer de um vocabulário diversificado para expressarem as suas emoções.

Tudo se resume ao **gosto, não gosto, desejo-te, já não significas nada para mim.**

Para os mais desatentos, bastará assistir a alguns reality shows para se comprovar este fenómeno que não é mais do que a promoção da “estupidificação” afectiva da sociedade.

Uma boa adaptação social obriga a que possamos compreender os nossos sentimentos.

As nossas emoções também se pensam e isso é essencial para o autocontrolo, tão útil na nossa vida. Sem autocontrolo não somos verdadeiramente pessoas livres, já que ficamos escravos das nossas emoções.

É nesta base que assenta o conceito de inteligência emocional e que pode ser desenvolvido em qualquer um de nós.

Devemos, sempre, alertar para o incumprimento dos nossos direitos, direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa e apostar, incansavelmente, na inclusão das vítimas do Governo de Coligação PSD/CDS.

É Fundamental inculcar nas crianças e nos adolescentes o sentido de responsabilidade e a sede de informação da realidade, dos problemas que afetam as nossas ruas, escolas, freguesias e câmaras, porque no final a decisão passa também por nós.

É importante debater, intervir e apresentar soluções e propostas políticas concretas e efetivas que incentivem os jovens a intervir e a opinar, dando-lhes voz, e reconhecendo o seu mérito.

Temos, ainda, que contar com o apoio do Partido Socialista para, de forma concertada, encontrarmos soluções para a juventude portuguesa.

Não basta adaptar medidas caritativas no combate a pobreza temos de ser capazes de concretizar propostas executivas:

1. Revindicar a criação de programas que apoiam o desenvolvimento da capacidade dos jovens na gestão dos seus orçamentos familiares, por mais pequenos que estes sejam,

estimulando assim também, hábitos de poupanças e sustentabilidade dos recursos que tanto faltam ao nosso país.

2. Debatermo-nos por maior incentivo no investimento e divulgação de projetos e planos de apoio ao empreendedorismo jovem, como microcréditos e outros planos de financiamento.

3. Criação de uma bolsa solidária tendo como objetivo os jovens com famílias menos favorecidas, oferecendo assim condições de competição no mercado trabalho.

4. Envolvermos as IPSS'S e demais entidades público-privadas sociais com a Juventude Socialista, para um maior acompanhamento da realidade social dos jovens e contribuirmos de forma célere com a criação de políticas para apoiar os jovens na construção de soluções para a sua vida.

Esta é a nossa visão pessoal, que este governo tem vindo a degradar o “País” com políticas monarcas que tem vindo a traduzir-se em pobreza pelo caminho que estamos a ir não só existe pobreza como seremos consumidos por ela.

Mais solidariedade, para combate a pobreza para um futuro melhor um futuro de igualdade e equilíbrio.

1.º Subscritor: Carlos Hugo Faria Castanha, Funchal

Combater a Precariedade Laboral Jovem

Conhecemos o contexto, defendemos o ideal socialista, entre nós, camaradas estudantes, trabalhadores e trabalhadores-estudantes, lutamos pelos seus direitos e deveres, procuramos a emancipação da nossa sociedade, procuramos e exigimos outras políticas.

Apesar da dimensão do desemprego jovem, que muitas vezes culmina com a imigração do maior investimento social, económico e humano do nosso país, descuramos por vezes as dificuldades com que se deparam muitos jovens que se encontram empregados no nosso país.

Jovens que estudam e trabalham, para manter alguma autonomia, para continuar a investir na sua formação, apesar do desalento e da falta de esperança. Trabalhadores-estudantes e jovens trabalhadores que procuram ajudar os seus familiares diretos, mas que sob a pressão socioeconómica e principalmente das entidades empregadoras, se subjugam a condições precárias e a salários indignos para as funções e para a quantidade e qualidade do trabalho que desenvolvem.

Jovens que não conseguem ver os seus direitos salvaguardados!

Jovens que não conseguem a tolerância para estudar para uma frequência porque não admitem a condição de trabalhador-estudante e até por vezes, necessitam de repor as horas que tiveram de se ausentar do emprego para a fazer.

Jovens que apenas no início da semana são informados dos seus dias de folga para a mesma semana.

Jovens que não têm hora para sair, nem hora para chegar a casa. Jovens que acumulam dias de folga e férias de ano para ano. Jovens que resistem a meter uma baixa ou construir um futuro a curto-prazo porque vêm o seu contexto de incertezas ainda mais ameaçado.

Jovens que merecem a nossa solidariedade social e política com mais empenho e determinação.

Jovens que merecem a nossa voz!

Não podemos admitir que este benefício constitucional, partilhado por poucos, sufoque os nossos benefícios enquanto motor da nossa sociedade.

Temos a obrigação, enquanto jovens socialistas de dar voz, à dor dos jovens que se encontram em situações laborais precárias e dar-lhes possibilidades para construir os seus projetos de vida.

Todos nós conhecemos pelo menos um(a) amigo(a) ou camarad@ que diariamente se debate com estas questões e não veem nas estruturas sindicais um suporte para a defesa dos seus direitos laborais.

Perante a descredibilização da política, temos de ganhar consciência e demonstrar que estamos à altura da nossa responsabilidade, enquanto organização política de juventude, e estar à altura das suas expectativas e anseios.

Não chega lutar por emprego, temos de lutar também por um emprego digno!

Propomos a este congresso que aprove um conjunto de medidas e abram as portas para a construção de novas políticas de defesa de um emprego jovem digno e que respeite os nossos direitos laborais:

- ✓ Ciclo de reuniões com todas as entidades sindicais e entidades oficiais de emprego/trabalho do continente e das regiões autónomas;
- ✓ Criação de um espaço de denúncia de situações menos corretas ou mesmo ilegais no mundo laboral no sítio da Internet da Juventude Socialista, para os milhares de jovens que diariamente sufocam nestas situações;
- ✓ Ciclo de debates e mesas redondas para a discussão de ideias e propostas para novas políticas de defesa dos jovens trabalhadores.

Não podemos ignorar o trabalho precário, as horas suplementares, a incerteza diária, o desalento e a descrença dos nossos jovens trabalhadores ou trabalhadores-estudantes.

Paradoxalmente, muitas destas situações ocorrem de forma frequente nas grandes multinacionais que publicitam empregados sorridentes no seu posto de trabalho.

Enquanto Juventude Socialista, devemos indicar e construir novos mecanismos e instrumentos para concretizar o interesse e motivação dos jovens na defesa dos seus direitos no trabalho.

Não ignoramos o caminho do passado e do presente da Juventude Socialista nesta estratégia e o seu empenho nas diversas áreas de intervenção na defesa dos jovens portugueses, mas consideramos que podemos ainda fazer mais e melhor.

Não detemos a exclusividade da defesa dos direitos dos trabalhadores, mas podemos ser um motor de incentivo e de representação dos mesmos.

As estruturas e estatutos legais, como no caso do trabalhador-estudante, não estão a ser suficientes para proteger os nossos jovens no mundo laboral.

Não admitimos políticas de emprego jovem estéreis, leis e regulamentações sem fiscalização e efeitos práticos nas situações de precariedade.

Iremos denunciar e construir um novo futuro para os jovens portugueses!

Não faremos discriminação no setor do comércio/restauração, na área logística, distribuição ou grandes empresas multinacionais, call-centers, nos serviços domésticos/limpeza ou de cuidados domiciliários a crianças ou idosos.

Faremos a discriminação do regime de precariedade e do emprego incerto dos nossos jovens!

Lutaremos contra a postura negativa que querem incutir às camadas jovens da sociedade e defenderemos o futuro digno da nossa juventude.

Exigimos empregos verdadeiramente flexíveis para os jovens que querem continuar a investir na sua qualificação profissional.

Exigimos, sem medo de comparações, por um verdadeiro sistema de proteção social, políticas de emprego e defesa do emprego, para os nossos jovens trabalhadores.

Mais precariedade é mais instabilidade e mais uma ferramenta contra a coesão social!

Associamo-nos de forma solidária ao *stress* e sofrimento diário dos nossos jovens.

Procuramos com a apresentação desta moção setorial, marcar presença para o arrastar e para o aumento dos riscos sociais no mundo laboral dos nossos jovens, concidadãos, portugueses.

Independentemente da reconfiguração do mercado trabalho, perante o nosso contexto socioeconómico, não admitimos a reconfiguração dos nossos direitos e garantias sociais.

Exigimos que a democratização de Portugal se concretize no dia-a-dia da vida dos portugueses, em particular na vida dos jovens portugueses.

O emprego enquanto elemento social fulcral para o nosso desenvolvimento enquanto cidadãos, ocupa uma importância que deve ser cuidada mesmo quando este existe em pequenas percentagens, quando comparadas com os grandes níveis de desemprego.

O processo de insegurança que também vivencia o jovem trabalhador não pode ser descurado!

O neoliberalismo hipoteca o nosso futuro diariamente e nós, enquanto Juventude Socialista, devemos diariamente demonstrar que estamos aptos e capazes da MUDANÇA de panorama social e político.

Estamos lado a lado na proximidade com a juventude!

Estamos lado a lado na procura de estratégias individuais de sobrevivência dos nossos jovens e não admitimos a fatalidade que nos querem incutir.

Não podemos admitir que apenas o empreendedorismo estéril e de moda seja publicitado como veículo de combate ao desemprego jovem e às condições de precariedade laboral.

Reconhecemos que não existem linhas descontínuas e retas no presente e futuro do emprego, que cada vez mais nos exigem mais flexibilidade para a alternância de funções laborais e áreas de intervenção, mas queremos traçar esse caminho com segurança e dignidade.

Não chega sufocarmo-nos para colmatar necessidades e responsabilidades, exigimos mais!

A Juventude Socialista tem a obrigação de inverter este caminho penoso e precário dos nossos jovens!

A Juventude Socialista tem a obrigação de inverter os debates políticos omnipresentes da realidade e estéreis de soluções, acompanhado o verdadeiro diagnóstico social, político e económico da vida laboral dos jovens portugueses.

As formas atípicas de emprego, as mudanças no mercado laboral e a crise internacional, não são justificações para a indiferença.

As soluções “encontradas” atualmente subvertem a Constituição Portuguesa, aumentam a clandestinidade do emprego, aumentam a economia paralela e perseguem quem com dignidade, e substância, procura desenvolver a sua profissão.

Salvaguardamos o facto de que a luta contra um emprego precário, não significa, por si só, a luta por um emprego fixo, reconhecemos o novo mapeamento do mundo laboral e dos mercados, mas não alienamos as nossas competências enquanto Estado Social.

Sob este tema, estamos atentos às particularidades inerentes às questões das desigualdades de género, mas neste combate social e político, abrimos, com a aprovação dos congressistas desta moção setorial, novas portas para o debate e concretização de novas políticas de emprego jovem, dignas desse nome.

Mais do que a luta por um emprego digno, lutamos pela defesa dos direitos e garantias consagradas na Democracia Portuguesa, contra as desigualdades sociais!

Questões complexas, num contexto de incertezas, mas que acreditamos estar preparados para enfrentar.

Assumimos a responsabilidade de não alastrar estas questões de geração em geração e em presentes conflitos com as nossas gerações, temos de assumir que estamos à frente do nosso tempo e próximos da Juventude.

CONCLUSÃO

Em nome dos subscritores desta moção setorial, dos jovens que diariamente nos desabafam o seu sofrimento social e económico por, apesar de estarem empregados, não conseguirem de forma digna VIVER e TRABALHAR com dignidade, pedimos a todos os congressistas que aprovem a moção setorial “Combater a Precariedade Laboral Jovem” que não deve com certeza minimizar a importância dos temas setoriais apresentados neste congresso.

Devemos definir uma posição clara de indignação pela realidade partilhada pelos jovens portugueses que no nosso contexto atual, encontram-se inserido no mundo laboral.

Empenhamo-nos nas consequências sociais da sua problemática!

Lutaremos contra as vulnerabilidades que diariamente eclodem de políticas liberais e capitalistas, desfasadas da nossa realidade.

Não podemos admitir que a imposição seja encarada como forma voluntária de cumprir um sufoco e os interesses mercantis que não dignificam a nossa sociedade.

O emprego e os nossos direitos estão de forma permanente a ser hipotecados e a ser colocados em risco, não podemos admitir, temos a obrigação de estar na linha da frente das soluções.

Incluimos os protagonistas neste diálogo nas propostas apresentadas por esta moção setorial e não colocamos em risco a sua posição enquanto trabalhador.

Necessitamos de mais políticas que promovam a empregabilidade jovem em contratos a longo prazo e/ou sem termo!

Exigimos que não discriminem os jovens pelo facto de não terem experiência profissional e ao mesmo tempo não a permitam.

Muitos milhares de jovens partilham destas inquietações e somos responsáveis por lhes darmos voz e motivação, para que dignifiquemos a nossa organização política de juventude.

Alegam novas formas e moldes do mundo laboral, mas por detrás desta cortina de ironias e hipocrisia, esconde-se o emprego precário, as desigualdades e as injustiças sociais.

Acreditamos numa sociedade de oportunidades, da qual tenhamos um papel ativo no seu crescimento sustentável!

Contra as desigualdades sociais, submetemos esta moção setorial aos congressistas da organização política de juventude que nos dignifica e orgulha enquanto jovens cidadãos.

Viva à Juventude Socialista!

1.ª Subscritora: Cláudia Mendonça, Funchal

Socialmente Animalesco

Síntese:

Esta moção procura ir além de uma simples abordagem do direito animal, procurando de servir de alerta para a constante marginalização da temática a nível nacional. Esta moção toma o direito animal como um dos alicerces morais e éticos da Juventude Nacional e sobretudo da Juventude socialista. Faz parte desta moção não só a apresentação de dados no âmbito nacional mas também reflexões locais, nomeadamente referindo-se à Região Autónoma da Madeira e o mau exemplo que esta presta. O caminho indicado por esta moção prende-se no imediato com programas de reeducação social e controlo a nível local.

Caros Camaradas,

Sei que a urgência do panorama nacional para certas temáticas do âmbito social e económico levam-nos a empurrar para um canto outras, que possuidoras de um carácter de nobreza intrínsecas, são delegadas para noções transversais e pouco concretas da solidariedade.

Mas aqui vos falo, a definição de progresso de uma sociedade que considera-se moderna não se deve prender apenas com estatísticas de cariz económico e social. Dentro daquilo

que nos constitui como uma sociedade europeia existem tópicos que à margem da discussão pública nos define como povo e que a olhos externos definem o nosso carácter.

Camaradas, o tema que me traz perante vocês, não é algo surreal nem inatingível, mas as razões que me levam a trazer esta temática a discussão são fortes, incomodam-me profundamente e o comportamento letárgico com que tem sido encarado são um ataque á profundo aos nossos valores pessoais e sobretudo socialistas.

Como os camaradas já devem estar fartos de ouvir, todos os anos, entre o nominável e o inominável, entre o numerável e o inumerável, as estatísticas confirmam, Portugal é detentor de um registo quase que criminoso quanto ao comportamento da sua sociedade para com os animais.

Poderia falar das Touradas, podia falar dos animais de circo e enveredar por visões extremistas que não definem a minha maneira de ser, mas simplesmente falar-vos-ei dos animais domésticos.

No século XIX, entre os finais de uma visão romântica da vida europeia e o abraço a um rigoroso realismo que procurava contemplar o homem dentro de toda sua bondade, maldade, perfeição e morbidez; Dentro desta panóplia de paradoxos mordazes, Arthur Schopenhauer, o filósofo alemão, estudioso da antropologia do egoísmo e pessimismo, afirmava o seguinte:

"A compaixão pelos animais está intimamente ligada à bondade de carácter, e pode ser seguramente afirmado que quem é cruel com os animais não pode ser um bom homem."

Camaradas, contrariamente ao que se pensa, o progresso na protecção e controle dos cuidados animais não são puros caprichos sociais nem passatempos de fim de tarde. Falamos de seres vivos com os quais partilhamos uma proximidade e laços de familiaridade que nos fazem a ter intervenções deste género.

Infelizmente, embora compreenda que Portugal passa por momentos severos, não há razões que nos levem a desviar o nosso olhar às evidencias mais claras: - Na sociedade Portuguesa do Seculo XXI, a protecção animal faz parte de um dos tópicos de debate mais essenciais e os seus principais defensores e dinamizadores somos nós, a Juventude.

Falo-vos agora da região que represento:

Vivendo á 24 anos na região autónoma da madeira, um meio densamente populoso e orientado socialmente e economicamente para o turismo, sempre fui confrontado com

um grotesco atentado constante e diário aos direitos dos animais. Não vos falo apenas do abandono, mas de massacres hediondos que me enchem de vergonha como ser humano. Actos, que se efectuados sobre outros seres humanos, nos colocariam num patamar de psicopatas com um gosto mórbido pela sodomia.

Anos após anos, chamadas de atenção pelo que sucede com os animais domésticos tomam conta da comunicação social, mostrando o impacto negativo que estes crimes deixam no turismo na região autónoma.

Mas a indiferença governamental, e o egoísmo típico da direita reinante, deixaram-nos durante estes anos todos, entregues a debates pseudo-moralistas e uma inactividade típica de quem não nutre qualquer afinidade pelo tema em questão.

Continuando com o panorama madeirense, no âmbito dos animais domésticos, os madeirenses encontram-se entregues á solidariedade da sociedade civil e não só, o panorama é tão severo, que de forma a atenuar a situação que assombram estes animais, estamos dependentes da boa vontade de turistas europeus que levam os animais para os seus países e nos que consideram como uma nódoa humana.

Meus Caros:

Poderia continuar a falar horas a fio pelas situações grotescas que assombram a minha região, mas como vocês já devem saber, não é um caso isolado:

- Anualmente em Portugal são deixados ao abandono mais de 10 mil animais domésticos.
- Actualmente, o número de animais sem dono em Portugal atingiu o patamar do Meio Milhão de animais.
- As regulamentações no âmbito do controle animal são vistas pela administração local como um transtorno e um encargo desnecessário, ignorando por completo a fiscalização e o registo animal.
- Os Canis e gatis portugueses encontram-se na sua maioria sobre uma gestão negligente, num estado obsoleto, em péssimas condições sanitárias, e sobretudo, sobrelotados!
- A estatística anual do abandono animal revela-nos que maior parte dos abandonos são feitos durante o período de férias, entre Junho e Setembro, negando em grande parte as dificuldades económicas como motivo central para o abandono de animais domésticos.

Apesar de no dia 29 de agosto de 2014 ter sido publicado em diário da república a lei de criminalização aos maus tratos de animais domésticos, ainda vive-se na sociedade portuguesa um noção primitiva e selvagem de impunidade perante este tipo de acções e outras mais grotescas.

Por isso, Caros Camaradas que vos digo:

Deverá fazer parte o programa da juventude socialista nacional a defesa dos animais domésticos, não por um sentimento de pena, não porque é algo que fica bonito de se dizer, não pela simples caridade, mas sim, porque a defesa animal é um dos elementos que constituem os alicerces éticos e morais da juventude portuguesa.

É uma necessidade nossa, como jovens e muitos de nós detentores de um animal doméstico, apregoar e defender até ao fim o bem-estar dos animais, impedir que sejam sujeitos a situações grotescas que superam a nossa compreensão como seres humanos. Cabe a nós mostrar ao resto do país, que ser Humano não se prende apenas pela defesa e cuidado dos nossos semelhantes, mas também pela luta e garantia de defesa de aqueles que perante nós não conseguem defender-se e que incondicionalmente estão ao nosso lado uma vida inteira.

E concluo dizendo:

Cabe a nós Juventude socialista:

- Promoção de programas de voluntariado animal.
- Reeducação social no âmbito da defesa e direito animal.
- Defender junto do poder local o respeito pela legislação de registo e fiscalização animal, como forma de redução do abandono que temos assistido todos os anos.
- Defender a reestruturação e restauração dos Canis e gatis nacionais.
- Legalização e apoio das sociedades de defesa animal, garantindo-lhes força interventiva a quando necessário.
- Promoção de campanhas de adopção animal.
- Combater o abate desnecessário de animais domésticos nos canis nacionais.
- Responsabilizar as estruturas locais, regionais e nacionais pela sua letargia no cumprimento dos regulamentos e leis nacionais.

E por fim:

- Lutar pelo aumento da severidade da pena da lei dos maus-tratos animais e abrigar sob a lei às restantes categorias, nomeadamente animais exóticos em cativeiro.

1.º Subscritor: Diogo André Gonçalves, Funchal

Romper com o Passado - Reedificar o Presente

No decurso da História, a educação surge precisamente por razões sociais e geográficas que pretendiam assegurar a sobrevivência da espécie Humana.

Foram vários os que cooperaram para a construção de um Ensino que atualmente, devido ao esforço e tenacidade de muitos, foi alcançado. Na Grécia Antiga, a educação era um mecanismo para instruir os jovens atenienses para a vida pública. Deste modo, Platão apresenta-se como defensor de um processo moroso de aprendizagem, no qual os discentes tinham a possibilidade de adquirir conhecimentos e de retirar estes da sua ignorância, uma vez que educação é sinónimo de evolução.

As sociedades cosmopolitas e globalizadas são caracterizadas pela sua aposta no desenvolvimento do seu capital humano para que posteriormente sejam uma potência a nível mundial. Com esta otimização dos seus recursos, isto é, com o incremento de medidas de crescimento e modernização, as nações progressistas atingem valores elevados da capacitação de toda a Sociedade Civil.

Porém, houve múltiplos combates políticos, cívicos e sociais para que vigentemente fosse factível o princípio de igualdade entre Homens e Mulheres no que diz respeito ao acesso a Educação.

A Revolução Industrial foi o primeiro marco na criação das escolas e a partir deste acontecimento verifica-se uma necessidade de preparar os indivíduos para o mercado laboral.

Desta forma, a formação dos recursos humanos é uma questão primordial para o progresso dos cidadãos.

Numa primeira instância, a escola era um local que recebia alunos provenientes das fábricas, ou melhor, o proletariado assim como jovens de classes sociais superiores que constituíam as Instituições Escolares.

Em virtude desta inclusão, assistimos a eclosão da *escola de massas* que anteriormente seria uma visão utópica do que se classificaria uma possível escola.

Contudo, é na sequência da *escola de massas* que constatamos o aparecimento de flagelos, designadamente a hegemonia das classes dominantes, ou seja, as elites que eram oriundas de estratos sociais mais elevados comparativamente aos grupos desfavorecidos que, fruto das condições financeiras, não podiam oferecer uma trajetória e formação escolar de estabilidade aos seus familiares em consequência do baixo rendimento salarial.

Posto isto, a discrepância existente permitiu uma série de momentos refletivos e deliberativos em torno da Educação.

Michael Apple, Bowles e Gintis foram alguns dos educadores que abordaram a desproporcionalidade de oportunidades. Segundo estes, as escolas são espaços que reproduzem as desigualdades sociais e que, por conseguinte, contribuem para o aumento da discriminação, xenofobia e racismo.

A TVI24 no mês de Dezembro de 2012 tornou públicos estudos da agência Lusa bem como dados referentes a União Europeia.

De acordo com a discriminação em Portugal, cerca de 75% dos estrangeiros são alvo de represálias, mais concretamente a nível profissional, não obstante, comprova-se uma enorme acentuação de condicionamentos a nível escolar derivado do xenofobismo e que promove o *contrato social* que consiste na intolerância das diferenças entre os discentes bem como é apologista da punição e sancionamento de todos aqueles que estão fora do sistema educativo.

Assim sendo, os agentes educativos tem um papel crucial para o desaparecimento destas transgressões que não dignificam a Humanidade.

O percurso estudantil assinala-se por múltiplos campos do conhecimento, que são distribuídos pelos vários ciclos, sendo relevantes para a preparação no que concerne a incutir saberes nas mais diversas áreas todavia, atribuindo ênfase às duas maiores disciplinas do currículo português.

É importante salientar que, na elaboração do currículo, há de forma tácita uma exclusão das ciências sociais e das artes já que a composição dos conteúdos programáticos confere preferência aos interesses económicos e financeiros.

O currículo encontra-se desajustado, isto é, as matérias e práticas escolares ocasionalmente estão direcionadas para grupos sociais e podem potencializar a situações de exclusão.

A matéria contém temas obsoletos que futuramente não serão utilizados, bem como denota-se uma resistência dos problemas, que são sistematicamente relacionados com aprendizagem e raramente conectados com os problemas de ensino. Estamos perante um ensino que penaliza e não valoriza.

Nos últimos anos, temos assistido a um profundo ataque por parte do Ministério que é apologista da austeridade e no corte descontrolado remetendo o Estado Providência numa iminente rutura irreversível.

No presente ano letivo, assistimos a um extermínio desenfreado do corpo docente por intermédio das colocações dos professores. A começar pela desastrosa organização escolar, a falta de recursos humanos e materiais, a localização geográfica das escolas, provocando dificuldades de acessibilidade e de deslocação. Testemunhamos igualmente, os cortes realizados por este Governo que prejudicaram de forma danosa a estabilidade do itinerário escolar dado que segundo o Relatório de Estado da Educação 2013 o orçamento do Ministério da Educação e Ciência não rondava 370 milhões para investir, o que traduz a um corte de 7,6% e o Ensino Superior arrecada unicamente 53 milhões. É imprescindível ter uma alusão respeitante ao dinheiro gasto pelo Governo por cada aluno que representa 4415 euros para o Estado Português.

No entanto, o efeito atual do investimento proveniente do Estado é contraproducente, visto que se o Governo aposta na qualificação do seu capital humano a questão que surge é, justamente, o pretexto pelo qual os jovens são forçados a abandonar o País, posto que se há um investimento na formação da Sociedade é evidente que futuramente Portugal precisará desses profissionais e, desta forma, o investimento feito desaba na medida em que o retorno dessas verbas é inverosímil.

Em conformidade com o Relatório da rede Eurydice da Comissão Europeia, Portugal é o nono País em que os alunos, sem exceção, têm de pagar as propinas na sua plenitude. Outro aspeto de desigualdade é o facto de que a atribuição das bolsas é para uma escala reduzida de universitários, não abrangendo na sua totalidade os mais carenciados, sendo estes, obrigados a deparar no trabalho uma solução árdua para o pagamento da sua

mensalidade pondo em risco o seu percurso académico. Os empregos que são acolhedores destes alunos tendencialmente são precários onde o arrivismo é uma prática imperial degradante em consequência da competição que os mais novos estão sujeitos.

Mas não é só neste tópico que Portugal está na retaguarda de outras nações. A OCDE revelou através do *Education at a Glance*, que o nosso País manifesta um crescimento abrupto respetivamente ao número de jovens que não estudam nem trabalham. Este fragmento de jovens tem vindo a aumentar, representando 17% da população nacional o que demonstra que são estatísticas alarmantes para a sustentabilidade do Estado Social.

Os jovens portugueses são diariamente atormentados pelo fracasso das políticas neoliberais que são nefastas e evasivas para a população mais nova, sofrendo um profundo descrédito sendo estes compelidos para países estrangeiros na medida em que não há perspectivas de futuro ao passo que em países como a Dinamarca, Finlândia e Noruega os alunos estão isentos de pagarem as suas propinas no Ensino Superior público, evidenciado um Governo promotor para a qualificação dos seus recursos humanos e no êxito dos mesmos, provocando assim, o progresso da sociedade por meio na aposta da instrução.

Deste modo, Portugal precisa de propostas que sejam concretizáveis e favorecedoras, usufruindo das ideias da nova geração.

Propostas:

- Criação do “Roteiro de empregabilidade” que consiste num circuito pelas Universidades com discentes já formados, promovendo a contratação para empresas públicas e privadas. As empresas que contratassem os alunos teriam benefícios, nomeadamente uma redução na carga fiscal;
- Para os trabalhadores estudantes que são forçados a encontrar no mercado laboral uma alternativa para a continuação da sua caminhada académica, o horário de trabalho deveria ser ajustado consoante o horário curricular assim como atribuir um subsídio de transporte, incentivando os jovens a prosseguirem os seus estudos, uma vez que ao promover os transportes públicos estamos a contribuir para o meio ambiente;
- Reforma curricular- adequar os conteúdos programáticos, evitando temas obsoletos que em nada auxiliam a educação dos indivíduos;
- Modernização e inovação pedagógica- A definitiva utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como método impulsionador para que os alunos possam aprender de forma lúdica as matérias;

- Para os alunos que abandonaram as Instituições de Ensino ou que estão desempregados, é essencial um acompanhamento para que consigam retomar os estudos ou apoiem os jovens até a obtenção de um emprego;
- Empreendedorismo como forma irreverente de elaborar novos projetos que modernizam Portugal. Contudo, é necessário reduzir a burocratização no que diz respeito a facilitação de abertura de estabelecimentos ou de colocar em prática no terreno os seus projetos;
- Ajudar as PME monetariamente para aumentar a produtividade no interior do País, estimulando-os para contratar os mais novos.

Em suma, a Educação tem sofrido cortes exorbitantes que conduzem a uma escola devastada por medidas severas e intransigentes, que danificam o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Porém, esta situação pode ser invertida através de políticas que proporcionem uma credibilização diligente de todo o Sistema de Ensino, valorizando todas as áreas curriculares, através de uma reestruturação que passa por um novo paradigma escolar que alavanque a emancipação jovem, a irreverência, o empreendedorismo, os recursos não escassos e particularmente toda esta geração, que é definitivamente a mais bem qualificada de sempre.

Para que isso se realize, temos de romper com o passado, retirando ilações com os erros que foram cometidos, na certeza que não voltarão a ocorrer e deste modo reedificar o presente para que o dia de amanhã seja um dia em que todos possam ser valorizados como um pilar basilar da nossa sociedade!

1.ª Subscritora: Patrícia Agrela, Funchal

Inter Jovens

A participação dos jovens na política tornou-se uma necessidade para o nosso país, essencialmente para a renovação dos quadros políticos, da vida pública, das ideias, os paradigmas, ideologias e visões de mundo.

Hoje é uma necessidade que permitirá ter um impacto positivo na sociedade, é necessário estruturar novas perspectivas para sermos capazes de interpretar as suas diversas manifestações de colaboração ativa.

Essas mudanças devem ser consideradas dentro das plataformas e programas das estruturas políticas que estão à procura de jovens parceiros para promover novas formas de integrar e interpretar essas mudanças, procurando especialmente o fortalecimento da democracia e da governação no país.

Neste sentido, e na frente desse contexto é que deve-se começar a gerar mecanismos para capacitar os jovens dos partidos políticos para ter a capacidade de enfrentar estes novos desafios, respondendo às mudanças que ocorreram ao mesmo ritmo que está despertando.

É por esta razão que esta atividade, onde os políticos procuram os jovens têm a ribalta para estabelecer de comum acordo, os passos e a maneira de eliminar gradualmente a curto prazo vão assumindo as rédeas da política e, portanto, aumentos poder concedido pela sociedade.

Reforçar a capacidade de influenciar e presença de jovens em partidos políticos, a sociedade civil eo Estado.

A evidência de mudança social estão cada vez mais rápido, o surgimento de novos problemas e necessidades, os movimentos afirmam anteriormente marginalizados e especialmente as abordagens locais, desenvolvimento de políticas e de reconhecimento e de setores da população de inclusão social assumido e promovido pela democracias em todo o mundo, gera um contexto em que eles devem repensar o papel da política em relação a esses eventos e pode responder a esta nova reestruturação que vem através de nossa sociedade.

A vida política não tem sido limitada no presente, na maioria dos lugares, o âmbito dos partidos políticos, a maioria das constituições contemporâneas estabelecida como um meio para canalizar a participação e representação. Existem várias outras formas de fazer política e outras áreas onde algum exercício dos direitos dos cidadãos na definição dos espaços públicos; um deles é a cultura da organização.

Neste breve capítulo pretendo pretende usar um tipo de teoria que foi desenvolvido há vários anos, especialmente no contexto italiano, para pensar alguns dos processos políticos do país.

A política é um campo da realidade é moldada pela interação de vários assuntos, por sua vez, constituem o espaço eo tempo de definir uma dimensão pública.

Na política são assuntos que entram em interação e essa interação modifica. Através dela desenvolver identidades, poderes, projetos, mas na medida em que eles estão sempre interagindo uns com os outros, todos estes aspectos podem ser modificados de acordo com a dinâmica que requer interação.

Nesse sentido, pode ser apropriado pensar Formas de intercâmbio político.

A situação da autonomia relativa do Estado em que os indivíduos tendem a negociar os processos de troca política é a capacidade de retirar o apoio para a ordem social ou a capacidade de dissolução da ordem social, quer em tempo hábil, bloqueando a produção, circulação, comunicação ou outro processo pode ter implicações para colapso político em termos de falha de articulação mundial.

Troca de políticos resultará na integração, na medida em que os bens de troca estaduais com certos indivíduos e setores de integra econômica, social, cultural, de acordo com o processo em causa; geralmente envolve a integração.

Os resultados destes processos de integração, através de troca política, geralmente acompanhada de produção de consenso e legitimidade, na medida em que aqueles trocar algo com o estado em que você está interessado em manter as disposições em vigor para a propriedade desejada.

Além disso, eles estão preocupados com apoio ou sustentar o tipo de autoridades, instituições e regras que foram estabelecidas para manter o acesso a esse tipo de bens políticos.

No geral, os resultados apoiar o intercâmbio político e, em alguns casos, a legitimidade.

A teoria da troca política foi utilizado e desenvolvido a pensar sobre o processo de institucionalização do conflito de classes dentro das principais, especialmente europeus, ou seja, a configuração de estruturas triangulares negociações entre sindicatos, corporações.

Neste sentido, tem sido utilizada para pensar a configuração do estado de bem-estar e conflito de classes dentro de estados que gastam tanto para um processo significativo de industrialização e de democratização, o produto da integração política dos trabalhadores no sistema partes e do estado em geral, e em particular na estrutura de direitos políticos e sociais.

Eu acredito que a noção de troca política pode nos ajudar a pensar outras configurações para além das que possuíam as principais estruturas de negociação na formação da extensão do estado, conhecido como o estado de bem-estar.

Daqui para frente, quero desenvolver algumas dessas idéias brevemente apresentados na forma de criar uma articulação que permite que o pensamento de integração de partilha para desenvolvimento das regiões do País.

Assim, deixo à vossa consideração as seguintes propostas:

1. Criar um intercâmbio de integração de experiências e ideias entre os jovens assistentes partidos políticos, para estabelecer pontes e melhorar a participação política da juventude nos partidos políticos, na sociedade e no Estado, fortalecendo a representação da juventude dos partidos políticos na sociedade civil.

Esta proposta impulsiona o papel da educação e o seu impacto na participação cívica e política dos jovens.

Sendo aprovada, dotamos os jovens de competências que fortaleçam a sua capacidade de comunicação, desenvolvimento e criação de políticas de de juventude.

Potenciamos assim a participação dos jovens nas estruturas políticos e responsabilizamo-nos pelas reformas políticas, até no sistema eleitoral, que urgem no nosso país.

É discutível, o que é bom político? Ou o que faz algo se tornar um bom político? Porque não há coisas que são tão permanentemente, mas é o conjunto de relações que são estabelecidas que determinam que algo se torna política, neste caso, um bom político.

Em outras palavras, quando há troca política, que é trocado de ambos os lados da relação sde boas praticas políticas.

Por exemplo, de um lado, o apoio político, e, de outro, uma boa autoridade política.

1.º Subscritor: Pedro Cesar Faria Castanha, Funchal

Um Desporto de Inclusão

A adolescência é uma etapa importante na vida do ser humano, lugar onde o jovem experimenta e descobre muitas das realidades que serão determinantes para sua vida futura.

A construção de uma adolescência equilibrada e saudável dará ao jovem instrumentos para uma vida adulta adequada e preparada para enfrentar os desafios do futuro.

A desresponsabilização dos jovens neste percurso parte muitas vezes não dos próprios jovens, mas dos adultos que lhes circundam.

É comum ouvirmos dizer que os jovens não respeitam nada nem ninguém e que não estão preparados para construir um futuro, mas a própria sociedade que deveria indicar como percorrer esses caminhos, neste momento não o faz e ainda critica-os por isso,

Desde muito cedo os jovens experienciam realidades estranhas a algumas das gerações passadas, violência no namoro, na escola, na família, entre outros, relações sexuais desprotegidas, doenças sexualmente transmitidas, consumo de drogas ilegais e legais, abandono escolar, entre muitas outras experiências que os jovens têm de enfrentar quase sem informação ou formação.

É natural que os jovens a quem não sejam inculcidos valores, como a responsabilidade, pensem apenas que a vida é uma festa cheia de facilidades, sem pensar nas consequências dos seus actos para um futuro que deve ser promissor e empreendedor.

Felizmente nem todos os jovens da actualidade pensam somente no momento, os jovens estão conscientes e preocupados com o seu presente e com seu futuro, empenhados em questões como a solidariedade, a protecção do ambiente, a educação, a família, entre outros.

Os jovens de hoje são o reflexo da sociedade que os antecedeu e na qual cresceram.

Os contextos, as vivências e as culturas modificaram-se, os contextos rurais estão desertificados e deixados ao abandono e as cidades, cada vez mais modernas, crescem de forma desordenada.

Não foi inculcido aos jovens a capacidade de filtrar todas as informações que lhes são transmitidas diariamente pelos diversos meios de comunicação e organizações, sejam elas

quais forem, a agilidade necessária para absorver a quantidade na velocidade com que são transmitidas é uma exigência da modernidade,

Por tudo isto a juventude actual assume características e experiências inéditas e magnificas!

Nem tudo na vida è um “ mar de rosas” e os problemas actuais que absorvem a vida dos jovens e das suas famílias são extremamente preocupantes e cada vez mais complexos.

O desemprego, as drogas legais e ilegais, o consumo do álcool, a exclusão social, a violência e os abusos na escola, nos grupos de família, entre outras, são marcas que a juventude carrega na actualidade.

A Juventude Socialista, a voz activa dos portugueses, deve indicar um caminho alternativo através das suas ideias e propostas, criando oportunidades válidas para um futuro que os leve a triunfar em sociedade.

Camaradas, queremos ainda frisar alguns dos problemas actuais dos jovens que identificamos acima.

Desemprego Jovem

O representante do Fundo Monetário Internacional, Poul Thomsen que integra a equipa da Troika frisou que é inaceitável o desemprego entre os jovens, frisando que é mais surpreendente que os desvios encontrados nas contas do Estado e o homem não conhece a fundo as contas da nossa região, mas vá lá também ninguém conhece!

É entristecedor analisarmos os dados que indicam que metade dos nossos jovens está afastada do mercado trabalho.

Perguntamos, como é que é possível os jovens serem a camada da sociedade mais afectada pelo flagelo do desemprego?

Mas não vos falamos apenas do desemprego.

Consumo de drogas

A droga é um grande bloqueio no caminho dos jovens.

O jovem desprovido de maturidade emocional vivendo a complexidade da vida humana, nos receios, nas dificuldades e nas frustrações que traz, é um forte candidato para o consumo de drogas.

Os jovens quando fazem uso das drogas, fazem-no pela busca de prazer, de alegria e de emoção, no entanto este prazer é solitário e restrito ao próprio corpo e o preço a pagar é uma autodestruição com repercussões para o resto da vida.

Os jovens utilizam determinadas drogas e são julgados pelos adultos, incoerentemente os adultos fazem uso e abuso de um conjunto de drogas legais como álcool, tabaco, medicamentos, entre outros, repreendendo não dando o exemplo.

Os adultos deveriam ser o nosso “porto seguro”, uma referência da lei e dos limites vivendo em sociedade.

No entanto, muitos adultos não param para reflectir sobre isso.

Perante os problemas e tanta motivação da sociedade, os jovens estão sobre um impasse nesta sua caminhada, começam a perder a vontade e a acreditar que não podem fazer mais nada, descreditando a si próprios.

Apesar das temáticas “exclusão e inclusão” em relação aos jovens ocupar um espaço relevante nas discussões, as concretizações em medidas efectivas são quase nenhuma ou nenhuma para enfrentar as vulnerabilidades a que estão sujeitos.

Os jovens e as suas famílias sofrem graves consequências decorrentes de diversas vulnerabilidades que decorrem dos novos contextos da sociedade, como por exemplo a separação/divórcio dos pais, ausência da mãe por causa das horas prolongadas no emprego, abandono de lar, entre outros, privando-os de um modelo familiar equilibrado para a construção da sua identidade social.

As vulnerabilidades na família revelam contextos familiares destrutturados que agravam os problemas sociais em áreas distintas da sociedade. Especialmente em momentos como o actual, onde os índices de desemprego são os conhecidos, a pressão sobre as condições com estes agregados têm de sobreviver são pouco discutidos e os sujeitos gerem essas pressões com grande dificuldade.

Nós, como jovens socialistas, devemos nos concentrar em encontrar respostas para apoiar estes jovens e as suas famílias! “Eles” (jovens) estão perdidos e não encontram orientação na busca de respostas para seu futuro, encontrando na droga um refúgio de ilusão para aliviar os seus problemas actuais. A Juventude Socialista deve conseguir propor medidas de incentivo e apoio, colocando a esperança de novo no caminho destes jovens.

A juventude Socialista pode e vai fazer a diferença!

A discriminação e a exclusão dos jovens na sociedade, por motivos como os poucos recursos económicos, problemas pessoais ou de saúde, por negligência ou abandono parental, abusos e violências, deve ser uma luta permanente da JS!

A sociedade negligencia a sua responsabilidades nesta área!

Cabe os jovens socialistas intervir e ouvir os jovens que anseiam por um conselho ou uma direcção!

A JS deve ir ao encontro das entidades e organizações que apoiam estes jovens, como as casas abrigo ou centros comunitários, para tomar parte do trabalho realizado, procurando compreender as dificuldades destas ao tentar realizar uma ajuda e suporte eficaz a estes jovens, demonstrando que estamos ao seu lado do seu esforço muitas vezes ingrato.

Nesta moção sectorial a este XIX Congresso Nacional da Juventude Socialista, apresentamos uma proposta que pensamos que marcará a diferença deste mandato do nosso camarada eleito Secretario Geral da Juventude Socialista, João Torres, e que espero que os nossos camaradas eleitos aprovelem em unanimidade, pois esta proposta pretende comprometer a nossa organização política de juventude com os problemas actuais dos jovens portugueses.

Proposta

A inclusão de um desporto chamado bassabal tendo como objetivo a integração dos jovens portugueses que frequentam as instituições de solidariedade, dessa forma a JS estaria mais perto desse-sses jovens que precisam de uma mão amiga para que possam ultrapassar estes problemas referenciados Juventude Socialista como órgão político devereu intervir neste aspecto o desporto e uma das formas de inclusão mas também a criação de uma equipa de futebol de rua para participar e conhecer a pobreza entre outros factores de exclusão social .

Esta proposta daria a conhecer a nossa organização á comunidade de jovens do nosso País e não regiões tal como proporcionaria novas experiências e encontros entre militantes da JS com actividades mensais que poder-se-iam aliar a encontros/debates sobre os problemas e preocupações dos jovens, espalhando a palavra dos jovens socialistas pelo nosso Portugal para que conheçam os nossos objectivos a fim de um desporto de inclusão um novo futuro uma nova palavra.

1.º Subscritor: Ricardo Freitas, Funchal

A Educação no Portugal actual

O desinvestimento brutal na educação levado a cabo pelo Governo e "Troika" que destrói a ESCOLA PÚBLICA, hipotecando o futuro do país e o melhoramento das condições de vida dos portugueses.

Embora correndo o sério risco de ser redutor, e por isso criticado, de uma forma muito sintética poderemos apontar pelo menos dois grandes objetivos à educação, e nomeadamente à escola pública, que é o pilar de uma educação democrática:

1- A difusão e democratização do conhecimento, dos valores democráticos, e a formação de cidadãos integrais (a cidadania é um aspeto fundamental);

2 - A obtenção de conhecimentos e saberes pelos portugueses para que possam contribuir para o crescimento económico e o desenvolvimento do país, e para o melhoramento das condições de vida quer individuais quer coletivas.

A questão que se coloca é saber e analisar, com objetividade e de uma forma fundamentada, se o sistema de ensino em Portugal e, nomeadamente a escola pública, tem atingido inteiramente estes dois grandes objetivos.

Os estudantes estão desanimados uns pelos problemas que os pais e/ou os próprios passam financeiramente para conseguir estudar, outros pelas dificuldades em aprender sem ter ajuda. Estes são avaliados de duas maneiras:

- Avaliação contínua – por testes, trabalhos de grupo, relatórios ;

Os trabalhos de grupo e os relatórios não avaliam conhecimentos, avaliam sim trabalho e o empenho do aluno. A avaliação por testes de frequência, a forma preferida tanto dos alunos como dos professores, em alunos mais fracos apenas avalia a capacidade de memorização de curto prazo – durante uma semana, o aluno consegue ler (e até decorar!) um ou dois capítulos, e depois durante o teste (com ajuda da exposição da própria pergunta) conseguem lembrar o suficiente para passar no teste, esquecendo tudo completamente durante a semana seguinte. É óbvio que feita uma média dos testes com os relatórios e trabalhos de grupo, consegue-se deduzir uma nota final francamente positiva – mas que não corresponde aos conhecimentos do aluno.

- Avaliação por exame

A avaliação por exame avalia tanto os conhecimentos armazenados por via da MPA, como – nos dias da preparação para o exame – por via da MCP. É óbvio que os alunos mais fracos não conseguem passar no exame, pois com o hábito de estudar para o teste, tentam fazer o mesmo que fazem para o teste – ou seja, conseguir passar, estudando apenas durante uma semana. Ora existe o período inteiro para os estudos, e o que se consegue fazer num período inteiro, humanamente não é possível fazer numa semana.

A avaliação por testes de frequência, trabalhos de grupo e relatórios, principalmente dos alunos mais fracos e sem capacidade de concentração, engana tanto os docentes, como os alunos, pois aprovam-se alunos fracos e sem conhecimentos, mas ficam todos a pensar que fizeram um bom trabalho, enquanto a realidade é muito diferente.

- As questões económica e financeira

Olhando agora, não a partir da educação, mas a partir da economia, podemos considerar dois breves aspectos dos efeitos da crise educativa. O primeiro é económico. O impacto da educação sobre o processo económico vê-se sobretudo na produtividade do trabalho.

Tomando a produtividade por pessoa empregue da média dos 25 países da União Europeia em 2005 como 100, o valor de Portugal de 65,2 é um dos mais baixos registados. Só os países da ex-URSS, Estónia (54,2), Letónia (45,8) e a Polónia (62,7) estão abaixo de nós. A Espanha tem 97,9 nesse indicador.

Evidentemente que não é apenas a educação que influencia este indicador de produtividade, pois as outras formas de capital, infra-estruturas e organização têm efeitos importantes. Mas ninguém nega que o ensino seja uma alavanca essencial para promover o aumento de produtividade, de que tanto necessitamos na concorrência internacional.

Uma melhoria na educação é condição essencial para criar as condições que permitam aos nossos trabalhadores valerem aquilo que custam. Só assim Portugal conseguirá retomar o seu processo de crescimento.

O outro problema de que tanto se fala na nossa situação é o desequilíbrio financeiro, em particular no sector público. Ora o peso do sector educativo no Orçamento de Estado é bem visível. Segundo um relatório do Orçamento de Estado, as despesas do Estado com a educação representaram em 2006 um valor previsto de 7384,8 milhões de euros, o equivalente a 16,9% do total da despesa do Estado (quadro 3.2.14 do relatório). Enquanto que em 2015 o maior corte da despesa do Estado para o orçamento do próximo ano regista-se na Educação, ao nível do ensino básico e secundário. Na pasta do ministro Nuno

Crato, o Governo corta nos recursos e vai gastar menos 704,4 milhões de euros: um decréscimo de 11,3% face a 2014.

- A origem do problema

Estes resultados desastrosos vêm depois de décadas, séculos, em que a prioridade da educação e da necessidade de melhorar o ensino foram estribilho permanente das nossas élites políticas. Parece que aquilo que mais ocupou os nossos dirigentes foi precisamente o que mais o que mais piorou. Como era uma prioridade absoluta, os recursos gastos com este sector foram esmagadores. Apesar disso a situação é desastrosa.

Muitas vezes se ouve dizer que a culpa disto é dos portugueses, que não ligam ao ensino dos seus filhos e não têm a disciplina de outras culturas. O que lhes interessa é que os jovens tenham olho para o negócio e governem a vidinha, mesmo que não aprendam e ganhem competências. O que se passa é que a educação não gera o desenvolvimento. Só a boa educação o faz. A má, aqui como em tudo, é apenas um desperdício de tempo e recursos. A educação tem de ser boa para ter efeitos positivos.

O problema de fundo está, pois, noutro lado. A questão está no que se ensina e com que finalidade. O problema é que a prioridade à educação é uma ideia teórica e abstracta, que nada tem a ver com a realidade dos programas escolares. Não basta ter aulas e professores para o país ganhar.

Por detrás desta situação está uma realidade assustadora. O Ministério da Educação, como outros, encontra-se capturado pelos interesses do grupo de pressão sectorial, perdendo de vista a finalidade última da sua acção. Os sucessivos Ministros não tratam de educar pessoas ou formar cidadãos, mas apenas de gerir a escola pública e pagar a professores. Como os clientes estão captivos, forçados por lei a consumir o produto, os interesses dos estudantes são a última preocupação dos serviços. O problema educativo deixou de ser social, económico ou até político, para se tornar apenas administrativo.

Temos no país largos milhares professores sem aulas. A resposta óbvia para qualquer verdadeiro Ministro da Educação, ou mesmo para qualquer competente zelador escolar, seria a de dispensar esses profissionais. Se o país não precisa deles para ensinar, precisa muito deles para fazer o que antes ensinavam.

O desespero é tal que os apertos financeiros levam agora o Ministério a eliminar contratos de associação com escolas privadas em locais onde há escolas públicas com falta de alunos. Mas a decisão não atende minimamente ao interesse dos jovens, à escolha dos pais ou à qualidade da escola que fecha. Isso são questões de interesse público, a que só

um real Ministro da Educação acudiria. Naturalmente, são irrelevantes para uma boa provedoria do funcionalismo.

Depois todos ficam chocados com os números que nos colocam em último lugar em aproveitamento escolar e qualidade do ensino na União Europeia. A sociedade está doente e o sistema educativo em ruínas. As coisas só não são piores porque Portugal é boa gente e dá um jeito. Vamos sobrevivendo nesta devastadora suave catástrofe.

Para que seja melhorada a nossa educação sugiro que:

1 - Investir na educação, mais propriamente na tecnologia e na aprendizagem específica para alunos especiais e com dificuldades de aprendizagem,

isto fortalecerá a qualidade para todos os alunos e ajudará com um baixo custo as dificuldades que se estão refletir nos alunos que desistem da escola, desenvolvendo as suas capacidades na resolução de problemas, potencializando em grande crescimento económico futuro.

2 - Reforçar a realização de projetos como foi o projeto RUMOS e o intercâmbio de alunos com boas notas para terem a oportunidade de conhecer outras culturas e linguas, nomeadamente europeias, das quais estudam na escola isto sendo como uma recompensa pelo seu esforço no ano lectivo.

1.º Subscritor: Simon Sousa, Ponta do Sol

Por uma Igualdade Mais Igual

Caros Camaradas,

A luta pela igualdade entre homens e mulheres não é recente.

A Igualdade entre Mulheres e Homens, ou Igualdade de Género, significa igualdade de direitos e liberdades para a igualdade de oportunidades de participação, reconhecimento e valorização de mulheres e de homens, em todos os domínios da sociedade, político,

económico, laboral, pessoal e familiar.

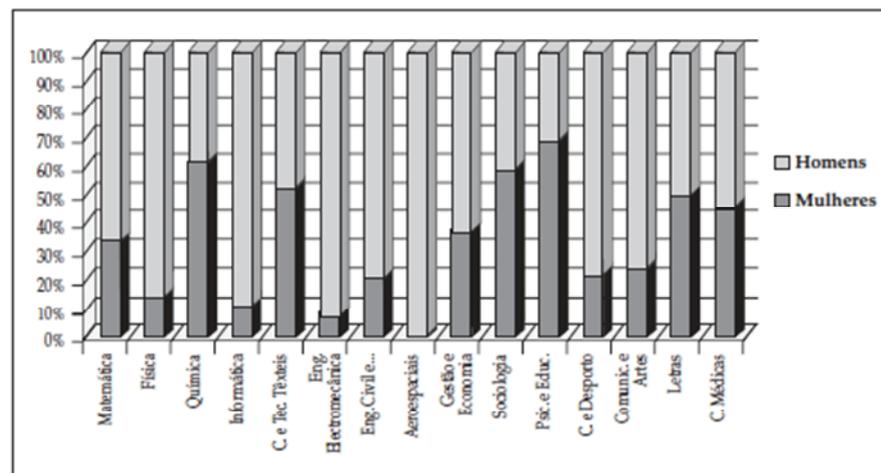
Falar em Igualdade de Género actualmente é fundamental, ainda mais se nos detivermos no aspecto de que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por um crescimento correspondente da participação dos homens na vida familiar. É fundamental porque:

- A participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho é desigual, facto que se reflecte na existência da disparidade salarial entre homens e mulheres e consequentemente no maior número de situações de pobreza entre a população feminina;
- Nas empresas privadas e na administração pública, os lugares de chefia são maioritariamente ocupados por homens, pese embora o número de mulheres com habilitações superiores ser superior ao dos homens;
- Continuam a persistir profissões tendencialmente femininas e tendencialmente masculinas;
- Continuam-se a despedir mulheres quando estas estão grávidas;
- Continuam a verificar-se diferentes participações e usos do tempo entre homens e mulheres no que diz respeito à vida familiar, sendo que as mulheres são ainda as principais responsáveis pela execução das tarefas domésticas e pela prestação de cuidados à família;
- Não obstante a licença de maternidade/paternidade, de acordo com a lei, poder ser partilhada pela mãe e pelo pai, são ainda poucos os homens que auferem deste direito, em grande parte devido ao modo como são estigmatizados no seu local de trabalho;
- Persistem as barreiras psicossociais no que diz respeito ao acesso a cargos políticos e à participação na vida cívica em geral, por parte das mulheres;
- As mulheres ocupam uma posição desigual no que diz respeito ao trabalho remunerado, nomeadamente no que diz respeito a dificuldades na gestão do tempo, decorrentes das exigências sociais (ainda) impostas nos cuidados prestados à família;
- Pese embora a legislação em vigor garanta a Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens no mercado de trabalho, na prática ainda se verificam expectativas diferenciadas para mulheres e homens, decorrentes de estereótipos e papéis sociais de género;

– A crescente participação feminina no mundo laboral é importante não só para o sustento das famílias, mas também para a própria valorização pessoal das mulheres e sobretudo para a economia global;

– A integração da perspectiva do género desafia as políticas convencionais e a repartição dos recursos e reconhece a forte interligação entre a desvantagem relativa que afecta as mulheres e a vantagem relativa de que gozam os homens.

Na Juventude Socialista temos como um dos nossos valores fundadores a Igualdade. Este valor assumiu centralidade no nosso ideário e na defesa de um modelo de sociedade onde



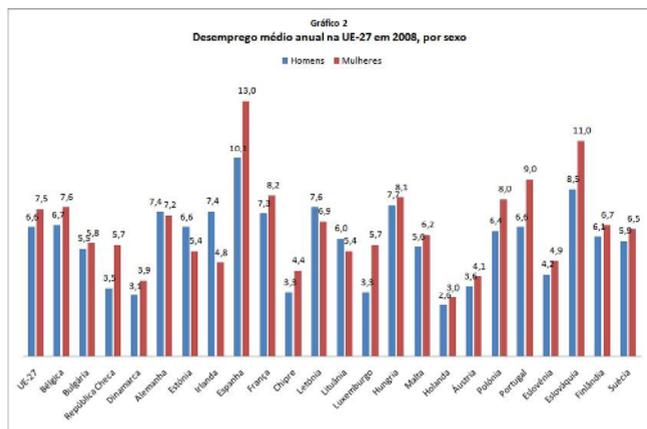
Fonte: Departamentos (2009)

a igualdade de oportunidades para todos e todas, é garantida através de um Estado Social forte, contribuindo para que a sociedade seja mais justa.

As mudanças mais recentes, mas também todo o percurso feito desde 1974, foram acompanhadas e incentivadas pelas políticas europeias nesta área, sendo Portugal um dos países que mais avançou, do ponto de vista legislativo, em matéria de igualdade e não discriminação, no seio da União Europeia. Actualmente Portugal é um país cada vez mais desigual para homens e mulheres e voltou a cair na avaliação feita pelo Fórum Económico Mundial, ocupando agora o 51.º lugar no *ranking* sobre igualdade de género – o que o coloca como o 11º país com um pior resultado dentro da União Europeia.

É minha convicção que as questões relacionadas com a igualdade de género e a não discriminação são estruturantes para que a realidade do quotidiano das mulheres e dos homens em Portugal se aproxime em matérias tão fundamentais como as diferenças salariais, os impedimentos à progressão das carreiras das mulheres e despedimentos, as responsabilidades domésticas e cuidadoras, o exercício do poder e da tomada de decisão, as relações familiares e a implicação destas questões, quer no bem-estar das pessoas e na exercitação dos seus direitos individuais, quer no desenvolvimento e na produção da riqueza do país, libertando-se de estereótipos rígidos que atribuem um papel produtor e decisor aos homens e um papel reprodutor e cuidador às mulheres.

As mulheres representam mais de metade da população da UE e, nesse sentido, constituem mais de metade dos potenciais eleitores. No entanto, recebem menos do que os homens, não ocupam um lugar tão visível na vida política e têm mais dificuldades na conciliação entre a vida familiar e profissional. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a igualdade de salários e a não discriminação constituem direitos



européus fundamentais.

As mulheres recebem, em média, menos 17% do que os homens e essa diferença não se está a desvanecer. Foi feito um inquérito e o mesmo revelou que a maioria dos homens e das mulheres considera que os homens dominam a cena política e que a participação de mais mulheres na vida política iria permitir um novo estilo de fazer política, quanto à conciliação da vida familiar e profissional uma mulher empregada a tempo inteiro trabalha em média 40 horas semanais, enquanto um homem trabalha 43. Mas isto não significa

que os homens trabalham mais. Para além do trabalho as mulheres ainda são sobrecarregadas com a totalidade do trabalho familiar.

Actualmente na RAM e em muitos distritos do continente os encargos familiares são ocupados por mulheres devido á vaga de desemprego em sectores como a construção que deixaram milhares de homens no desemprego. E mesmo com estas condicionantes, e embora socialmente preparados, no mercado de trabalho a mão-de-obra feminina continua a ser considerada de menor valor. A maior parte das mulheres em Portugal auferem salario mínimo enquanto que, em mesmas funções, os homens chegam a receber entre 7 a 15% mais!

Por todas estas razões proponho que:

- Se apoiem as empresas na promoção da igualdade e da não discriminação entre mulheres e homens, criando, com elas e para elas, instrumentos e soluções que dêem resposta a problemas concretos existentes neste domínio (Com um género de Guia de Auto-avaliação da Igualdade de Género nas Empresas);
- Reforce-se os mecanismos de encorajamento, reconhecimento, acompanhamento e divulgação de práticas promotoras da igualdade de género em contexto laboral (Formação em Igualdade de Género para Consultores/as e Auditores/as);

1.ª Subscritora: Tatiana Cristina Brazão Aguiar, Funchal

PROBLEMÁTICA DA BAIXA NATALIDADE

Car@s camaradas,

A presente moção nasce da constatação da JS Almada em verificar que, ano após ano, as taxas de natalidade em Portugal têm diminuído, o que a nosso ver é um problema nacional.

Este texto irá abordar os problemas que justificam este fenómeno, fazendo referência aos mesmos e apresentando soluções coerentes para a sua resolução.

Justificação para o problema da baixa natalidade

Existe em Portugal um “medo” generalizado dos portugueses em terem filhos, comprovando-se uma tendência cada vez maior de muitos nem sequer terem um único filho.

Seguindo esta tendência, em 2060 a população nacional será inferior a 7 milhões, em que mais de metade serão idosos.

Pouco mais de 80 mil bebés nasceram no ano passado e tudo indica que no próximo ano este número continuará em queda abrupta.

Esta é uma séria ameaça à manutenção de um Estado Social. A existência da segurança social será insustentável num futuro próximo, atualmente existem 100 pessoas ativas a trabalhar para 100 idosos, no futuro passarão a existir 60 ativos a trabalhar para 100 idosos, sendo que esse número ainda vai diminuir mais. É importante e de carácter urgente contrariar este fenómeno.

O impacto negativo na sociedade portuguesa, será a todos os níveis. Existirão muitos negócios que entrarão em rotura. E cria-se uma “bola de neve” sem fim que irá acabar com a sociedade como a conhecemos.

Parece-nos evidente que a solução não passa pelo atual Governo.

O receio dos portugueses é justificado pelo facto de o atual governo continuar a sobrecarregar os portugueses de uma maneira nunca antes vista. Com impostos elevados, cortando no rendimento das famílias e nos apoios sociais.

Este governo fez uma sangria aos bolsos dos pais deste país, pois existem hoje menos 665 mil crianças com abono de família, e aqueles que ainda têm, recebem valores miseráveis que servem para muito pouco.

Por outro lado, decidiram diminuir os subsídios de desemprego (um corte de 6 pontos percentuais nessa componente) e o número de desempregados com acesso a esses subsídios diminuiu. O período de concessão do subsídio de desemprego foi reduzido de forma significativa desde a tomada de posse do atual governo em 2011.

Verificou-se também, o aumento do desemprego jovem, hoje são mais 37 por cento desempregados jovens, provocando a fuga dos jovens para o estrangeiro em busca de dignidade e menos precariedade, exportando muitos casais em período fértil que provavelmente irão ter filhos noutros países.

Assistiu-se ao afundar do ensino e do aumento do descontentamento dos professores, sendo o descalabro da organização do presente ano letivo, a gota de água. Ninguém quer ter filhos onde o sistema de ensino é desorganizado e arcaico. Existe falta de incentivos tecnológicos nas escolas (material informático obsoleto) e os professores têm menos vontade hoje de ensinar. Existem obras paradas nas escolas, fruto de um desinvestimento do atual Governo na renovação dos estabelecimentos de ensino, anteriormente iniciadas no Governo PS. Existindo casos de escolas em que as aulas são lecionadas em contentores.

As assimetrias regionais acentuaram-se, sendo que o distrito de Castelo Branco é atualmente o mais envelhecido da Europa, e cada vez mais as regiões do interior ficam desertificadas e sem perspectivas de futuro, levando os portugueses a deixar para segundo plano o desafio de constituir família.

Um estudo efetuado pela Universidade Católica comprova que a nível geral, existe vontade dos portugueses em contrariar a percentagem de natalidade atual de 1.2 % para 2.3%, mas a verdade é que não existem condições atualmente em Portugal para contrariar esta tendência.

Solução para o problema

Os militantes da Juventude Socialista de Almada não são indiferentes a este problema, que se pode já considerar estrutural.

Sendo assim, as soluções para este problema, passam por contrariar a tendência de precariedade sobre os jovens provocada pelo atual governo, através de aumentos nos subsídios dados às famílias, aumentando o número de beneficiários do abono de família, bem como no aumento de outros incentivos há natalidade.

Passa acima de tudo, por baixar os impostos para os portugueses com filhos (ou seja as pessoas com filhos deviam pagar menos de IRS).

Passa também por garantir condições para os mais jovens, mais postos de trabalho dignos e menos trabalhos não remunerados.

Aumentar o tempo da licença de maternidade e paternidade.

Outra proposta relevante é providenciar aos pais desempregados, abonos de família mais elevados, ou seja, se o agregado familiar sofrer um corte no seu rendimento devido ao desemprego, aumenta-se ainda mais o abono de família dado.

Política de incentivo à maior flexibilidade de horários para os pais trabalhadores.

Passa por repor o incentivo à natalidade que era dado pelo anterior Governo de por exemplo 500 euros, o que já seria uma grande ajuda. Por fim, outra medida pertinente seria reduzir o IVA de produtos essenciais para bebés.

Estas são algumas medidas encontradas pela Juventude Socialista de Almada, com vista a assegurar aos portugueses as condições suficientes e justas, de forma a fomentar o aumento da natalidade.

Tendo em conta a sensibilidade e a importância deste tema, apelamos a que a Juventude Socialista coloque na sua agenda a discussão destas propostas.

O futuro está nas mãos de todos nós e só mudando este presente recessivo poderá se manter a existência de um Estado Social.

Assim, a JS Almada defende que:

1 – Sejam definidas pela JS políticas de natalidade que possam ser incluídas no programa do próximo governo socialista.

1.º Subscritor: Daniel Silva, Almada

EUTANÁSIA E TESTAMENTO VITAL

Car@s Camaradas,

A JS Almada entende que deve ser consagrado em todas as suas vertentes o direito à morte, direito esse que continua a não ser reconhecido na sua totalidade pelo nosso ordenamento jurídico.

Nos últimos tempos, tem havido alguns progressos legais quanto a esta problemática, nomeadamente com a aprovação da Lei n.º 25/2012, de 16 de Julho, que consagrou o testamento vital. Estas “diretivas antecipadas de vontade”, sob forma de testamento vital, preveem a hipótese de pessoas maiores de idade, que não estejam interditas ou inabilitadas, e sejam capazes de dar o seu consentimento de forma consciente, livre e esclarecidas, poderem escolher os tratamentos que desejam receber, ou não receber, se, por alguma razão, se se tornarem incapazes de expressar a sua vontade pessoal e autónoma.

Embora esta Lei seja já um grande marco, Portugal continua a ser um dos poucos países da União Europeia com uma legislação ambígua no caso da eutanásia. Enquanto por um lado consagramos a liberdade de escolha, através do testamento vital, quanto a nos deixarem morrer sobre certas condições ao mesmo tempo é criminalizada a eutanásia passiva fora destes casos.

A eutanásia tem várias expressões, pode ser ativa, passiva, direta ou indireta. A eutanásia passiva significa descontinuar um tratamento ou não tratar de todo. Nos casos em que o paciente não dá o seu consentimento de acordo com a Lei n.º 25/2012, de 16 de Julho a pessoa que pratica eutanásia incorre no crime de homicídio. Se for um médico pratica um homicídio por omissão, possivelmente justificável e não punível se for um médico, nos termos do Código Penal. Se for um terceiro incorre num crime de homicídio a pedido da vítima, podendo apenas ser excluída a culpa, se preencher os requisitos do artigo 35.º do Código Penal.

Acresce a esta forma de eutanásia a ativa, que pode ser dividida em direta ou indireta. A direta consiste em apressar a morte por uma ação, incorrendo no crime de homicídio simples ou homicídio a pedido da vítima, cuja pena de prisão é até três anos, previsto no artigo 134.º do Código Penal. A indireta, ou *ortotanásia*, consiste em administrar fármacos que atenuam a dor mas que inevitavelmente levarão a uma morte mais rápida, sendo que nestes casos é aplicável da mesma forma criminalizado.

A JS Almada constata que o direito à vida é inviolável, tal como espelha a nossa Constituição. Todavia, entendemos que a liberdade de escolha sobre o prosseguimento da nossa vida também devia ser inviolável. Mais que a “quantidade” de vida, é preciso preservar a qualidade de vida. No entanto, a nossa legislação continua a estabelecer que o “deixar morrer” é diferente do “matar por sofrimento” a pedido da vítima, conforme o artigo 134.º do Código Penal.

Por tudo isto, é imperativo realizarmos uma mudança.

Assim, a JS Almada defende que:

- 1- As diretivas antecipadas de vontade têm que se tornar menos limitadas, prevenindo a Eutanásia ativa neste contexto e não simplesmente a passiva.
- 2 – É necessário discutir e legislar sobre várias questões, entre as quais quem pratica e em que condições se pode realizar a eutanásia.
- 3 – Seja alterado o Código Penal, no sentido da sua descriminalização, em conjunto com a aprovação de legislação que consagre a Eutanásia Ativa e Passiva.
- 4 – Deve ser colocado na agenda política da JS a discussão do problema, debatendo uma série de questões, nomeadamente quanto à possibilidade de ser realizado por pessoas que não os médicos, quais os requisitos a incluir na lei e se deve a Eutanásia ser realizada sem a vontade prévia e expressa da pessoa.

1.º Subscritor: Filipe Vaz, Almada

ESTÁGIOS NÃO REMUNERADOS

Car@s Camaradas,

A JS Almada entende que existe um problema na sociedade portuguesa que afeta muitos jovens relacionado os estágios ilegais não remunerados. Como tal, decidimos refletir sobre esta problemática e trazê-la para a agenda política da JS.

Entende a Concelhia de Almada que o estágio não deve ser visto como algo secundário mas sim como algo obrigatório em qualquer tipo de área, porque, para além de tudo, dá ao estudante experiência profissional. Nem todos nascemos para sermos os *Einsteins* deste mundo, mas não nascemos todos com o futuro do desemprego. Já é suficiente o facto de existirem pessoas que não conseguem prosseguir os estudos, por diversas razões, quanto mais procurarmos trabalho e nos depararmos nas ofertas de emprego o requisito de *“ter experiência de um ano no mínimo”*. Acontece o mesmo aos que tiram uma

licenciatura, nem todos estão a salvo desta mesma pequena alínea para conseguir o primeiro trabalho que seja.

Mas não estamos aqui para falar do desemprego, mas de algo que está na lei e não tem seguido a regra, e falamos dos estágios. Estágios estes que, segundo o Decreto-Lei n.º66/2011, de 1 de junho (Decreto esse aprovado pelo PS e proposto pela JS), deviam ser remunerados, o que lança uma grande questão: quantos dos estagiários hoje estão de facto a ser remunerados?

Bem, também não trago uma resposta fundada num dado, mas, posso assegurar que muito poucos. Segundo a pesquisa que desenvolvemos e alguns testemunhos que recolhemos acontece que o estagiário está protegido pela lei, mas na vida real onde de facto deve ser protegido, não está.

Não basta legislar no sentido de se estabelecer o direito a algo, quando não há uma entidade que regule esse direito, o facto é que há estagiários sim, mas que não recebem um cêntimo por cada hora de trabalho que fazem. O facto é que o estagiário se for necessário trabalha mais horas que qualquer outro colega de trabalho, mas ao contrário dele não é remunerado. E ainda melhor, segundo alguns testemunhos que recolhemos, o estagiário segundo o patronato onde esteja inserido, não o reconhece como trabalhador de lá, ou seja, não recebe, trabalha como ninguém e nem o respeito da entidade patronal tem. Chegamos à conclusão que chamar estagiário ou escravo, na sua maioria das vezes, vai dar ao mesmo.

Mas que ganha um estagiário, em ir trabalhar e não ser remunerado? Respeito? Esperança ao olhar num futuro o mercado de trabalho? Auto-estima? Algo recebe de facto, pelo menos saberá o que é o mercado de trabalho, o que é estar na base de uma empresa, tenha ela as dimensões que tiver, mas deixamos aqui a nossa pergunta, como pode alguém saber o que é a responsabilidade de trabalhar se nem é minimamente recompensado por aquilo que faz? Não defendemos que tenha que receber logo o salário mínimo, mas também não concordamos com o nada. O receber um salário dará um estatuto, por muito pequeno que seja, e o estagiário será olhado de uma maneira diferente por um colega que esteja na mesma empresa. O estagiário não terá que acarretar com todas as despesas do seu transporte de casa até ao seu lugar de trabalho. O estagiário estará a saber a importância do que é *“trabalhar para receber”*. Tudo isto sim dá respeito, uma maior esperança no mercado de trabalho e mais, que consideramos o mais importante, é reconhecido pela identidade patronal o estágio no momento em que recebe, não podendo ser desconsiderado seja por quem for na empresa.

As leis avançam mas o processo é lento, não basta existir uma lei, quando ela é de infinitas formas contornada. Propomos, por exemplo, arranjar uma entidade fiscalizadora para proteger os estagiários, proposta que é para ontem, porque hoje é capaz de ser um pouco tarde demais.

Concluindo, queremos afirmar fortemente que um estagiário não é um escravo. Queria afirmar que um estagiário, tenha ele as qualificações literárias que tiver, é uma pessoa útil que pretende formar a sua vida profissional, independentemente do grau académico, pois não precisam todos de ser licenciados, mestrados ou doutorados. Há que proteger todos os que querem e merecem o seu lugar no mercado de trabalho, pois o “ter de ter um ano de experiência” tão cedo não vai sair de moda e para ter experiência é preciso trabalhar, mesmo que sendo um estágio e mesmo esses merecem respeito enquanto adquirem a sua experiência e maturação profissional. Chega desta escravatura moderna, chega também de pactuarmos com isto, já que todos os jovens pretendem entrar no mercado de trabalho e ser então os estagiários ou os escravos de alguém durante esse período, portanto que lado deveremos estar?

Assim, a JS Almada propõe:

1. Que sejam discutidas, nos próximos dois anos, políticas de fiscalização efetiva de estágios não remunerados, de forma a que seja cumprido o Decreto-Lei n.º 66/2011, de 1 de junho, proposta pela JS.

1.º Subscritor: José Santos, Almada

PROcriação Medicamente Assistida E Maternidade De Substituição

Car@s Camaradas,

Tendo em conta a atual crise económico-financeira várias questões, principalmente as relativas aos direitos, liberdades e garantias, têm sido ignoradas pela atual maioria, sob pretexto de serem pouco relevantes. A JS Almada considera que deve fazer parte do papel

da Juventude Socialista contrariar esta tendência, trazendo para o debate público estas questões, num esforço de aprofundar os direitos consagrados e eliminar as discriminações ainda existentes.

A presente moção tem como objetivo denunciar a desigualdade e o desfasamento com a realidade que a atual lei da procriação medicamente assistida (Lei n.º 32/2006, de 26 de Junho) impõe. Esta moção debruçar-se-á sobre a procriação medicamente assistida, bem como a questão da maternidade de substituição - “*barrigas de aluguer*” – pois a respetiva proibição encontra-se no mesmo documento legal.

Procriação medicamente assistida

A atual lei (Lei n.º 32/2006, de 26 de Junho) estabelece que apenas podem recorrer a esta técnica reprodutiva mulheres inférteis, que visem o tratamento de doença grave ou que tenham o risco de transmitir doenças de origem genética, infecciosa ou outras (art. 4º). Dentro destas, apenas podem aceder a esta técnica reprodutiva as mulheres que sejam casadas com um homem ou que vivam em condições análogas à dos cônjuges há pelo menos dois anos (art.6º).

Esta lei foi aprovada por iniciativa legislativa do Partido Socialista em 2006, volvidos sete anos e à luz da atual sociedade, consideramos que mantém critérios de admissibilidade discriminadores, baseados em pressupostos errados e, por isso, deve ser alterada.

O primeiro critério que a lei estabelece é o da infertilidade, ou risco de transmissão de alguma doença, critério este que consideramos ser limitativo da liberdade da mulher, que deveria ter a possibilidade de aceder a este recurso independentemente da sua situação clínica, uma vez que a constituição de família é um direito de todos (que tem, aliás proteção constitucional – art.36º/1 CRP) e que se é possibilitado pela ciência não deve ser limitado pela lei.

O segundo critério, que apenas admite a procriação medicamente assistida a mulheres casadas com um homem (ou em condições análogas), é antes de mais inconstitucional porque viola o artigo 13º/2 da CRP que proíbe a discriminação pela sua orientação sexual. Depois, consideramos que tem na sua génese uma conceção de família “pai-mãe-filho” que para além de não representar a diversidade da sociedade não tem acolhimento legal. A conceção da chamada família tradicional é, na verdade, bastante recente, surgiu depois da 2ª Guerra Mundial. Assim, aplicar este pressuposto a todas as famílias, atualmente, levaria por exemplo à proibição de figuras do nosso ordenamento jurídico aceites pacificamente como é o caso do divórcio e da adoção singular. Legalmente falando, a ideia de família apresentada também não tem acolhimento. Segundo o Código Civil (art. 1576º

CC), família, são indivíduos que se encontram ligados quer pelo vínculo do casamento, quer do parentesco, da afinidade ou da adoção. Esta conceção coloca o conceito de família de uma forma muito mais abrangente do que aquela prevista na lei da procriação medicamente assistida e mais abrangente se tornou com a aprovação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo que a partir de 2010 se tornaram, inequivocamente, à luz da lei, também uma família.

Vejamos que uma mulher pode, e bem, pôr fim a um gravidez indesejada até às dez semanas, mas tem de ser casada com um homem (ou viver em condições análogas) para decidir procriar. A ideia de que é necessária uma figura masculina para ser legítima a procriação e a constituição de família é por um lado discriminatória para com uma grande percentagem de famílias portuguesas que não se reveem neste modelo bem como não tem reflexo na lei da adoção que permite a adoção singular (quer por pessoas heterossexuais como homossexuais) e que, claramente, não cumpre o modelo familiar pai-mãe-filho. Se é possível uma mulher adotar singularmente (independentemente da sua orientação sexual) e assim constituir família, não nos parece que faça qualquer tipo de sentido que não o possa fazer através da procriação medicamente assistida.

Maternidade de substituição

A referida lei proíbe ainda, no artigo 8º, a proibição da maternidade de substituição (também chamadas barrigas de aluguer) dizendo são nulos todos os negócios jurídicos que visem a maternidade de substituição e, por isso, os laços jurídicos que ligam a mulher à criança que geraram não podem ser quebrados.

No nosso entender, este impedimento não faz sentido. Por um lado, do ponto de vista clínico, há mulheres que não podem gerar vida e estas não deveriam ser impedidas de ter filhos com o seu código genético. Uma vez que a ciência já o possibilita não deve ser o estado a retirar-lhes esta oportunidade. Por outro lado, os homens (solteiros ou casados com uma pessoa do mesmo sexo) deveriam também poder ter acesso. Assim, consideramos que a proibição imposta deveria ser retirada e que qualquer pessoa deveria poder aceder a esta técnica reprodutiva, sendo depois a definir entre as partes se seria um contrato oneroso ou gratuito.

Concluindo, ambas as técnicas reprodutivas deveriam ser postas ao uso dos cidadãos (porque os benefícios que a ciência trás devem servir para isso mesmo) sem proibições legais que reflitam apenas conceitos morais de família que não cabe ao estado impor.

Assim, a JS Almada defende:

- 1- A alteração da Lei n.º 32/2006, de 26 de Junho, no sentido de retirar o requisito médico e permitir o acesso à procriação medicamente assistida a casais do mesmo sexo e a pessoas singulares;
- 2- A legalização da Maternidade de Substituição.

1.ª Subscritora: Rita Santos Silva, Almada

Ex-SCUT: por uma análise e revisão do sistema de pagamento eletrónico e da coercividade das coimas aplicadas

O conceito das SCUT foi introduzido em Portugal, em 1997, pelo governo do então Primeiro-Ministro, António Guterres. Estas vias de comunicação que só se distinguiam das restantes autoestradas por não terem custos para os utilizadores, sendo estes suportados inteiramente pelo Estado que por sua vez pagava às concessionárias, em regime de PPP (parceria público-privada), recorrendo aos fundos do erário público.

Este conceito foi mudado entre 2010 e 2011, com a negociação e posterior renegociação das SCUTS, em período coincidente com o final do governo de José Sócrates e o início de mandato de Pedro Passos Coelho. Neste novo modelo, a PPP mantinha-se, continuando o Estado a pagar a uma concessionária um valor estipulado anualmente (cerca de 700 milhões de euros, até 2050). O que se alterava era, efetivamente, a inversão de papéis no que toca ao pagamento da portagem eletrónica: O usuário substituiu-se ao Estado, e começa ele a pagar a utilização destas vias. Com isto, o Estado objetivava arrecadar capital que permitisse atenuar as suas incumbências monetárias às concessionárias.

Claro está que, para todos as pessoas - singulares ou coletivas - o ideal seria um retrocesso de posição e a restauração das SCUT. Embora concordemos com isso, temos em plena consciência que, dado a situação económica atual do país, seria utópico e idealista estar a propor essa medida neste preciso momento. Todavia, o que nos faz apresentar esta moção, é algo que tem vindo a acontecer ao longo dos anos e que tem asfixiado e

deflagrado milhares de pessoas e empresas: Falamos, como indica o título da moção, do pagamento eletrónico e da forma como as multas são aplicadas no caso de este não ser cumprido dentro dos trâmites legais. Estima-se que, em setembro de 2014, a dívida às concessionárias já ultrapassasse os 2,5 milhões de euros, num total de mais de 2 milhões casos de incumprimento e mais de 130 mil processos de execução fiscal. O grande problema que se levanta aqui é a falta de informação para todos os que não usufruem de dispositivos eletrónicos de cobrança e que acabam por ter de pagar - segundo as normas legais - num prazo máximo de 5 dias úteis, num balcão CTT ou Payshop. Acontece que a falta de informação facultada aos utilizadores (incluindo estrangeiros), aliada ao curto período para regularizar a situação, leva à quase inevitável contração de multas por pagamentos em atraso.

É neste ponto que entramos no cerne da questão: Independentemente do valor a pagar, se incumprido o prazo inicial de 5 dias úteis, passamos a ter 15 dias para efetuar o pagamento, porém, com um acréscimo de 13,26€ - justificados como custos administrativos. Se o incumprimento se mantiver, a concessionária comunica-o às finanças, que por sua vez emitem um auto de notícia, com uma coima de 25€ mais 38,25€ para custas processuais e uma certidão de dívida onde se vai aplicar o valor da portagem - juntamente com os custos administrativos e juros de mora no valor de 21,22€ onde o condutor tem 15 dias uteis para liquidar a dívida. Se o incumprimento permanecer, abre-se um processo de execução de coima, com um prazo de liquidação de 20 dias uteis, com um custo de 124,23 € juntamente com o processo de execução da dívida a que se vai aglomerar a portagem e os custos administrativos. O valor continuará a acumular, com juras de mora e custas processuais, até ser pago pelo contribuinte ou cobrado coercivamente pelas finanças.

Esta abrupta coima que se vai somando sucessivamente sobre si mesma torna-se cada vez mais intolerável. Tal ocasião já levou a associações de defesa do consumidor, como é exemplo a APDC (Associação Portuguesa do Direito do Consumo), a anunciar em outubro passado a instauração de uma ação e uma correspetiva providência cautelar contra o sistema de pagamento eletrónico nestas vias. Como subscritores desta moção, estamos em total acordo com a posição demonstrada por este tipo de associações que vão reagindo às milhares de queixas que vão recebendo diariamente. Estamos a assistir a um histórico repetitivo de execução impiedosa e falaciosa por parte da Autoridade Tributária.

Por todos os pontos aqui enunciados, acreditamos que é essencial e imprescindível que a JS lute para se contrapor a esta infâmia que nos têm vindo a brindar, esta e outras parcerias público-privadas, ao longo dos anos, principalmente na questão do pagamento

das antigas SCUT, pois viola o direito à informação e princípio de igualdade tão bem patente na Constituição da República Portuguesa.

1.º Subscritor: Tiago Josué Garcês Ferreira, Penafiel

Uma Porta Aberta para a Emancipação Jovem

Nos dias de hoje, e desde há alguns anos, associada à difícil conjuntura económica, a emancipação dos jovens passa a acontecer em idades cada vez mais tardias e que comprometem a efetiva independência.

A emancipação jovem tardia tem vindo a decorrer do emprego precário, da instabilidade financeira, das dificuldades no acesso à habitação entre muitos outros fatores que tornam os jovens cada vez menos independentes dos seus pais ou avós. No mesmo sentido, tem vindo a bloquear a união entre casais, bem como a constituição de família, com impacto direto na natalidade.

Perante tamanhos bloqueios, indefinições e incertezas, muitos foram os jovens que se emanciparam unicamente através da emigração. O desinvestimento nos jovens é evidente. As políticas de juventude têm vindo a ser esquecidas e estaremos condenados a pagar este desinvestimento por muitos anos, se não agirmos.

Sabemos que os jovens têm em si um enorme espírito dinâmico, empreendedor e de iniciativa, capazes de erguer projetos vencedores e de se adaptarem aos diferentes obstáculos.

É neste sentido que devemos ser uma voz ativa para um novo caminho das políticas de emancipação jovem em dois vetores fundamentais: habitação jovem e empreendedorismo/incubação de ideias.

Habitação Jovem:

As políticas relacionadas com a habitação jovem a custos controlados, quando existem, têm vindo a promover quase sempre a construção de novos edifícios e por vezes em locais isolados da restante realidade local.

Ao invés, e considerando a atual saturação do setor imobiliário, o investimento deverá recair sobre a requalificação. É então de salientar a necessidade de requalificação de espaços abandonados/devolutos contrariando a tendência de abandono das zonas com parque habitacional envelhecido, como é o caso da maioria dos centros das cidades e vilas.

A requalificação urbana deverá constituir a base de todos os Planos de Habitação Jovem municipais.

Empreendedorismo/Incubação de ideias:

Atualmente, grande parte dos jovens manifesta um grande espírito empreendedor que deverá ser potenciado localmente. Vemos nas incubadoras a melhor forma de potenciar a criação de valor entre jovens, incentivando a criação de diversas Start-Up contextualizadas com a realidade local. Para a instalação de incubadoras propõe-se a valorização do património municipal inocupado ou por outro lado o incentivo à requalificação dos antigos pequenos centros comerciais que hoje em dia se encontram encerrados em grande parte das artérias centrais das cidades e vilas. Locais que outrora funcionaram com pequenas lojas, que hoje poderão passar a funcionar como locais de incubação, onde se potencia a troca de experiências e conhecimento.

É de salientar ainda a função das autarquias no incentivo à utilização destes espaços, através da isenção de taxas municipais aos seus proprietários, que permitam o estabelecimento de acordos iniciais entre estes e os seus inquilinos.

Promove-se assim oportunidades de inovação, dinamiza-se os centros abandonados e rentabiliza-se os espaços comerciais.

Sumariamente, e considerando o atrás exposto, a Juventude Socialista deve constituir-se como papel ativo na identificação de políticas alternativas que promovam a emancipação jovem, nomeadamente quanto à habitação jovem e à criação de oportunidades de incubação de ideias.

A Juventude Socialista, deve ainda promover a defesa deste tipo de políticas não só através dos seus órgãos nacionais, mas também através dos seus autarcas, que possam levar localmente e adaptar as propostas às realidades locais.

1ª Subscritora: Alexandra Domingos, Cascais